

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA 2016-2019

O planejamento das políticas públicas do Governo Federal tem como um de seus principais instrumentos o Plano Plurianual, ou PPA, que possui a função de aprimorar a ação governamental em conjunto com outras ferramentas importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019 – PPA 2016-2019 traz elementos consistentes com os Planos anteriores e também apresenta algumas inovações que dão sequência ao processo permanente de aperfeiçoamento metodológico do planejamento no Governo Federal.

Seus atributos estão relacionados aos seus programas temáticos, com destaque para objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos, além dos indicadores, incluindo agendas transversais e específicas, num arranjo que auxilia tanto no desenho das políticas públicas quanto no seu acompanhamento pela administração.

O projeto de desenvolvimento consolidado no PPA tenta conciliar o crescimento econômico com a inclusão social. As expectativas crescentes da sociedade exigem esforços cada vez maiores do Estado, seja com mais serviços públicos, seja com mais investimentos em infraestrutura, aumentando a competitividade da economia e a qualidade de vida das pessoas, e ainda buscando equilíbrio fiscal e crescimento econômico com sustentabilidade e estabilidade.

Para enfrentar esses desafios e aproximar cada vez mais as políticas públicas da realidade e dos anseios da sociedade, foram empreendidas ações com a finalidade de aprimorar tanto o próprio PPA quanto o seu processo de construção, fortalecendo seu caráter de espaço institucional de organização da atuação governamental.

Estrutura e metodologia do PPA 2016-2019

O PPA 2016-2019 foi elaborado mediante de um processo de ampla discussão dentro do Governo Federal, com o envolvimento de diversos órgãos, e também de efetiva participação social, recebendo contribuições de pessoas e entidades representativas dos mais variados segmentos da sociedade. O resultado consolidado desse esforço de elaboração pode ser acessado pelo link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>.

Em que pese a metodologia do PPA 2016-2019 ter preservado a essência da estrutura e conceitos consolidados nas edições anteriores, também incorporou algumas novidades. As mudanças concentraram-se em dois pontos:

- o primeiro foi reforçar o caráter estratégico do Plano Plurianual, na medida em que contém uma visão de futuro e um conjunto de eixos e diretrizes, que orienta a construção dos programas temáticos, expressando os cursos de ação propostos para o alcance dos resultados planejados. Existe uma conexão lógica que permite visualizar como a proposta anunciada na dimensão estratégica orienta as escolhas das políticas públicas materializadas em objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos, expostos na dimensão programática; e
- o segundo teve como foco qualificar o conteúdo dos programas temáticos, que passam a expressar com maior clareza as escolhas de política pública para cada área por meio de seus atributos, que expressam as entregas mais relevantes e estruturantes para sua implementação.

O PPA 2016-2019 também destaca a participação social na gestão pública, não somente como diretriz para a implementação das políticas públicas, mas também na sua fase de elaboração e planejamento, seja como estratégia de reconhecimento do papel da sociedade, seja como forma de aperfeiçoamento da ação governamental.

A construção do PPA 2016-2019 resultou em 54 programas temáticos, que apontam os caminhos a serem percorridos pela ação do Governo Federal até 2019, por meio de seus 303 objetivos, com 1.132 metas

e 3.094 iniciativas, de forma articulada com 28 diretrizes estratégicas e quatro eixos estratégicos. O valor global do PPA para o conjunto dos quatro anos entre 2016 e 2019 atinge R\$ 6,89 trilhões, incluindo recursos orçamentários e financiamentos extraorçamentários.

Monitoramento do PPA 2016-2019

O trabalho de monitoramento do PPA está orientado para produzir informações e conhecimentos no intuito de aperfeiçoar a implementação das políticas públicas, ampliando a quantidade e a qualidade dos bens e serviços prestados à população.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a implementação da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente, e é detalhado de acordo com as portarias nº 347, de 14 de novembro de 2016, e nº 19, de 03 de fevereiro de 2017, ambas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O monitoramento do PPA 2016-2019 incide sobre os indicadores e programas temáticos, incluindo seus objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados como iniciativas, bem como as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas temáticos ocorre junto aos órgãos executores.

Os programas temáticos estruturam o PPA 2016-2019 com declarações e compromissos orientadores do orçamento. Além disso, expressam os recortes de políticas públicas tais quais reconhecidos pelo Governo em uma linguagem mais acessível à sociedade.

Cada programa possui objetivos, e cada objetivo é composto por metas e iniciativas que, no seu conjunto, expressam o que será feito, em que intensidade, quais os resultados pretendidos e como será feito. Os objetivos asseguram o vínculo com as ações orçamentárias detalhadas nas Leis Orçamentárias Anuais.

A estratégia de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 está centrada no alcance das prioridades da administração pública federal. Isto significa acompanhar a execução de cada programa com flexibilidade visando à adequação às suas especificidades, e respeitando a forma de organização e a disponibilidade de informações em cada caso.

A prática da gestão do Plano Plurianual busca também a adoção de mecanismos de estímulo à participação da sociedade e à cooperação federativa, com intercâmbio e disseminação de informações.

O monitoramento representa fonte de aprendizado sobre a realidade de implementação e execução das políticas públicas e visa a informar e subsidiar os processos de tomada de decisão. Isso requer um monitoramento dinâmico, sistêmico e abrangente nas diversas dimensões das políticas públicas.

Assim, são relevantes as informações sobre a implementação de programas e políticas prioritárias, agendas transversais e ainda ações voltadas para públicos específicos. Também é propósito do monitoramento captar subsídios para orientar a revisão do Plano Plurianual. Esse esforço serve para fortalecer a capacidade institucional dos órgãos para as ações de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. O órgão responsável por objetivo e meta de programa temático presta informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) sobre os atributos de sua responsabilidade para registro e posterior consolidação de relatórios anuais. Cabe ressaltar, que em 2016, a economia brasileira passou por mais um ano de fortes ajustes na busca da retomada do crescimento econômico sustentado.

O maior desafio tem sido a recuperação da sustentabilidade fiscal das contas públicas, fortemente impactada não só por problemas estruturais, que vem sendo enfrentados com medidas estruturantes como a proposta pelo Novo Regime Fiscal e pela reforma da previdência, mas também pela expressiva queda da arrecadação pública federal. Com isso, o espaço fiscal para a despesa pública, especialmente a de natureza não obrigatória, ficou comprometido, afetando adversamente a execução de metas e iniciativas previstas no PPA 2016-2019.

4.2. ÁREA TEMÁTICA: SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

4.2.1. Programa 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

A Constituição Federal de 1988 considerou a saúde como um direito social da população e estabeleceu competência comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios para legislar, concorrentemente, sobre a proteção e defesa do setor.

Para operacionalizar essas determinações, instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de organização da prestação das ações e serviços públicos de saúde, abrangendo a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde.

A responsabilidade de financiamento ficou compartilhada entre as três esferas administrativas, sendo a gestão central de competência do Ministério da Saúde (MS). Facultou, ainda, a livre participação, de forma complementar, da iniciativa privada na prestação da assistência à saúde.

A regulamentação do dispositivo constitucional, por meio da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, instituiu o dever do Estado na execução de políticas econômicas e sociais de forma a reduzir o risco de doenças.

Para operacionalizar as linhas de atuação, essa Lei adotou princípios fundamentais e organizacionais para o SUS, sendo a universalidade, integralidade e equidade os estruturantes da institucionalidade do sistema.

Entre os princípios organizacionais, destaca-se a descentralização de meios e responsabilidades, com prioridade municipal de execução, além da participação social na elaboração e controle da política nacional.

O SUS ordena o cuidado com a saúde em níveis de atenção básica, média e alta complexidade. Essa estruturação visa à melhor programação e planejamento das ações e dos serviços do sistema de saúde.

Em 2011, a Portaria MS nº 2.488 aprovou a Política Nacional de Atenção Básica (PNB), que estabelece a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Neste sentido, desenvolve-se por meio de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios delimitados, pelos quais assumem responsabilidade.

Assim, a Atenção Básica é desenvolvida com alto grau de descentralização e capilaridade, próxima da vida das pessoas. Deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde.

Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Em uma perspectiva plurianual, a política de saúde busca a distribuição de ações e serviços de forma regionalizada, com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, do referenciamento entre os níveis de atenção e do direcionamento para a equidade na distribuição dos recursos e na oferta dos serviços. Os dois objetivos selecionados, que integram um rol setorial mais abrangente, compreendem linhas de atuação que se inter-relacionam

para dar factibilidade ao programa temático 2015. Além dos objetivos selecionados, estão presentes outras linhas de atuação estruturantes que contribuíram para a sustentabilidade do programa temático, conforme apresentadas a seguir:

- a vigilância em saúde;
- a vigilância sanitária;
- o aperfeiçoamento do pessoal envolvido no SUS; e
- a gestão do SUS.

No âmbito da Vigilância em Saúde, as ações constituem-se em processo contínuo e sistemático de coleta, análise e disseminação de informações sobre eventos relacionados ao setor, subsidiando o planejamento e a implementação de medidas para a prevenção, promoção e proteção da saúde.

Visando ao aprimoramento da vigilância e ao enfrentamento de epidemias de dengue e chikungunya no Brasil, em 2016 foram desenvolvidas uma série de iniciativas, das quais se destaca a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, por meio do Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes*. Este plano possui três eixos:

- mobilização e combate ao mosquito;
- cuidado e atendimento às pessoas; e
- desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa.

Foi estabelecida uma meta de redução da letalidade por dengue em 25% até o final de 2019, tendo como base o ano de 2014. Entre 2014 e 2015, embora se tenha observado elevação dos casos notificados e das taxas de mortalidade por dengue, houve redução da letalidade de 0,081% para 0,058%.

Em 2016 destacou-se a instalação da Sala Nacional de Enfrentamento ao *Aedes*, instituída no âmbito federal para gerenciar e monitorar a intensificação da mobilização e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, ação que contempla os três eixos de atuação do Plano Nacional.

Essa iniciativa foi complementada com o apoio à instalação de 27 Salas Estaduais e 2.025 Salas Municipais de Coordenação e Controle; uma Sala Interfederativa (GO e DF) e uma Sala Binacional (Letícia, na Colômbia, e Tabatinga, no Amazonas).

Ainda em 2016, 45% dos municípios brasileiros atingiram a meta de realizar, pelo menos, quatro ciclos de visitas domiciliares, com cobertura maior ou igual a 84,06% dos imóveis locais.

Ao todo foram realizadas 321.814.602 visitas aos imóveis no ano, sendo que 2,7% dos imóveis (mais de 8,6 milhões) possuíam algum tipo de foco do mosquito transmissor. Em 16% dos imóveis visitados não houve inspeção seja por recusa do proprietário ou morador seja porque o imóvel encontrava-se fechado.

Ademais, houve investimentos em pesquisas para desenvolvimento de uma vacina contra dengue pelo Instituto Butantan, que se encontra na fase final de estudos em seres humanos, e de duas vacinas contra o vírus zika, uma em desenvolvimento pelo Instituto Evandro Chagas, em parceria com a University of Texas Medical Branch, e outra pelo Laboratório Biomanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Essas duas últimas vacinas estão em fase de teste pré-clínico em animais. Outra iniciativa, realizada em 2016, foi a aquisição de 3,5 milhões de testes rápidos para identificar o vírus zika, com previsão de distribuição de dois milhões de kits até dezembro de 2016 e o restante até fevereiro de 2017. Essa tecnologia confirma, em 20 minutos, se o paciente está

ou já foi infectado pelo vírus zika em algum momento da vida. Nas ações referentes ao segundo eixo (cuidado e atendimento às pessoas), foi estabelecida a Estratégia de Ação Rápida, que visa garantir o acesso de todas as crianças com suspeita de microcefalia à confirmação do diagnóstico e que seja realizado encaminhamento às redes dos sistemas únicos de saúde e assistência social.

Em 2016 a vigilância de zika passou de sentinela para universal, e os casos, por sua vez, passaram a ser de notificação compulsória. Estados e Municípios receberam apoio federal para o levantamento de informações e organização da rede de serviços, incluindo apoio financeiro, para realizar a busca-ativa dos casos suspeitos, a fim de que pudessem acessar os serviços de diagnósticos, com transporte e hospedagem, quando necessário.

Além dessas, outras atuações prioritárias em Vigilância em Saúde foram centrais para o controle da incidência da malária, hanseníase e outras doenças endêmicas.

Complementando a atuação pública em saúde, a Vigilância Sanitária atua no registro de produtos de interesse da saúde pública e na autorização do funcionamento de empresas que produzem ou comercializam esses produtos, assim como dos ambientes com desenvolvimento de atividades que tenham implicância sanitária.

Em 2016 foram concedidas 53 priorizações para registros de medicamentos genéricos inéditos, com tempo médio de 33,7 dias para a primeira manifestação da Agência (emissão de exigência técnica ou decisão final de deferimento/indeferimento).

Do total das 53 priorizações, 15 delas foram concedidas para medicamentos estratégicos e imunobiológicos do Programa Nacional de Imunizações (PNI). O tempo médio para a primeira manifestação da Agência nessas 15 priorizações foi de 26,7 dias.

Com relação à qualificação do pessoal em procedimentos de atenção e em educação em saúde, o Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os Estados e Municípios na adequação aos processos de trabalho e qualificação dos profissionais envolvidos no trabalho do SUS, em especial por meio da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde.

Em 2016, foram qualificados 85,29 mil profissionais de saúde e gestores com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários; 14,92 mil bolsas de residência pagas (8,97 mil de medicina, 5,24 mil multiprofissionais e 708 de Medicina Geral da Família e Comunidade); 2,5 mil jovens participaram de ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde); e mil novas vagas foram ofertadas para residência (600 multiprofissionais e 400 de medicina).

Outra iniciativa de caráter nacional é o Programa Mais Médicos, em que há amplo esforço do Governo Federal, com apoio de Estados e Municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do SUS. Além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação e residência médica para qualificar a formação desses profissionais.

Durante todo o Programa, que teve início em 2013, já foram alocados 18,24 mil médicos brasileiros e estrangeiros, os quais estão atuando em regiões prioritárias para o SUS, e contando com o apoio do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (Provab).

O Ministério da Saúde, em 2016, procurou também aperfeiçoar a sua capacidade gerencial, aprimorando as políticas públicas existentes e a organização do sistema público de saúde para enfrentar o fenômeno da judicialização. Mais especificamente, ampliou e atualizou protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas de modo a produzir documentos mais consistentes, transparentes e confiáveis para subsidiar as decisões judiciais.

Dentre as iniciativas operacionalizadas nesse ano, destaca-se o Termo de Cooperação firmado entre o MS e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para criação de um banco de dados com informações técnicas dos Núcleos de Assessoramento Técnico aos Magistrados (NAT - Jus); Núcleo de Assessoria Técnica em Saúde (NAT) e pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec); além da

disponibilização de informações sobre medicamentos, produtos e procedimentos já disponíveis no portal <http://conitec.gov.br>. Também foram disponibilizadas 80 fichas técnicas e 24 sínteses de evidências sobre tecnologias em saúde mais judicializadas.

Outra iniciativa que visa aperfeiçoar a gestão do SUS constitui-se no e-Saúde, uma plataforma digital que armazena informações básicas dos pacientes e aperfeiçoa a promoção do acesso dos cidadãos aos serviços de saúde. Essa plataforma utiliza-se do Sistema Cartão Nacional de Saúde, com acesso ao Registro Eletrônico de Saúde (RES), para o acompanhamento do histórico clínico do paciente em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Permite também o agendamento de consultas e exames, oferecendo qualidade no atendimento e na gestão, beneficiando dirigentes, profissionais de saúde e cidadãos.

Com a plataforma digital é possível acompanhar o histórico, os dados e os resultados de exames dos pacientes, verificar em tempo real a disponibilidade de medicamentos ou mesmo registrar as visitas de agentes de saúde, melhorando o atendimento ao cidadão.

A transmissão 100% digital dos dados da rede municipal à base nacional permitirá, que o MS acompanhe de forma mais próxima os gastos em saúde. Das 41,7 mil UBS em funcionamento em 5,5 mil Municípios, 11,9 mil possuem o Prontuário Eletrônico.

Outro importante campo de atuação do Ministério da Saúde é a promoção da saúde que tem por finalidade prevenir doenças e agravos cuja incidência possa vir a se tornar um problema para a saúde pública. Nesse sentido, o Programa Academia da Saúde vem ampliar o acesso a ações específicas de promoção da saúde, com ênfase na minimização dos impactos causados pelo aumento das doenças crônicas não transmissíveis, além de estimular a produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população.

De 2011 a dezembro de 2015, foram habilitados para construção, 3,8 mil polos de academia da saúde em todas as regiões do País e concluídas 1,5 mil obras. Em 2016 foram custeados pelo Governo Federal, 727 polos de academia da saúde.

Para efeito de análise do desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS), foi selecionado um subconjunto de indicadores que refletem a evolução do acesso da população aos serviços e produtos de saúde e são mais representativos da sustentabilidade do SUS, além de configurarem-se em elementos de avaliação das principais linhas de atuação em saúde estruturantes do Programa 2015. Destacam-se:

Cobertura das equipes de saúde da família: o indicador avalia variações populacionais, geográficas e temporais na cobertura das equipes de saúde da família, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos.

Contribui para a análise das condições de acesso e qualidade da atenção básica, em associação com outros indicadores, tais como, número de consultas médicas por habitante, cobertura vacinal e taxa de mortalidade infantil.

Evidencia também a situação da linha de atenção, com finalidade de subsidiar formulações em planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas.

O indicador confere visibilidade à evolução da Estratégia Saúde da Família a partir de um marco referencial de cobertura 52,75% da população nacional, em 2010, para atingir, em 2016, a marca dos 62,63% de cobertura populacional pelas Equipes de Saúde da Família.

Cobertura das equipes de saúde bucal: informa a cobertura populacional das Equipes de Saúde Bucal, elemento integrante da Estratégia Saúde da Família. Partiu-se de um índice de referência de 34,3% em 2010, alcançando-se 40,30% em dezembro de 2016.

Cobertura de municípios no Programa Farmácia Popular - Aqui tem farmácia popular: de janeiro a dezembro de 2016, houve ampliação da rede credenciada, que inclui farmácias e drogarias privadas.

Cobertura populacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192): permite analisar comparativamente o acesso ao serviço pré-hospitalar de urgência nas regiões do País para avaliar o desempenho da política do Samu 192 no território nacional. A cobertura de referência

considerada como linha de base foi de 75% em junho de 2015. Em dezembro de 2016 essa cobertura alcançou 80,61% da população total.

Cobertura vacinal contra gripe: fornece uma proporção do número de pessoas da população-alvo vacinada (maiores de 60 anos de idade) com a vacina influenza em determinado espaço geográfico, em um ano considerado.

Aponta para os reflexos, sobre a população, relativos às consequências da gripe, em termos de morbidade/mortalidade por influenza ou complicações dela decorrentes.

O índice de referência fixado em 2014 foi de 86,25%. Em 2016 a cobertura em pauta alcançou 94,43% da população-alvo.

Percentual de municípios que realizam seis grupos de ações de vigilância sanitária (Visa) consideradas necessárias a todos os municípios, no ano: produz informações para o acompanhamento das ações consideradas minimamente necessárias para uma atuação efetiva em vigilância sanitária em nível local.

Essas ações permitem fortalecer o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, a partir da atuação em base territorial local.

A execução dessas ações contribui para a redução dos riscos e agravos, fortalecendo a promoção e proteção da saúde da população.

O índice de referência, fixado em 2014, foi de 34% de municípios realizando seis grupos de ações de Visa. Em 2016 foi apurado um índice de 38,9% dos municípios com o alcance da condição proposta.

Abaixo se apresenta a execução orçamentária dos objetivos selecionados do Programa 2015, e na sequência a análise detalhada de cada um deles.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS
2015 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS - R\$	
		2015	2016
0713	NO EXERCÍCIO ¹	63.415.849.052,37	67.046.327.526,56
	RPNP ²	2.799.056.265,61	3.264.962.035,93
TOTAL DO OBJETIVO		66.214.905.317,98	70.311.289.562,49
0726	NO EXERCÍCIO ¹	10.871.537.856,11	11.766.970.447,21
	RPNP ²	889.901.342,12	1.617.651.202,23
TOTAL DO OBJETIVO		11.761.439.198,23	13.384.621.649,44

Fonte: SPO/SE/MS – www.siop.planejamento.gov.br Data: 20/01/2017.

¹ Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

CÓDIGO DO OBJETIVO	GASTO TRIBUTÁRIO - R\$	
	2015	2016
0726	-	5.721.184.717,54

Fonte: SPO/SE/MS – www.siop.planejamento.gov.br Data: 20/01/2017.

*Valores Previstos.

Complementarmente, cabe ressaltar que por determinação da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, as metas propostas para o alcance dos objetivos selecionados também são avaliadas no contexto dos seguintes relatórios:

Relatório Anual de Gestão (RAG) - instrumento de gestão, com elaboração anual, que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS) e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano Nacional de Saúde.

O RAG, por determinação legal, é objeto de apreciação e deliberação do Conselho Nacional de Saúde (CNS), cuja avaliação ocorre em reunião plenária, com voto de quórum que valide a deliberação de aprovação. O RAG 2015 foi aprovado com ressalvas na 284ª Reunião Ordinária do CNS, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2016, por meio da Resolução/CNS Nº 533. O RAG 2016 está em fase de elaboração para encaminhamento ao CNS até 30 de março de 2017.

Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC) - é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde (PAS) e deve ser apresentado pelo gestor do SUS até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro de cada exercício, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação.

Os Relatórios de Prestação de Contas do 1º e 2º quadrimestres de 2016 foram entregues ao CNS em 31 de maio e 30 de setembro de 2016, respectivamente. O Relatório do 3º trimestre será entregue ao CNS até 28 de fevereiro de 2017.

Ao passar a análise da Atenção Especializada vê-se que é composta por um conjunto de diversos pontos de atenção com diferentes densidades tecnológicas para a realização de ações e serviços de urgência, ambulatorial especializado e hospitalar, apoiando os serviços da atenção básica por meio das seguintes estruturas complementares:

- a) Ambulatorial Especializada: conjunto de serviços e ações eletivas de média e alta complexidade para continuidade do cuidado;
- b) Hospitalar: ponto de atenção estratégico voltado para as internações eletivas e/ou de urgência de pacientes agudos ou crônicos agudizados;
- c) Urgência e Emergência: conjunto de serviços e ações voltadas aos usuários que necessitam de cuidados imediatos nos diferentes pontos de atenção, inclusive de acolhimento aos pacientes que apresentam complicações nas condições crônicas.

Para a ampliação dos atendimentos, na Atenção Especializada, voltados à segurança transfusional, o Ministério da Saúde implantou 14 plataformas para a realização centralizada dos testes de ácido nucleico (NAT - Brasileiro) na Hemorrede Pública Nacional.

O teste está disponível para atendimento a 100% dos serviços públicos e privados contratados pelo SUS. Estima-se uma produção nacional de 3,5 milhões de bolsas de sangue por ano, sendo que, em 2016, foram testadas 3,03 milhões de amostras. Para a qualificação técnica e gerencial dos serviços de hematologia e hemoterapia, o Ministério da Saúde promove cooperação interinstitucional na rede de serviços de hematologia e hemoterapia.

Outra importante atuação do MS dá-se por meio da Política Nacional de Transplantes de Órgãos, Tecidos e Células que foi estabelecida e fundamentada pela Lei nº 9.434/97, e tem como diretrizes a gratuidade da doação, o repúdio e o combate ao comércio de órgãos, a beneficência em relação aos receptores e não maleficência em relação aos doadores vivos.

Estas normas estabelecem garantias e direitos aos pacientes que necessitam destes procedimentos e regula toda a rede assistencial. Toda a política de transplante está em sintonia com as Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, que regem o funcionamento do SUS.

Um importante agente na gestão dessa política é o Instituto Nacional do Câncer (Inca) que envolve cinco unidades assistenciais (incluindo um Centro de Transplante de Medula Óssea), sendo todas as atividades voltadas para a consolidação e o fortalecimento da rede de atenção oncológica local, regional e nacional.

As cinco unidades assistenciais do Inca oferecem serviços de confirmação de diagnóstico, estadiamento do câncer, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, com atendimento multiprofissional integrado, garantidos os suportes diagnósticos e terapêuticos.

Todas estas atividades estão estreitamente vinculadas à formação de recursos humanos nas diversas especialidades oncológicas, ao desenvolvimento da pesquisa clínica e à divulgação científica.

A iniciativa, para o PPA 2016-2019, de ampliação dos atendimentos com manutenção da qualidade dos serviços reflete o objetivo pactuado para o quadriênio pelo Inca, de promover a produção, disseminação e aplicação do conhecimento, além de contribuir para a estruturação das redes de atenção à saúde e para o desenvolvimento científico e tecnológico, com foco nas ações para o controle do câncer, apoiando os gestores do SUS, de forma a contribuir para o atendimento integral à população.

Outra vertente da atuação da Atenção Especializada dá-se por meio das Unidades de Terapia Intensiva (UTI), um serviço hospitalar destinado a usuários em situação clínica grave ou de risco, clínico ou cirúrgico, necessitando de cuidados intensivos, assistência médica, de enfermagem e fisioterapia, ininterruptas, monitorização contínua durante as 24 horas do dia, além de equipamentos e equipe multidisciplinar especializada, classificadas como: UTI Adulto, UTI Pediátrica, Unidade Coronariana (UCO) e Unidades Neonatais.

A ampliação do número de leitos SUS de UTI tem por objetivo organizar e garantir o acesso ao paciente grave ou de risco, priorizar as ações que visem à redução da mortalidade, induzir a formação e qualificação de recursos humanos especializados e induzir a implantação de mecanismos de regulação, controle e avaliação da assistência prestada aos pacientes graves ou potencialmente graves no SUS.

O processo de cadastramento de leitos de UTI segue o explicitado na Portaria GM/MS 3.432/1998, que estabelece critérios para credenciamento de leitos de UTI Adulto, Pediátrico e UCO; Portaria GM/MS 2.994/2011 (Aprova a linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e o Protocolo de Síndromes Coronarianas Agudas); e Portaria GM/MS 930/2012, para UTI Neonatal, Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional (UCINCo) e Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINCa).

Cabe ao Gestor competente, em conformidade com a legislação vigente, a formulação do processo referente ao credenciamento dos leitos de UTI, encaminhando a respectiva solicitação por meio do SAIPS (Sistema de Apoio a Implementação de Políticas em Saúde), contendo todas as informações e documentos anexos, exigidos na legislação atual, podendo ser o solicitante o gestor estadual ou o gestor municipal.

As Unidades habilitadas poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas referidas portarias, terão suspensos os efeitos de seus cadastramentos.

O quadro abaixo demonstra o nível de realização das metas quantitativas para 2016 nas áreas de atuação da Atenção Básica e Atenção Especializada.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO
			2016	2017	2018	2019	
0265 – AMPLIAR O NÚMERO DE EQUIPES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA PARA 46 MIL.	UNIDADE	46.000	40.097				87,17
0455 – AMPLIAR O NÚMERO DE EQUIPES DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF PARA 7 MIL.	UNIDADE	7.000	4.406				62,94
0266 – AMPLIAR O ACESSO À ATENÇÃO ODONTOLÓGICA NA ATENÇÃO BÁSICA, PASSANDO PARA 29 MIL EQUIPES DE SAÚDE BUCAL IMPLANTADAS.	UNIDADE	29.000	24.383				84,08
0260 – IMPLANTAR 684 NOVAS EQUIPES DE ATENÇÃO DOMICILIAR, SENDO 432 NOVAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE ATENÇÃO DOMICILIAR (EMAD) E 252 NOVAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE APOIO (EMAP).	UNIDADE	684	4				0,58
03Z5 – ALCANÇAR 20.335 MÉDICOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS ATUANDO EM REGIÕES PRIORITÁRIAS PARA O SUS, POR MEIO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS E DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA – PROVAB. (1)	UNIDADE	20.335	18.240				89,70
04EN – AVALIAR E CERTIFICAR A QUALIDADE DE 40 MIL EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA NO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA (PMAQ-AB).	UNIDADE	40.000	0				0,00
026P – AUMENTAR DE 18 PARA 20,7 MILHÕES O NÚMERO DE EDUCANDOS COBERTOS PELO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE).	UNIDADE	20.700.000	0				0,00
04F0 – AMPLIAR EM 5.994 O NÚMERO DE LEITOS, SENDO 4.080 NOVOS LEITOS DE UTI ADULTO, PEDIÁTRICO, NEONATAL E UNIDADE CORONARIANA (UCO) E 1.914 LEITOS DE UCI CONVENCIONAL E CANGURU NO SUS, EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS.	UNIDADE	5.994	2.038				34,00
0268 – AUMENTAR EM 4% AO ANO O ÍNDICE DE TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS SÓLIDOS POR MILHÃO DA POPULAÇÃO (PMP), PASSANDO DE 37,95 PMP PARA 46,18 PMP.	PARTE POR MILHÃO DA POPULAÇÃO (PMP)	46,18	38,65				83,69
04DV – AUMENTAR EM 4% AO ANO O ÍNDICE DE DOADORES EFETIVOS DE ÓRGÃOS POR MILHÃO DA POPULAÇÃO (PMP), PASSANDO DE 13,36 PMP PARA 16,25 PMP.	PARTE POR MILHÃO DA POPULAÇÃO (PMP)	16,25	14,47				89,11
04DQ – DISPONIBILIZAR TESTE DE ÁCIDO NUCLÉICO – NAT BRASILEIRO PARA HIV / HCV / HBV PARA 100% DAS DOAÇÕES DE SANGUE REALIZADAS NO ÂMBITO DO SUS.	%	100	86,4				86,40
026I – AUMENTAR DE 20 PARA 160 AS CENTRAIS DE REGULAÇÃO QUE RECEBEM INCENTIVO FEDERAL DE CUSTEIO PARA A MELHORIA DO ACESSO AOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS ESPECIALIZADOS E HOSPITALARES.	UNIDADE	160	51				31,87
04EH – CUSTEAR A CONECTIVIDADE DE BANDA LARGA DE 25 MIL UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.	UNIDADE	25.000	0				0,00
04EI – GARANTIR 14 MIL UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE UTILIZANDO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO.	UNIDADE	14.000	12.187				87,05

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO
			2016	2017	2018	2019	
0263 – APOIAR A CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MAIS 16 MIL OBRAS DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS – REQUALIFICAUBS.	UNIDADE	16.000	4.596				28,73
026M – IMPLANTAR 500 NOVOS CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO.	UNIDADE	500	39				7,80
04G9 – IMPLANTAR 732 NOVOS LABORATÓRIOS REGIONAIS DE PRÓTESES DENTÁRIAS.	UNIDADE	732	70				9,56
04TA – IMPLEMENTAR BRINQUEDOTECAS EM TODOS OS HOSPITAIS FEDERAIS QUE REALIZEM ATENDIMENTO PEDIÁTRICO EM REGIME DE INTERNAÇÃO, EM CUMPRIMENTO DA LEI Nº 11.104/2005	UNIDADE		0				0,00

Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS.

(1) Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES/MS.

Descrição e Análise das Metas Quantitativas:

Meta 0265 – Ampliar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família para 46 mil.

Até dezembro de 2016 foram implantadas 40.097 equipes da Estratégia Saúde da Família. Cada equipe de Saúde da Família deve ser responsável por, no máximo, 4,0 mil pessoas de uma determinada área, que passam a ter corresponsabilidade no cuidado com a saúde.

Meta 0455 – Ampliar o número de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) para 7,0 mil.

Em dezembro de 2016, o número total de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) implantadas foi de 4,4 mil.

Meta 0266 – Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para 29 mil equipes de saúde bucal implantadas.

Ao final de 2016 atingiu-se 24,4 mil Equipes de Saúde Bucal implantadas. Para que a equipe seja implantada, é necessário que tenha havido uma Portaria de Credenciamento anteriormente, ou seja, só se implanta o que já foi antes credenciado.

Dessa forma, há vários municípios que possuem o credenciamento, mas que ainda não implantaram no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), podendo fazer a qualquer momento após o credenciamento.

Meta 0260 – Implantar 684 novas equipes de atenção domiciliar, sendo 432 novas Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (Emad) e 252 novas Equipes Multiprofissionais de Apoio (Emap).

Em 2016 foram implantadas 4 novas equipes. Assim, existem 599 Emad e 323 Emap, totalizando 922 equipes.

Meta 03Z5 – Alcançar 20,33 mil médicos brasileiros e estrangeiros atuando em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos e do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (Provab).

O Programa Mais Médicos (PMM) é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde, além de novas vagas de graduação e residência médica para qualificar a formação desses profissionais.

Durante todo o Programa, que teve início em 2013, já foram alocados 18,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos e do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (Provab).

Meta 04EN – Avaliar e certificar a qualidade de 40 mil equipes de atenção básica no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (Pmaq-AB).

Existe um processo que precede a certificação das equipes de Atenção Básica participantes do Pmaq. Em 2016 esse processo não ocorreu. Em 2017 acontecerá o processo de avaliação externa e dos indicadores de saúde pactuados, e em seguida a certificação de aproximadamente 38,0 mil equipes.

Meta 026P – Aumentar de 18 para 20,7 milhões o número de educandos cobertos pelo Programa Saúde na Escola (PSE).

A adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2016/2018 está aguardando publicação de Portaria, uma vez que o Programa foi reestruturado.

Meta 04F0 – Ampliar em 5.994 o número de leitos, sendo 4.080 novos leitos de UTI Adulto, Pediátrico, Neonatal e Unidade Coronariana (UCO) e 1.914 leitos de UCI Convencional e Canguru no SUS, em todas as regiões do País.

Em 2016, houve uma ampliação de 1.180 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Pediátrico, Neonatal e Unidade Coronariana (UCO). Também houve uma ampliação de 858 leitos de Unidade de Cuidados Intensivos Convencional e Canguru.

Meta 0268 – Aumentar em 4% ao ano o Índice de Transplantes de Órgãos Sólidos por milhão da população (pmp), passando de 37,95 pmp para 46,18 pmp.

O índice utilizado representa a relação entre o número total de transplantes de órgãos sólidos realizados no ano (coração, fígado, rim, pâncreas e pulmão), dividido pela população nacional estimada pelo IBGE para o ano apurado, multiplicado por 1,0 milhão. Em 2016 foi atingido o índice de 38,65 pmp, sendo este índice resultado de dados ainda preliminares.

Meta 04DV – Aumentar em 4% ao ano o Índice de Doadores Efetivos de Órgãos por milhão da população (pmp), passando de 13,36 pmp para 16,25 pmp.

O índice utilizado representa a relação entre o número total de Doadores Efetivos de órgãos ao ano, dividido pela população nacional estimada pelo IBGE para o ano apurado, multiplicado por 1,0 milhão. Em 2016 foi atingido o índice de 14,47 pmp.

Meta 04DQ – Disponibilizar teste de ácido nucléico – NAT brasileiro para HIV / HCV / HBV para 100% das doações de sangue realizadas no SUS.

No período de janeiro de 2016 a 10 de janeiro de 2017, tem-se a informação de que foram testadas 3,03 milhões amostras. A estimativa anual nacional é de 3,5 milhões coletas no SUS (público e privado contratado). Assim, o NAT, no período referido, cobriu 86,4% das bolsas coletadas.

Meta 026I – Aumentar de 20 para 160 as Centrais de Regulação que recebem incentivo federal de custeio para a melhoria do acesso aos serviços ambulatoriais especializados e hospitalares.

Até o final de 2016 estão sendo custeadas de forma complementar, pelo Ministério da Saúde, cumulativamente, 51 centrais de regulação, ambulatoriais e de internação hospitalar.

Meta 04EH – Custear a conectividade de banda larga de 25 mil Unidades Básicas de Saúde. Devido ao encerramento do contrato em 1º de setembro de 2016, essa meta terminou o ano com zero UBS com conectividade custeada.

Está sendo trabalhada nova proposta de financiamento de conectividade para as UBS para o ano de 2017.

Meta 04EI – Garantir 14 mil Unidades Básicas de Saúde utilizando prontuário eletrônico.

A quantidade alcançada em 2016 foi de 12.187 UBS utilizando prontuário eletrônico, sendo que 4.136 utilizam versões oferecidas gratuitamente pelo Ministério da Saúde e 8.413 softwares próprios e privados. Cabe ressaltar que, desse total, 362 utilizam na mesma Unidade Básica de Saúde tanto a versão gratuita, como softwares próprios.

Meta 0263 – Apoiar a construção, reforma e ampliação de mais 16,0 mil obras do Programa de Requalificação de UBS - RequalificaUBS.

Até 31 de dezembro de 2016, registrou-se a conclusão de 4.596 obras de construção, reforma e ampliação de UBS, com recursos do programa RequalificaUBS e de emendas parlamentares.

Meta 026M – Implantar 500 novos Centros de Especialidades Odontológicas - CEO. São 1.072 Centros de Especialidades Odontológicas ativas.

Assim, levando em conta a linha de base de 1.033 CEO em dezembro de 2015, foram implantados 39 novos Centros de Especialidades Odontológicas em 2016.

Meta 04G9 – Implantar 732 novos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias.

Em 2016 foram implantados 70 novos laboratórios. São 1.841 laboratórios ativos até dezembro de 2016.

Meta 04TA – Implementar brinquedotecas em todos os hospitais federais que realizem atendimento pediátrico em regime de internação, em cumprimento da Lei nº 11.104/2005.

Está sendo elaborado um documento preliminar pela Secretaria de Atenção à Saúde a respeito desta meta. A previsão de publicação é para julho de 2017.

Objetivo 0726 – Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Em continuidade, a assistência farmacêutica é um componente essencial do SUS, reunindo um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio do acesso aos medicamentos e seu uso racional.

A amplitude da política de medicamentos abrange o incentivo à pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos que resultem na melhoria da qualidade de vida da população.

O programa de assistência farmacêutica e insumos estratégicos está estruturado em três eixos:

- assistência farmacêutica básica;
- assistência farmacêutica para programas estratégicos; e
- assistência farmacêutica especializada.

O primeiro Eixo é financiado e executado de forma tripartite e destina-se à aquisição de medicamentos e insumos relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da atenção básica à saúde.

O segundo Eixo diz respeito ao Componente Estratégico que, por sua vez, consolidou-se a partir da garantia do acesso aos medicamentos e serviços farmacêuticos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico e de caráter estratégico (controle da tuberculose, hanseníase, malária, leishmaniose, doença de Chagas e outras de abrangência nacional ou regional, antirretrovirais (DST/Aids), sangue e hemoderivados, imunobiológicos, além dos medicamentos e insumos para o combate ao tabagismo e para as ações no âmbito da alimentação e nutrição).

Já no âmbito da assistência farmacêutica especializada – terceiro Eixo – é garantido o acesso aos medicamentos indicados ao tratamento de um conjunto significativo de agravos e doenças a partir das linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde. Essa se constitui em uma estratégia para a busca da integralidade do tratamento medicamentoso.

Com relação ao primeiro Eixo, destacam-se iniciativas que promovem o acesso e a integralidade das prescrições medicamentosas.

O Brasil possui uma rede oficial de laboratórios farmacêuticos cuja finalidade é prover medicamentos ao SUS em todos os níveis da atenção.

De acordo com a Política Nacional de Medicamentos, a capacidade instalada desses laboratórios deve, preferencialmente, ser utilizada para atender às necessidades de interesse em saúde pública, visando o tratamento das doenças objeto de programas estratégicos.

O Programa Farmácia Popular do Brasil (FPB), criado em 2004, visa ampliar o acesso aos medicamentos considerados essenciais. Por intermédio das unidades próprias e de parceria com municípios e estados, esses produtos são dispensados a preço de custo ao cidadão.

O FPB atende a toda a população e é dirigido, sobretudo, às pessoas que não têm condições de custear o medicamento de que necessitam e que, por isso, muitas vezes interrompem o tratamento.

Houve expansão do FPB, em 2006, por meio do Programa Aqui Tem Farmácia Popular, que o efetivou na rede privada de farmácias e drogarias. Inicialmente, contava com medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes, além dos contraceptivos, sendo posteriormente expandido.

A iniciativa, criada pelo Ministério da Saúde para ampliar o acesso a medicamentos no Brasil, se trata de um programa que tem foco nos medicamentos de uso contínuo e cuja distribuição permite que o paciente não interrompa o tratamento.

Outro programa de importância para o sistema de saúde é o QualifarSUS que tem por finalidade contribuir para o processo de aprimoramento, implementação e integração sistêmica das atividades da Assistência Farmacêutica às ações e aos serviços de saúde, visando a atenção contínua, integral, segura, responsável e humanizada à população brasileira.

Dividido em quatro eixos, o QualifarSUS preconiza ações de estruturação física dos serviços farmacêuticos (Eixo Estrutura), a promoção da educação permanente e da capacitação dos profissionais na lógica das Redes de Atenção à Saúde - RAS (Eixo Educação), a disponibilização de informações sobre as ações e os serviços da Assistência Farmacêutica praticada no SUS (Eixo Informação) e a elaboração de propostas de inserção da Assistência Farmacêutica (Eixo Cuidado) nas práticas clínicas.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016 – 2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO
			2016	2017	2018	2019	
02AZ – AMPLIAR O AQUI TEM FARMÁCIA POPULAR PARA PELO MENOS 83% DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUE POSSUAM FARMÁCIAS E DROGARIAS, PRIORIZANDO OS MUNICÍPIOS DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA E DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS.	%	83	80,55				97,05
04GJ – AMPLIAR PARA PELO MENOS 65% A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PRODUZIDOS PELA REDE DE LABORATÓRIOS PÚBLICOS DESTINADOS AO TRATAMENTO DE DOENÇAS DE PERFIL ENDÊMICO SELECIONADAS.	%	65	46				70,77
03X5 – DISPONIBILIZAR 100% DOS MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS ADQUIRIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	%	100	100				100,00
04GM – IMPLANTAR O PROGRAMA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (QUALIFARSUS) EM 70% DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.	%	70	28				40,00

Fonte: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS).

Análise das Metas Quantitativas

Meta 02AZ– Ampliar o Aqui Tem Farmácia Popular para pelo menos 83% dos municípios brasileiros que possuam farmácias e drogarias, priorizando os municípios do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Mais Médicos.

Em 2016, houve ampliação e manutenção da rede credenciada do Programa Farmácia Popular, incluindo rede própria do Ministério da Saúde, em 23 novos municípios, passando de 4.464 em dezembro de 2015 para 4.487 municípios em dezembro de 2016, ou seja, está presente em 80,5% dos municípios brasileiros. Portanto, atingiu 100% da meta prevista para 2016. Ressalte-se que esse número é flutuante, uma vez que o número de farmácias credenciadas está diminuindo em virtude dos descredenciamentos por irregularidades, bem como a suspensão de novos credenciamentos devido à recontração da Caixa Econômica Federal (Caixa), responsável pelo gerenciamento do credenciamento, que está em fase de conclusão pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA/MS).

Meta 04GJ– Ampliar para pelo menos 65% a aquisição de medicamentos produzidos pela rede de laboratórios públicos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico selecionadas.

Na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) existem 50 medicamentos para o tratamento das doenças malária, tuberculose, hanseníase e chagas. O componente estratégico não adquire todo o elenco descrito na Rename todos os anos, pois a necessidade do medicamento varia conforme alguns fatores, como: demanda da área técnica, dos estados e municípios, sazonalidade, estoque estratégico, problemas de produção do laboratório; diminuição da demanda pelo medicamento ou problemas administrativos na transferência de tecnologia. Logo, o elenco total é de 50 medicamentos para essas doenças. Desse elenco, em 2016, foram adquiridos 47 medicamentos, sendo que 22 medicamentos diferentes são produzidos por Laboratórios Farmacêuticos Oficiais (LFO), o que representa uma proporção de 46%.

Meta 03X5 – Disponibilizar 100% dos medicamentos e insumos estratégicos adquiridos pelo Ministério da Saúde.

No terceiro quadrimestre de 2016 distribuiu-se 381.502.081 unidades, sendo 166.693.257 insumos e 214.808.824 medicamentos para atendimento dos programas de saúde listados acima. Este resultado representa a distribuição de 100% dos medicamentos e insumos programados para o período.

Meta 04GM – Implantar o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QualifarSUS) em 70% dos municípios brasileiros.

Avanços se deram nos eixos com a pactuação e publicação da Portaria nº 957, em 10 de maio de 2016, que estabelece o conjunto de dados e eventos referentes aos medicamentos e insumos da Rename e do Programa Farmácia Popular do Brasil para composição da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde. Ainda no âmbito do eixo informação, destaca-se a Pesquisa Nacional de Acesso e Uso Racional de Medicamentos (Pnaum). No eixo educação

também foram dados alguns grandes passos com a disponibilização de ofertas de capacitação a distância e presenciais, somando mais de 9.800 profissionais capacitados até dezembro de 2016. No eixo cuidado foram concluídas etapas de modelagem do serviço nos municípios de Curitiba/PR, Betim/MG, Lagoa Santa/MG e Recife/PE, tendo vários pontos de atenção envolvidos na realização dos serviços de clínica farmacêutica. Pretende-se publicar em 2017 dez cadernos contendo metodologia e resultados dos projetos de cuidado farmacêutico desenvolvido nesses municípios. O Programa QualifarSUS está implantado em 28% dos municípios brasileiros.

Análise da Meta Qualitativa

Meta 026F – Disponibilizar 3,0 UI 7 de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.

A meta se refere à disponibilização mínima de unidades internacionais de fator de coagulação, para garantir a integridade articular e a hemostase dos pacientes com hemofilia A e B. O monitoramento refere-se ao período de 1º/01 a 31/12/2016, em que a CGSH disponibilizou 3,35 UI Fator VIII, considerando a distribuição dos fatores plasmático e recombinante, armazenados e distribuídos pelos Caies/MS e Hemobrás e 0,56 UI Fator IX, considerando o Fator IX plasmático distribuído e armazenado no /MS e na Hemobrás.

4.2.2. Programa 2019 - Inclusão Social Por Meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da Articulação de Políticas Sociais

O Programa Bolsa Família (PBF) tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres, a fim de aliviar a pobreza extrema, e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde por meio dos compromissos assumidos pelas famílias e pelo Poder Público.

Alcançou em média 13,83 milhões de famílias beneficiárias em 2016. O benefício médio em dezembro de 2016 alcançou o valor de R\$ 181,15.

O investimento no Bolsa Família para enfrentar a pobreza gera impactos positivos na saúde e na educação da população beneficiada. Esses impactos são decorrentes da exigência do cumprimento das condicionalidades, assim como do esforço articulado para que as famílias inadimplentes voltem ao seu cumprimento.

As condicionalidades do PBF representam compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo Poder Público. As famílias devem matricular e manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde, incluindo consultas de pré-natal e vacinação das crianças em dia; o Poder Público deve prover os serviços de saúde e de educação que garantam o exercício desses direitos sociais.

O Programa monitora bimestralmente a frequência escolar de mais de 14 milhões de estudantes, entre os quais mais de 95% efetivamente cumprem

uma presença mínima de 85% (de seis a 15 anos de idade) ou 75% (de 16 a 17 anos de idade). Também monitora semestralmente o cumprimento das obrigações com o sistema de saúde de mais de 8 milhões de famílias beneficiárias.

As condicionalidades cumprem o papel importante de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a autonomia das famílias, e os resultados do acompanhamento expressam efeitos positivos significativos na saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa.

Além de materializar direitos e contribuir para o rompimento do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza, o acompanhamento do descumprimento das condicionalidades pode indicar vulnerabilidades, risco social ou violação de direitos sociais das famílias e deve ensejar atuação prioritária das políticas sociais, por meio da ação integrada das três esferas de Governo.

Atualmente há mais de 28 milhões de famílias de baixa renda no Cadastro Único, correspondendo a mais de 80 milhões de pessoas – a parcela mais pobre da população brasileira. A ampliação do alcance do cadastramento, com o processo denominado de Busca Ativa, resultou no cadastramento de mais de 1,35 milhão de famílias extremamente pobres e que passaram a ser beneficiárias, além do aumento na identificação de grupos populacionais tradicionais e específicos.

O Cadastro Único se ampliou e passou a ser a porta de entrada para diversos programas sociais.

O Programa Bolsa Família foi estruturado com base em princípios de gestão descentralizada e compartilhada, que contribuem para a construção de um relacionamento cooperativo entre o Governo Federal e os entes federados no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social.

Os processos e fluxos de trabalho envolvidos são crescentes e demandam a estruturação e qualificação dos recursos materiais e humanos disponibilizados pela gestão do Programa nos Municípios e Estados.

Considerando-se a importância da autonomia dos entes federados na execução do Programa, o desafio para os próximos anos é o reforço do modelo de gestão do PBF por meio do crescente fortalecimento das gestões locais, elevando a qualidade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos beneficiários de programas sociais.

Entre os principais destaques alcançados pelo programa em 2016, citam-se a manutenção do nível de beneficiários em cerca de 13,83 milhões de famílias, na média mensal.

O reajuste das linhas de pobreza, de R\$ 154,00 para R\$ 170,00, e de extrema pobreza, de R\$ 77,00 para R\$ 85,00, a partir do segundo semestre de 2016, resultou na elevação do benefício médio no percentual de 12,38%.

Além disso, de modo inovador foi lançado simultaneamente os processos de Averiguação Cadastral e Revisão Cadastral, esta compreendendo também famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Com a medida, conjugada com os resultados do Grupo de Trabalho Interinstitucional com vistas ao aperfeiçoamento de rotinas de verificação de inconsistências e à melhoria da qualidade das bases de dados do MDSA, foram convocadas para atualização cadastral cerca de 7,18 milhões de famílias cadastradas e bloqueados ou cancelados 1,1 milhão de benefícios para famílias com divergências cadastrais, o que permitiu, no final do ano, novas concessões do Programa Bolsa Família até o limite do número de pessoas registradas no Cadastro Único com o perfil para o programa, mas que ainda não haviam sido atendidas.

Os indicadores estabelecidos no PPA atingiram as seguintes medições:

- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação: 92,13%. A cada ano são cinco períodos de acompanhamento da frequência escolar, cada um correspondente a um bimestre, excluindo-se os meses de janeiro e dezembro destinados às férias escolares. No bimestre de outubro e novembro de 2016, 16.059.461 crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos constavam no público para acompanhamento das redes municipais e estaduais de ensino. Desse total, 14.794.842 (92,13%) tiveram frequência escolar registrada no Sistema Presença, e destes, mais de 95% cumpriram a frequência exigida pelo PBF.
- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças: 69,87%. Dados do primeiro semestre de 2016 mostram que das 7,5 milhões de crianças com perfil para acompanhamento, 5,2 milhões (69,87%) tiveram seus cartões de vacinação acompanhados, e destas, 98,9% estavam com a imunização em dia, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde.
- Taxa de atualização cadastral: 74%, segundo apuração de dezembro de 2016. A atualização cadastral é um importante mecanismo de qualificação da informação, pois garante que os dados do Cadastro Único reflitam a realidade corrente das famílias. A atualização deve ser realizada pela família sempre que houver alguma mudança em sua situação; não havendo mudança, as informações precisam ser confirmadas, no máximo, a cada dois anos. O índice de 74% das famílias com os dados atualizados reflete a ação contínua de atualização cadastral realizada pelos Municípios e a ação de qualificação cadastral de exclusão lógica de cadastros desatualizados há mais de 48 meses, realizada regularmente pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Objetivo 0619 – Reduzir a pobreza por meio da transferência direta de renda.

O Bolsa Família tem como desafios ampliar a cidadania, promover a inclusão social e superar a miséria. Dentre as consequências positivas do Bolsa Família destacam-se a redução da mortalidade infantil e da taxa de evasão escolar. Apesar dos bons resultados, o Programa deve ser constantemente aprimorado para continuar sua trajetória de impacto na redução da pobreza. Entre os desafios, garantir o atendimento às famílias necessitadas, reajustar os valores dos benefícios, adequar regras e desenho do Programa são fundamentais para preservar e avançar na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida da população brasileira.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DO OBJETIVO
2019 – INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO BOLSÁ FAMÍLIA, DO CADASTRO ÚNICO E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
0619	NO EXERCÍCIO ¹	26.385.345.680,04	27.491.590.000,00
	RPNP ²	30.089.882,40	46.159.071,63
TOTAL DO OBJETIVO		26.415.435.562,44	27.537.749.071,63

Fonte: SPO/SE/MS – www.siop.planejamento.gov.br.
Data: 30/01/2017.

¹ Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

A variação nos valores liquidados entre os anos de 2015 e 2016 se deve ao aumento no valor dos benefícios, principalmente em virtude dos reajustes das linhas de pobreza, de R\$ 154,00 para R\$ 170,00, e de extrema pobreza, de R\$ 77,00 para R\$ 85,00, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2016. As alterações resultaram na elevação do benefício médio no percentual de 12,38%.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
03U4 – TRANSFERIR RENDA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA QUE ATENDAM AOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE, CONFORME AS ESTIMATIVAS DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA BOLSÁ FAMÍLIA	%	100,00	98,77				98,77	SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA (SENARC)

Fonte: Siop.

O Programa Bolsa Família (PBF) se desenvolve em três eixos principais:

- a transferência de renda, que promove o alívio imediato da pobreza;
- as condicionalidades, as quais induzem os beneficiários ao acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e
- a articulação institucional voltada a fornecer e ampliar o acesso das famílias beneficiárias a outras políticas que promovam o desenvolvimento das famílias, de modo a lhes possibilitar a superação da situação de vulnerabilidade.

No transcurso de 2016, o eixo de transferência de renda atendeu em média a cerca de 13,83 milhões de famílias por mês, superando a estimativa de pobreza de 13,73 milhões de famílias, conforme estudo da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc)¹, de 2012.

Todavia, houve uma pequena redução no último bimestre de 2016, tendo em vista o processo de revisão do Cadastro Único realizada no exercício com vistas à qualificação das informações registradas na base de dados.

Dessa forma, o Programa Bolsa Família beneficiou, no mês de dezembro de 2016, 13.569.576 famílias, o que equivale a aproximadamente 45,87 milhões de pessoas, que receberam benefícios com o valor médio de R\$ 181,15. Dessas, 5,4 milhões de famílias receberam o Benefício para Superação da Extrema Pobreza, que é o benefício pago às famílias que, mesmo recebendo as demais parcelas do PBF, ainda permanecem em situação de extrema pobreza com renda per capita abaixo de R\$ 85,00.

O valor total disponibilizado pelo Governo Federal em benefícios alcançou R\$ 2.458.172.701,00, em dezembro de 2016; mês em que o PBF alcançou 98,77% da meta relativa à estimativa de famílias pobres e extremamente pobres (13,57 milhões de famílias beneficiadas para uma estimativa total de famílias pobres com perfil BF de 13,73 milhões de famílias).

Vale acrescentar que para além do foco no segmento de renda mais baixa da população, as ações do Governo Federal buscam atingir também segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis, como mulheres, jovens, população negra e Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GPTE. Na medida em que, no âmbito do PBF 91,9% das famílias são chefiadas por mulheres, 86,7% dos beneficiários são negros ou pardos e 1,47 milhão das famílias beneficiárias pertence aos GPTE, a

ação federal de transferência direta e condicionada de renda contribui para o processo de reforço à cidadania.

Além disso, o MDSA autorizou medidas especiais de atendimento e pagamento a 161.263 famílias de Municípios que tiveram declarada Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública pelo Estado ou pelo Governo Federal, totalizando R\$ 24.342.490,00.

São medidas especiais que visam a facilitar o acesso ao pagamento, tais como a realização de saque dos benefícios a partir do primeiro dia do Calendário de Pagamentos de cada mês, não sendo preciso esperar o dia do pagamento de acordo com o final do Número de Identificação Social (NIS) do cartão; adoção da Declaração Especial de Pagamento, fornecida pelo município, que permite o saque do benefício sem o cartão e sem apresentar documentos, caso a família tenha perdido seu Cartão Bolsa Família e seus documentos de identificação; e mobilização do agente financeiro para operações especiais de pagamento em caso de prejuízo dos canais de pagamento na localidade.

Analisando-se a meta de forma regionalizada, tem-se:

- região Centro-Oeste – Quantidade alcançada: 94,39%. A região Centro-Oeste representou em média 5,14% do quantitativo total de beneficiários do PBF em 2016, e, mesmo considerando o comportamento regular do quantitativo na região, o resultado do período ficou aquém da meta reprogramada para região.
- região Nordeste – Quantidade alcançada: 96,31%. A região Nordeste representou em média 50,31% do quantitativo total de beneficiários do PBF em 2016 e, em virtude do batimento da folha de pagamento com outros registros administrativos do Governo Federal, houve uma redução no último bimestre de 2016.
- região Norte – Quantidade alcançada: 100,31%. Meta atingida.
- região Sudeste – Quantidade alcançada: 98,71%. A região Sudeste representou em média 25,61% do quantitativo total de beneficiários do PBF em 2016 e, mesmo considerando o comportamento regular do quantitativo na região, o resultado do período se aproximou da meta reprogramada de 3,56 milhões famílias.

¹ Nota técnica Senarc nº 152, de 23 de maio de 2012.

- região Sul – Quantidade alcançada: 90,90%. A região Sul representou em média cerca de 6,60% do quantitativo total de beneficiários do PBF em 2016 e, considerando o declínio constatado no segundo semestre, o resultado do período ficou aquém da meta reprogramada para região.

Também é importante destacar outras ações que contribuem para o arranjo do programa, conforme descrito a seguir:

Revisão Cadastral e Averiguação do Bolsa Família

O MDSA no ano de 2016 lançou simultaneamente os processos de Averiguação Cadastral e Revisão Cadastral². Buscou-se, com a simultaneidade dos processos, dar às gestões municipais uma visão integrada da demanda de atualização cadastral a ser atendida prioritariamente em seu território, assim como possibilitar o planejamento integrado dos processos anuais de atualização cadastral. Com a medida, foram convocadas para atualização cadastral cerca de 7,18 milhões de famílias cadastradas.

Outra inovação ocorrida nos processos de controle, em 2016, foi a de incluir no público de Revisão Cadastral, além das famílias beneficiárias do PBF, as famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e as famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

O objetivo da Revisão Cadastral das famílias beneficiárias da TSEE e BPC em 2016 foi promover a atualização das informações cadastrais das famílias que eram beneficiárias desses dois programas sociais, que são usuários do Cadastro Único. No caso da TSEE, os resultados do processo foram utilizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelas concessionárias de energia elétrica para a repercussão quanto à manutenção da tarifa subsidiada.

No caso do BPC, não houve repercussão na manutenção e no pagamento do benefício, pois o BPC possui um processo próprio de reavaliação bianual realizado pelo INSS. Em síntese, o processo de Revisão Cadastral em tela englobou apenas a verificação da atualidade dos dados cadastrais das famílias incluídas. Para isso foram utilizadas a folha de pagamentos dos beneficiários do BPC de dezembro de 2015 e a base de beneficiários da TSEE de dezembro de 2015.

Foram utilizadas, como fontes de informação para a Averiguação Cadastral de 2016, as bases do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS do ano de 2015 e a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS de 2014, ambos do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, tendo como critérios de comparação a existência de divergências entre a renda informada no Cadastro Único e a renda e benefícios constantes nos outros registros administrativos, e as bases de óbito de pessoas cadastradas.

Em continuidade ao processo de aprimoramento e integração dos processos operacionais do PBF e do Cadastro Único, foi instituído em 2016 Grupo de Trabalho Interinstitucional, com vistas ao aperfeiçoamento de rotinas de verificação de inconsistências e à melhoria da qualidade das bases de dados do MDSA.

No âmbito dos trabalhos do colegiado, foram realizados cruzamentos entre as bases de dados do Cadastro Único (junho/2016) e da folha de pagamento do PBF (julho/2016) e aquelas dos seguintes registros administrativos do Governo Federal:

- Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2014);
- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged (janeiro/2015 a junho/2016);
- Sistema de benefícios permanentes e auxílios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (junho/2016);
- Sistema de Controle de Óbitos (2002 a 2016);
- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape (junho/2016); e
- Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

² O objetivo dos referidos processos é buscar as máximas qualidade e atualidade dos dados declarados no Cadastro Único.

No que tange ao PBF, foi identificado 1,1 milhão de famílias beneficiárias com divergências cadastrais, resultando nas seguintes providências imediatas: 654 mil famílias tiveram o pagamento de seus benefícios do PBF bloqueados até a atualização cadastral, e 469 mil famílias tiveram seus benefícios PBF cancelados em novembro de 2016.

Esse contingente ampliou-se a partir da identificação de outras inconsistências realizada pelo processo anual de averiguação cadastral de famílias beneficiárias, conforme se verá abaixo nas informações relativas ao Cadastro Único.

Os processos de atualização cadastral, em conjunto, foram capazes de permitir novas concessões do Programa Bolsa Família até o limite do número de pessoas registradas no Cadastro Único com o perfil para o programa, mas que ainda não haviam sido atendidas.

Ainda em relação às medidas de controle, foi firmado acordo de cooperação técnica entre o MDSA e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e prosseguem as tratativas para a assinatura de ajustes entre o Ministério e o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF), e entre a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, encarregada da gestão nacional do PBF, e o Departamento de Polícia Federal (DPF) do Ministério da Justiça e Cidadania (MJ).

Resultados do Acompanhamento das Condicionalidades de Educação e Saúde

Por meio do compromisso com o cumprimento das condicionalidades, as famílias demandam serviços públicos, cuja utilização contribui para o aumento do capital social e o rompimento do ciclo de pobreza entre as gerações, e conduz à concretização de direitos sociais básicos.

Os números levantados pelo acompanhamento das condicionalidades, por parte dos Ministérios da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social e Agrário, além dos poderes públicos locais, revelam efeitos positivos na saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa.

Estudos demonstram que o Bolsa Família ajuda a manter os alunos na escola, visto que as taxas de abandono entre beneficiários do Programa são menores do que aquelas apresentadas pelos demais alunos da rede pública – tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio – e as taxas de aprovação são equiparadas às dos demais alunos³.

Esses impactos positivos são ainda maiores no Nordeste, região com maior número de beneficiários do PBF. Na saúde, estudo publicado em 2013⁴ mostrou que o PBF contribui para a diminuição da taxa de mortalidade infantil geral e por causas relacionadas à pobreza, como desnutrição e diarreia.

Em 2015, nova pesquisa demonstrou que o Bolsa Família contribui indiretamente para a redução da incidência de hanseníase nas comunidades com alta cobertura do PBF⁵.

O acompanhamento das condicionalidades permite ainda identificar e atuar sobre as situações de vulnerabilidade social que as famílias beneficiárias enfrentam. Partindo do entendimento de que o descumprimento das condicionalidades pode sinalizar situações de vulnerabilidade graves, a identificação dessas famílias permite ao Poder Público mapear os principais problemas vivenciados por elas, relacionados à oferta dos serviços ou à dinâmica sociofamiliar, e torná-las foco de ações estatais.

Na área de educação, para os alunos de famílias PBF, é necessária a frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças e adolescentes de seis a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos.

³ CIRENO, F.; VIANA, I. A.V.; ALVES, C. B. A. Ensino Básico e trajetória escolar de estudantes do Programa Bolsa Família. Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, n. 18, p. 50-60, 2014.

⁴ RASELLA, D. et al. Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. The Lancet, v. 382, n. 9.886, p. 57-64, 2013.

⁵ NERY, J. S. et al. Effect of the Brazilian Conditional Cash Transfer and Primary Health Care Programs on the New Case Detection Rate of Leprosy. PLoS Neglected Tropical Disease, November 20, 2014.

Em 2016, 14 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, em média, por bimestre de acompanhamento, tiveram a frequência escolar registrada, entre os quais mais de 95%, em média, cumpriram a presença mínima exigida para os alunos do Bolsa Família.

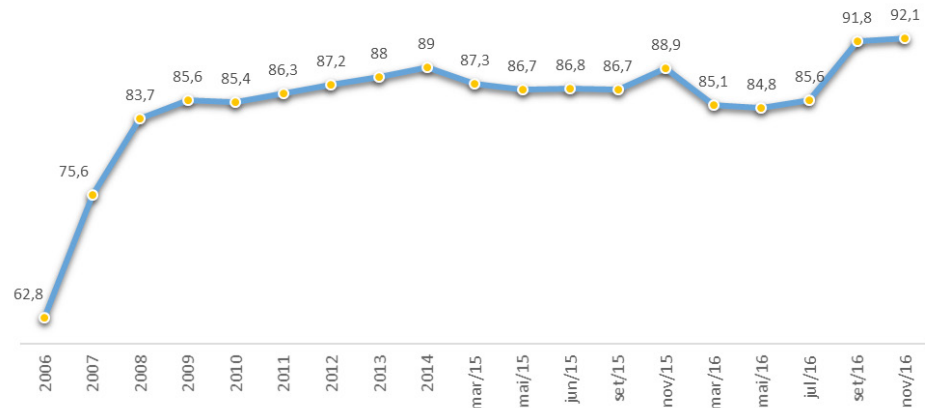
Conforme se visualiza no Gráfico a seguir, nos primeiros três períodos de acompanhamento da frequência escolar de 2016, os percentuais de acompanhamento foram menores, em relação ao ano anterior, em decorrência do maior número de crianças e adolescentes sem identificação da escola em que estudam, denominados “não localizados”.

Entretanto, nos dois últimos períodos, referentes aos bimestres de agosto e setembro (quarto período), e de outubro e novembro (quinto período) de 2016, houve um salto no índice de acompanhamento.

O resultado do quinto período representa o segundo maior índice da série histórica, considerando todos os períodos de acompanhamento, atrás apenas do percentual alcançado em outubro e novembro de 2013. O índice do quarto período é o terceiro maior.

Esses resultados decorrem de ações realizadas pela rede de educação com o objetivo de ampliar o acompanhamento dos beneficiários do PBF, especialmente a utilização de dados do Censo Escolar 2016 para identificação de alunos não localizados no Sistema Presença do Ministério da Educação.

HISTÓRICO DO PERCENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR DE BENEFICIÁRIOS ENTRE 6 A 17 ANOS DE IDADE – BRASIL – 2006 A 2016

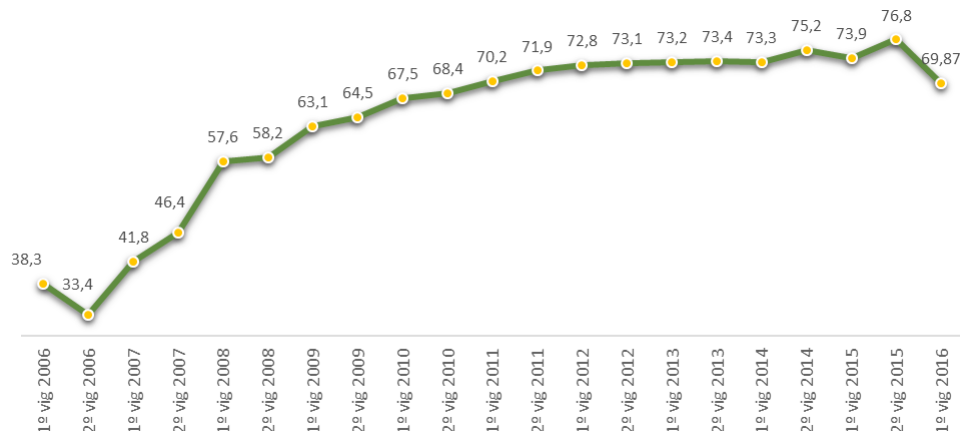


Fonte: Sistema de Condicionalidades – Sicon/Decon/Senarc

Nota: Os percentuais referentes aos anos anteriores a 2015 representam as médias das taxas de acompanhamento atingidas durante o ano.

Na área de saúde, dados do primeiro semestre de 2016⁶ mostram que, nas 7,5 milhões de famílias monitoradas, 5,2 milhões de crianças tiveram seus cartões de vacinação acompanhados, e dessas, 98,9% estavam com a imunização em dia, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde. O resultado percentual do acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias beneficiárias do PBF da primeira vigência de 2016 (69,9%) foi inferior ao obtido no mesmo período do ano anterior (73,9%), conforme destacado no Gráfico abaixo. Entretanto, foi registrado, no período, um salto de mais de 50% na identificação das gestantes das famílias beneficiárias do PBF, fato explicado pela integração do Sistema de Gestão do PBF na Saúde com o SisPréNatal do Ministério da Saúde. Das mais de 371 mil gestantes identificadas no período, 99,6% estavam realizando pré-natal.

HISTÓRICO DO PERCENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF, BRASIL – 2006 A 2016



⁶ Até o fechamento deste relatório, o período de registro das informações do acompanhamento do segundo semestre de 2016 ainda estava aberto.

Resultados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O Cadastro Único, coordenado pelo MDSA, é um instrumento informatizado de coleta de dados de famílias de baixa renda, que permite a articulação de diversas políticas públicas para esse público. As informações do Cadastro Único são autodeclaratórias e incluem características socioeconômicas, tais como condições de moradia, acesso a serviços de água, luz, esgotamento sanitário e também dados de identificação e caracterização de cada uma das pessoas da família (escolaridade, documentação, trabalho, rendimentos, etc.).

Constitui o público alvo do Cadastro Único todas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou de três salários mínimos por família.

Entretanto, podem também se cadastrar famílias com renda superior ao limite máximo, desde que essa inclusão esteja vinculada à seleção e acompanhamento de programas sociais de iniciativa de qualquer dos três entes da Federação.

Atualmente, no Cadastro Único existem mais de 28 milhões de famílias cadastradas, dentre as quais 16,9 milhões são pobres e extremamente pobres (renda per capita mensal de até R\$ 170,00).

A boa qualidade das informações registradas no Cadastro Único assegura que as famílias beneficiadas pelas diversas políticas sejam, de fato, aquelas que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos.

Para tanto, o MDSA executa ações contínuas de fomento à atualização cadastral, que, em regra, deve ser realizada pelas famílias a cada dois anos. Atualmente, 69,3% das famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa estão com os dados atualizados.

Em 2016, o processo de Revisão Cadastral coordenado pelo MDSA envolveu famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica e do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social que estavam há mais de dois anos sem atualizar seus dados.

Esse processo foi conjugado à ação anual de Averiguação Cadastral, que verifica a consistência das informações de rendimento prestadas pelas famílias. Até o momento, 3.334.411 das famílias que foram incluídas em Revisão e Atualização Cadastral já atualizaram seus dados. Os dois processos ainda estão em andamento, com previsão de conclusão para 2017. Em média, os Municípios realizam mais de 1 milhão de inclusões e atualizações cadastrais por mês, com uma rede que mobiliza mais de 32 mil entrevistadores e 10 mil operadores em todo o País, distribuídos em 9.413 postos de cadastramento.

Em 2016 desenvolveu-se uma agenda de valorização destes trabalhadores do Cadastro Único, visto que se trata de uma mão de obra com vínculos empregatícios precarizados, de alta rotatividade e com baixo reconhecimento da importância de sua função em relação às políticas públicas. Assim, houve articulação entre o MDSA e o então MTPS para inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da ocupação de entrevistador social, ocorrida em janeiro de 2016.

Os trabalhadores do Cadastro Único também estão preparados para atender e identificar de maneira correta quinze Grupos Populacionais Tradicionais ou Específicos (GPTEs). Grande parte destas famílias é localizada e cadastrada em ações de busca ativa, que permitiram um aumento significativo do total de famílias GPTEs identificadas no Cadastro Único, chegando a 2,14 milhões de famílias em 2016.

As famílias GPTEs já são 7,6% do total de famílias cadastradas, dentre as quais se destacam famílias de agricultores familiares, indígenas e quilombolas e pescadores artesanais.

Outra ação desenvolvida pelo MDSA que permite a qualificação das informações registradas na base de dados do Cadastro Único é a Exclusão Lógica, por meio da qual os dados de pessoas ou de famílias são excluídos, mas permanecem visíveis na base nacional do Cadastro Único em estado cadastral "excluído".

Tal procedimento retira os registros que não tiveram atualização por parte das gestões municipais e famílias cadastradas ao longo de quatro anos consecutivos.

No ano de 2016, 1.721.758 famílias foram excluídas do Cadastro Único por força dessa ação. Também tiveram destaque em 2016 ações que visaram a identificar e premiar práticas de gestão bem sucedidas nos governos municipais e estaduais e reconhecer entrevistadores sociais de atuação destacada.

Essas ações culminaram, em dezembro de 2016, na realização do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social – Edição Especial Cadastro Único para Programas Sociais, em que os Municípios, Estados e os entrevistadores finalistas receberam reconhecimento do MDSA pela excelência no trabalho da gestão do Cadastro Único.

Em 2016, foi também realizado o Seminário Internacional de Integração de Bases de Dados e Sistemas de Informação, evento que trouxe ao MDSA conhecimento sobre experiências exitosas de integração de bases de dados de cinco países e que teve participação dos gestores dos principais cadastros do Governo Federal, cuja interação com o Cadastro Único está sendo avaliada.

Todo o trabalho de qualificação da base do Cadastro Único e a rede de atendimento dos Municípios e Estados garantem o reconhecimento do Cadastro Único como ferramenta focalizada na população mais pobre do Brasil. Isso permite e incentiva o uso do Cadastro Único por mais de 20 programas sociais na esfera federal, os quais, a exemplo do Programa Bolsa Família, constroem pontes efetivas para a superação da pobreza, tais como o Programa Bolsa Verde, a Isenção de Taxa de Concurso Público, Água para Todos, Minha Casa Minha Vida e outros.

Resultados do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) foi instituído pela Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, com o objetivo de medir os resultados da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle.

Com base nos Índices obtidos por cada ente da federação, os recursos são calculados e transferidos aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal. Em 2016 foram realizados repasses financeiros no valor de R\$ 12,45 milhões para os Estados (IGD-E), sendo R\$ 8,72 milhões referentes ao orçamento do exercício de 2016; e R\$ 480,82 milhões para os Municípios e o Distrito Federal (IGD-M), sendo R\$ 366,98 milhões referentes ao orçamento de 2016. A execução orçamentária de 2016 foi de R\$ 441,10 milhões para o IGD-M e de R\$ 10,35 milhões para o IGD-E.

Resultados de Capacitação das equipes do PBF e do Cadastro Único

A complexidade e o dinamismo do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família requerem uma estratégia de capacitação continuada para aprimoramento dos profissionais empenhados em sua execução e gestão e que, ao mesmo tempo, forneça-lhes instrumentos para o desenvolvimento de suas atividades. Busca-se, assim, o fortalecimento do Cadastro Único e de seus programas usuários, bem como do PBF.

As ações educacionais implementadas têm como objetivo desenvolver competências específicas por meio de processos formativos, que disseminam conteúdos atualizados e treinam habilidades necessárias à gestão descentralizada e à operacionalização dos processos de trabalho. As referidas ações são desenvolvidas de forma presencial e a distância.

A metodologia de capacitação presencial, que tem como base a parceria com as coordenações estaduais do Programa Bolsa Família, prevê a formação de uma rede de instrutores que são responsáveis por ministrar as atividades educacionais, atuando como multiplicadores.

Destaque-se que, em 2016, foram canceladas as turmas de Instrutores de Formulários do Cadastro Único planejadas para esse período, em decorrência, dentre outros, das atualizações de conteúdo ainda em andamento, e da ocorrência das eleições municipais.

Os resultados das capacitações ministradas e das multiplicações feitas pelos Estados em 2016 encontram-se a seguir:

INSTRUTOR GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E DO PBF SENARC – 2016

REGIÃO	FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DE GESTÃO
CENTRO-OESTE	16
NORDESTE	44
NORTE	21
SUDESTE	21
SUL	13

Fonte: SENARC/MDSA

CAPACITAÇÕES PRESENCIAIS REALIZADAS PELOS ESTADOS – 2016
RESULTADOS PARCIAIS*

REGIÃO	FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DE FORMULÁRIOS	FORMAÇÃO DE ENTREVISTADORES	FORMAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS CAPACITAÇÃO DE GESTÃO
CENTRO-OESTE	0	66	18
NORDESTE	0	66	322
NORTE	0	226	284
SUDESTE	65	1210	321
SUL	118	130	60
TOTAL GERAL BRASIL	183	1698	1005

*O Setor de Capacitação ainda está recebendo os relatórios das turmas desenvolvidas pelos Estados em 2016.

Ainda na modalidade presencial, a Senarc monitora cursos sobre o Sistema de Cadastro Único e o Sistema de Gestão de Benefícios (Sibec).

Elaborados em parceria com a Caixa Econômica Federal (Caixa), agente operador do Programa Bolsa Família, executados por esta instituição, e previstas no contrato firmado entre o MDSA e a Caixa, estes dois cursos destinam-se aos operadores municipais dos sistemas em questão. Os resultados de 2016 encontram-se a seguir:

CAPACITAÇÕES/CAIXA/2016 – TÉCNICOS CAPACITADOS	
REGIÃO	SIBEC
CENTRO-OESTE	77
NORDESTE	214
NORTE	0
SUDESTE	0
SUL	259
TOTAL GERAL BRASIL	550

Além das ações presenciais, há a modalidade a distância (EaD), na qual são disponibilizadas diferentes oportunidades de estudos, com o objetivo de ampliar a capacidade de oferta da Senarc de capacitações para gestores e técnicos municipais, distritais, estaduais e federais, membros do controle social do PBF e demais parceiros.

Destaque-se, no corrente ano, a ação de modernização do leiaute do Portal EaD-MDSA, no endereço eletrônico: www.mds.gov.br/ead. Os resultados das ações educacionais a distância de 2016 encontram-se abaixo:

CURSOS EAD	PARTICIPANTES APTOS/2016
AMBIENTAÇÃO EAD	1.041
INTRODUÇÃO AO SISTEMA DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS	132
SIGPBF – APLICATIVO DE ADESÃO MUNICIPAL	44
SIGPBF – APLICATIVO CONTROLE DE ACESSO	47
SIGPBF – APLICATIVO DE FORMULÁRIOS (SASF)	66
SIGPBF – APLICATIVO TRANSMISSÃO DE ARQUIVOS: UPLOAD/DOWNLOAD DE ARQUIVOS	88
SIGPBF – APLICATIVO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS	147
SISTEMA DE CONDICIONALIDADES (SICON)	299
FISCALIZAÇÃO DO RECEBIMENTO INDEVIDO DE BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	553
IGDM – TEORIA E PRÁTICA	103
TOTAL DE PARTICIPANTES APTOS	2.520

Contrato de Prestação de Serviços entre a União (MDSA) e a Caixa

A Caixa Econômica Federal (Caixa) é, por força da legislação, o agente operador do PBF e do Cadastro Único, e por isto, um dos principais parceiros do MDSA na operacionalização do Programa Bolsa Família, sendo contratada para prestação de serviços no âmbito do Cadastro Único e das ações de transferência direta de renda, de forma a promover a operacionalização do Cadastro Único, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento) e Programa Bolsa Família (PBF). Em 2016 o MDSA repassou à Caixa o montante de R\$ 344.476.123,75, referentes a dez faturas, que compreende o período de janeiro a outubro de 2016.

Além dos valores de competência do exercício de 2016, o MDSA repassou à Caixa o montante de R\$ 117.975,41, referente ao passivo do período de outubro de 2003 a março de 2010; e o valor de R\$ 544.124.789,76, relativo ao passivo do período de setembro de 2013 a dezembro de 2015, incluída a atualização monetária, quitando assim todas as dívidas sem contencioso entre o MDSA e a Caixa.

4.2.3. Programa 2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) organiza em todo o território nacional a oferta dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, visando a redução de desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população.

Essas ações são estruturadas em dois níveis, proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidades, conforme a complexidade das situações envolvidas, sendo implementadas em parceria com os Municípios, Estados e Distrito Federal, articulando as ofertas diretas de serviços públicos prestadas pelos citados entes às complementares prestadas por entidades e organizações de assistência social.

Além da coordenação federativa, o Governo Federal atua na regulamentação e no cofinanciamento das ações do Suas, com base em

critérios universais, pactuados com representações das demais esferas federadas (Comissão Intergestores Tripartite - CIT) e aprovados pelo controle social (Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS). Nas esferas subnacionais, observa-se uma significativa integração do Suas com outras políticas de proteção social, como, por exemplo, a gestão local do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), que se encontra sob responsabilidade dos órgãos gestores da assistência social em praticamente todos os Municípios brasileiros.

A capilaridade das unidades que ofertam os serviços do Suas favorece o acesso do público alvo às ações socioassistenciais, apesar da magnitude e dispersão territorial dos segmentos populacionais que se encontram em situações diversas de vulnerabilidade e riscos sociais.

Ao final de 2016, o Governo Federal cofinanciava a oferta de serviços em 7.458 Centros de Referência de Assistência Social – Cras (cobertura de aproximadamente 25,7 milhões de famílias, em 5.531 Municípios), 2.516 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) municipais e regionais (com capacidade de atendimento mensal a aproximadamente 142 mil famílias e indivíduos), 230 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centro Pop e 88,9 mil vagas em serviços de acolhimento (para idosos e mulheres em situação de violência, crianças e adolescentes, jovens e adultos com deficiência e população em situação de rua e migrantes).

O Governo Federal também é responsável pela gestão e financiamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV), que beneficiaram em 2016, com um salário-mínimo mensal, aproximadamente 4,4 milhões de pessoas com deficiência e idosos, sem meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Além das unidades de prestação de serviços socioassistenciais de proteção básica e especial diretamente vinculadas aos Municípios, Estados e Distrito Federal, esses serviços também são ofertados por entidades e organizações de assistência social, parceiras estratégicas para a implementação do Suas. O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) está implantando o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (Cneas), que organizará informações

sobre seu público alvo, infraestrutura, recursos humanos e ofertas dessa rede. Ao final de 2016 o Cneas já contava com 18,9 mil entidades na base de dados, das quais 9 mil já haviam concluído o processo de cadastramento.

O registro das entidades no Cneas passará a ser requisito para a realização de parcerias com o poder público, abrangidas pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (novo marco regulatório das organizações da sociedade civil – MROSC).

Como instrumento de financiamento indireto dessas entidades, o MDSA realiza a concessão e renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas). Ao final de 2016, existiam aproximadamente 5,4 mil entidades usufruindo da certificação concedida pelo MDSA, das quais aproximadamente mil foram concedidas ou renovadas no ano.

Uma das prioridades do atual Governo é o programa Criança Feliz, que articula ações de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos e direitos das crianças e adolescentes. As principais ações do Sistema Único de Assistência Social (Suas) no âmbito do Criança Feliz compreendem a realização de visitas domiciliares visando apoiar o fortalecimento de vínculos e o estímulo ao desenvolvimento infantil, com prioridade para as gestantes e crianças de até 36 meses de famílias beneficiárias do Bolsa Família e as crianças de até 72 meses e suas famílias, beneficiárias do BPC.

Além disso, compreendem a qualificação dos atendimentos prestados pelos serviços socioassistenciais a gestantes e crianças na primeira infância, a qualificação de serviços de acolhimento institucional e, no caso de crianças na primeira infância, a priorização do acolhimento em famílias acolhedoras.

Em outra linha de atuação, o MDSA está elaborando uma Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva, visando reduzir a pobreza e as desigualdades sociais. No âmbito do Suas, essa estratégia inclui o aprimoramento do programa Acessuas Trabalho, que passará a realizar oficinas de preparação e orientação dos usuários sobre o mundo do trabalho e deverá monitorar a trajetória desses usuários, com o objetivo de construir estratégias coletivas de superação das dificuldades.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			VALOR APURADO 2016		VARIÇÃO % EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
		DATA	ÍNDICE	FONTE DE INFORMAÇÃO	DATA	ÍNDICE	
TAXA DE COBERTURA DE FAMÍLIAS POR CRAS EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES	PERCENTUAL	31/12/2014	86,16	MDS (CADÚNICO; CADSUAS)	31/12/2016	72,10	-16,32
TAXA DE COBERTURA DE SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 20 MIL HABITANTES	PERCENTUAL	31/12/2014	14,80	MDS (CADSUAS)	31/12/2016	23,23	56,96
TAXA DE POBREZA DA POPULAÇÃO IDOSA DE 65 ANOS OU MAIS	PERCENTUAL	30/09/2013	1,20	PNAD - IBGE	30/09/2015	0,68	-43,33

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA.

Os indicadores estabelecidos no PPA atingiram as seguintes medições:

- Taxa de cobertura de famílias por Cras em Municípios com mais de 100 mil habitantes – Comparando o valor apurado em 2016 de 72,10% com o de referência de 86,16%, observa-se uma variação negativa, ou seja, uma moderada retração na cobertura de famílias pobres por Cras nos Municípios selecionados. Em que pese dependa de avaliação mais aprofundada, é possível estimar que tal piora tenha se dado pelo constante incremento de novas famílias cadastradas no CadÚnico associado ao refreamento da expansão de novos Cras.
- Taxa de cobertura de serviços de média complexidade em Municípios com até 20 mil habitantes – O valor de referência para esta taxa relativa a 2014 é 14,80%. No exercício de 2016, esse percentual atingiu 23,23%, apresentando evolução na cobertura. Destaca-se também que indicador variou em função de terem sido considerados os municípios abrangidos pelos Creas Regionais no CadSuaS de 2014.
- Taxa de pobreza da população idosa de 65 anos ou mais – O indicador avalia o total de pessoas com 65 anos ou mais com renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza oficial dividido pela população total de 65 anos ou mais. A linha de pobreza é equivalente a R\$ 154,00 em abril/2014, conforme definido pelo Decreto nº 8.232/14. Em 2015, data da última Pnad disponível, o índice reduziu-se quase à metade do índice de 2013, a 0,68%, evidenciando uma redução ampla da pobreza entre a população idosa, apesar de ter se elevado em relação ao índice observado em 2014, de 0,5%.

A seguir apresenta-se a evolução da execução orçamentária do programa 2037 e dos objetivos selecionados:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS
2037 – CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
0370	NO EXERCÍCIO ¹	433.916.842,74	1.529.150.444,25
	RPNP ²	137.125.104,74	323.818.267,51
TOTAL DO OBJETIVO		571.041.947,48	1.852.968.711,76
0371	NO EXERCÍCIO ¹	41.846.043.089,52	48.021.837.651,56
	RPNP ²	5.949.527,15	5.324.497,66
TOTAL DO OBJETIVO		41.851.992.616,67	48.027.162.149,22

Fonte: SPO/SE/MS – www.siop.planejamento.gov.br.

Data: 30/01/2017.

¹ Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

No PPA 2012-2015, as atuais ações da proteção social básica e especial compunham objetivos distintos (0282, 0370 e 0829), que no PPA vigente foram integrados no objetivo 0370. Desse modo, os dados apresentados no quadro acima (coletados no Siop) para o objetivo 0370 relativos a 2015 refletem apenas a execução da proteção social especial, não sendo diretamente comparáveis à informação do exercício 2016.

Considerando todas as ações que no PPA vigente compõem o objetivo, em 2015 ocorreu uma execução da ordem de R\$ 1.890,7 milhões, sendo R\$ 1.388,1 milhões de recursos do próprio exercício e R\$ 502,6 milhões resultantes da liquidação de Restos a Pagar Não Processados.

Em 2016, ocorreu uma redução de 2% do montante executado (R\$ 1.853 milhões), sendo R\$ 1.529,1 milhões de recursos da LOA (incremento de 10,1%) e R\$ 323,8 milhões de RAP (redução de 35,6%).

Por sua vez, as ações do objetivo 0371, que apresentaram em 2015 uma execução de R\$ 41,8 bilhões, quase integralmente de recursos do orçamento do próprio exercício (99,99%), conforme se verifica na tabela anterior, evoluiu, em 2016, para R\$ 48 bilhões (aumento de 14,75%). Em síntese, somados os recursos dos benefícios e serviços

socioassistenciais (objetivos 0370 e 0371), os recursos liquidados apresentaram uma oscilação positiva de 2015 para 2016, passando de R\$ 43,7 bilhões para R\$ 49,9 bilhões (crescimento de 14%), refletindo a prioridade e o grande esforço despendido no fortalecimento da proteção social.

Objetivo 370: Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial ofertados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

A Proteção Social Básica tem um papel proativo, visando prevenir situações de risco (abandono, negligência, violência, dentre outras) em famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, busca desenvolver potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de um conjunto de ações, entre os quais se destacam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Esses serviços são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e em outras unidades públicas de assistência social e de forma indireta pelas entidades privadas de assistência social. Além disso, a proteção social básica também compreende os programas Acessuas Trabalho e atuação do SuaS no programa Criança Feliz.

Enquanto a Proteção Social Básica tem um papel preventivo, a Proteção Social Especial (PSE) é direcionada a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social; em situação de ameaça ou violação de direitos, tais como violência física, psicológica, abandono e negligência; abuso ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua e mendicância; trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia. Os serviços são organizados em dois níveis de complexidade (média e alta), conforme as situações específicas, visando a proteção dos indivíduos, o fortalecimento de potencialidades e a reconstrução de vínculos familiares e comunitários.

A PSE de Média Complexidade oferta serviços de orientação e apoio especializado e continuado às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Destacam-se os serviços: de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi); Especializado em Abordagem Social; de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Especializado para Pessoas em Situação de Rua; e de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Estes serviços são ofertados nas unidades de referência, que são o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e o Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência. Além disso, a PSE também responde pela concessão/manutenção residual de benefícios a famílias com crianças ou adolescentes em trabalho infantil (Bolsa Peti), que não preenchem os requisitos para acesso ao Programa Bolsa Família.

A PSE de Alta Complexidade oferta Serviços de Acolhimento para proteção integral de indivíduos e famílias em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, em função de fragilidades, rompimento ou inexistência de vínculos familiares ou comunitários, além da proteção em situações de calamidades públicas e emergências.

Esses serviços são organizados considerando as especificidades de cada segmento populacional, como: crianças e adolescentes, adultos e famílias em situação de rua e migrantes, mulheres em situação de violência, pessoas idosas, jovens e adultos com deficiência.

Para tanto, esse objetivo articula o cofinanciamento federal à oferta dos serviços e programas de proteção social básica (ações orçamentárias 2A60 e 20V5, respectivamente) e especial de média e alta complexidades (ações orçamentárias 2A65 e 2A69, respectivamente), além das ações de estruturação das redes de proteção social básica (ação orçamentária 2B30) e especial (ação orçamentária 2B31) e do pagamento do Bolsa Peti (8662).

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
00IU – AMPLIAR A COBERTURA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) PARA 100% DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, EXPANDINDO SUA COBERTURA AOS 532 MUNICÍPIOS AINDA NÃO COFINANCIADOS.	MUNICÍPIOS	532	0,00	-	-	-	0,00	SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SNAS)
00JO – AMPLIAR A COBERTURA DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), COM 650 NOVAS UNIDADES EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ACIMA DE 100 MIL HABITANTES, REFERENCIANDO 100% DA POPULAÇÃO REGISTRADA NO CADASTRO ÚNICO NESSES MUNICÍPIOS	CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	650	0,00	-	-	-	0,00	SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SNAS)
00J1 – AMPLIAR A COBERTURA DE SERVIÇOS OFERTADOS ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS RESIDENTES EM LOCALIDADES ISOLADAS OU DE DIFÍCIL ACESSO, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE 970 NOVAS EQUIPES VOLANTES, TOTALIZANDO 2.224 EQUIPES	EQUIPES VOLANTES	970	0,00	-	-	-	0,00	SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SNAS)
00RI – AMPLIAR A COBERTURA DA OFERTA REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA 1.500 NOVOS MUNICÍPIOS, COM POPULAÇÃO INFERIOR A 20 MIL HABITANTES, TOTALIZANDO 73% DOS MUNICÍPIOS DESSE PORTE	MUNICÍPIOS	1.500	64,00	-	-	-	4,27	SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SNAS)
00RV – ADEQUAR 80% DAS VAGAS OFERTADAS NOS SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA AOS PARÂMETROS DO SUAS	%	80,00	0,00	-	-	-	0,00	SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SNAS)
00S1 – AMPLIAR A COBERTURA DA OFERTA REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATINGINDO A TAXA DE 1VAGA/2,0 MIL CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NAS MICRORREGIÕES NÃO COBERTAS POR SERVIÇOS MUNICIPAIS	VAGA/2,0 MIL CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1,00	0,04	-	-	-	4,00	SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SNAS)
049S – IMPLANTAR EM TODAS AS CAPITAIS O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO, PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS, ATENDENDO PRIORITARIAMENTE OS BENEFICIÁRIOS DO BPC	CAPITAIS ESTADUAIS	27	0,00	-	-	-	0,00	SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SNAS)
049Y – AMPLIAR A COBERTURA DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL, EXPANDINDO O COFINANCIAMENTO DE 958 PARA 1.913 MUNICÍPIOS, ATINGINDO 100% DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM ALTA INCIDÊNCIA DE TRABALHO INFANTIL.	MUNICÍPIOS	955	0,00	-	-	-	0,00	SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SNAS)

Fonte: Siop.

Análise das Metas Quantitativas

Um grande esforço tem sido empreendido, visando a manutenção dos serviços nos níveis existentes, tendo em vista os desafios enfrentados pelo País nos cenários econômico e fiscal. Em razão disso, em 2016 não houve disponibilidade para implantação ou expansão do cofinanciamento federal à oferta de SCFV (meta 00IU), de CRAS (meta 00JO),

Equipes Volantes (meta 00J1), Serviço no Domicílio (meta 049S) e Aepeti (meta 049Y). Contudo, tais equipamentos e serviços continuam ofertando seus serviços e buscando alcançar a máxima cobertura possível, conforme análise das metas abaixo.

Meta 00IU - Ampliar a cobertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para 100% dos Municípios brasileiros, expandindo sua cobertura aos 532 Municípios ainda não cofinanciados.

Com o reordenamento do SCFV (2013), 5.038 municípios (90%) aceitaram o cofinanciamento federal. Após o aceite, os Municípios têm dois anos para implantar o serviço, entendendo-se por implantação o atendimento, em pelo menos um trimestre, de usuários em quantidade equivalente a 25% da capacidade de atendimento aceita, sendo cancelado o cofinanciamento aos municípios que não tenham atingido esse patamar.

O cofinanciamento federal atinge atualmente 4.971 Municípios (89,2% do total), o que corresponde a uma capacidade de atendimento potencial de 1,6 milhão de usuários, com incentivos para que metade dessas vagas sejam destinadas ao público prioritário.

No quarto trimestre de 2016 foram atendidos 1.491 mil usuários, sendo 732 mil do público prioritário (fonte: SISC/SNAS).

Meta 00JO - Ampliar a cobertura dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), com 650 novas unidades em Municípios com população acima de 100 mil habitantes, referenciando 100% da população registrada no Cadastro Único nesses Municípios.

Atualmente a rede de Cras é composta por 8.273 unidades (Fonte: CadSuas, 02/12/2016), das quais 7.458 recebem cofinanciamento federal. Em relação aos municípios com população acima de 100 mil habitantes, existem atualmente 1.988 unidades Cras (sendo 1.589 cofinanciadas), o que representa uma cobertura de 72,1% da população registrada no Cadastro Único nesses Municípios.

Meta 00J1 - Ampliar a cobertura de serviços ofertados às famílias e indivíduos residentes em localidades isoladas ou de difícil acesso, por meio da implantação de 970 novas Equipes Volantes, totalizando 2.224 equipes.

Atualmente o Governo Federal cofinancia a oferta de serviços por 1.251 equipes (56,2% da meta proposta no PPA), existentes em 1.081 Municípios.

Meta 00RI - Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de proteção social especial de média complexidade para 1.500 novos Municípios, com população inferior a 20 mil habitantes, totalizando 73% dos Municípios desse porte.

Em dezembro de 2015 a cobertura desses serviços alcançava 272 Municípios (6,9%) dentre os 3.917 desse porte. De acordo com os registros do Cadastro de Unidades do Suas (CadSuas), ao final de 2016 essa cobertura tinha sido ampliada para 336 Municípios (8,6% dos Municípios desse porte).

Meta 00RV - Adequar 80% das vagas ofertadas nos serviços de acolhimento para população em situação de rua aos parâmetros do Suas.

Segundo o Censo Suas, em 2015 haviam 31.890 vagas ofertadas para população em situação de rua, das quais 16,75% estavam adequadas aos parâmetros do Suas. Contudo, como o Censo Suas 2016 ainda se encontra em processamento, não é possível até o momento observar a evolução no período.

Meta 00S1 - Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, atingindo a taxa de 1 vaga/2.000 crianças e adolescentes, nas microrregiões não cobertas por serviços municipais.

O Cadastro de Unidades do Suas (CadSuas) registra que em 2016 foram implantadas 330 vagas, resultando na variação da taxa de acolhimento de crianças e adolescentes, de 0,00/2000 (dez/2015) para 0,04/2000 crianças e adolescentes (dez/2016).

Meta 049S - Implantar em todas as capitais o serviço de proteção social básica no domicílio, para pessoas com deficiência e idosas, atendendo prioritariamente os beneficiários do BPC.

Embora ainda não possua cofinanciamento federal, diversos Municípios têm declarado no Censo Suas que já realizam algum tipo de oferta desse serviço. Contudo, essa informação deve ser vista com atenção, sendo necessário qualificar o que esses entes têm considerado como oferta do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, isto é, se se tratam apenas de visitas domiciliares esporádicas ou a oferta do serviço previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Nesse sentido, considerando a necessidade de orientar os Municípios sobre a concepção do serviço e de fornecer metodologias específicas para sua execução, o MDSA elaborou o documento "Orientações Técnicas do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas", que foi disponibilizado em consulta pública, para contribuições, ajustes e posterior publicação.

Meta 049Y - Ampliar a cobertura das ações estratégicas de enfrentamento ao trabalho infantil, expandindo o cofinanciamento de 958 para 1.913 Municípios, atingindo 100% dos Municípios brasileiros com alta incidência de trabalho infantil.

De acordo com o Censo Suas 2015, os Municípios com alta incidência de trabalho infantil que recebem recursos para a realização de ações estratégicas de enfrentamento ao trabalho infantil (Aepeti) vêm demonstrando atuação diferenciada. Estes realizam mais encaminhamentos de crianças e adolescentes para o Serviço de Convivência (SCFV) e de famílias com situação de trabalho infantil para atendimento nos Cras, Creas e por outras políticas.

Análise da Meta Qualitativa

Meta 049T - Acompanhar no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) as famílias beneficiárias do Bolsa Família, sendo 15% das residentes em Municípios com até 20 mil habitantes e 10% das residentes em Municípios com mais de 20 mil habitantes.

Em dezembro de 2015 havia 13,9 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, das quais 644 mil (4,62%) estavam em acompanhamento pelo Paif. De forma consolidada, 941 dos 5.570 Municípios (16,9%) já alcançavam a meta em 2015. As informações relativas a 2016 deverão estar disponíveis no 1º semestre de 2017.

Objetivo 0371: Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedê-lo à pessoa idosa e à pessoa com

deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços socioassistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos Estados, Municípios e DF.

O BPC é um benefício de natureza individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal no valor de um salário mínimo à pessoa idosa (65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, cuja renda per capita familiar mensal, em ambos os casos, seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Além do BPC, respeitando o princípio do direito adquirido, determinado na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - Loas), são mantidos os benefícios de Renda Mensal Vitalícia (RMV) concedidos até 31 de dezembro de 1995, quando entrou em vigor a concessão do BPC.

No período deste PPA (2016-2019) deverão ser articulados vários esforços visando qualificar a gestão do BPC e incluir seus beneficiários nos serviços socioassistenciais e em outras políticas. Uma dessas iniciativas é o programa BPC na Escola, que visa promover a elevação da qualidade de vida dos beneficiários do BPC com deficiência, na faixa etária de zero a 18 anos, favorecendo o acesso e a permanência na escola. Neste período, deverão ser intensificadas as estratégias para mobilização, identificação e acompanhamento das famílias dos beneficiários em idade escolar.

Nesse sentido, integram este objetivo as ações orçamentárias que registram o financiamento dos benefícios (00H5, à pessoa idosa e 00IN, à pessoa com deficiência), bem como as ações que financiam as atividades-meio (2583 e 2589).

Em relação à Meta 00SA, o cruzamento dos dados do BPC com o Censo Escolar (Inep/MEC) possibilita a identificação dos beneficiários do BPC (zero a 18 anos) que estão no sistema educacional ou fora da escola. A situação escolar é divulgada aos Municípios para a realização de ações da assistência social, tais como: busca ativa a beneficiários; encaminhamento aos serviços socioassistenciais e de outras políticas; e desenvolvimento de ações para superação de barreiras de acesso e permanência na escola.

Os resultados obtidos em 2016 demonstram que 297,9 mil beneficiários (59,4% dos 501,6 mil) foram identificados no Censo Escolar. Para a ampliação deste percentual, as ações do Programa devem proporcionar a matrícula do público beneficiário em escolas regulares, na perspectiva inclusiva.

Análise da Meta Qualitativa

Meta 00S8 - Ampliar as oportunidades de acesso das pessoas idosas e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC aos serviços socioassistenciais, na perspectiva da garantia da convivência familiar e comunitária.

Deve-se salientar que estes já compõem o público prioritário dos serviços e programas da assistência social, inclusive aqueles que integram a agenda prioritária do Governo Federal - Primeira Infância e Inclusão Produtiva. Sua inclusão no Cadastro Único favorecerá o acesso a ações de diversas políticas (educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, turismo e habitação) que se utilizam das informações do Cadastro Único para, por exemplo, a seleção de pessoas e a priorização de atendimentos.

4.2.4. Programa 2061 - Previdência Social

A Previdência Social é uma política de longo prazo, sendo seu principal desafio a universalização da cobertura previdenciária, sendo o bem estar do trabalhador brasileiro e de sua família o seu principal objetivo. É um direito social, previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988 entre os direitos e garantias fundamentais.

A busca pela excelência na Previdência Social proporcionou a criação de um modelo de gestão, com foco em governança para resultados, que se tornou referência no âmbito da administração pública federal. Trata-se de modelo lógico, definido a partir de sua arquitetura estratégica, focado na governança, capacidades e competências da Previdência Social. Resulta em um processo permanente e evolutivo, voltado diretamente para a consecução de sua missão, conseqüentemente para a visão de futuro.

A Previdência Social está organizada em três regimes distintos, independentes entre si:

- Regime geral de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e atenderá, nos termos da lei: (i) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (ii) proteção à maternidade, especialmente à gestante; (iii) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (iv) salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e (v) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes. (Art. 201, CF/88);
- Regime próprio dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações; é um regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do ente público, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Art. 40, CF/88); e
- Regime de previdência complementar organizado de forma autônoma em relação aos regimes públicos, facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. (Art. 202, CF/88).

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é administrado pelo

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Atende ao setor privado, apesar de sua administração ser pública, e, dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais.

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são constituídos mediante lei de cada ente federativo, com a finalidade de assegurar a proteção previdenciária dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observados os princípios do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial, em consonância com os preceitos dos artigos 40, 149, § 1º e 249 da Constituição Federal.

O Regime de Previdência Complementar (RPC) é composto pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que são fiscalizadas e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia de natureza especial vinculada ao Ministério da Fazenda. As EFPC tem administração privada, e também são conhecidas como fundos de pensão.

Os fundos de pensão operam Planos de Benefícios destinados aos empregados de empresa ou grupo de empresas, bem como aos associados ou membros de associações, entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominados de patrocinadores ou instituidores, respectivamente. A seguir pode ser visualizada a execução dos indicadores do Programa 2061.

INDICADORES DO PPA 2016-2019 – PROGRAMA 2061

INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO ANO 2016	DATA DE APURAÇÃO	FONTE
TAXA DE COBERTURA PREVIDENCIÁRIA	%	72,5	72,5%	30/09/2015	PNAD
TAXA DE COBERTURA PREVIDENCIÁRIA DE MULHERES TRABALHADORAS	%	72,3	72,70%	30/09/2015	PNAD
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO REGIME GERAL, EM RELAÇÃO AO PIB.	%	1,03	2,4%	10/11/2016	FLUXO DE CAIXA INSS
RESULTADO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO (SERVIDORES CIVIS), EM RELAÇÃO AO PIB.	%	-0,75	-0,69%	19/12/2016	RREO
RESULTADO FINANCEIRO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL, EM RELAÇÃO AO PIB.	%	-0,92	-1,44%	19/12/2016	RREO/ DIPR
RESULTADO FINANCEIRO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS, EM RELAÇÃO AO PIB.	%	0,20	0,18%	19/12/2016	DIPR
RESULTADO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO EM RELAÇÃO AO PIB.	%	-20,21	-19,99%	27/12/2016	AVALIAÇÃO ATUARIAL
RESULTADO ATUARIAL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL EM RELAÇÃO AO PIB.	%	-49,77	-74,33%	27/12/2016	DRAA
RESULTADO ATUARIAL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO PIB.	%	-9,87	-12,37%	13/01/2017	DRAA
TAXA DE ATIVOS TOTAIS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO PIB.	%	3,60	2,82%	16/01/2017	DRAA
TAXA DE CRESCIMENTO DE PARTICIPANTES DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.	%	2,42	3,88 ²	31/12/2014	RELATÓRIOS SPPC
TAXA DE ATIVOS TOTAIS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR EM RELAÇÃO AO PIB.	%	12,75	12,95%	31/10/2016	RELATÓRIOS SPPC E IBGE
ÍNDICE DE COBERTURA DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.	%	41,91	37,60 ³	31/12/2014	RELATÓRIOS SPPC E PNAD
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.	%	1,07	0,98%	31/10/2016	PREVIC
ÍNDICE DE GRAVIDADE DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO.	UNIDADE	9,43	6,25	27/12/2016	SUB CNIS

A Taxa de Cobertura Previdenciária, em 2015, foi de 72,5%. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2015, ainda existem cerca de 23,8 milhões de trabalhadores regidos pelo RGPS desprotegidos. Em relação à população idosa a cobertura previdenciária foi de 81,7%. Esses índices estão no mesmo patamar registrado na Pnad de 2014.

A necessidade de financiamento do RGPS em 2016, com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) projetado para esse ano, é 2,4%. O valor estimado, constante no PPA 2016 a 2019, era de 1,3%. Essa diferença retrata a mudança nos parâmetros macroeconômicos, com agravamento da situação econômica e reflexos no mercado de trabalho.

Para cada um dos indicadores relativos à Resultado Financeiro, Resultado Atuarial e Ativos Totais dos RPPS a Secretaria de Previdência mantém arquivos com a nota metodológica para apuração, memória de cálculo, evolução dos resultados e análise situacional e providências a serem adotadas, cujos aspectos mais relevantes estão sintetizados a seguir.

Em relação aos indicadores de Resultado Financeiro dos RPPS da União, Estados/Distrito Federal e Municípios, destaca-se que:

- O déficit financeiro do RPPS dos servidores civis da União, apurado a partir das informações divulgadas no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), foi de R\$ 43,1 bilhões, equivalente a 0,69% do PIB projetado. Esse valor é um pouco superior ao resultado apurado em 2015 (0,67%). A evolução desse indicador ao longo dos últimos anos (2011 - 0,84%; 2012 - 0,82%; 2013 - 0,84%; 2014 - 0,75%; 2015 - 0,67%) mostra tendência de estabilidade e até ligeira redução;
- O déficit financeiro dos RPPS de Estados e Distrito Federal, apurado pelas informações do RREO e do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), vem crescendo significativamente: entre 2011 e 2016 praticamente triplicou em valores nominais absolutos (de R\$ 31,2 bilhões para R\$ 89,6 bilhões) e quase dobrou como proporção do PIB (de 0,76% para 1,44%); e
- Embora a crise econômica que resultou em queda na arrecadação tenha atingido todos os entes federativos, o agravamento da situação previdenciária de forma bem mais expressiva do que na União e Municípios indica que Estados e Distrito Federal não adotaram medidas efetivas de controle dos gastos, notadamente no que se refere às despesas com pessoal;

Nos Municípios, o resultado financeiro, apurado pelas informações do DIPR, manteve-se superavitário no ano de 2016, em R\$ 11,1 bilhões, equivalente a 0,18% do PIB, superior a 2015, quando foi de 0,12%.

O resultado atuarial do RPPS dos servidores civis da União apresentou déficit na avaliação relativa a 2016 e manteve valor próximo àquele apurado na avaliação de 2015 passando de R\$ 1,20 trilhão para R\$ 1,24 trilhão. Como proporção do PIB, caiu de 20,85% para 19,99%.

O déficit atuarial dos RPPS de Estados e Distrito Federal, apurados pelas informações prestadas no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), vem crescendo de forma expressiva: passou de R\$ 1,3 trilhão em 2011 para R\$ 4,6 trilhão em 2016, em valores nominais absolutos, e de 33,16% para 74,33%, em proporção do PIB.

Na variação dos resultados entre 2015 (R\$ 3,0 trilhões - 52,38% do PIB) e 2016 destaca-se a grande elevação nos déficits atuariais do Estado do Rio de Janeiro (déficit de R\$ 511 milhões), que alterou os parâmetros para apuração das provisões matemáticas do Plano Financeiro, e do Estado de São Paulo (déficit de R\$ 883 milhões), cujo resultado foi aferido com base na avaliação atuarial da União, pelo fato de não enviar o DRAA, amparado por decisão judicial.

O valor crescente do déficit atuarial reflete os desajustes estruturais dos RPPS de Estados e Distrito Federal, relacionados a regras de elegibilidade dos benefícios, gestão da política salarial dos servidores não atrelada às projeções atuariais, grande massa de servidores com idades mais elevadas, razão desfavorável entre o número de servidores ativos e o de aposentados e pensionistas, dentre outros aspectos.

O déficit atuarial dos RPPS dos Municípios vem aumentando progressivamente nos últimos anos: 2011 - 7,44%; 2012 - 7,98%;

2013 - 9,19%; 2014 - 9,87%; 2015 - 11,64%; e, finalmente, -12,37% (R\$ 739 bilhões) em 2016. Em regra, os Municípios que possuem RPPS apresentam relação entre o número de servidores ativos e o de aposentados e pensionistas mais favorável, se comparada aos Estados, o que possibilita a estruturação dos fundos previdenciários por meio de capitalização mutualista e formação de reservas. Contudo, a atual situação econômica e fiscal dos entes federativos dificulta o estabelecimento de planos de custeio que garantam o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.

Os ativos totais dos RPPS atingiram em 2016 o montante de R\$ 175 bilhões, dos quais R\$ 128 bilhões aplicados no mercado financeiro, R\$ 34 bilhões em outros bens e ativos e R\$ 13 bilhões em créditos a receber do ente federativo. O resultado apurado para o indicador foi de 2,82% do PIB, inferior ao resultado de 2015 (3,10%).

O indicador é influenciado por fatores como: volatilidade do mercado financeiro; preços de outros bens e ativos vinculados por lei aos RPPS (item responsável pelo resultado negativo em 2016, devido à expressiva redução no valor de royalties de petróleo do Estado do Rio de Janeiro); capacidade financeira e orçamentária dos entes, que sofrem os impactos da crise econômica, com o consequente aumento na inadimplência das contribuições; movimentos de transferências de recursos acumulados nos fundos previdenciários para outras finalidades, adotado por alguns entes, em desacordo com as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, que trata do projeto de reforma da previdência, e a futura Lei de Responsabilidade Previdenciária contribuirão, a médio e longo prazo, para a sustentabilidade dos RPPS e melhoria de seus indicadores, não apenas pelas adequações nas regras de concessão e cálculo dos benefícios, mas também pelos mecanismos de fortalecimento da gestão, supervisão e proteção dos fundos previdenciários.

O macro desafio da Previdência Social é a promoção do acesso universal, com qualidade e equidade, em total harmonia com a missão da instituição, que é garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social, mas que pode ser complementado pela iniciativa privada.

O PPA 2016-2019, no que se refere às políticas previdenciárias, está integralmente reproduzido no Plano Estratégico da Previdência Social 2016-2019, que preservou exatamente a sua mesma orientação estratégica.

Os objetivos que compõem o Programa 2061 - Previdência Social têm como propostas de valor a equidade, a busca pela cidadania e a governança como pilar de sustentação. Para consecução dos objetivos de resultado, foram estipuladas metas, tais como:

- a ampliação do número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- ampliação da quantidade de pessoas atendidas nas ações de educação previdenciária; e
- adequação da rede de atendimentos da Previdência Social ao padrão do INSS.

A seguir, apresenta-se a execução orçamentária dos objetivos selecionados e na sequência a análise detalhada de cada um desses objetivos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS
2061 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
0251	NO EXERCÍCIO ¹	431.733.881.562,95	499.730.058.989,50
	RPNP ²	121.247.171,91	270.059.790,67
TOTAL DO OBJETIVO		431.855.128.734,86	500.000.118.780,17
0252	NO EXERCÍCIO ¹	19.081.937,78	22.222.057,80
	RPNP ²	12.698.352,50	17.999.798,33
TOTAL DO OBJETIVO		31.780.290,28	40.221.856,13

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial, 24/01/2017.

¹Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

²Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Considerando que 99,5% do valor liquidado, R\$ 498,1 milhões, são despesas do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, especificamente para pagamento dos Benefícios Urbanos, Benefícios Rurais e Compensação Previdenciária, é correto afirmar que a variação de aproximadamente 16% refere-se à correção nos valores dos benefícios previdenciários.

CÓDIGO DO OBJETIVO	GASTOS TRIBUTÁRIOS	
	2015	2016*
0251	-	9.335.909.509,17
0252	-	621.525.480,45

Fonte: Siop / Tesouro Gerencial, 24/01/2017.

(*) Valores Previstos.

Gastos tributários (não receitas) são indiretos do governo realizados por intermédio do Sistema Tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais. São explicitados na norma que referencia o tributo, constituindo-se uma exceção ao sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Objetivo 0251 – Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários: fortalecer a credibilidade da Previdência Social de modo que esta seja reconhecida, junto à sociedade, por proteger seus direitos com justiça, tempestividade, competência e segurança, e os mecanismos de acesso à informação com foco do cidadão, ampliando a oferta de serviços previdenciários junto à sociedade por meio de diversos canais de relacionamento, para a efetividade da proteção social.

O objetivo consiste em fortalecer a credibilidade da Previdência Social de modo que esta seja reconhecida, junto à sociedade, por proteger seus direitos com justiça, tempestividade, competência e segurança, e os mecanismos de acesso à informação com foco do cidadão, ampliando a oferta de serviços previdenciários junto à sociedade por meio de diversos canais de relacionamento, para a efetividade da proteção social. É composto das seguintes iniciativas, com os respectivos desempenhos relativos a 2016:

Iniciativa 06A0 – Inovação dos serviços e processos previdenciários com foco na simplificação e excelência

O Projeto “Implementar o Centro de Excelência e de Resultados do Trabalho e Previdência Social”, uma parceria das setoriais e seccionais de inovação e organização institucional, custos e planejamento, alinhado às diretrizes definidas pelo Decreto nº 6.944/2009, Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg), visa alavancar o modelo de Governança Corporativa, fornecendo subsídios à tomada de decisão da alta gestão e promovendo o desenvolvimento institucional.

No âmbito externo, por meio da disponibilização dessas informações em linguagem e formato acessíveis ao cidadão, objetiva o fortalecimento da transparência e do controle social. Em 2016 destacam-se avanços na busca de metodologias e ferramentas de suporte à Governança e Business Intelligence e na prototipação das telas do que será o Centro de Excelência e Resultados.

Na esfera do Regime Geral há participação nos trabalhos do Conselho Nacional de Previdência, o qual ao longo do tempo vem aperfeiçoando sua atuação no acompanhamento e na avaliação dos planos e programas que são realizados pela administração, na busca de melhor desempenho dos serviços prestados à clientela previdenciária.

Também atua nas discussões e na elaboração de atos do Poder Executivo que visem regulamentar serviços e processos previdenciários no âmbito da Administração da Previdência Social. Nesse sentido, por exemplo, o programa do eSocial e do Simples Doméstico. Foi implantada nova estrutura de atendimento, que resultou em expressiva melhoria na qualidade dos serviços prestados aos usuários, impactando o relacionamento com os RPPS e seus gestores.

Foram adotados novos critérios de alocação da capacidade de agendamento e atendimento através dos sistemas SAG e SAT que racionalizaram mais eficientemente o binômio capacidade versus demanda. Em outra frente, convém mencionar que novos recursos, inclusive para dispositivos móveis, foram desenvolvidos no ano de 2016, com entrada em operação prevista para o primeiro trimestre de 2017, e ainda, a disponibilização da “Central de Serviços” acessível por via remota.

Iniciativa 06AP – Garantia do acesso à informação de forma transparente e tempestiva e a comunicação efetiva com a sociedade

O Projeto de Gestão da Informação Corporativa (GIC), Portaria MPS nº 678/2011, presente no Plano de Ação Brasil na Parceria para Governo Aberto (OGP), está em curso desde 2012 e prevê: (i) implementação da política de gestão da informação e documentação; (ii) promoção da adequação da infraestrutura tecnológica; (iii) desenvolvimento de serviços modulares de gestão da informação e documentação; e (iv) disseminação da cultura de gestão da informação corporativa.

Em agosto/2015 deu-se início ao Plano de Implantação do e-DOC (Sistema de Gestão da Informação e Documentação) na Previdência Social, mesmo com a junção ao Ministério do Trabalho, estendendo-se até julho/2016. Apesar dos esforços empreendidos pelo Projeto GIC, onde se insere o desenvolvimento do Sistema e-DOC, pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev), que cumpre com todas as políticas, regras e requisitos de gestão da informação e documentação, o Ministério da Fazenda optou por usar o SEI em dez/2016.

Em relação ao Código de Classificação de Documentos da Previdência Social, por orientação do Arquivo Nacional (AN), foi dada continuidade na validação, nos moldes apresentados, pois se entende que o macroprocesso Previdência Social é único e independe da localização estrutural das unidades organizacionais que o executam. A Tabela de Temporalidade será finalizada no primeiro trimestre de 2017.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC - PS) iniciou-se na Previdência Social em maio de 2012, ele é parte do projeto de Gestão da Informação Corporativa (GIC). Desde então, foram mais de 31 mil solicitações de informação demandadas para os órgãos da Previdência Social, incluindo o extinto Ministério da Previdência Social, Previc, INSS e Dataprev.

Em 2016, foram 7.214, correspondendo à média mensal de 601,2 solicitações. O Tempo Médio de Resposta de Solicitação do SIC (TMRS - SIC) é de 7,88 dias e apresenta um baixo número de interposições de recursos, o que comprova a efetividade dos atendimentos no SIC. As consultas e manifestações da sociedade e de entidades representativas são encaminhadas à Previdência por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e pelos canais da Ouvidoria-Geral da Previdência Social e respondidas pelos técnicos de cada área. Como garantia do acesso à informação, são produzidos e divulgados no site da Previdência Social, boletins quadrimestrais, artigos e notas técnicas.

Ademais, destaca-se que informações sobre auxílios-doença acidentários e previdenciários segundo os Capítulos da CID-10 também estão disponíveis na aba sobre Saúde e Segurança do Trabalhador. Destaca-se, ainda, a publicação da Portaria nº 573/2016, que dispõe sobre a publicação de dados de acidentalidade por estabelecimento da empresa, normatizando a divulgação destes dados na internet.

Dando efetividade a esta nova regulamentação, foi desenvolvida ferramenta de pesquisa online do número de acidentes de trabalho por estabelecimento empresarial. Tal publicação garante à sociedade e, em especial ao trabalhador, o direito de saber o risco de se acidentar no ambiente em que trabalha, propicia um debate sobre a proteção à saúde e segurança, direito fundamental assegurado na Constituição Federal.

No que se refere às ações pertinentes ao INSS, o ano de 2016 foi um período atípico para o atendimento com a implementação de novos sistemas que permitirão melhorias na prestação do serviço para a sociedade, tanto na ótica do gerenciamento e efetivo agendamento de um serviço (SAG Gestão e SAG agendamento) quanto na forma de atender o segurado (SAT). Como efeito inevitável da implantação e adaptação aos sistemas, os indicadores foram impactados.

Assim, o tempo médio de espera dos agendamentos ativos fechou 2016 consideravelmente acima da meta, com índice de 104 dias, e o Tempo Médio de Permanência de um Cidadão Procurando um Atendimento não Agendado numa Agência da Previdência Social (APS), ficou em 39 minutos.

Em 2016, a Previc elaborou seu Plano Institucional de Dados Abertos, que detalha a Política de Dados Abertos da autarquia e apresenta orientações estratégicas e operacionais para ações de implementação e promoção de abertura de dados, permitindo uma maior transparência das informações e a reutilização dos dados públicos pela sociedade civil.

Iniciativa 06AQ – Aprimoramento da avaliação da capacidade laboral

No âmbito do Regime Geral, é responsabilidade da Perícia Médica avaliar a capacidade laboral para fins de reconhecimento do direito ao benefício por incapacidade. Neste sentido, os médicos peritos se utilizam de conhecimentos técnicos científicos e da legislação previdenciária, os quais são fomentados junto às equipes por meio de reuniões técnicas.

Com o intuito de aprimorar a atividade médico pericial, durante o ano de 2016, foram promovidas Reuniões Técnicas sobre Gestão com as chefias de Seção/Serviço de Saúde do Trabalhador, na Administração Central, sob a coordenação da Diretoria de Saúde do Trabalhador. Através destas reuniões, promove-se uma aproximação com a gestão local, incentivando boas práticas, que contribuem para a melhoria das atividades relacionadas à avaliação da capacidade laboral.

Iniciativa 06AR – Aperfeiçoamento dos mecanismos de identificação digital do cidadão

Com intuito de aperfeiçoar os mecanismos de identificação digital do cidadão, o INSS iniciou um Projeto de Biometria, o qual se encontra em fase piloto. As ações realizadas até o momento foram testes das tecnologias de reconhecimento facial em agências do INSS. Ocorreram testes iniciais, ajustes e testes realmente efetivos no período de junho a novembro de 2016 em Agências da Previdência Social (APS), das Gerências Executivas de Brasília: APS Planaltina, Gama e Sobradinho; e de Maceió: APS Jatiúca, Maribondo e Arapiraca.

Os testes focaram a utilização da tecnologia em modo de operação, ou seja, a realização de cadastros e verificações biométricas de cidadãos nas agências, utilizando a própria infraestrutura do INSS para estas atividades. Os dados obtidos com os testes estão em análise para que possa ser decidida, tecnicamente, qual forma de biometria deverá ser utilizada, haja vista que esta tecnologia está em constante atualização.

Iniciativa 06AS – Aperfeiçoamento da gestão de pagamento de benefícios

Está em desenvolvimento o sistema SISPAGBEN, que é o novo sistema responsável pelo envio do valor a ser pago aos beneficiários para as Instituições Financeiras, proporcionando que seja efetuado o

controle tempestivo dos valores pagos referentes à folha de benefícios administrada pelo INSS. Iniciou-se procedimento para realizar harmonização entre os contratos dos benefícios, através de Termo Aditivo, de Estoque, do primeiro pregão e do segundo pregão, buscando uniformizar os procedimentos e operacionalização dos mesmos.

Iniciativa 06AT – Promoção das políticas e ações previdenciárias de saúde e segurança do trabalhador

No que tange à Aposentadoria da Pessoa com Deficiência, instituída pela LC nº 142, de 2013, foi concluído no primeiro semestre de 2016 o estudo realizado pela Fundação Universidade de Brasília (FUB/UnB) decorrente de cooperação técnica firmada com o Ministério da Previdência Social por Termo de Descentralização de Crédito.

Tal cooperação teve por objetivo a validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IF-BRA), instrumento pericial para avaliação da deficiência para fins de concessão da aposentadoria da pessoa com deficiência, instituída pela Lei Complementar nº 142/2013.

Extrai-se do relatório da UnB que o IF-BRA é válido na forma como definido pela Portaria Interministerial SDH/MPS/MF/MPOG/AGU nº 01, de 27 de janeiro de 2014, sendo certo que o direito garantido pela Lei Complementar nº 142, de 2013, está assegurado adequadamente.

Ainda no âmbito do Programa “Apoio aos Diálogos Setoriais U.E.-Brasil”, foi executada a ação intitulada “Gestão do Afastamento por Incapacidade – Ações integradas entre Previdência Social e Saúde Pública”, a qual teve por objetivo aperfeiçoar, por meio do intercâmbio de experiências entre a Previdência Social Brasileira e a Italiana, a gestão dos afastamentos por incapacidade no Brasil. O Relatório final do perito contratado abordou os seguintes temas:

- Análise da fase de prevenção no local de trabalho;
- Reconhecimento da deficiência e da incapacidade para o trabalho não relacionada e relacionada a causas profissionais; e
- Análise da reabilitação profissional, que na Itália é atribuída a uma entidade específica, o Instituto Nacional para a Asseguração contra o Acidente de Trabalho – Inail ou ao serviço de Saúde Pública, caso a incapacidade tenha ou não relação com o trabalho, respectivamente.

Ao final da cooperação, de 31/08/2016 a 01/09/2017, foi realizado um Seminário com o objetivo de disseminar para os diversos setores da administração pública federal interessados no processo de gestão do afastamento, assim como a academia e a sociedade em geral, o conhecimento adquirido pelos técnicos da Previdência Social do Brasil ao longo do desenvolvimento da ação.

Destaca-se, também, a assistência técnica prestada no âmbito da cooperação técnica Brasil-Espanha, na qual foi disponibilizada a vinda de um consultor espanhol para discutir o seguro contra acidentes de trabalho, em especial no que tange à forma de cálculo dos custos, a base de cálculo, os tributos e outros aspectos relevantes. A reunião técnica ocorreu entre os dias 07 a 11 de novembro de 2016.

Por fim, no âmbito do projeto do Sistema de Escrituração Digital das Informações Trabalhistas (eSocial), foram discutidos e aperfeiçoados os leiautes e manuais das informações relacionados à Saúde e Segurança do Trabalhador, com a publicação da versão 2.2 de tais documentos.

Tal sistema unificará uma série de informações que atualmente estão em formulários diversos, substituindo a atual forma de enviar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), além de permitir uma melhor gestão dos riscos decorrentes do trabalho e dos afastamentos laborais.

A previsão é que este módulo do eSocial seja obrigatório para as grandes empresas em julho de 2018 e para as demais empresas e órgãos públicos em janeiro de 2019.

Com estas medidas, a Previdência Social contará com melhor instrumentalização para o reconhecimento de direitos previdenciários acidentários do trabalho, aposentadoria especial e reabilitação profissional.

Em razão da publicação da Medida Provisória nº 739/2016, que instituiu o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI), a Perícia Médica do INSS realizou as perícias dos benefícios de longa duração, no período de setembro/2016 a novembro/2016, alcançando um total de 23.295 revisões. Com base na Portaria MDSA nº 454, de 16 de setembro de 2016, que restabeleceu as cessões de Peritos Médicos ao Conselho de Recursos do Seguro Social (CRSS), a Diretoria de Saúde do Trabalhador realizou o Curso de Formação de Assessores Técnicos para as Unidades Julgadas do CRSS.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019 (OBJETIVO 0251)	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
04NK- ADEQUAR AO PADRÃO INSTITUCIONAL DO INSS 80% DA REDE DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.	%	80	0				0	INSS
04NL- REDUZIR O TEMPO MÉDIO TOTAL PARA DECISÃO DE REQUERIMENTO INICIAL DE BENEFÍCIOS PARA 45 DIAS.	DIAS	45	62				72,5	INSS

Fonte: Dirat/Dirben, 06/01/2017.

Análise das Metas Quantitativas

Meta 04NK – Adequar ao padrão institucional do INSS 80% da rede de atendimento da Previdência Social

Foi instituído em 30 de setembro de 2016 o Grupo de Trabalho multidisciplinar para atualização do Manual de Procedimentos para Adequação da Infraestrutura das Agências da Previdência Social, que em razão das mudanças orgânicas ocorridas na estrutura do executivo federal, decidiu suspender as atividades do GT até o início do ano de 2017. As providências a serem tomadas são: atualizar o manual citado e após encaminhar a forma final, aguardar as providências a serem adotadas pelas demais áreas responsáveis. A quantidade alcançada até o momento foi, portanto, 0%.

Meta 04NL – Reduzir o tempo médio total para decisão de requerimento inicial de benefícios para 45 dias

Na avaliação do comportamento da movimentação de requerimentos iniciais, considerando o último trimestre do exercício, foi levantado que se realizou 72,5% da meta estabelecida para 2019, com a quantidade alcançada de 62 dias. Foram definidas as seguintes metas para os exercícios subsequentes: 2017 – 59 dias; 2018 – 57 dias; 2019 – 45 dias. As providências a serem tomadas são: implementar indicador com base na aferição do tempo médio total de tramitação dos requerimentos iniciais.

A sua forma de cálculo será: o somatório dos tempos de análise dos benefícios, sejam eles concedidos ou indeferidos, dividido pela quantidade de benefícios despachados no período. Em relação aos tempos de análise, considerar-se-á a diferença entre Data Entrada do Requerimento (DER) e Data do Despacho do Benefício (DDB) para os benefícios concedidos ou da Data Entrada do Requerimento e Data do Indeferimento para os benefícios indeferidos. Esse indicador substituirá o TMEA e TMD.

Objetivo 0252 – Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários: fomentar e desenvolver políticas e ações voltadas ao equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Geral de Previdência Social e dos Regimes Próprios de Previdência Social e garantir a solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

O objetivo consiste em fomentar e desenvolver políticas e ações voltadas ao equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Geral de Previdência Social e dos Regimes Próprios de Previdência Social e garantir a solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

O objetivo 0252 é composto das seguintes iniciativas, com os respectivos desempenhos relativos a 2016:

Iniciativa 06AU – Aprimoramento da orientação, supervisão e acompanhamento dos regimes próprios de previdência social

Em 2016, deu-se continuidade às ações voltadas ao aprimoramento da orientação (melhoria dos mecanismos de atendimento dos gestores dos RPPS), supervisão (revisão de procedimentos e busca por maior integração entre a auditoria direta e a auditoria indireta, para visão integrada e mais abrangente de cada RPPS) e acompanhamento do

RPPS - modernização dos demonstrativos obrigatórios enviados por meio do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CadPrev).

Foi fornecido suporte técnico para o desenvolvimento da auditoria coordenada no sistema de previdência própria dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conduzida pelo Tribunal de Contas da União com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, que resultou no relatório que embasou a aprovação do Acórdão nº 1331/2016-TCU-Plenário. Também foram continuadas as ações de intercâmbio de informações e capacitação, no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados com os Tribunais de Contas.

A crescente judicialização do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), ao longo dos últimos anos, representa um risco ao modelo de supervisão instituído com fundamento na Lei nº 9.717/1998. Além de ações realizadas para sensibilização do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal sobre as consequências nocivas que as decisões judiciais que concedem o CRP representam para a sustentabilidade dos RPPS, havia urgente necessidade de fortalecimento do marco normativo que dá suporte a essa supervisão.

O Projeto de Lei nº 6.088/2016, que altera a Lei nº 12.618/2012, para permitir que planos de benefícios estaduais, distritais e municipais possam ser administrados pela Funpresp-Exe, acrescenta novo inciso no art. 9º da Lei nº 9.717/1998, incluindo referência expressa à competência da União, para emissão do CRP, destinado a atestar o cumprimento dos critérios e exigências aplicáveis aos RPPS dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

De igual modo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016 (reforma da previdência) contemplou as seguintes medidas voltadas ao fortalecimento da supervisão:

- previsão da Lei de Responsabilidade Previdenciária (LRP), que disporá sobre as regras gerais de organização e funcionamento dos RPPS, relativas a normas gerais de responsabilidade na gestão previdenciária, modelo de financiamento, arrecadação, gestão de recursos, benefícios, fiscalização pela União, controle externo e social e requisitos para instituição de novos RPPS, a serem avaliados em estudo de viabilidade administrativa, financeira e atuarial;
- a vedação da utilização de recursos vinculados aos fundos previdenciários para outras finalidades que não o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte do respectivo fundo; e
- a vedação da transferência voluntária de recursos da União aos entes que descumprirem as normas de organização e funcionamento dos RPPS previstas na lei de responsabilidade previdenciária (e na Lei nº 9.717/1998, enquanto aquela não for editada), fundamento constitucional para a exigência do CRP.

Iniciativa 06AV – Garantia da eficácia da supervisão das entidades fechadas de previdência complementar

Foi elaborada proposta para a revisão do Decreto no 4.942/2003 que, entre outras providências, regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do

RPC, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). Essa proposta foi discutida e encaminhada à Previc para apreciação e manifestação.

Com o objetivo de dar mais efetividade à supervisão das EFPC, a Previc vem aprimorando o seu modelo de Supervisão Baseada em Riscos (SBR) com foco no desenvolvimento de atividades de prevenção a riscos e irregularidades.

A nova estrutura do Programa Anual de Fiscalização (PAF) 2016 trouxe alterações significativas em relação aos anos anteriores, dividindo as ações fiscais em duas vertentes. A primeira trata de ações de caráter prudencial, voltadas a verificar e a avaliar a governança e os controles internos das entidades analisadas como um todo, de acordo com a área de concentração dos principais riscos identificados. Já a segunda vertente diz respeito a ações destinadas à investigação e ao saneamento de problemas específicos nos planos de benefícios e que possuem escopos restritos ao risco, às irregularidades identificadas e à verificação de operações suspeitas e/ou atípicas.

Visando aperfeiçoar a governança das EFPC, editou-se a Instrução no 28, que estabeleceu a necessidade de qualificação de dirigentes, conselheiros e outros profissionais mediante a apresentação de documentação comprobatória da capacidade e da conduta profissional necessária ao exercício de cada cargo.

Também foram estabelecidas condições para habilitação desses profissionais, que passou a ser pré-requisito para o desempenho das respectivas funções. Nesse contexto, a Autarquia expediu portarias especificando as certificações exigidas para cada área de atuação dos profissionais e divulgou relação de entidades certificadoras autônomas aptas a emitir essas certificações.

Iniciativa 00RC – Fortalecimento dos controles internos administrativos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional

Em 2015 a Previdência Social publicou a metodologia de gerenciamento de riscos envolvendo a aplicação sistemática de políticas, metodologias, melhores práticas de infraestrutura e do gerenciamento de riscos por meio das atividades de comunicação, consulta, estabelecimento do contexto, na identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e análise crítica dos riscos que afetam uma gestão de qualidade.

Aplicada a toda a organização, tem o condão de promover o desempenho institucional, por ser considerada essencial para o alcance dos resultados institucionais. A Portaria nº 195/2015 instituiu Comitê Estratégico de Gestão e Inovação Institucional no âmbito do Ministério da Previdência Social e de suas entidades vinculadas, onde se insere, também, as responsabilidades de gerenciamento de riscos.

Ao longo de 2016, o gerenciamento de riscos na Previdência Social foi aplicado em todos os processos das novas contratações, nos processos de trabalho modelados e nos projetos em curso.

A Inteligência Previdenciária recebeu em 2016 963 denúncias de prática de ilícitos previdenciários e finalizadas as análises de 355 denúncias. No mesmo período, foram iniciadas 173 investigações de casos de fraudes estruturadas e finalizados 149 casos que foram encaminhados para a investigação da Força-Tarefa Previdenciária.

O principal insumo da linha de frente dessa atividade são os relatórios de informação e de inteligência elaborados pela Inteligência Previdenciária a partir de denúncias e de comparação de dados e que versam sobre fatos ou situações relacionadas a ilícitos organizados contra o patrimônio previdenciário. Tais relatórios motivam a instauração de inquéritos policiais e subsidiam a investigação das autoridades policiais, resultando em ações conjuntas na forma de Operações ou de Prisões em Flagrante.

Esse trabalho conjunto deflagrou, em 2016, 48 operações policiais de combate a ilícitos previdenciários, resultando no cumprimento de 809 mandados judiciais, sendo 432 mandados de busca e apreensão, 157 mandados de prisão e 220 mandados de condução coercitiva. Além disso, foram efetuadas 31 ações de Prisão em Flagrante que resultaram em 58 prisões de pessoas em situação de flagrante delito.

Ao todo, essas ações conjuntas permitiram a identificação de prejuízos superiores a R\$ 136 milhões (R\$ 136.633.277,62), além de

proporcionarem uma economia de pelo menos R\$ 293 milhões aos cofres da Previdência Social, com a cessação dos benefícios irregulares identificados.

A fim de aprimorar os controles internos administrativos, materializados no combate às fraudes, na gestão de riscos, tendo como referência a segurança institucional, houve a estruturação e implementação do Sistema Monitor, que faz parte do Sistema Integrado de Benefícios (Sibe), contemplando importantes módulos denominados Monitor da Qualidade, Monitor Operacional, e Módulo de Cobrança.

Tais módulos se completam e se integram nas funções de monitorar a qualidade das informações dos benefícios e do cadastro, ou seja, atuar preventivamente, identificar, apurar, registrar e acompanhar os indícios de irregularidades praticados contra a Previdência Social. O Módulo Cobrança do Sistema Monitor encontra-se em processo de implementação, com produção em unidade piloto do INSS a partir de janeiro de 2017, e expansão nacional prevista no decorrer do referido ano:

O Programa de Supervisão da Previc-PSP desdobrou a SBR em diversos projetos, como a criação da central de inteligência, que tem por objetivo produzir informações qualificadas para orientar, de forma tempestiva e proativa, a atividade de supervisão a partir dos dados internos e externos, utilizando-se de sistemas de tecnologia da informação. Isso permite a adoção de providências para evitar que riscos potenciais, quando identificados, se materializem ou tomem proporções excessivas.

Outra ação implementada pela autarquia foi a criação do Comitê Estratégico de Supervisão (Coes), que tem a função de mapear os riscos atuarial, sistêmico, de mercado, de crédito e de liquidez, com o objetivo de melhorar a eficácia na mitigação destes riscos.

Iniciativa 00RF – Promoção das políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário

A busca pela sustentabilidade do Sistema Previdenciário Brasileiro tem sido amplamente discutida no âmbito do Governo nos últimos anos e posta em prática a partir de medidas pontuais com foco, principalmente, no controle da despesa.

Em 2016, a Secretaria de Previdência formulou uma proposta mais ampla, formatada na PEC nº 287/2016, com a inclusão de idade mínima para aposentadoria, mudança na forma de cálculo dos benefícios e maior controle na concessão dos mesmos.

De forma a atender o seu equilíbrio financeiro, assim como fomentar as ações de melhoria à saúde dos trabalhadores, no ano de 2016, foram iniciados estudos para atualização do Anexo V do Decreto nº 3.048, de 1999 (Graus de Risco por Atividade Econômica).

Foi celebrada uma Cooperação Técnica entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério da Fazenda (MF), por intermédio da Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS). Os estudos estão em andamento e a perspectiva é que no primeiro trimestre de 2017 seja publicado um decreto com a atualização do Anexo V do Decreto nº 3.048, de 1999.

O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) também foi alvo de discussão, mais especificamente no que tange ao cálculo, para o qual foram apresentadas propostas aprovadas pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) para entrar em vigor em 2018, pendentes de publicação de Resolução deste colegiado.

O ano de 2016 foi marcado pela intensificação do desenvolvimento de estudos, das oportunidades de diálogos e, consequentemente, de proposições de novas estratégias visando garantir a sustentabilidade e a segurança do RPC. Dados consolidados sobre o RPC foram divulgados em Informes Estatísticos e Boletins Conjunturais periódicos.

Ainda, no Portal da Previdência Social foi disponibilizado o estudo - Vantagens Tributárias do Regime de Previdência Complementar: Visão do Patrocinador”, elaborado pelos técnicos da SPPC. No que se refere ao incentivo de entrada de novos participantes e contribuintes nos planos de benefícios das EFPC, verifica-se que a quantidade de planos instituídos aprovados ainda está aquém da cobertura potencial vislumbrada.

Os conceitos e entendimento técnico evoluíram e trouxeram segurança e flexibilizaram as regras aplicadas aos instituidores, possibilitando a edição da Instrução Previc nº 29/2016, que dispôs sobre a instituição e o funcionamento de planos de benefícios setoriais.

Nesta Instrução, o plano de benefícios instituído exclusivamente por pessoa jurídica que represente segmento econômico ou social constituída na forma de federação, confederação, cooperativa ou qualquer outra organização de caráter setorial, denominada instituidor setorial, passa a ser classificado como plano setorial. Tal Instrução facultou, ainda, a possibilidade de que os instituidores e afiliados setoriais possam efetuar contribuições ao plano para seus associados e empregados.

Visando a propiciar mais acessibilidade aos empregados de uma empresa a um plano de benefícios eventualmente oferecido pelo seu empregador, algumas iniciativas foram amplamente discutidas e têm previsão de efeitos positivos no curto prazo.

Dentre essas iniciativas, se destacam a proposta de projeto de lei instituindo a adesão automática ao plano de benefícios pelo participante, ao ingressar nos quadros da empresa patrocinadora, ou quando da criação do plano de benefícios, e outra proposta de projeto de lei instituindo um plano de benefícios com características mais adequadas, no que diz respeito à forma de sua tributação, cuja incidência do imposto de renda recaia somente sobre os rendimentos, o que viria a beneficiar, principalmente, aqueles contribuintes declarantes do imposto de renda pelo modelo simplificado, projeto este que propõe, ainda, a postergação do prazo para opção pela tabela progressiva ou regressiva para o momento da entrada em gozo do benefício.

Com a análise e o avanço de discussões entre representantes de órgãos do Governo, especialistas em previdência complementar e entidades representativas do setor, foi elaborado e encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que visa permitir que a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) administre planos de benefícios de caráter previdenciário, patrocinados por Estados, Distrito Federal e Municípios que instituíam os correspondentes Regimes de Previdência Complementar.

Esse Projeto de Lei, adicionalmente, trata sobre a emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). A possibilidade de administração dos planos pela Funpresp-Exe reduzirá tanto os custos administrativos,

consultorias contábeis e atuariais e outros, como também o custo por participante, viabilizando a redução futura das taxas cobradas de cada participante, na medida em que os custos fixos da entidade sejam rateados por um número maior de participantes e patrocinadores.

O Projeto de Lei também prevê incentivos à adimplência do regular repasse das contribuições pelos patrocinadores ao plano de benefícios administrado pela Funpresp-Exe, a fim de conferir maior segurança ao participante e à saúde financeira da Entidade, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 57 da Lei Complementar nº 109/2001, e a inclusão da CRP na Lei nº 9.717/998, conferindo força de lei ao atual instrumento já existente no Decreto nº 3.788/2001.

Em setembro de 2016, o patrimônio dos fundos de pensão, no Brasil, somou aproximadamente R\$ 792,45 bilhões. Proteger esse patrimônio, e os planos de benefícios que os regem, de possíveis ações judiciais, embora sem previsão legal específica até o momento, é uma preocupação recorrente.

A maior parte dessas ações judiciais se refere a processos trabalhistas movidos por empregados contra os patrocinadores dos planos. Esses processos acabam atingindo também o patrimônio global dos planos de benefícios administrados pelas EFPC, mesmo com a existência de entendimento legal que impede a constrição do patrimônio dos planos de benefícios (CPC art. 833 e LC nº 109/2001 art. 18 e 22), pondo em risco a sustentabilidade financeira desses planos.

A discussão do tema e o estudo para elaboração de uma lei que aborda o chamado "Patrimônio de Afetação", que visa impossibilitar a utilização do patrimônio com finalidade diversa à estabelecida no plano, de forma a resguardá-lo de possíveis reflexos das ações judiciais, foram realizados no ano de 2016.

Outra importante iniciativa foi a aprovação pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) de normativa sobre a situação de submassas, que se refere às situações em que um grupo de participantes ou assistidos possui direitos e obrigações homogêneos entre si, mas que divergem em relação aos demais participantes e assistidos dentro de um mesmo plano.

Com a Resolução, as EFPC passam a ter parâmetros normativos para identificar e controlar os casos de submassas e a ter orientação quanto aos procedimentos a serem adotados no tratamento desses casos.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019 (OBJETIVO 0252)	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
OOFJ - REABILITAR 60% DOS SEGURADOS ELEGÍVEIS PARA O PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.	%	60	55,8				93	INSS
04NM - REDUZIR O TEMPO MÉDIO DE AUDITORIA DIRETA NOS RPPS DE SEIS PARA TRÊS ANOS.	ANOS	3	3,44				87,20	SPPS
04NN - REALIZAR ANUALMENTE A SUPERVISÃO ATUARIAL, CONTÁBIL, DE INVESTIMENTOS, DO CARÁTER CONTRIBUTIVO E DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM CADA RPPS, POR MEIO DE AUDITORIA INDIRETA.	%	100	46,44				46,44	SPPS

Fonte: Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional (BERP), 06/01/2017.

Análise das Metas Quantitativas

Meta OOFJ – Reabilitar 60% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional

Em 2016, as equipes do INSS elegeram 26.660 segurados para cumprimento do programa de Reabilitação Profissional e desligaram, por estarem reabilitados profissionalmente, 14.899 segurados, correspondendo a 55,8% do total da demanda considerada elegível para o processo de Reabilitação Profissional naquele ano.

Objetivando alcançar a meta estabelecida e ampliar a prestação deste serviço previdenciário, o INSS vem promovendo diversas ações no sentido de melhorar os processos de trabalho das equipes de Reabilitação Profissional, com foco na celeridade e qualidade dos fluxos, bem como na capacitação dos servidores em temas considerados estratégicos e prioritários.

Grandes esforços estão concentrados também no estímulo à realização de parcerias por meio de Acordos de Cooperação Técnica com entidades envolvidas com a promoção da saúde do trabalhador e com o retorno laboral. A quantidade alcançada foi: 55,8%.

Meta 04NM – Reduzir o tempo médio de auditoria direta nos RPPS de seis para três anos

O resultado alcançado para o Tempo Médio de Cobertura por Auditoria Direta (TMCAD) foi de 3,44 anos, superando em 31,20% a meta para 2016, de 5 anos, e atingindo 87,20% da meta final estabelecida para 2019, de três anos. Esse resultado foi alcançado pela intensificação das auditorias diretas nos últimos anos, especialmente as específicas de investimentos, o que permitiu aproximar a data da última auditoria da data atual.

Providências a serem tomadas: tem-se buscado reformular os procedimentos de auditorias diretas, de forma que esta alcance uma visão mais integrada da situação de cada RPPS e possa atuar nas situações que indiquem maior risco na gestão desses regimes. Para tanto, foi implantada no final do exercício a “auditoria de informações previdenciárias”, inicialmente nos RPPS de maior porte (Estados, Distrito Federal e Capitais).

Como meta para os anos seguintes, registra-se a retomada do projeto de desenvolvimento interno de um software para realização de auditoria em campo, remodelando aquela que havia sido concebida inicialmente.

O principal objetivo dessa ferramenta é reunir as informações encaminhadas pelos RPPS por meio dos demonstrativos específicos (Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), Demonstrativo de Aplicações e Investimento dos Recursos (DAIR), Demonstrativo da Política de Investimentos (DPIN) e Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), para realizar auditorias nas modalidades presencial e não presencial de forma mais eficiente, uma vez que serão focadas na identificação de competências com problemas no repasses das contribuições devidas à unidade gestora do RPPS, de aplicações financeiras de maior risco e entes com perspectiva de insolvência e iliquidez do plano de benefícios.

Com isto será possível aumentar a capacidade de produção com os recursos disponíveis no momento, mantendo o tempo médio de retorno ao RPPS próximo de três anos. A quantidade alcançada foi: 3,44.

Meta 04NN – Realizar anualmente a supervisão atuarial, contábil, de investimentos, do caráter contributivo e de informações previdenciárias em cada RPPS, por meio de auditoria indireta.

Esta meta demanda maior articulação e interação entre as áreas de supervisão. Durante o exercício de 2016, 93% dos RPPS foram objeto de algum tipo de supervisão, 64% tiveram dois tipos de supervisão ou mais e 25% três tipos de supervisão ou mais, mas apenas 4% dos RPPS foram objeto de todos os tipos de supervisão.

Para que o Índice de Auditorias Indiretas (IAI) possa aferir adequadamente a finalidade pretendida por essa meta, de realizar anualmente a supervisão dos RPPS em cada uma das quatro modalidades de auditoria indireta, a fórmula foi calculada da seguinte maneira: $IAI = [IAI4 \text{ (no RPPS com AI nas quatro modalidades} * 1,00) + IAI3 \text{ (no RPPS com AI em três modalidades} * 0,75) + IAI2 \text{ (no RPPS com AI em duas modalidades}$

$* 0,50) + IAI1 \text{ (no RPPS com AI em uma modalidade} * 0,25)] / \text{No total de RPPS} * 100$. Dessa forma, o IAI apurado para 2016 foi de 46,44%.

A supervisão de investimentos esteve voltada durante o exercício para o desenvolvimento dos novos demonstrativos de informações relativas à gestão dos recursos dos RPPS (DAIR e DPIN) e do módulo de análise.

A supervisão do caráter contributivo, que tem por base a análise dos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), iniciou a implementação de ações mais proativas para verificar inconsistências ou indícios de falta de repasse e de utilização indevida de recursos, mas ainda não conseguiu dar cobertura a todos os entes.

Providências a serem tomadas: priorizar o desenvolvimento do módulo do Sistema de Informações Gerenciais (Sigerp) relativo ao tratamento das informações dos investimentos dos recursos dos RPPS e a finalização da remodelagem dos demonstrativos de envio, captação, análise e emissão de notificações relativas à supervisão de investimentos, objetivando uma atuação mais proativa no estudo e acompanhamento das carteiras de investimentos.

O próprio sistema CadPrev fará grande parte das análises de enquadramento e comparação da consistência das informações e os entes federativos poderão comprovar no próprio sistema o enquadramento, dessa forma possibilitando a concentração dos recursos humanos existentes no acompanhamento do sistema como um todo.

Priorizar a colocação em produção do módulo do Sigerp de informações previdenciárias (DIPR e parcelamento) propiciando ferramenta que dê maior suporte às auditorias indiretas de informações previdenciárias recentemente implementadas. Dar início à nova etapa de modernização do CadPrev, que contemplará melhorias no DIPR. A quantidade alcançada foi: 46,44.

Análise da Meta Qualitativa

Meta 04NO – Realizar ações de promoção para adesão dos entes federados ao Regime de Previdência Complementar

Em 2016, houve o acompanhamento dos processos de criação das entidades fechadas de previdência complementar em vários entes da federação, desde os estudos de viabilidade até o início de funcionamento dessas entidades. No fim do referido período, os estados do Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná, Distrito Federal, Alagoas e o município de São Paulo permaneciam com os projetos de lei em suas respectivas assembleias legislativas.

Os estados de Rondônia, Ceará, Pernambuco e Piauí permaneciam no estágio de lei aprovada para a criação da entidade.

A Assembleia Legislativa da Paraíba/PB e o Estado de Goiás/GO estavam no estágio de criação da entidade. Entidades estão em funcionamento na Bahia/BA, Santa Catarina/SC, Rio Grande do Sul/RS, Espírito Santo/ES, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Minas Gerais/MG.

Os Estados do Pará/PA, Maranhão/MA e Paraíba/PB permaneciam no estágio de promoção de estudos para elaboração de projeto de lei em dezembro de 2016. A meta está com bom andamento, e não é quantificável.

4.2.5. Programa 2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

O Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária busca promover o acesso ao trabalho produtivo adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna, lastreado na igualdade de oportunidades, na proteção social e na promoção do diálogo social.

A geração de emprego de qualidade é imperativa para o crescimento econômico com distribuição de renda e redução da pobreza. No cenário de crise atual, ganham relevância as ações implementadas no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.

O seguro-desemprego é um benefício integrante da seguridade social, e visa a prover assistência financeira temporária ao trabalhador demitido

sem justa causa, além de auxiliá-lo na busca de um novo emprego por meio de ações integradas de orientação, encaminhamento para a qualificação profissional e (re)colocação no mercado de trabalho.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é a principal fonte de financiamento do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (SPTER), e financia, além do benefício do seguro-desemprego, as demais ações relacionadas a este e também os programas de geração de renda.

Os recursos do FAT financiam, portanto, ações de apoio ao trabalhador, tais como:

- o pagamento do benefício do Abono Salarial;
- a identificação do trabalhador por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e de sua ocupação, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);
- o registro profissional; e
- as linhas de crédito oferecidas pelo Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger e pelo Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

O Programa 2071, por meio de suas ações finalísticas, além de realizar as ações do Programa do Seguro-Desemprego, contribui em temas afetos ao mercado de trabalho, como a rotatividade, o desemprego e a informalidade.

Contribui ainda direta ou indiretamente para a atuação do Governo Federal em questões estruturais da sociedade, além daquelas ligadas diretamente ao tema do trabalho e emprego, tais como a mitigação da pobreza e a redução da desigualdade social; a busca pela universalidade da cobertura da proteção social e pela não sujeição de trabalhadores a baixos níveis de rendimentos e produtividade; e o combate a desigualdades de gênero e raça/etnia.

As diversas ações do Programa objetivam também a integração das relações de trabalho com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário e a melhoria das condições de segurança e saúde nos locais de trabalho.

Objetivo 0287 – Fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios.

As ações básicas do Programa do Seguro-Desemprego, em especial as relacionadas à intermediação de mão de obra, de qualificação profissional e concessão do benefício do seguro-desemprego, constituem o cerne do conjunto de ações que compõem o chamado SPTER no Brasil. Este constitui, portanto, o arcabouço de políticas públicas sob responsabilidade e coordenação do Ministério do Trabalho (MTb), que visam uma maior efetividade na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva, bem como sua inclusão social.

A construção do SPTER no Brasil tem como importante marco a criação do Sistema Nacional de Emprego (Sine), em 1975, sob a égide da Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que orienta cada país-membro a manter um serviço público e gratuito de emprego. Dentre as principais atribuições legais do Sine, destacam-se as de “propiciar informação e orientação ao trabalhador quanto à escolha de emprego” e “prestar informações ao mercado consumidor de mão de obra sobre a disponibilidade de recursos humanos”.

O SPTER constitui-se em um conjunto de ações que buscam maior efetividade na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva, por meio do trabalho assalariado, de atividades autônomas, da criação e manutenção de emprego e da promoção de pequenos empreendimentos individuais ou coletivos, no âmbito da geração de renda.

A partir das referidas leis, Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) determinam as diretrizes para a execução da política pública por meio do Sine, contemplando a forma de descentralização de recursos via convênio para a execução das ações pelos executores locais, que atualmente são estados e municípios.

A rede de atendimento do SPTER conta hoje com aproximadamente dois mil postos de atendimento, dentre postos da Rede Sine, instalados

em parceria com estados e municípios, e unidades próprias do MTb, que se referem às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE e suas Gerências e Agências, além de cerca de 100 postos de atendimento do Seguro-Desemprego, em parceria com a Caixa Econômica Federal (Caixa).

Esses postos, à exceção de agências da Caixa atendem a trabalhadores e empregadores, disponibilizando ações de orientação profissional e intermediação de mão de obra, habilitação ao seguro-desemprego, qualificação social e profissional, informações sobre o mercado de trabalho e pagamento do benefício do abono salarial. Além disso, desenvolvem interfaces com diversos outros programas sociais em âmbito federal, estadual e local.

A manutenção e melhoria contínua dessa extensa rede de atendimento, com níveis de desempenho adequados, é um grande desafio, cujo enfrentamento se torna cada vez mais necessário, haja vista a crescente interação das ações de emprego com outras políticas públicas, a exemplo das ações de educação e assistência social, visando a busca de oportunidades de trabalho e renda para públicos mais vulneráveis, contribuindo para a melhoria de suas condições de vida.

Enquanto política ativa, a intermediação de mão de obra no âmbito do Sine atua como catalisador do encontro entre trabalhadores e empregadores no mercado de trabalho.

Pela via da política passiva, a concessão de benefícios garante a assistência financeira ao trabalhador em diversos momentos da sua vida laboral: em situação de desemprego friccional (seguro-desemprego), em momentos de queda da atividade econômica ou da produção da empresa (programa seguro-emprego) e em plena atividade laboral para complementação da renda do trabalhador (abono salarial).

O Programa Seguro-Emprego (PSE) constitui uma importante modalidade do Programa do Seguro-Desemprego por meio do qual o Governo Federal busca agir tempestivamente de modo a evitar demissão em massa em empresas afetadas por crise econômica.

O PSE tem por objetivos:

- possibilitar a preservação dos empregos em momentos de retração da atividade econômica;
- favorecer a recuperação econômico-financeira das empresas;
- sustentar a demanda agregada durante momentos de adversidade, para facilitar a recuperação da economia;
- estimular a produtividade do trabalho por meio do aumento da duração do vínculo empregatício; e
- fomentar a negociação coletiva e aperfeiçoar as relações de emprego.

Além das principais ações relativas às políticas ativas e passivas de emprego, o SPTER envolve a manutenção dos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais - Rais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), utilizados tanto como ferramenta para controle da atividade trabalhista no País quanto para produzir dados estatísticos para a elaboração de estudos e diagnósticos sobre o mercado de trabalho formal brasileiro.

Paralelamente, a CBO tem por finalidade a identificação das ocupações do mercado, o que possibilita a execução e acompanhamento das diversas políticas públicas do SPTER, como o pareamento entre as vagas oferecidas e as ofertadas. A CTPS é documento imprescindível, uma vez que registra e retrata a vida profissional do trabalhador, possibilitando a este a garantia de acesso aos direitos trabalhistas e benefícios assegurados pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tais como o seguro-desemprego, os benefícios do Abono Salarial, benefícios da Previdência Social e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Em termos territoriais, o atendimento ao público-alvo das políticas públicas no âmbito do SPTER ocorre na rede de atendimento do MTb. Trata-se de uma rede heterogênea tanto em termos de executor (conveniada, contratada e própria) quanto em relação aos serviços oferecidos por cada ente. A coordenação e articulação das ações executadas pela rede de atendimento, associadas à oferta de serviços de qualidade ao cidadão, é um desafio constante quando se busca a inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0287
PROGRAMA 2071 – PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA (EM MILHÕES R\$)

OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			VALORES LIQUIDADOS	
				2015	2016
0287 - FORTALECER O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA POR MEIO DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS.	ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL (1)	FISCAL	E	46.563.802.241,98	54.398.228.120,86
	RPNP (2)			996.615.895,36	1.788.368.932,86
TOTAL DO OBJETIVO				47.560.418.137,34	56.186.597.053,72

(1) Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Obs.: No caso de Objetivos novos no PPA 2016-2019, os valores liquidados em 2015 e o RPNP aparecem zerados.

Fonte: Sistema Integração de Planejamento e Orçamento (Siop), extraído em 27/01/2017.

A execução orçamentária do objetivo no exercício de 2016 apresenta uma variação de 18,14% em relação a 2015. Essa variação decorre da atualização dos valores do benefício em 11,28% no Seguro-Desemprego e 11,67% no Abono Salarial, do aumento de 1,55% na demanda global do Benefício Seguro-Desemprego – com destaque para a modalidade formal que apresentou redução de 3,72% e do Empregado Doméstico que apresentou elevação de 1.370%, por sua vez o Abono Salarial apresentou elevação de 100,91% em relação a 2015.

A elevação da Demanda do Seguro-Desemprego do Empregado Doméstico deve-se a alteração de critérios da Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015 – que assegurou o pagamento do Seguro-Desemprego a todos os Trabalhadores Domésticos demitidos sem justa causa, e tornou obrigatória a Contribuição ao FGTS, que era facultativa e condicionante para a concessão do benefício.

Por sua vez a modalidade formal apresentou redução em razão de alteração dos critérios de concessão que passaram a considerar a quantidade de solicitações e o número de meses trabalhados para atribuir parcelas do seguro-desemprego, conforme Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015.

A alteração do cronograma de pagamentos do abono salarial promovida pela Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) nº 748, de 02 de julho de 2015, transferiu a execução para 2016, ampliando o universo de trabalhadores a serem atendidos neste exercício, contudo, este incremento foi compensado com a Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015, estabelecendo que o valor do benefício seja calculado na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor do salário-mínimo vigente na data do respectivo pagamento, multiplicado pelo número de meses trabalhados no ano correspondente a partir do exercício de 2016/2017.

Por fim, vale mencionar que juntos, os benefícios do abono salarial e seguro-desemprego, corresponderam a 99,6% dos valores liquidados do objetivo em 2016.

O valor restante do orçamento do objetivo 0287 foi despendido com a manutenção da rede de atendimento ao trabalhador, a emissão de CTPS, a CBO, os cadastros e sistemas públicos na área de trabalho e emprego, entre outros.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 0287

DESCRIÇÃO DA META 2016 – 2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
04NQ - AUMENTAR DE 3,36% PARA 5% A TAXA DE COBERTURA DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA NAS ADMISSÕES DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL	%	5	3,34				66,80%	CSINE/DES/ SPPE
04NS - PROMOVER A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE 760 MIL TRABALHADORES NO ÂMBITO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	TRABALHADORES	760.000	0				0%	DEQ/SPPE
04NT - AMPLIAR DE 23,5% PARA 30% A INSERÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO	%	30,	0,00%				0%	DEQ/SPPE

Fonte: Sistema Integração de Planejamento e Orçamento (Siop), extraído em 27/01/2017.

No que tange à meta de “Aumentar de 3,36% para 5% a taxa de participação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda nas admissões do mercado de trabalho formal”, esta alcançou o resultado de 3,34%, apresentando, portanto, uma redução de 0,02% referente ao índice de referência da meta, qual seja 3,36% (relativo ao ano de 2015).

Esse decréscimo é reflexo:

- da redução do número de postos de trabalho disponíveis no mercado de trabalho, acarretando uma quantidade menor de captura de vagas pelo Sine;
- do aumento da taxa de desemprego, refletindo aumento da demanda por emprego e redução na oferta de vagas de emprego; e
- da redução do limite de empenho da ação orçamentária relacionada à manutenção da rede de atendimento no âmbito do Sine para apenas R\$ 40 milhões. Esse valor representa menos da metade dos valores transferidos aos convenientes do Sine em anos anteriores.

A despeito da realidade ora apresentada, o MTb tem realizado as seguintes ações:

- fortalecimento do Portal Mais Emprego por meio de melhorias que visem a acessibilidade, usabilidade e conhecimento da ferramenta entre os trabalhadores e empregadores;
- o projeto de melhorias do Sine, realizado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que em 2016 apresentou avanços no que diz respeito à elaboração de manuais e estabelecimento de diretrizes básicas para a padronização da rede de atendimento do Sine;
- os avanços do Projeto de Lei do Sine no Congresso Nacional que visa apresentar melhorias substanciais na forma de repasse de recursos aos estados e municípios; e
- modificações na sua estrutura regimental, visando ampliar sua capacidade operacional.

Com relação à meta de “Promover a qualificação profissional de 760 mil trabalhadores no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda”, da qual, para 2016, havia previsão de execução de 190 mil qualificações, cumpre esclarecer que o alcance desse resultado estava atrelado à realização do programa Universidade do Trabalhador, bem como de ações no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

No que tange ao primeiro programa, o MTb, ao avaliar com mais rigor o Termo de Execução Descentralizada, suspendeu sua execução até que se pudesse ter maior segurança quanto ao tema, dadas as dimensões do projeto. Nesse sentido, a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, com o objetivo de propor ao Codefat a reformulação da política de qualificação profissional sob sua gestão, iniciou a reavaliação do tema e apresentará um modelo de política de qualificação à distância mais eficiente e que guarde unidade com as demais ações nacionais de trabalho, emprego e renda, com perspectiva de início de execução já em 2017.

Quanto ao Pronatec, há que se mencionar que havia a expectativa de que, por meio da modalidade denominada Pronatec Trabalhador (que não inclui a oferta de cursos para trabalhadores requerentes do seguro-desemprego reincidentes), resultado do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação (MEC) e o MTb, as demandas de qualificação profissional levantadas por esta Pasta também fossem atendidas; não obstante, com a mudança de equipes de governo e com o estabelecimento de novas estratégias de ação pelo MTb.

No cerne dessa mudança, estão a retomada do protagonismo do Órgão na política nacional de qualificação profissional e a articulação dessas ações com outras medidas voltadas ao emprego e ao crescimento econômico. As tratativas que vinham sendo feitas na esfera da parceria com o MEC sofreram natural descontinuidade.

Sobre a meta “Ampliar de 23,5% para 30% a inserção dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho”, há que se mencionar que, em não havendo resultados na realização de ações de qualificação pelos motivos explicitados no comentário referente à meta anterior, não se pôde, conseqüentemente, aferir nenhum resultado nesse quesito, pois esta meta guarda relação de dependência com aquela. Apesar disso, o MTb está desenvolvendo, como parte da mencionada reformulação

da política de qualificação profissional sob sua gestão, um mecanismo de prospecção de demandas que considere, para demonstrar as necessidades de investimento em qualificação social e profissional em cada município, o perfil do público desempregado, os setores produtivos existentes, sua vocação econômica, as vagas de emprego abertas em cada um de seus setores produtivos, as taxas de rotatividade, o histórico e as tendências de abertura e de fechamento de postos de trabalho nesses setores produtivos, pesquisas e estudos relacionados às perspectivas de investimentos locais e/ou setoriais, dados de políticas governamentais existentes ou programadas, prospecções ocupacionais, mapeamentos de investimentos, entre outros indicadores.

Dessa forma, o objetivo é aperfeiçoar a aplicação dos recursos da política nacional de qualificação profissional e garantir que haja uma taxa efetiva de inserção laboral pela qualidade da relação entre a oferta de vagas de trabalho, pela demanda de cursos para seu preenchimento e pelo perfil da força de trabalho disponível.

A respeito da meta não quantificável “Consolidar o portal Mais Emprego como instrumento de execução e gestão integrada das ações do SPTER”, este tem apresentado constante evoluções. Em 2016, as principais melhorias realizadas no Portal foram: no layout, tornando-o mais amigável ao usuário, o batimento entre as bases do seguro-desemprego e do FGTS, visando identificar inconsistências entre o motivo dispensa e o código de saque, bem como buscar informações que indiquem se o trabalhador requerente ao benefício recebe aposentadoria ou foi reempregado.

O sistema também passou a preencher automaticamente o motivo de recurso do benefício contribuindo para diminuir o tempo de liberação do benefício ao trabalhador. Além disso, houve a descentralização para as SRTE de funcionalidade que permite prorrogar a Bolsa Qualificação. Para o ano de 2017, propõe-se a realização dos batimentos com a Rais e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siae, bem como a descentralização aos postos do Sine da validação de sentenças judiciais relacionadas ao benefício do seguro-desemprego.

Com isso, o trabalhador poderá ser atendido para a resolução desses casos em toda a rede de atendimento do Ministério. Ademais, planeja-se para 2017, uma ampla divulgação dos serviços da autointermediação, bem como a disponibilização da segunda versão do Portal Mais Emprego, ainda mais moderno e acessível ao público.

4.2.6. Programa 2080 - Educação de Qualidade Para Todos

Eixo estruturante para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, a educação tem um papel preponderante na construção de um Brasil desenvolvido e, ao mesmo tempo, justo com seu povo. A aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), após amplo debate com a sociedade, constitui um importante marco norteador para as políticas educacionais do Brasil, na qualidade de dispositivo constitucional de articulação do sistema nacional de educação.

O PNE estabeleceu dez diretrizes, vinte metas e uma série de estratégias as quais demandarão esforço conjunto dos entes federados, de órgãos e entidades envolvidos com educação e de toda a sociedade.

O programa temático Educação de Qualidade para Todos apresenta cinco objetivos que visam, em cooperação federativa, à ampliação do acesso à educação básica de qualidade; ao fortalecimento da formação e da valorização dos profissionais da educação; à ampliação da educação profissional e tecnológica e da educação superior de qualidade; e ao aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino.

Todos os objetivos, metas e iniciativas visam ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.

O Ministério da Educação se apropria de dados oficiais do Governo Federal, inclusive dos estudos e estatísticas elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e utiliza-os como fonte das informações dos indicadores do Programa 2080 – Educação de Qualidades para Todos, do PPA 2016-2019. Particularmente para os indicadores cujas fontes são o Censo Escolar, o Censo da Educação Superior e a Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), os valores informados correspondem ao exercício de 2015, último dado disponível publicado, não havendo nos mesmos, portanto, efeito das ações de 2016. Outros indicadores, tais como o relacionado à taxa de alfabetização de crianças apurada pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) ou aquele afeto ao percentual de investimento em educação relação ao Produto Interno Bruto, possuem uma defasagem temporal ainda maior, havendo dados apenas de 2014.

Mas, de forma geral, analisando os dados disponíveis, particularmente aqueles sobre taxas de frequência ou de escolarização, é possível constatar que a evolução positiva observada em anos anteriores continuou em 2015. Por exemplo, a taxa de frequência da população de 4 e 5 anos alcançou 91% em 2015, uma alta de 1,4 ponto percentual sobre o ano anterior; por sua vez, a cobertura de creche para a população de 0 a 3 anos alcançou 34,1% em 2015, um aumento de 0,8 p.p.

Já os anos de escolaridade média da população entre 18 e 29 anos atingiram 10 anos em 2015, um aumento de 0,1 p.p em relação a 2014.

Quanto à qualidade, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apresentou resultados acima de meta, em 2015, para os anos iniciais do ensino fundamental, mas abaixo da meta, para os anos finais e para o ensino médio. No caso do ensino superior, a taxa bruta de matrícula alcançou 32,6% em 2015, 0,5 p.p. sobre 2014, enquanto a taxa líquida de matrícula ajustada alcançou 21,3%, frente aos 21,2% de 2014. Outro indicador importante, o investimento em educação em relação ao PIB alcançou 6,04% em 2014, frente aos 6% do ano anterior.

Em síntese, na maior parte destes casos tem-se constatado uma melhoria constante nos indicadores ao longo dos últimos anos, em que pese serem claramente necessárias ações que visem à intensificação dessas trajetórias ou mesmo reformulações mais profundas (como foi o caso da reforma do ensino médio), quando consideradas as metas do Plano Nacional de Educação (PNE); um desafio considerável, tendo em vista a conjuntura econômica atual.

Ao longo deste texto serão descritas as principais ações realizadas em 2016, pelo Ministério da Educação, que possuem tais propósitos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS 2080 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
1007	NO EXERCÍCIO ¹		20.307.837.010,50
			0,00
TOTAL DO OBJETIVO			20.307.837.010,50
1010	NO EXERCÍCIO ¹		11.753.529.283,41
			0,00
TOTAL DO OBJETIVO			11.753.529.283,41

Fonte: Siop, MP/SOF/Seplan/Sest.

Data: 31/01/2017.

¹ Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

CÓDIGO DO OBJETIVO	GASTO TRIBUTÁRIO	
		2016*
1007		104.494.236,70
1010		1.279.543.726,04

Fonte: Siop, MP/SOF/Seplan/Sest.

Data: 31/01/2017.

*Valores Previstos.

Objetivo 1007 – Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024

O direito à educação básica de qualidade para todos depende do esforço conjunto e articulado entre todos os entes federados e deve contribuir para a redução das desigualdades sociais, além de promover o desenvolvimento para o exercício da cidadania plena, criando condições para progredir nos estudos e no trabalho.

Nesse sentido, o Governo Federal, observado o regime de colaboração com os Estados, Municípios e Distrito Federal/DF, direciona esforços para apoiar técnica, pedagógica e financeiramente as redes e os sistemas de ensino com ações voltadas ao desenvolvimento da educação infantil, do ensino fundamental e médio, incluindo a alfabetização e a educação de jovens e adultos; a educação especial na perspectiva inclusiva; a educação do campo, a educação escolar indígena e quilombola; a educação ambiental e a educação em direitos humanos; a educação para as relações étnico-raciais; e a educação para a juventude.

Os principais desafios para a educação básica envolvem a qualidade da oferta, buscando um ensino diversificado, o acesso e a permanência sem nenhum tipo de discriminação, o acompanhamento escolar, a ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais, considerando políticas afirmativas que assegurem o atendimento às especificidades, que valorizem a diversidade e promovam a inclusão.

Como estratégias de superação desses desafios estão a realização de ações para aprovação e apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular; a ampliação e qualificação da rede física escolar em áreas urbanas e do campo, abrangendo construção, reforma e aquisição de mobiliário e equipamentos; a implantação de salas de recursos multifuncionais para a oferta do atendimento educacional especializado; a ampliação gradativa da educação em tempo integral; a oferta de programas suplementares de alimentação, transporte escolar, materiais pedagógicos e livros didáticos e paradidáticos; as ações de apoio técnico, pedagógico e financeiro às redes de ensino, bem como o apoio para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica mediante transferência direta de recursos para as escolas.

Portanto, deve constituir-se em objetivo primordial a consolidação de uma educação básica que, para além da obrigatoriedade, promova a tríade acesso e permanência – qualidade – equidade da educação pública, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria, numa perspectiva de educação ao longo da vida, superando a exclusão histórica na educação.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
04KG – APOIAR A CONSTRUÇÃO DE 4 MIL ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NAS METAS 2 E 3 DO PNE.	ESCOLAS	4 MIL	98	-	-	-	2,45%	FNDE
04KH – APOIAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DE FORMA A AMPLIAR GRADUALMENTE O ATENDIMENTO PARA 6,5 MILHÕES DE MATRÍCULAS, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA META 6 DO PNE.	MATRÍCULAS	6,5 MILHÕES	6,74 MILHÕES* (CENSO ESCOLAR/ INEP 2015)	-	-	-	-	CENSO ESCOLAR INEP
04KI – PROMOVER AÇÕES COM VISTAS A UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO ESCOLAR PARA TODA POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO EM CLASSES COMUNS DA REDE REGULAR DE ENSINO, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA META 4 DO PNE.	PERCENTUAL	100	88,4%* (CENSO ESCOLAR/ INEP 2015)	-	-	-	-	CENSO ESCOLAR INEP
04KJ – PROMOVER AÇÕES VOLTADAS PARA ELEVAR EM 335 MIL O TOTAL DE MATRÍCULAS EM ESCOLAS DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS E POVOS INDÍGENAS NAS DIVERSAS ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.	MATRÍCULAS	335 MIL	(-117,37 MIL)* (CENSO ESCOLAR/ INEP 2015)	-	-	-	-	CENSO ESCOLAR INEP
04KL – ATENDER 8 MILHÕES DE PESSOAS COM AÇÕES VOLTADAS À ALFABETIZAÇÃO E À ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADÃ AO LONGO DA VIDA, À DIVERSIDADE E À INCLUSÃO, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NAS METAS 8 E 9 DO PNE.	PESSOAS ATENDIDAS	8 MILHÕES	3,66 MILHÕES* (CENSO ESCOLAR/ INEP 2015)	-	-	-	-	CENSO ESCOLAR INEP E SISTEMA BRASIL ALFABETIZADO (SBA)
04KM – OFERTAR 560 MIL VAGAS A JOVENS DE 18 A 29 ANOS POR MEIO DE AÇÕES VOLTADAS À ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRADA À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E AO DESENVOLVIMENTO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.	MATRÍCULAS	560 MIL	0	-	-	-	0%	SECADI/MEC
04KN – APOIAR, EM 100 MIL ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR E DA CULTURA, POR MEIO DA ARTICULAÇÃO COM SISTEMAS E REDES DE ENSINO.	ESCOLAS	100 MIL	59,8 MIL	-	-	-	59,8%	FNDE
04T4 – PROMOVER AÇÕES DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS, UNIVERSALIZANDO O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA META 1 DO PNE.	PERCENTUAL	100	91,0%** (PNAD/IBGE 2015)	-	-	-	-	CALCULADO POR MP/SEPLAN/ DESOC
04TI – PROMOVER AÇÕES COM VISTAS A UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO ESCOLAR PARA TODA A POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA META 3 DO PNE.	PERCENTUAL	100	85,2%** (PNAD/IBGE 2015)	-	-	-	-	CALCULADO POR MP/SEPLAN/ DESOC
04TJ – PROMOVER AÇÕES COM VISTAS A ELEVAR A TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO PARA 70%, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA META 3 DO PNE.	PERCENTUAL	70	66,7%** (PNAD/IBGE 2015)	-	-	-	-	CALCULADO POR MP/SEPLAN/ DESOC
04TN – PROMOVER AÇÕES COM VISTAS A UNIVERSALIZAR O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS PARA TODA A POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA META 2 DO PNE.	PERCENTUAL	100	97,9%** (PNAD/IBGE 2015)	-	-	-	-	CALCULADO POR MP/SEPLAN/ DESOC
04UA – PROMOVER AÇÕES COM VISTAS A ALFABETIZAR 80% DOS ESTUDANTES ATÉ, NO MÁXIMO, O FINAL DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA META 5 DO PNE.	PERCENTUAL	80	76,0%*** (ANA/INEP 2014)	-	-	-	-	ANA/INEP

* Último dado disponível é referente ao Censo Escolar e Censo da Ed. Superior/INEP 2015.

** Último dado disponível é referente à Pnad/IBGE 2015.

*** Último dado disponível é referente à ANA/Inep 2014.

Observação: Nesses casos, não foi calculada a variação da evolução das metas

Análise das Metas Quantitativas

Meta 04KG

No que se refere à infraestrutura escolar da educação básica, o Ministério da Educação (MEC) apoia, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), a construção, a ampliação e a reforma de escolas da educação básica, com o objetivo de ampliar e qualificar a estrutura física de escolas da rede pública.

No exercício de 2016, foram apoiadas novas 254 ações de infraestrutura, sendo 108 construções (98 escolas de educação básica, 8 quadras esportivas escolares e 2 coberturas de quadras existentes), 83 ampliações e 63 reformas. Para o apoio à construção das 98 novas escolas de educação básica, foram investidos R\$ 109 milhões.

Quanto à exequibilidade da meta, o ciclo do PAR 2016/2019 foi aberto em 2016 para os Estados e Municípios elaborarem o diagnóstico da sua rede. Portanto, só será possível aferir tal exequibilidade da meta nos próximos exercícios, após a definição das diretrizes de financiamento vinculadas ao novo ciclo do PAR.

Meta 04KH

O MEC desenvolve ações que visam ampliar a permanência dos alunos na escola, de forma a reduzir o abandono, a reprovação e a distorção idade e ano.

Conforme dados do Inep, em 2015 foram atendidas 6,74 milhões de matrículas. Já em 2016, foram abertas as adesões ao Programa Novo Mais Educação, que dará maior ênfase à aprendizagem em língua portuguesa e matemática dos alunos do ensino fundamental, para execução em 2017. Aderiram ao programa 46.275 escolas, podendo atender 5,7 milhões de estudantes.

Para execução do programa, foram empenhados, em 2016, R\$ 608,5 milhões. Adicionalmente, a MP nº 746/2016, que apresentou a reforma do ensino médio, instituiu, também, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, com o objetivo de estabelecer uma política de educação integral com apoio aos Estados para que convertam escolas regulares em escolas de tempo integral.

Meta 04KI

Dados do último Censo Escolar de 2015 apontam que a taxa de inclusão de estudantes entre 4 a 17 anos público alvo da educação especial nas classes comuns da educação básica atingiu o percentual de 88,4%, indicando um crescimento de 2,9 p.p. desde 2013, atendendo 633.158 alunos.

Atribui-se esse crescimento ao desenvolvimento de ações que incentivam a matrícula de estudantes com deficiência na escola com um garantindo-lhes acesso, permanência e aprendizagem. Uma das dificuldades encontradas para a universalização do acesso são as barreiras físicas e atitudinais que enfrentam as pessoas com deficiência de um modo geral.

Meta 04KJ

Conforme Censo Escolar, houve uma variação negativa de 117.370 matrículas entre 2014 e 2015 chegando-se ao total de 5,7 milhões de matrículas em escolas das populações do campo, das comunidades remanescentes de quilombos e dos povos indígenas, nas diversas etapas e modalidades da educação básica. A variação negativa justifica-se pela queda no número de matrículas nas escolas do campo.

As matrículas na educação escolar indígena seguem em progressivo crescimento, na ordem de 19,5% entre os anos de 2011 e 2015. As matrículas na educação escolar quilombola apresentaram, entre 2001 e 2015, uma variação positiva de 14,9%.

Meta 04KL

O MEC presta apoio suplementar técnico e financeiro para o desenvolvimento de ações voltadas à alfabetização e elevação da escolaridade de jovens, adultos e idosos. As matrículas na Educação

de Jovens e Adultos (EJA) apresentaram uma queda significativa desde 2007 (quando registravam 4,9 milhões de matrículas), mantendo a tendência de queda constatada no Censo Escolar 2015, que apresentou 3,5 milhões de matrículas.

Esse dado aponta para a necessidade de novas estratégias com vistas a oportunizar o acesso à educação e a elevação da escolaridade a um contingente expressivo de pessoas que tiveram seu percurso escolar interrompido. Diante desse cenário, o MEC trabalha na reformulação da Política de EJA, enfatizando a união da dimensão técnico-profissional e a formação de professores com uma pedagogia específica para a modalidade EJA. Quanto ao Brasil Alfabetizado, voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos, os dados de atendimento do PBA no ciclo 2015 (em execução em 2016) foram os seguintes: 168 mil alfabetizando; 191 entidades executoras (Estados e Municípios); 17,4 mil turmas ativas; 17 mil alfabetizadores; 2,9 mil coordenadores e 105 tradutores/intérpretes de Libras.

Meta 04KM

Trazer de volta para a escola jovens que não concluíram a educação básica é um desafio que o MEC abraça por meio do Projovem. Implementado em parceria com as secretarias municipais e estaduais de educação, o programa oferece ensino fundamental, qualificação técnico-profissional e ações de participação cidadã. A edição 2014 do programa, em andamento durante o exercício de 2016, contou com 146,9 mil alunos matriculados; em 2016, não houve novas matrículas.

Meta 04KN

Foram desenvolvidas diversas ações voltadas para a inclusão e a diversidade.

No âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 2016 foram distribuídos a todas as escolas acervos contendo obras referenciais para as temáticas da diversidade e inclusão, educação escolar quilombola, indígena e campo, EJA, educação em direitos humanos, educação para as relações étnico-raciais, juventude, educação especial e sustentabilidade socioambiental (PNBE Temático). Foram distribuídos 81,8 mil acervos para 59,8 mil escolas que ofertam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio. Pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foram distribuídos 9,9 milhões de livros para PNLD Campo, atendendo 2,6 milhões de estudantes de 59 mil escolas do campo.

Meta 04T4

O objetivo é a melhoria da aplicação dos recursos para oferta de creches e a ampliação desses recursos com vistas à universalização da pré-escola.

No exercício de 2016, foram investidos cerca de R\$ 373 milhões de recursos na construção das unidades de educação infantil e na aquisição de mobiliários e equipamentos. Com esses recursos, foram beneficiados 669 Municípios e o Distrito Federal. Além da construção, foram destinados recursos para aquisição de mobiliários e equipamentos de 97 unidades, atendendo a 21 Municípios.

Além do valor mencionado anteriormente, foram investidos cerca de R\$ 30,4 milhões na educação infantil em 65 novas ações de infraestrutura escolar, sendo 9 construções, 34 ampliações e 22 reformas.

Essas ações foram apoiadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), com recursos oriundos de emendas parlamentares. Ademais, foram apoiadas também a aquisição de mobiliários e equipamentos de educação infantil com recursos da ordem de R\$ 1,8 milhão, beneficiando 17 Municípios em 10 Estados brasileiros. Além do repasse de recursos por meio do Proinfância, foram repassados aproximadamente R\$ 33,5 milhões, totalizando 17.140 matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil em 111 Municípios.

Houve também o apoio a manutenção de novas matrículas que ainda não foram contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sendo repassados aproximadamente R\$ 5,4 milhões para manutenção de 4.719 novas matrículas em novas turmas de educação infantil em 49 Municípios. Ainda além da retomada das obras necessárias à universalização do acesso, é prioridade a aprovação

e implantação da Base Nacional Comum Curricular que estabelecerá diretrizes para a melhoria da qualidade do atendimento e da formação dos profissionais de educação infantil. Segundo dados da Pnad/IBGE, a taxa de frequência à escola para a população de 4 a 5 anos foi de 86,8% em 2012 para 91,0% em 2015. Já a taxa de frequência à escola para a população de 0 a 3 anos, foi de 28,8% em 2012 para 34,1% em 2015.

Meta 04TI e Meta 04TJ

No contexto da promoção de ações com vistas a universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e aumentar a taxa de escolarização líquida desta população, o MEC apresentou a Medida Provisória nº 746, de 2016, que cria a base legal para uma reforma do ensino médio, com destaque para a oferta de itinerários formativos ao aluno e para o aumento da carga horária e da educação em tempo integral, visando tornar mais atraente o ensino médio.

Esse processo deverá promover a revisão da matriz curricular dos Estados, considerando também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com consequências na formação dos professores, na adequação dos espaços escolares para atendimento do proposto e nas demais mudanças que se fizerem necessárias no contexto local. Segundo dados da Pnad/IBGE, a taxa de frequência à escola para a população de 15 a 17 anos foi de 83,6% em 2012 para 85,2% em 2015; já a taxa de escolarização líquida desta população no ensino médio foi de 62,7% em 2012, alcançando 66,7% em 2015.

Meta 04TN – Uma das metas do MEC é universalizar do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos. Para alcançar essa meta o MEC vem desenvolvendo ações e esforços para garantir o acesso e a permanência dos alunos nessa faixa etária na escola.

O acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, condicionalidade da educação do Programa Bolsa Família representa um elemento estratégico na prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar. De acordo com as bases de dados do Censo Escolar e do Sistema Presença, a média anual de informação da frequência escolar, em 2016, chegou a 87,87%. Por sua vez, o percentual de pessoas de seis a 14 anos que frequentam ou que já haviam concluído o ensino fundamental atingiu 97,9% em 2015.

Meta 04UA – O MEC implementa o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) para assegurar a plena alfabetização de todas as crianças, no máximo até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Em 2016, os investimentos no Pacto totalizaram cerca de R\$ 265 milhões, contando com a participação de 285.018 professores alfabetizadores, 41.960 coordenadores pedagógicos, 12.705 orientadores de estudo, 41 instituições formadoras, em 27 Estados e 5.364 Municípios. Também foi realizada a 2ª Avaliação Nacional de Aprendizagem (ANA), cujo resultado sairá em 2017.

Análise das Metas Qualitativas

Meta 04KE – Aprovar e apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular, a ser pactuada no âmbito de instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conforme o estabelecido no Plano Nacional de Educação.

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para a Educação Básica é uma ação importante desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) na busca pela ampliação do atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica. A BNCC está sendo construída de forma colaborativa, em articulação com os sistemas de ensino, universidades, associações acadêmicas e científicas e sociedade civil organizada.

No ano de 2015, um grupo de 116 especialistas das quatro áreas do conhecimento foi constituído para a elaboração de documento preliminar da BNCC, que foi submetido a uma consulta pública garantindo a participação democrática na sua construção. A consulta recebeu mais de 12 milhões de contribuições, a partir das quais a segunda versão da Base foi produzida. Essa segunda versão foi objeto

de discussão de seminários realizados em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) em todas as unidades da Federação, ensejando a necessária colaboração entre os entes federados para a implementação de uma política curricular nacional.

Em 2016, a Portaria MEC nº 790, de 27 de julho, instituiu o Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e reforma do Ensino Médio para acompanhar o processo de discussão da segunda versão preliminar da BNCC, encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a proposta final do documento e contribuir com subsídios para a reforma do ensino médio.

A versão, a ser encaminhada ao CNE, até abril de 2017, deverá definir o conjunto de conhecimentos e habilidades que os alunos devem adquirir e desenvolver em cada etapa de ensino e em cada ano de escolaridade. Após a aprovação pelo CNE e sua homologação pelo Ministro da Educação, o estabelecido na BNCC deverá servir de guia de orientação para os sistemas e redes de ensino desenvolverem os seus próprios currículos e demais políticas de formação e avaliação.

Meta 04KF – Apoiar a implantação de unidades de educação infantil, em consonância com o disposto na meta 1 do Plano Nacional de Educação.

O acesso a uma educação infantil de qualidade é fundamental para o desenvolvimento da criança, tanto na formação de sua identidade quanto no estímulo de suas habilidades sociais e educacionais. No âmbito da execução desta meta, destaca-se a política nacional de construção de creches e pré-escolas, atendida por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), no qual o Governo Federal repassa recursos aos entes para a construção de unidades de educação infantil padronizadas, bem como para a aquisição dos mobiliários e equipamentos fundamentais para o funcionamento dessas unidades.

No exercício de 2016, foram investidos cerca de R\$ 373 milhões na construção das unidades de educação infantil e na aquisição de mobiliários e equipamentos. Com esses recursos, foram beneficiados 669 Municípios e o Distrito Federal/DF, tendo sido apoiadas obras de duas novas creches e outras 879 unidades que se encontravam em andamento, a fim de garantir a execução e a conclusão das ações de infraestrutura já pactuadas.

Em 2017, pretende-se continuar investindo os recursos disponibilizados nos projetos de creches e pré-escolas do Proinfância, de forma a apoiar a implantação de mais unidades de educação infantil, envidando esforços para promover a conclusão das obras. Além do repasse de recursos pelo Governo Federal para a construção e aquisição de equipamento, por meio do Proinfância, o MEC também apoia os Municípios e o Distrito Federal no que se refere ao custeio e à manutenção de novas matrículas nos estabelecimentos de educação infantil recém-construídos com recursos de programas federais.

Assim, para operacionalização do repasse de recursos para a manutenção dos estabelecimentos de educação infantil foi desenvolvido e disponibilizado aos prefeitos e ao Secretário de Educação do Distrito Federal o módulo “E. I. Manutenção – Unidades do Proinfância” dentro do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec) para que solicitem os recursos.

Em 2016, no âmbito do E. I. Manutenção – Unidades do Proinfância foram repassados aproximadamente R\$ 33,5 milhões, totalizando 17.140 matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil em 111 Municípios. Já o módulo E. I. Manutenção – Novas Turmas visa apoiar a manutenção de novas matrículas que ainda não foram contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), apoiando a oferta e expansão da educação infantil.

Em 2016, no âmbito do E. I. Manutenção – Novas Turmas de Educação Infantil foram repassados aproximadamente R\$ 5,4 milhões para manutenção de 4.719 novas matrículas em novas turmas de educação infantil em 49 Municípios.

Meta 04T3 – Promover ações com vistas a elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 10 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e elevar para 92% a razão entre a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação IBGE, em consonância com o disposto na meta 8 do Plano Nacional de Educação.

A meta traduz a urgência do País em enfrentar e reduzir as desigualdades socioeconômicas e a consequente desigualdade no acesso à educação e elevação da escolaridade média da população, particularmente entre negros e não negros, áreas rural e urbana, e a população em situação de pobreza.

Dados comparativos dos indicadores de escolaridade média da população de 18 a 29 anos da Pnad, entre 2007 e 2015, revelam que houve avanços para esses segmentos populacionais, sendo que: a escolaridade média da população de 18 a 29 anos (total) passou de 9 em 2007 para 10,0 anos de estudo em 2015.

Com relação à escolaridade dos residentes em área rural, passou de 6,5 em 2007 para 8,3 em 2015. Já a escolaridade média dos 25% mais pobres foi de 6,4 em 2007, alcançando 8,3 em 2015; a escolaridade média da população negra em 2007 era de 8,1 anos, passando para 9,5 em 2015.

A razão entre a escolaridade média entre negros e não negros alcançou 88% em 2015. Contudo ainda persistem condições de desigualdade de acesso à educação no Brasil, bem como dificuldades na permanência, participação, aprendizagem e conclusão da trajetória escolar.

Com o intuito de propor e fomentar políticas públicas voltadas à inclusão educacional e social da população de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, o Ministério da Educação (MEC) apoia técnica e financeiramente Estados e Municípios em ações e programas que visam à formação integral desses jovens, com vistas à elevação da escolaridade e promoção da autonomia como sujeitos de direitos e deveres, ampliando a possibilidade de inserção no mundo do trabalho e em atividades de participação social.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) é uma ação complementar que visa à promoção de ações para elevação da escolaridade, na forma de curso, para a qualificação profissional em nível inicial e a participação cidadã de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever, mas não tenham concluído o ensino fundamental.

A edição 2014 do programa, em andamento durante o exercício de 2016, contou com 109,6 mil e 37,3 mil alunos matriculados, respectivamente, no Projovem Urbano e Campo, totalizando 146,9 mil beneficiários nessa edição. Em 2016 não foram ofertadas novas vagas no programa.

O esforço de superação do analfabetismo também considera a diversidade regional e de público em um País com as dimensões territoriais do Brasil. Nesse sentido, o Programa Brasil Alfabetizado contempla uma diversidade de metodologias e práticas, ao invés de adotar um modelo único.

Esse desenho permite aos Estados e Municípios construir uma política de alcance nacional, fortalecendo as ações já existentes e a adequando o processo educativo às diferenças étnicas, regionais, culturais e de gênero entre os segmentos sociais atendidos.

A escala nacional de atuação do programa, conjugada com possibilidades de adequação da proposta pedagógica às condições locais de execução, permite ao programa atender a populações extremamente vulneráveis, incluindo povos indígenas, pessoas privadas de liberdade e significativa parcela das populações rurais.

Meta 04T5 – Promover ações com vistas a elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 95% e a reduzir para 25% da taxa de analfabetismo funcional, em consonância com o disposto na meta 9 do Plano Nacional de Educação.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da educação básica do País. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade em seus estudos e para aqueles que não tiveram o acesso ao ensino fundamental e/ou médio na idade apropriada. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA)

está inserido no contexto da política de EJA. Foi lançado em 2003 e tem por objetivo a alfabetização de jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos.

O PBA é uma estratégia de indução, por meio do qual o Governo Federal envia esforços junto aos Estados, Distrito Federal e Municípios para organizarem redes de oferta de alfabetização, reconhecendo e reafirmando o dever do Estado em garantir a educação como direito de todos.

Nessa perspectiva, a ação de alfabetização de jovens e adultos não pode ser vista como uma ação periférica e compensatória, mas como estratégia de política educacional que garanta políticas públicas para os grupos sociais historicamente excluídos.

A oferta da educação de jovens e adultos é responsabilidade dos sistemas de ensino, e o Ministério da Educação (MEC) presta apoio suplementar (técnico e financeiro) aos Estados e Municípios, em regime de colaboração. É essa a lógica de implementação do Programa Brasil Alfabetizado, assim como de outros programas e ações da EJA.

Ainda que o MEC defina diretrizes e exerça apoio técnico e financeiro, o sucesso da alfabetização e elevação da escolaridade de jovens e adultos depende da atuação dos Estados e Municípios. Nesse sentido, o MEC, por meio do Programa Brasil Alfabetizado, apoia os entes federados com recursos para a formação de alfabetizadores e coordenadores de turmas, aquisição de material escolar, aquisição de material de apoio para os alfabetizadores, alimentação escolar e transporte do alfabetizando, além de bolsas aos alfabetizadores durante o curso. É um programa de fluxo contínuo, organizado por ciclos que extrapolam o ano calendário.

Em cada ciclo, abre-se um período de cadastramento de alfabetizandos pelos entes executores (Estados e Municípios).

À medida que as turmas são ativadas, o curso de alfabetização dura em média 8 meses. As últimas turmas de alfabetização do ciclo de 2015 foram ativadas em junho de 2016 com previsão de encerramento para janeiro de 2017. No final de 2016, foi publicada a Resolução CD/FNDE nº 09, com a previsão de abertura de novas turmas do programa no primeiro semestre de 2017.

O ciclo de 2015 do Programa Brasil Alfabetizado, cuja execução se estendeu ao longo de 2016, atendeu 168 mil alfabetizandos, por 191 entidades executoras (Estados e Municípios), 17,4 mil turmas ativadas, 17 mil alfabetizadores, 2,9 mil coordenadores e 105 tradutores/intérpretes de Libras. A EJA e a educação ao longo da vida são importante estratégia de prevenção e combate à discriminação no ensino, sendo sua oferta um mecanismo de promoção da equidade.

O Governo brasileiro tem investido sistematicamente em uma política de integração entre o processo inicial de alfabetização e a continuidade dos estudos em turmas de EJA pelo público atendido pelo Programa Brasil Alfabetizado. Nesse sentido, conta com a Resolução CD/FNDE nº 48, de 2012, que transfere recursos financeiros aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a criação e manutenção de novas turmas de EJA, desde 2012.

Em que pese todo o esforço e aperfeiçoamento da formulação e implementação de políticas educacionais, os resultados para a EJA representam um alerta para o País, que conta com um grande contingente da população sem os níveis de escolarização adequada. As condições de acesso e oferta de educação para os jovens, adultos e idosos, apesar de avanços relevantes, ainda encerram muitos desafios.

A taxa de analfabetismo apresentou uma queda significativa nos últimos quinze anos – em 2001, o índice de analfabetismo era de 12,4% e passou para 8,0%, em 2015 –, mas registrou, em números absolutos, uma pequena redução do total de analfabetos com 15 anos ou mais: foi de 15,2 milhões para 12,8 milhões, um número ainda expressivo de pessoas sem saber ler ou escrever.

Embora o decréscimo da taxa de analfabetismo seja substantivo ao longo dos últimos quinze anos, é importante observar a estagnação da taxa no período mais recente, particularmente de 2011 a 2014, o que requer o olhar atento dos formuladores de políticas educacionais no sentido de promover as intervenções necessárias à maior efetividade das políticas de combate ao analfabetismo. A taxa de analfabetismo

funcional na população de 15 anos ou mais caiu consideravelmente. Em 2004, a taxa era de 24,4% e passou para 17,1%, em 2015. Em termos absolutos, eram mais de 32 milhões de analfabetos funcionais em 2004, e 27,6 milhões em 2015.

Meta 04TM – Aperfeiçoar o conceito e implantar uma metodologia de cálculo do Custo Aluno Qualidade (CAQ), que pode ser entendido como o conjunto de condições e insumos materiais e humanos necessários para uma educação de qualidade, como mecanismo para orientar políticas de equidade na educação básica, em consonância com o disposto na meta 20 do Plano Nacional de Educação.

O Custo Aluno-Qualidade (CAQ) deverá ser um parâmetro nacional, considerando que a Federação brasileira é diversa culturalmente e desigual economicamente.

Nesse sentido, os estudos sobre o CAQ levam em consideração as diferenças existentes dentro do território nacional. Assim, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), está desenvolvendo um Simulador de Custo-Aluno-Qualidade (SimCAQ), que consiste num software que calcula o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e o orçamento anual necessário para financiar a oferta de educação básica em condições de qualidade durante o período do plano educacional a partir de um conjunto de metas e parâmetros de condições de oferta inseridos no sistema pelos usuários.

Para gerar os resultados, o simulador aplica os parâmetros às condições educacionais existentes nos Estados, Municípios e Distrito Federal e faz a projeção futura da oferta com as adequações.

O SimCAQ é uma ferramenta voltada para o planejamento de sistemas públicos de educação básica em condições de qualidade e será disponibilizado gratuitamente na internet pelo MEC.

O referido simulador apoiará Estados, Municípios e o Distrito Federal na análise combinada do custo da oferta educacional com um padrão de qualidade, demonstrando os limites e potencialidades financeiras e orçamentárias ao longo dos períodos dos diferentes planos de educação (nacional, estaduais, distrital e municipais).

Ademais, faz-se necessário atentar para o prazo estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estratégia 20.8, que estabelece três anos para a definição do CAQ.

Meta 04TO – Implementar, até 2016, o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ), em consonância com o disposto na meta 20 do Plano Nacional de Educação.

O Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) é um conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado a partir de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração dos profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.

Nesse contexto, se define também a função supletiva, entendida como um meio pelo qual a União, à vista de uma incapacidade justificada de o ente federado dar conta de um padrão mínimo de qualidade, subsidia, provisoriamente, aquele ente em termos financeiros.

O mesmo se pode dizer do Estado em relação aos Municípios. Com a finalidade de buscar consenso em torno do tema do Custo Aluno-

Qualidade (CAQ), foi constituído, em 2015, um Grupo de Trabalho (GT-CAQ), por meio da Portaria nº 459, de 13 de maio de 2015. O GT apresentou Relatório Final em outubro de 2015, com um ensaio de mecanismo de implementação gradual do CAQi, cujo documento foi disponibilizado no site <www.pne.mec.gov.br>.

Para dar continuidade às ações e concretizar a implementação do CAQ, o MEC instituiu a Comissão Interinstitucional para Implementação do CAQi e CAQ, por meio da Portaria MEC nº 142, de 16 de março de 2016, com o objetivo de definir a metodologia de implementação e propor mecanismos federativos de cooperação e colaboração para implementação do CAQi e CAQ, além do levantamento de fontes de financiamento para viabilizá-los.

O MEC também participou de reunião com o Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre CAQi e CAQ, e, de comum acordo, foi estabelecida a retomada das discussões sobre os padrões de qualidade da educação. Em 28 de dezembro de 2016, o MEC publicou a Portaria nº 1.547, que instituiu a Instância Permanente de Negociação e Cooperação Federativa, dispondo que essa instância se manifeste a respeito dos estudos desenvolvidos para alcance da estratégia 20.8 do PNE, sobre a definição do CAQ.

Objetivo 1010 – Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Em virtude da preocupação com a qualidade da oferta, com a permanência, diplomação e sucesso dos estudantes, faz-se necessário um conjunto de ações estratégicas voltadas à consolidação do processo de interiorização das universidades e de seus campus; à ampliação das taxas de acesso e permanência, bem como das de rendimento acadêmico; à democratização do acesso à universidade em todas as áreas do conhecimento; e à implantação de políticas afirmativas que viabilizem o acesso e permanência de todos os grupos sociais a esse nível de ensino, com fortalecimento de programas de assistência estudantil, bem como dos programas de pesquisa e extensão, comprometidos com a inclusão social.

Para responder aos desafios impostos no PNE, o Governo Federal precisará atuar em ações que visem à elevação das taxas de matrícula e de permanência na educação superior, bem como à ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior.

Para isso, estão previstas várias ações, como a ampliação da oferta de vagas em cursos de graduação no turno noturno, a oferta de bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (Prouni), e a concessão de novos financiamentos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além da continuidade de ações de apoio e fomento à pós-graduação stricto sensu e à mobilidade internacional no âmbito do ensino superior, provendo o País de melhores quadros de nível técnico e científico, por meio da implementação de ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica e formação de recursos humanos em áreas estratégicas para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

Assim, para consolidação de um contexto favorável de crescimento econômico e aumento dos níveis de produtividade e competitividade, com redução da desigualdade e aumento da inclusão, constitui fator crucial atingir e manter elevado padrão de qualidade na educação superior, proporcionando o acesso democrático a toda população.

É fundamental o reconhecimento do papel estratégico das universidades como um instrumento de transformação social e de fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação em prol da justiça social.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
04KX – AMPLIAR PARA 1,4 MILHÃO O NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA META 12 DO PNE.	MATRÍCULAS	1,4 MILHÃO	1,13 MILHÃO* (CENSO ED.SUP./ INEP 2015)	-	-	-	-	INEP/ MEC
04KY – ELEVAR DE 180 MIL PARA 400 MIL O NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, PELO SISTEMA UAB (UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL), EM TODAS AS ÁREAS DO CONHECIMENTO, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA META 12 DO PNE.	MATRÍCULAS	400 MIL	131,7 MIL	-	-	-	32,92%	CAPES/MEC
04KZ – OFERTAR 1 MILHÃO DE NOVAS BOLSAS DE ESTUDO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI).	BOLSAS	1 MILHÃO	0,33 MILHÃO	-	-	-	32,92%	MEC
04L0 – CONCEDER 1,4 MILHÃO DE NOVOS FINANCIAMENTOS COM RECURSOS DO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES).	FINANCIAMENTOS	1,4 MILHÃO	0,2 MILHÃO	-	-	-	14,52%	MEC
04L1 – AMPLIAR DE 245 MIL PARA 305 MIL O NÚMERO DE MATRÍCULAS ANUAIS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.	MATRÍCULAS	305 MIL	251,7 MIL* (CENSO ED.SUP./ INEP 2015)	-	-	-	-	INEP/ MEC
04L2 – AMPLIAR DE 73 MIL PARA 91 MIL O NÚMERO DE MESTRES E DOUTORES TITULADOS ANUALMENTE EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA META 14 DO PNE.	MESTRES E DOUTORES	91 MIL	73,6 MIL* (CENSO ED.SUP./ INEP 2015)	-	-	-	-	INEP/ MEC
04L3 – AMPLIAR DE 95 MIL PARA 110 MIL O NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS CONCEDIDAS ANUALMENTE EM PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.	BOLSAS	110 MIL	100,6 MIL	-	-	-	91,44%	CAPES/MEC
04L4 – ALCANÇAR 25 MIL NOVAS BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR.	BOLSAS	25 MIL	1,7 MIL	-	-	-	6,79%	CAPES/MEC
04L5 – AUTORIZAR 2.620 NOVAS VAGAS DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA, COM ÊNFASE NA INTERIORIZAÇÃO DOS CURSOS E NO ATENDIMENTO DE REGIÕES COM MAIOR CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS.	VAGAS	2.620	2.101	-	-	-	80,19%	SERES/MEC
04TL – AMPLIAR PARA 73% O PERCENTUAL DE MESTRES E DOUTORES DO CORPO DOCENTE EM EFETIVO EXERCÍCIO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA META 13 DO PNE.	PERCENTUAL	73	73,4 (CENSO ED.SUP./ INEP 2014)	-	-	-	-	INEP/ MEC

*Último dado disponível é referente ao Censo Escolar e Censo da Ed. Superior/INEP 2015.

** Último dado disponível é referente à Pnad/IBGE 2015.

***Último dado disponível é referente à ANA/Inep 2014.

Análise das Metas Quantitativas

Meta 04KX

De acordo com o Censo da Educação Superior 2015 (Inep/MEC), existem 2.364 Instituições de Ensino Superior (IES), 32.028 cursos de graduação presenciais e 6.633.545 estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, sendo 1.133.172 de matrículas em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino, que respondem por mais de 60% das matrículas de graduação em instituições públicas.

Destaque para as ações da Expansão da Rede Federal, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), as ações de bolsa permanência e Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), além de ações específicas para a diversidade como o Programa Abdias Nascimento e o Programa Incluir.

Meta 04KY

O Sistema UAB visa promover a expansão e interiorização da educação superior no País, e conta, atualmente, com o total geral de 769 polos (dos quais, 182 polos foram integrados nos últimos 5 anos, por meio dos editais de articulação). Desses, 727 polos UAB encontram-se classificados como aptos, ou seja, em condições plenas para sediar cursos em EAD. Em 2016,

a UAB registrou o ingresso de 39.261 novas vagas, sendo que, desse total, 26.234 referem-se à formação inicial de professores, totalizando 131.694 estudantes matriculados no sistema UAB. Para 2017, há a expectativa de implementar o ingresso de mais 103.816 alunos no primeiro semestre e outros 31.356 alunos no segundo semestre.

Meta 04KZ

O Programa Universidade para Todos (Prouni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas.

Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. No primeiro semestre de 2016 foram ofertadas 203.602 novas bolsas, totalizando 329.180 bolsas durante todo o ano de 2016.

O Prouni já atendeu, desde sua criação até 2016, aproximadamente, 2,00 milhões de estudantes.

O Prouni é uma das ações do MEC que contribuem para a evolução da taxa bruta de matrícula na educação superior, que passou de 30,3% em 2013 para 32,6% em 2015, segundo dados da Pnad/IBGE.

Meta 04L0

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. O Fies registrou, de 2010 a 2016, a assinatura de, aproximadamente, 2,4 milhões de novos contratos. Em 2015, o Fies passou por algumas reformulações para garantir melhor distribuição dos recursos públicos disponibilizados para o financiamento de estudantes da educação superior.

Em 2016, foram firmados 203.255 novos contratos, além da renovação de aproximadamente 1,2 milhão de contratos de financiamento vigentes, totalizando um investimento de R\$ 17 bilhões no ano. A ação de concessão do financiamento do Fies está no Programa 0902 – Operações Especiais; enquanto a administração do mesmo é realizada no programa 2080.

Está prevista a apresentação de novos aperfeiçoamentos ao modelo de financiamento do fundo com o objetivo de torná-lo mais sustentável. Ainda, um grupo de trabalho integrado por gestores do MEC, do FNDE e do Ministério da Fazenda estão estudando melhorias no modelo Fies.

Meta 04L1

Os dados referentes a 2016 serão publicados apenas no final do primeiro semestre de 2017. Porém, a estimativa é alcançar 272.348 estudantes matriculados em programas de pós-graduação stricto sensu no ano. Os dados consolidados de 2014 registraram 233.459 matrículas, e em 2015 esse número foi de 251.681 estudantes matriculados na pós-graduação stricto sensu.

Contribuem para o alcance desta meta os programas de expansão e fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a política de concessão de bolsas aos Programas de Pós-Graduação, além do Programa Idioma sem Fronteiras.

Meta 04L2

Em 2015, foram titulados 54.924 mestres e 18.625 doutores, totalizando 73.549 titulados em programas de pós-graduação stricto sensu. Os dados referentes a 2016 serão disponibilizados apenas ao final do primeiro semestre de 2017, mas estima-se um total de 79 mil titulados no ano.

A partir dos dados consolidados, foram 66.224 títulos concedidos em 2013 e 68.575 em 2014, representando um aumento constante no número de titulados anualmente. Entre as ações que contribuem para elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, destaca-se a expansão das ações de fomento à pós-graduação stricto sensu, e a democratização do acesso à informação científica por meio do Portal de Periódicos.

Meta 04L3

O MEC vem dando continuidade à política de concessão de bolsas aos Programas de Pós-Graduação (PPGs) de Instituições de Ensino Superior (IES) e de Pesquisas brasileiras, buscando atender ao crescimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Entre 2011 e 2015 foi possível verificar um crescimento de 40,8% no número de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado concedidas no País, passando de 70.742 em 2011 para 99.632 em 2015. Em 2016, o número de bolsas de pós-graduação no País foi de 100.580, sendo 50.393 de mestrado, 43.188 de doutorado e 6.999 de pós-doutorado.

Meta 04L4

Quanto à promoção científica internacional, entre principais ações realizadas em 2016, destaca-se a continuidade na implementação de bolsas individuais e de bolsas vinculadas a projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias no âmbito dos acordos de cooperações internacionais, bem como o lançamento de novos editais para concessão de bolsas no exterior (Doutorado Pleno, Doutorado

Sanduíche, Pós-Doutorado e Estágio Sênior). Ao todo, em 2016, foram beneficiados 1.698 novos estudantes, pesquisadores e professores, com bolsas de estudo no exterior, e apoiados 953 projetos de cooperação internacional. Quanto ao Programa Ciência sem Fronteira (CsF), face ao término da primeira etapa, as novas concessões serão realizadas após o redesenho do programa em novas bases, dentro de uma política mais ampla de internacionalização do ensino superior.

Meta 04L5

No Programa Mais Médicos, criado em 2013, foi levantada a necessidade de criação de 11.447 novas vagas em cursos de medicina para que seja possível a elevação da relação de médicos/mil habitantes. Assim, desde o início do Programa, já foram autorizadas um total de 7.950 novas vagas em cursos de medicina, sendo 1.668 em 2013, 2.792 em 2014, 1.389 em 2015, e em 2016, primeiro ano deste PPA, foram autorizadas 2.101 novas vagas. Para o atingimento da meta inicial proposta pelo Programa, ainda espera-se autorizar outras 3.497 novas vagas, totalizando as 11.447 vagas propostas na criação do Programa.

Meta 04TL

Segundo os dados do INEP, no relatório do 1º ciclo de monitoramento do PNE, em 2014 foi registrado 73,4% do corpo docente das IES composto por mestres ou doutores, apresentando consistente aumento desde 2009, quando alcançava 61,4%. Se considerarmos somente a rede de universidades federais, o índice é de 88,4% de mestres e doutores no seu corpo docente.

Além dos diversos programas de fomento à formação, o MEC desenvolve ações específicas para formação de docentes das IES públicas, tais como o Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral), o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), além das bolsas destinadas para essa mesma finalidade concedidas no âmbito dos acordos de cooperação com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs).

Comentários adicionais sobre o programa

Com relação aos comentários adicionais ou complementares, vale a pena ressaltar que o Governo Federal, observado o regime de colaboração com os Estados, Municípios e Distrito Federal, direciona esforços para apoiar técnica, pedagógica e financeiramente as redes e sistemas de ensino com ações voltadas ao desenvolvimento da educação infantil, do ensino fundamental e médio, incluindo a alfabetização e educação de jovens e adultos; a educação especial inclusiva; a educação do campo, a educação escolar indígena e quilombola; a educação ambiental e a educação em direitos humanos; e a educação para as relações étnico-raciais.

O PAR é uma estratégia federal concebida em 2007 como ferramenta para o planejamento plurianual das políticas de educação em que os entes subnacionais elaboram plano de trabalho, a fim de desenvolver ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares e, consequentemente, para o aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de suas redes públicas de ensino.

O primeiro ciclo do PAR compreendeu o período de 2007-2010 e o segundo, o período de 2011-2014. Um novo ciclo foi estruturado em 2015, alinhando o PAR às metas e estratégias do PNE, principal ponto de convergência das políticas públicas da educação para os próximos dez anos.

Em 2016, a maioria dos termos de compromisso pactuados no segundo ciclo foi finalizada pelos gestores e se encontra em fase de envio de prestação de contas. O novo ciclo 2016-2019 foi iniciado e se encontra em fase de desenvolvimento.

Em 2016, as novas pactuações vinculadas ao ciclo 2016-2019 foram disponibilizadas aos Estados e o Distrito Federal, inicialmente para ações voltadas a melhoria do ensino médio e a projetos de alfabetização na idade certa.

No total, foram empenhados R\$ 165,8 milhões para essas ações. Em 2016, considerando as pactuações vinculadas aos ciclos 2011-2014 e 2016-2019, foi destinado cerca de R\$ 1,5 bilhão no âmbito do PAR.

No intuito de ampliar o atendimento escolar de qualidade na educação básica, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) presta assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público e aos polos presenciais do sistema UAB que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

Os recursos do programa destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários.

Em 2016, foram beneficiados, no âmbito do PDDE Básico, 32,9 milhões de alunos com investimento de R\$ 765,9 milhões, repassados a 120,3 mil escolas estaduais, distrital e municipais de ensino, atendendo 5.528 Municípios, nos 26 Estados e no Distrito Federal.

No desenvolvimento do Programa Escola Acessível, em 2016, foram contempladas 4,3 mil novas escolas, com valor empenhado de mais de R\$ 42 milhões. Também foram contempladas com o PDDE, 2.222 escolas de educação especial privadas, mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, às quais foram repassados R\$ 6,64 milhões, beneficiando 184 mil alunos de educação especial.

Destaca-se também a destinação de aproximadamente R\$ 37,5 milhões, no âmbito do Plano Viver Sem Limite, para apoiar ações de acessibilidade em 3.790 escolas.

No âmbito dos programas suplementares à educação, o Ministério da Educação (MEC) apoiou os estudantes de todas as etapas da educação básica por meio de programas de alimentação e transporte escolar e de materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos, periódicos e obras de referência.

Assim, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

Vale mencionar que são atendidos pelo programa, em caráter suplementar, os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas e comunitárias, desde que conveniadas com o poder público, por meio da transferência de recursos financeiros. Em 2016, foram empenhados R\$ 3,44 bilhões para o Pnae, beneficiando 40,6 milhões de estudantes.

No que concerne ao Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate), objetivou-se garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica pública residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Vale destacar que o Pnate consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere.

Os recursos transferidos devem ser utilizados na manutenção da frota ou na terceirização do serviço de transporte escolar utilizado pela entidade executora. Os valores são calculados de acordo com o número de alunos da educação básica pública residentes em área rural que usam o transporte escolar, registrados no Censo Escolar do Inep/MEC. Em 2016, o Pnate atendeu 4.286.420 alunos em 5.085 entidades, sendo 5.072 Municípios e 13 secretarias estaduais de educação, com recursos da ordem de R\$ 564 milhões.

Já o Programa Caminho da Escola objetiva renovar e padronizar a frota de veículos e embarcações de transporte escolar, garantido segurança e qualidade e contribuindo para o acesso e permanência dos alunos nas escolas da rede pública da educação básica.

Em 2016, foram destinados, pelo FNDE, R\$ 428,78 milhões para a aquisição de 1.898 ônibus rurais e 52 ônibus urbanos acessíveis. Vale ressaltar também que, em 2016, houve aquisições de veículos por meio de recursos próprios dos entes federados, além dos recursos originários do FNDE. Assim, considerando as duas fontes de financiamento, 1.212

Municípios foram beneficiados para aquisição de 3.017 ônibus, com recursos na ordem de R\$ 664,9 milhões. Além disso, dois Municípios foram contemplados para que pudessem adquirir três embarcações, com investimento de R\$ 780 mil.

Em 2016, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foi empenhado R\$ 1,7 bilhão para a aquisição e distribuição de livros didáticos a estudantes do ensino fundamental e médio e àqueles da EJA e de escolas do campo. A previsão é atender mais de 31 milhões de alunos, totalizando mais de 150 milhões de livros distribuídos, para utilização em 2017.

No âmbito do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), foram destinados R\$ 106 milhões para aquisição de acervos de obras de literatura para uso em sala de aula de mais de 95 mil escolas de 1º ao 3º ano do ensino fundamental. O PNLD Campo distribuiu 9,9 milhões de exemplares, atendendo 2,6 milhões de estudantes do 1º ao 5º ano, em 59 mil escolas.

Em 2016, foram empenhados R\$ 58,8 milhões na aquisição de 7,4 milhões de exemplares para distribuição do PNLD Campo em 2017. Já o PNLD EJA distribuiu 7,7 milhões de livros, beneficiando mais de 25 mil escolas e 3,3 milhões de alunos da EJA, com empenho de R\$ 90,5 milhões, destinados à aquisição e distribuição de livros em 2017.

Por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), foram distribuídas obras literárias e de apoio à prática da educação básica para a formação dos acervos das bibliotecas escolares. Busca-se estimular a leitura e a formação dos estudantes e democratizar o acesso às fontes de informação. Por meio do PNBE, todas as unidades de ensino públicas de educação infantil e demais etapas da educação básica do País constantes no censo escolar são beneficiadas.

Em 2016, foram contempladas 60 mil escolas de ensino médio e anos finais do ensino fundamental com obras do PNBE Temático contemplando as temáticas da diversidade e inclusão, adquiridas com R\$ 24,7 milhões, recursos do exercício de 2015.

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) visa promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica. Em 2016, foram destinados cerca de R\$ 6,15 milhões para a aquisição de tablets, computadores e projetores. Além disso, aproximadamente 1,7 mil unidades educacionais, estaduais e municipais, se beneficiaram com a ativação de mais de 21 mil tablets educacionais, adquiridos para uso de professores e alunos.

Além disso, em 2016, foi prospectada a Plataforma Web de Distribuição de Conteúdos Educacionais Digitais, que centralizará todos os Recursos Educacionais Digitais em um único repositório, de forma organizada, nas várias etapas da educação básica, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), facilitando o acesso de 40 milhões de alunos e 2,5 milhões de professores. Essa plataforma será disponibilizada em 2017.

Outra tecnologia educacional contemplada foi a régua braile, equipamento que permite o acesso de estudantes com dificuldades visuais ao mundo digital. Tal investimento possui o potencial de atender a demanda de mais de 30 mil escolas que possuem alunos especiais matriculados.

Já o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) promove a instalação de infraestrutura de rede e suporte à conexão à internet nas escolas públicas urbanas, E-Tec Brasil, UAB, núcleos de tecnologia estaduais e municipais. O PBLE possui gestão conjunta entre a Anatel, secretarias estaduais e municipais de educação e FNDE. Em 2016, o Programa registrou 60.338 conexões à Internet, beneficiando cerca de 30 milhões de alunos e aproximadamente 1,5 milhão de professores.

No âmbito das escolas rurais, o FNDE, em parceria com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), apoiou as operadoras de telefonia na oferta gratuita de conexão de dados (acesso à Internet) para todas as escolas do campo que possuíssem cadastro no censo da educação básica, energia elétrica, algum recurso tecnológico e que estivessem a uma distância de até 30 km a partir da sede de cada município. Ao longo de 2016, a iniciativa atendeu cerca de 25 mil escolas. Outras importantes ações para a melhoria da qualidade da educação básica são as voltadas para a implementação de diretrizes nacionais, entre elas as relacionadas à diversidade e inclusão. As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos têm

orientado a ação transversal e intersetorial junto aos sistemas de ensino. Na mesma linha, a Lei nº 13.185, de 2015, conhecida como a Lei do Bullying, foi referência ao longo de 2016 para a formulação de ações que visam ao enfrentamento das diversas formas de violência no ambiente escolar.

Em 2016, foram publicadas as Diretrizes Nacionais para o Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, visando qualificar a oferta educacional voltada aos adolescentes e jovens atendidos e egressos dos programas de atendimento socioeducativo.

Com o intuito de contribuir para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, destaca-se o Programa PDDE Escolas Sustentáveis apoiando a adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de forma a estimular que as escolas se tornem espaços educadores sustentáveis.

Além disso, têm-se desenvolvido ações de formação continuada de professores, técnicos e gestores para a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação do campo, educação escolar quilombola, educação escolar indígena, educação das relações étnico-raciais, educação em direitos humanos, educação especial e educação de jovens e adultos.

Em 2016, foram atendidos 4.124 professores em cursos de formação continuada para educação escolar indígena e temática da História e das Culturas dos Povos Indígenas. Para a educação do campo, foram atendidos 7.290 professores e, para educação das relações étnico-raciais, foram atendidos 1,5 mil professores.

Ampliar a oferta de vagas, democratizar o acesso e interiorizar a educação superior, com inclusão e qualidade, são alguns dos principais desafios do Governo Federal, cuja superação depende do esforço conjunto de instituições públicas e privadas.

Fortalecer esse nível de ensino é decisivo na diminuição das desigualdades sociais e regionais, fomentando a inclusão social, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2015, existem 2.364 IES, 33.501 cursos superiores e 8.027.297 estudantes matriculados no ensino superior brasileiro, sendo 1,2 milhão de matrículas em cursos de graduação nas instituições federais de ensino superior (ifes), que respondem por mais de 60% das matrículas de graduação em instituições públicas.

O Sistema Federal de Ensino, sob responsabilidade do MEC, representa 92% das IES, 86% dos cursos superiores ofertados, e 90% das matrículas da educação superior do País.

Em 2016, o MEC emvidou esforços na edição de normativos e na revisão e atualização da regulamentação da regulação do sistema federal de ensino, com avanços para a modernização e a desburocratização dos procedimentos regulatórios.

Em 2016, foram editados um total de 7.561 atos regulatórios, sendo 581 relativos a credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior, nas modalidades presencial e a distância, e 6.980 relativos a cursos (1.921 autorizações de novos cursos, 1.497 reconhecimentos, 2.841 renovações de reconhecimento, 677 aditamentos 44 processos de aditamento para credenciamento de polos de apoio presencial para educação a distância). Foram, ainda, publicados 194 atos de supervisão; 583 atos relacionados para concessão ou renovação de certificação de entidades beneficentes de assistência social na área de educação; e 2 atos para qualificação de Instituição Comunitária de Educação Superior.

Integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um processo unificado que seleciona os estudantes para a educação pública do País, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por meio de um sistema informatizado. Em 2016, foram ofertadas 285.164 novas vagas.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões. Em 2016 o MEC apoiou 328 propostas, com investimento de R\$ 78 milhões. No programa de 2016 foram recebidas propostas de Universidades Federais, Estaduais, Municipais e Comunitárias.

O Programa de Educação Tutorial (PET) é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas ifes orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial.

No período de 2012 a 2016, o valor do investimento e beneficiados se manteve invariável: R\$ 78,8 milhões para 842 grupos de PET, beneficiando 10.104 estudantes e 842 professores, a cada ano. Para custear as atividades desenvolvidas pelos grupos, foram transferidos cerca de R\$ 4 milhões em 2016.

O Programa Idiomas sem Fronteiras foi elaborado com o objetivo de proporcionar oportunidades de acesso ao estudo dos idiomas estrangeiros para a comunidade acadêmica como base estruturante do processo de internacionalização das universidades brasileiras. Suas ações incluem a oferta de cursos a distância e cursos presenciais, além da aplicação de testes de proficiência.

O Governo Federal pretende dar continuidade a ações de apoio e fomento à pós-graduação stricto sensu e à mobilidade internacional no âmbito do ensino superior, provendo o País de melhores quadros de nível técnico e científico, por meio da implementação de ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica e formação de recursos humanos em áreas estratégicas para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

Até o final de 2015, estavam em funcionamento 3.905 Programas de Pós-Graduação no Brasil, sendo 2.031 programas de Mestrado/Doutorado, 1,2 mil apenas de Mestrado, 603 Mestrados Profissionalizantes e 64 Doutorados somente.

Os dados de 2016 estarão consolidados a partir da entrega dos dados pelos PPGs, que ocorrerá em março de 2017. Contudo, a partir de dados extraídos da base on-line da Plataforma Sucupira, é possível identificar um crescimento estimado de 7,5% no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) comparado a 2015, que possuía um registro de 4,2 mil PPGs com funcionamento registrado.

Tal crescimento ocorre sempre aliado a uma avaliação contínua, tanto para entrada quanto para a permanência dos programas no SNPG, provendo o aumento da oferta de cursos e vagas para discentes, com a garantia da qualidade superior esperada de um programa de pós-graduação.

Também em ritmo crescente, nos últimos anos, o MEC vem dando continuidade à política de concessão de bolsas aos PPGs de IES e de Pesquisas brasileiras, buscando atender ao crescimento do SNPG. Em 2016, o número de bolsas de pós-graduação no País foi de 100,6 mil, sendo 50.393 de mestrado, 43.188 de doutorado e 6.999 de pós-doutorado.

A expansão do apoio à pós-graduação requer ações voltadas ao combate às assimetrias existentes no SNPG, seja inter-regional, intrarregional e entre áreas do conhecimento.

O MEC vem contribuindo para combater as assimetrias, promovendo o desenvolvimento mais harmonioso da pós-graduação e da pesquisa nacional, por meio de políticas de incentivo e indução que visam acelerar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos em regiões onde a pós-graduação é ainda incipiente, tais como o Doutorado Interinstitucional (Dinter), o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e o Programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade.

Entre as iniciativas realizadas, destaca-se o financiamento de 23 novos projetos Dinter aprovados quanto ao mérito em 2015, dentre os quais 18 beneficiam diretamente docentes de instituições localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além disso, em 2016, merece ser destacada a concessão adicional de bolsas (302 de mestrado e 252

de doutorado) às IES da região Norte que possuem PPGs recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Essa concessão atendeu a uma demanda feita pelo Fórum de Reitores da região Norte, expressa na “Carta de Rio Branco” (documento que aborda a consolidação dos programas de pós-graduação da região Norte). Com essa concessão, a proporção de bolsas em relação ao alunado na região Norte foi elevada ao patamar nacional.

Com o objetivo de incentivar a criação, o fortalecimento e/ou a expansão do SNPG em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, destacam-se, como ações indutoras, os programas nas áreas da Saúde, Defesa Nacional, Ciências do Mar, Biologia Computacional, Toxinologia, Parasitologia e Agropecuária.

Ressalta-se, ainda, a implementação em 2016 da indução a pesquisas de suporte a situações críticas e emergenciais, tais como dois editais de apoio a pesquisas sobre o vírus zika e doenças correlacionadas e dois editais de apoio a pesquisas para a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e ecossistemas associados.

Uma importante iniciativa realizada em 2016 foi dar início à recomposição da concessão de recursos de custeio dos programas de pós-graduação, efetuada por meio de dois dos programas de fomento: Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) e Programa de Excelência Acadêmica (Proex). Em 2016, foi realizado um investimento de R\$ 139,5 milhões aos PPGs apoiados pelo Proap e pelo Proex.

Da mesma forma, foi possível recompor, parcial ou totalmente, os recursos de custeio dos projetos aprovados no âmbito dos editais e das parcerias com órgãos e fundações de apoio à pesquisa, com vistas a promover a melhoria da estrutura de pesquisa científica e tecnológica dos PPGs das instituições de ensino superior brasileiras.

Nessa mesma direção, em 2016, foi apoiado, por meio do Programa de Apoio a Eventos no País (Paep), a realização de mais de 1.500 eventos científicos, tecnológicos e culturais de curta duração, de abrangência local, estadual, regional, nacional e/ou internacional, totalizando um investimento de cerca de R\$ 35 milhões.

O MEC promove a democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio do Portal de Periódicos, que disponibiliza aos professores, pesquisadores e alunos das instituições usuárias, de forma rápida e eficaz, um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais publicadas em periódicos indexados, visando proporcionar os subsídios necessários aos estudos e às pesquisas desenvolvidos no País, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa nacional e para o crescimento da inserção científica brasileira no exterior.

Em 2016, o investimento para a manutenção e o desenvolvimento da coleção do Portal de Periódicos foi da ordem de R\$ 357 milhões, beneficiando 436 instituições de ensino superior e de pesquisa com acesso gratuito ao conteúdo assinado. O Portal disponibilizou aos seus usuários o acesso às informações localizadas em mais de 37 mil títulos de periódicos e em bases referenciais e de resumos, contando com um total de 138,7 milhões de acessos em 2016, o que equivale a mais de 410 mil acessos diários.

Em relação aos hospitais universitários federais, em 2016 a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública vinculada ao MEC, continuou sua trajetória de expansão e assunção de novos Hospitais Universitários Federais (HUF).

Em 2016, foram investidos cerca R\$ 11,05 bilhões na Rede de hospitais universitários federais, representando um crescimento de 16%.

O Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf) conta com financiamento compartilhado dos Ministérios da Educação e da Saúde, tendo sido investido aproximadamente R\$ 740,5 milhões em 2016, um crescimento de 13% em relação ao ano anterior, para apoio das atividades assistenciais, aquisição de equipamentos hospitalares e realização de obras de reforma para reestruturação e ampliação física dos hospitais.

No que tange às obras, além da reforma dos prédios já existentes, destaca-se a construção de novos prédios para ampliação e reorganização dos HUF existentes, em especial a conclusão, em dezembro de 2016, da primeira etapa da obra do novo prédio do HU da Universidade Federal do Amazonas. Houve ainda, em dezembro de 2016, a licitação para

as obras de ampliação do HU da Universidade Federal da Grande Dourados, com início previsto para o 1º trimestre de 2017.

Em 2016 houve a incorporação dos seguintes hospitais à Rede de HUF: Hospital Universitário Antônio Pedro da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Hospital Universitário de Lagarto da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Quanto à abertura de filiais, em 2016 foram abertos sete novos Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), referentes a contratos assinados em 2015.

4.2.7. Programa 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública

O Programa Justiça, Cidadania e Segurança Pública tem como propósito assegurar à população a preservação de seus direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, notadamente em políticas voltadas ao acesso à justiça, à segurança pública, bem como à promoção e à proteção de direitos de cidadania, de modo a possibilitar a coesão social exigida para o desenvolvimento do País e a consolidação do Estado Democrático de Direito.

No que concerne à segurança pública, a superação da violência é um dos desafios centrais, uma vez que o homicídio consiste na principal causa externa de mortalidade no País. Em relatório lançado em 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o tema da prevenção global da violência, foi apontado que, dos homicídios ocorridos no mundo, 10% são cometidos no Brasil.

Diante desse cenário, o Governo Federal vem trabalhando, em articulação com as demais esferas do Governo (estadual, municipal e distrital), iniciativa privada, organizações do terceiro setor e a população, no desenvolvimento de um plano nacional de combate a homicídios, com o intuito de diminuir o fenômeno da violência no País. Ainda em 2014, segundo dados do Datasus/MS, a taxa de homicídio era de 29,37 vítimas por 100 mil habitantes. Já a taxa de homicídio de jovens negros do sexo masculino chegou a 153,65 vítimas por 100 mil.

Além disso, a promoção da segurança pública também exige o fortalecimento de estratégias voltadas à diminuição da criminalidade, substanciada especialmente no enfrentamento a organizações criminosas e ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas; à lavagem de dinheiro e à corrupção, bem como no reforço da fiscalização das fronteiras, passando ainda por campanhas de redução da violência no trânsito, que demandam esforços que envolvem desde a fiscalização e a conscientização até a educação e a melhoria da segurança viária e veicular.

Por se tratar de uma temática que envolve interfaces multissetoriais e federativas, é de grande relevância o aperfeiçoamento de uma coordenação estratégica e atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras.

Assim, esforços vêm sendo empreendidos para a construção de uma rede sistêmica que integre e qualifique os serviços ofertados à população pelas três esferas de Governo, integrando metodologias e procedimentos de atuação interagências, fortalecendo a governança local – com os Gabinetes de Gestão Integrada – e fomentando estruturas inovadoras, como os Centros Integrados de Comando e Controle.

Menciona-se ainda a necessidade de sistematização gradativa dos dados de segurança pública preconizada no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), bem como a capacitação continuada e a valorização dos profissionais do setor para a oferta de serviços de qualidade à população.

O aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro, por sua vez, é também um elemento estratégico para a política de justiça, cidadania e segurança pública, tendo em vista o grande número de presos provisórios e o elevado déficit de vagas. Em 2014, o País ultrapassou a marca de 622 mil pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais, chegando a uma taxa de mais de 300 presos para cada 100 mil habitantes.

O enfrentamento desse quadro passa pela necessidade de celeridade nos processos de julgamentos dos presos provisórios, ampliação e modernização de unidades prisionais, além da ampliação de acesso a serviços como saúde, educação e trabalho.

A garantia e a proteção dos direitos fundamentais abarcam também os direitos de acesso à justiça e à informação, bem como a proteção de cidadãos com direitos violados, como refugiados e vítimas de tráfico de pessoas.

Relacionada ao acesso à justiça, busca-se a formação de um Sistema de Justiça mais moderno, célere e democrático, com ações voltadas para resolução de conflitos por meios alternativos e extrajudiciais, contando com o Portal Atlas de Acesso à Justiça, o qual disponibiliza aos cidadãos endereços dos órgãos do Sistema de Justiça e informações e dados sobre seus direitos e garantias, que podem facilitar tal acesso.

Já no âmbito do acesso à informação, identifica-se a necessidade de fortalecer a política nacional de arquivos, de forma a zelar pela gestão, preservação e difusão das informações produzidas por órgãos e entidades da administração pública federal (APF), contribuindo para a proteção do patrimônio documental.

No que diz respeito à promoção dos direitos da justiça de transição e reparação, o Brasil vem adotando ações para lidar com o legado autoritário e de violações perpetradas pelo Estado durante a ditadura. Assim, além de conferir a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito às reparações morais e econômicas, tem-se aprofundado o processo democrático brasileiro, a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição: o direito à reparação, à memória e à verdade.

A visão inclusiva e cidadã que permeia o Estado brasileiro ultrapassa a garantia e o acesso de direitos aos brasileiros, devendo reconhecer também o migrante e o refugiado, independentemente de sua classificação, como um ser humano detentor de direitos.

A superação desse desafio passa pela necessidade de tornar mais céleres as análises de pedidos de permanência, bem como a prestação ágil de informações e serviços a estes indivíduos.

Destaca-se, ainda, a política brasileira de enfrentamento ao tráfico de pessoas, com ênfase nas situações relacionadas à exploração do trabalho análogo ao escravo e à exploração sexual.

Por fim, é importante considerar que o desenvolvimento econômico e social ocorrido nos últimos anos aumentou a complexidade das relações comerciais e competitivas, resultando em maior enfoque na prevenção e na repressão às infrações contra a ordem econômica e contra os direitos dos consumidores. Assim, busca-se produzir efeitos de curto, médio e longo prazos sobre o ambiente econômico e para a sociedade como um todo, como a redução de pressões para aumentos de preços e o estabelecimento de uma atmosfera mais favorável e de menor incerteza ao investimento.

O Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), atua na prevenção e controle da violência e da criminalidade, buscando aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação dos órgãos de segurança pública por meio de uma rede sistêmica de integração, de modo a difundir a experiência exitosa empregada nos grandes eventos realizados no Brasil, bem como a sistematização gradativa dos dados de segurança pública no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp).

Este consiste em ferramenta de coleta, análise, integração e interpretação de dados e informações de segurança pública, gerando estatística balizadora para o planejamento operacional das polícias e melhorando a gestão das políticas públicas.

No campo da segurança pública, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) atuou em ações voltadas ao enfrentamento do feminicídio e da violência contra as mulheres. Neste sentido foram iniciadas discussões sobre a implementação de uma política de patrulhamento especializado na proteção às mulheres em situação de violência de gênero (Patrulha Maria da Penha).

No tocante ao financiamento de projetos, em 2016, foram liberados recursos financeiros para o pagamento de convênios firmados em 2014 entre o MJC e os Entes Federados no âmbito do Programa Casa da Mulher Brasileira.

No bojo dos projetos de Estruturação de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, foram repassados recursos para os Estados do Ceará/CE e Espírito Santo/ES.

A partir da atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF), houve queda na taxa de acidentes graves em rodovias federais passando de 297,44, em 2014, para 225,9 acidentes graves para cada um milhão de veículos da frota nacional, em 2016. Em relação à taxa de mortalidade em acidentes em rodovias federais, também houve queda, passando de 97,57, em 2014, para 69,2 mortos para cada um milhão de veículos da frota nacional, em 2016.

O sucesso obtido no ano de 2016 referente às metas propostas pela PRF se deve, além das atividades de fiscalização de trânsito e educação no trânsito, à sua atuação na proposição de mudanças na legislação de Trânsito Brasileiro para punir com maior rigor os infratores.

Nas operações deflagradas envolvendo desvio de recursos públicos, até outubro de 2016, foram realizadas mais de 60 operações (especiais e comuns) pela Polícia Federal, nas quais se estima ter evitado prejuízos superiores a R\$ 5 bilhões. No combate às organizações criminosas voltadas para delitos contra a Previdência Social, as ações debeladas apuraram prejuízos superiores a R\$ 180 milhões e evitaram prejuízos estimados em mais de R\$ 450 milhões.

No eixo da defesa e proteção dos direitos do consumidor e na segurança e proteção do mercado, no período de janeiro a outubro de 2016, foram registradas 2.094.996 reclamações no Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec).

Como plataforma de auto composição focada na resolução de conflitos de consumo, por meio da internet, destaca-se o "Consumidor.gov.br", que possui atualmente mais de 350 empresas cadastradas, 500 mil reclamações finalizadas e 409 mil consumidores cadastrados. Cumpre destacar que, em 2016, a plataforma foi uma das iniciativas vencedoras do 20º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

No tocante à defesa da concorrência, a política de combate a cartéis, com ênfase na persecução em compras públicas, foi fortalecida com o avanço do projeto "Cérebro", que associa ferramentas de mineração de dados com a aplicação de filtros econômicos, aprimorando de forma inovadora os mecanismos de investigação e de inteligência.

Além disso, ao longo de 2016, destaca-se a ampliação de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais. Foram celebrados Memorandos de Entendimento unilaterais com as autoridades de defesa da concorrência do México, Rússia e da África do Sul, e multilateral com as agências dos países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Em relação ao enfrentamento à corrupção na Administração Pública Federal, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), em 2016, supervisionou a atividade correcional desempenhada no Poder Executivo federal, realizando recomendações a partir da análise dos indicadores diagnosticados e acompanhando diretamente o desfecho de 1.101 apurações disciplinares.

Deve-se frisar ainda que as apurações conduzidas resultaram na aplicação de 550 penalidades expulsivas (demissões, cassações de aposentadoria e destituições de cargo em comissão), maior quantitativo desde o início da série histórica iniciada em 2003.

No âmbito da política penitenciária, no ano de 2016, a partir de uma parceria do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) com a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), foram disponibilizados ao Sistema Prisional, por meio de doação, equipamentos de inspeção eletrônica utilizados nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Foram ainda adquiridos 292 veículos furgões cela (R\$ 52 milhões em investimento), com entrega prevista para o primeiro trimestre de 2017, beneficiando no mínimo 292 estabelecimentos prisionais. No campo da reintegração social, as medidas tomadas foram com o intuito de ampliar o número de centrais integradas de alternativas penais por meio de convênios realizados com as unidades da federação.

Foram transferidos, R\$ 1,12 bilhão para todos os entes da federação (exceto os estados da Bahia/BA e Ceará/CE), para a construção de 25 novos estabelecimentos prisionais.

A evolução do Programa Justiça, Cidadania e Segurança Pública é acompanhada por meio de indicadores que mensuram o acesso à justiça, os acidentes em rodovias federais, taxas de homicídios e de encarceramento, dentre outros aspectos. Cabe destacar, inclusive, que o Sinesp (Meta 045K) se constitui em ferramenta para coleta, análise, integração e interpretação de dados e informações de segurança pública, e quando estiver com os dados estaduais integrados contribuirá sobremaneira na apuração de indicadores.

Objetivo 1044 – Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras.

Para que a atuação integrada das forças de segurança pública atinja seus objetivos, destaca-se o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC), cujo conceito está fundamentado em uma premissa de forte integração de informações, instituições, tecnologias e processos operacionais.

O SICC é o conjunto de atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento, avaliação e integração das forças de segurança pública. Para tanto, está estruturado em Centros Integrado de Comando e Controle (CICC), que permitem a coordenação e o acompanhamento das operações integradas de segurança pública, mantendo atualizadas e disponíveis as informações estratégicas, táticas e operacionais para as instituições integrantes do Sistema.

Soma-se a isso a atuação dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs), instrumentos fomentadores da integração, que têm como objetivo promover e discutir as políticas regionais, de modo colegiado, com vistas à diminuição da criminalidade, e manter a paz social.

A integração das instituições e dos profissionais que atuaram na segurança da Copa do Mundo FIFA 2014, cuja atuação exitosa foi reconhecida internacionalmente, garantiu que os padrões de incorporação dos órgãos de Segurança Pública e Defesa Civil fossem aplicados e aprimorados para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, objetivando dar sequência no cotidiano de segurança da população brasileira.

Assim, fazendo-se cumprir a implementação do Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos, o MJC, por meio da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), atuou no

planejamento, coordenação e execução das operações de segurança, a partir de:

- adequação e melhoria tecnológica dos CICCs já instalados;
- aquisição de equipamentos;
- capacitação de profissionais que atuaram na segurança dos jogos; e
- manutenção do processo de integração entre órgãos e instituições de diferentes esferas de Governo.

Ainda com o intuito de fortalecer a referida integração, faz-se necessária a promoção de capacitação e formação continuada, além da valorização dos seus agentes, por meio do desenvolvimento e fomento de ações voltadas para a educação profissional, o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, a melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos humanos. No que se refere à valorização e à qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, além da busca de melhores condições de trabalho voltadas à gestão de pessoal e de garantia de equipamentos de proteção individual e coletiva, dá-se importante atenção a programas de redução ou eliminação de riscos, reabilitação e readaptação de profissionais feridos ou acidentados em serviço ou em razão dele, e também à prevenção do estresse pós-traumático.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DO OBJETIVO 2081 – JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
1044	NO EXERCÍCIO ¹	-	820.089.237,84
	RPNP ²	-	-
TOTAL DO OBJETIVO			820.089.237,84

Fonte: Siop e Receita Federal, em 13 de janeiro de 2017.

¹ Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativo a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Cabe ressaltar que, por ser um objetivo novo no PPA 2016-2019, não há valores liquidados no exercício e de RPNP em 2015.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016 – 2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ 2016				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
045F – CAPACITAR MAIS DE 855,0 MIL PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA ATÉ 2019, EM DIVERSAS TEMÁTICAS, COM ÊNFASE NA REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS, NA PREVENÇÃO E NO ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE VIOLENTA, CONSIDERANDO A TRANSVERSALIDADE DAS TEMÁTICAS RACIAL, DE IGUALDADE DE GÊNERO E DE DIREITOS HUMANOS.	UNIDADE	855.000	217.733				25,47%	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA)
0458 – FOMENTAR O FUNCIONAMENTO DE 27 GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA – GGIS ESTADUAIS (META REGIONALIZADA)	UNIDADE	27	25				92,59%	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA)
045A – IMPLANTAR CENTROS INTEGRADOS DE COMANDO E CONTROLE EM TODAS AS CAPITALIS.	UNIDADE	27	12*				44,44%	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP / SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA GRANDES EVENTOS – SESGE (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA)

Fonte: Siop, em 17 de janeiro de 2017.

(*) Existem 12 CICCs implantados pela Sesge em 2014, em razão do evento Copa do Mundo FIFA 2014.

Análise das Metas Quantitativas

Meta 045F – Capacitar mais de 855,0 mil profissionais de segurança pública até 2019, em diversas temáticas, com ênfase na redução de homicídios, na prevenção e no enfrentamento à criminalidade violenta, considerando a transversalidade das temáticas racial, de igualdade de gênero e de direitos humanos.

No ano de 2016, o Ministério da Justiça e Cidadania (MJC), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), priorizou o ensino e o treinamento de profissionais operadores de segurança pública. Assim, foram ofertados cursos de graduação, de especialização e técnicos, nas modalidades presencial e a distância, abrangendo profissionais de segurança pública das polícias civis, militares, guardas municipais e bombeiros militares.

Na modalidade presencial, foram capacitados 4,5 mil profissionais de segurança pública, visando melhor qualificação desses agentes para a redução de homicídios e a prevenção e o enfrentamento da criminalidade violenta.

Do total de capacitações presenciais, 4,04 mil foram realizadas pela Força Nacional de Segurança Pública, visando à qualificação dos profissionais de segurança pública para atuarem nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, bem como em apoio aos entes federados.

Utilizando-se de novas técnicas e metodologias de ensino, a Rede Nacional de Educação a Distância (EaD/Senasp) inovou e ofertou 73 cursos, capacitando 213,23 mil profissionais de segurança pública. Portanto, somando-se as modalidades presencial e a distância, foram capacitados 217,73 mil profissionais de segurança pública, totalizando um investimento de cerca de R\$ 15 milhões.

Meta 0458 – Fomentar o funcionamento de 27 Gabinetes de Gestão Integrada – GGIs estaduais (meta regionalizada).

Os GGIs são instrumentos prioritários de gestão das políticas públicas de segurança, uma vez que os referidos gabinetes e os órgãos correlatos contribuem significativamente para a estratégia de redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), visto que propiciam a integração das forças de segurança e justiça criminal, incentivando o enfrentamento à violência e à criminalidade mediante o desenvolvimento de ações estratégicas integradas.

Desse modo, o MJC elaborou e iniciou a implantação de um projeto voltado para o fortalecimento desses órgãos colegiados de gestão integrada, disponibilizando gratuitamente o Sistema de Informações sobre Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública (InfoGGI). Tal sistema é integrante do portal do Sinesp e funciona como uma ferramenta de gestão para facilitar a organização e o funcionamento de um GGI.

Além disso, o sistema promove a interação entre as esferas municipal, estadual e federal, auxiliando a organização dos trabalhos cotidianos (agendamento, realização e acompanhamentos das reuniões e das ações integradas; arquivamento dos trabalhos realizados; entre outras várias funcionalidades).

Em 2016, foi elaborada a “Nova Cartilha Geral dos GGIs”, voltada à divulgação da política de segurança pública por meio da integração dos órgãos policiais, almejando a constituição de novos gabinetes junto aos entes.

No intuito de prestar apoio técnico, foram realizadas capacitações, utilizando-se dos meios eletrônicos (Internet) e encontros regionais, com a presença de representantes de Estados e Municípios, objetivando a correta utilização do InfoGGI, a solidificação da política, a difusão de boas práticas e a troca de informações e conhecimento entre os participantes.

Em 2016, realizou-se ainda a ampliação das funcionalidades disponíveis no sistema InfoGGI, além do aumento significativo do número de Gabinetes de Gestão Integrada constituídos e integrados à Senasp por meio dessa ferramenta. Atualmente, estão cadastrados no sistema um total de 23 unidades da Federação.

Os Estados de Espírito Santo/ES e Mato Grosso do Sul/MS já contam com esse órgão colegiado constituído, faltando apenas seu

cadastro no sistema, o que totaliza 25 unidades da Federação com GGIs estaduais funcionando. Os GGIs de São Paulo/SP e Minas Gerais/MG ainda não foram constituídos. Em relação aos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, estes perfazem atualmente 164 órgãos colegiados vinculados ao Sistema InfoGGI. Conta-se, ainda, com nove Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira cadastrados.

Meta 045A – Implantar Centros Integrados de Comando e Controle em todas as capitais.

Registra-se que o projeto se baseou em metodologias de trabalho integradas, desenvolvidas principalmente com relação à implantação dos CICC's nas cidades-sede dos grandes eventos ocorridos no Brasil, resultando em um ciclo de maturidade do conceito de integração de ações de segurança pública e defesa social (modelo de governança e de gestão sustentável e definição de abrangência de atividades), como também de diagnósticos realizados nos 15 Estados envolvidos no ano de 2015.

Ressalta-se que, atualmente, já existem 12 CICC's implantados pela Sesge em 2014 em razão do evento Copa do Mundo FIFA 2014. Sendo assim, pretende-se implantar mais 15 unidades, no período do PPA 2016-2019, correspondentes às 15 Capitais que ainda não possuem o seu CICC.

O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas (Sinesp), instituído pela Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012, é uma solução que possibilita consultas operacionais, investigativas e estratégicas de segurança pública, sistema prisional e políticas sobre drogas.

Análise da Meta Qualitativa

Meta 045K – Sistematizar dados de segurança pública no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.

Foram realizadas, ao longo de 2016, as tratativas junto aos Estados, objetivando, em sua primeira etapa, a integração dos sistemas estaduais de registros de ocorrências. Nesse contexto, foram iniciadas as integrações dos sistemas dos Estados de Sergipe/SE, Maranhão/MA, Rio Grande do Norte/RN, Rio Grande do Sul/RS, Paraná/PR, Goiás/GO e o Distrito Federal/DF.

Os Estados de Sergipe/SE e Maranhão/MA assinaram termo de adesão à solução Procedimentos Policiais Eletrônicos (Sinesp PPe), ferramenta que viabilizará o registro e o envio dos boletins de ocorrência automaticamente à base nacional do Sinesp.

Os demais Estados estão desenvolvendo os módulos de comunicação necessários para a integração, salvo o Estado de Roraima/RR, que utiliza a solução Sinesp PPe desde dezembro de 2014. No exercício em questão, foram investidos R\$ 73.791.163,58 para o desenvolvimento das soluções do sistema, bem como na sistematização dos dados de segurança pública.

4.3. ÁREA TEMÁTICA: INFRAESTRUTURA

4.3.1. Programa 2022 - Combustíveis

Os marcos legais que estabelecem as regras de funcionamento do setor de combustíveis priorizam a garantia do atendimento da demanda, com preço e qualidade adequados, conforme os interesses dos consumidores. Entre os setores da área de combustíveis, a logística tem recebido especial atenção.

Os biocombustíveis também deverão ter incremento em sua participação na matriz energética. Em destaque, o setor de gás natural, pois há indicação de movimentos importantes no setor, com a retirada da Petrobras de sua posição atual nesse mercado.

As políticas e programas voltados para o setor de combustíveis têm algumas prioridades. Dentre elas, podemos destacar a logística na distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural. Também estão entre essas prioridades a expansão e a consolidação dos biocombustíveis e sua participação na matriz energética brasileira. Tem destaque, ainda, por ter sido iniciada uma revisão de seus marcos regulatórios, o setor de gás natural.

Isto ocorre em razão, especialmente, da declaração da Petrobras de retirar-se de sua posição amplamente majoritária nesse mercado, e no interesse do governo de estabelecer um mercado competitivo, de acordo com o previsto no conjunto de ações reunidas no programa “Gás para crescer”.

Com referência ao ano de 2016, destaca-se o lançamento em 24 de junho da iniciativa “Gás para Crescer”, motivada pela perspectiva de redução da participação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em diversos segmentos do setor de gás natural. A iniciativa tem o objetivo de propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo desse setor, buscando um mercado com diversidade de agentes, liquidez, competitividade, acesso à informação e boas práticas, e que contribua para o crescimento do País.

Participam da iniciativa Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE), além de diversos agentes do setor.

Em 14 de dezembro de 2016, foi cumprida mais uma etapa da iniciativa com a aprovação, pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de Resolução que estabelece as diretrizes estratégicas para o desenho de novo mercado de gás natural e cria o Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural no Brasil (CT-GN), com o objetivo de propor medidas que garantam a transição gradual e segura para a manutenção do adequado funcionamento do setor de gás natural e de avaliar a possibilidade de aceleração da transição.

Merece destaque ainda, no ano de 2016, as discussões para proposição, ao CNPE, de políticas relativas à comercialização dos volumes de petróleo e gás natural produzidos no regime de Partilha e em áreas submetidas a individualizações de produção envolvendo áreas não contratadas que cabem à União.

Essas discussões ocorreram no âmbito de Grupo de Trabalho intitulado “GT Comercialização”, criado por meio de Portaria do MME em setembro de 2015. Minuta de resolução foi apreciada e aprovada pelo CNPE na reunião de 14 de dezembro de 2016.

O texto aprovado trata de uma política transitória, com período de duração de 36 (trinta e seis) meses, que servirá de base para construção de modelo de longo prazo.

É importante mencionar também as tratativas realizadas para aperfeiçoamento das regras tributárias aplicadas ao setor de gás natural com o objetivo de incluir a participação de outros agentes no setor. Em 2016, ocorreram diversas tratativas no âmbito do “Grupo de Trabalho GT – 05, Combustíveis”, da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe/ICMS), do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A proposta em discussão é de um Protocolo ICMS, a ser celebrado pelas unidades da Federação em que há, atualmente, operações de circulação

e prestações de serviço de transporte de gás natural por meio do sistema dutoviário. Merecem destaque ainda os esforços empreendidos no sentido de apoiar as negociações para contratação de gás boliviano. A Bolívia mantém-se como um importante supridor de gás natural para o Brasil, representando cerca de 34% da oferta total de gás natural do País em 2016, considerando a média até novembro.

Um dos contratos de importação de gás natural da Bolívia tem vigência até 2019. O Ministério de Minas e Energia tem coordenado ações e fomentado interação dos agentes eventualmente interessados na contratação de gás boliviano e outras alternativas. O tema está sendo tratado no âmbito do Comitê Técnico Bilateral Brasil – Bolívia e em outros fóruns, conforme o caso.

Adicionalmente, durante o ano de 2016 foram emitidas pelo MME duas autorizações para o exercício da atividade de importação de gás natural, sendo uma delas por meio do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) e outra para importação na forma de Gás Natural Liquefeito (GNL).

Por último, cabe mencionar o cancelamento, pela ANP, da 1ª Licitação para Transporte de Gás Natural. A decisão da Agência foi motivada pela necessidade de ajustes no projeto do gasoduto de referência em decorrência de determinações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em 2016, no que diz respeito aos indicadores, o valor adquirido de matérias-primas da agricultura familiar para a produção de biodiesel foi de R\$ 4,2 bilhões; enquanto foram adquiridos R\$ 10,4 bilhões de outros fornecedores.

Assim, a participação da agricultura familiar ficou em 28,77%, valor considerado satisfatório considerada a queda na demanda. Há esforços para a inclusão produtiva de agricultores familiares na cadeia do biodiesel, com desenvolvimento do conhecimento e da organização dos produtores.

A participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos alcançou 20,8% (17,5% relativos ao etanol e 3,3% ao biodiesel) em 2016, índice pouco abaixo do registrado em 2015, quando foi de 22,4%.

Quanto ao biodiesel, o Brasil é hoje o segundo maior produtor e consumidor mundial. O etanol vive hoje a implementação da tecnologia do etanol de segunda geração, o Etanol G2, produzido a partir da celulose da cana-de-açúcar.

Com essa tecnologia promissora, em desenvolvimento já em escala industrial, o aproveitamento do bagaço e da palha permite um aumento em até 40% da produção.

No que diz respeito a importação de combustíveis, houve queda na taxa de importação de óleo diesel em 2016, quando ficou em 12,81%, em relação à taxa de 2015, igual a 11,2%.

O presente programa possui quatro objetivos que envolvem ampliar o parque de refino para suprir o mercado interno de combustíveis, ampliar a produção de biocombustíveis, em particular consolidando a participação da agricultura familiar nessa cadeia e, por fim, ampliar a livre concorrência no mercado de combustíveis. Dentre as metas presentes em cada objetivo, no último ano destacaram-se:

- a ampliação de 2.958.759 botijões de gás liquefeito de petróleo - GLP (P-13) no mercado em 2016, de uma meta total de 4.700.000 botijões em quatro anos, resultado extremamente positivo;
- o alcance de 14% da meta de ampliação da frota de transporte marítimo de combustíveis;
- a elevação da capacidade de processamento de petróleo, especialmente após o início das operações na refinaria Abreu e Lima em Pernambuco. O processamento realizado atingiu um quinto da meta plurianual;
- a elevação significativa da produção de biodiesel, que em 2016 atingiu 3,8 bilhões de litros de uma meta de 4,5 bilhões. Assim, como este, a produção de etanol foi significativa, atingindo 27,7 bilhões em 2016, de uma meta de 31,6 bilhões de litros;
- a maior participação da agricultura familiar na composição dos biocombustíveis, em 2016 as aquisições de matéria-prima da agricultura familiar totalizaram 3,9 bilhões de reais; e
- a ampliação do parque de armazenamento de gasolina, querosene de aviação (QAV), gás liquefeito de petróleo (GLP) e diesel nas distribuidoras em 75.300, 47 m³, o que corresponde a 7,5% da meta estipulada. Assim como se elevou o abastecimento de óleo diesel S-10 em 15.000.000 m³/ano de uma meta de 34.389.000 m³/ano.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS - 2022 - COMBUSTÍVEIS

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LÍQUIDOS	
		2015	2016
0054	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS ¹	6.022.127.952,00	4.412.233.598,00
	RPNP ²	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		6.022.127.952,00	4.412.233.598,00
0185	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS ¹	27.038.055,00	6.239.722,00
	RPNP ²	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		27.038.055,00	6.239.722,00

Fonte: Siop e Receita Federal, em 31 de janeiro de 2017.

¹ Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativo a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

CÓDIGO DO OBJETIVO	GASTO TRIBUTÁRIO	
	2015	2016*
0185	-	1.620.069.628,61

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop)

Data: Janeiro de 2017.

*Valores previstos.

Objetivo 0054 – Suprir o mercado interno de combustíveis, por meio da expansão e modernização do parque nacional de refino e possibilitar o comércio de petróleo e derivados por meio da adequação da infraestrutura industrial e logística no Brasil e no exterior.

No caso dos derivados de petróleo, a projeção crescente da demanda para o consumo, juntamente com as rígidas exigências legais e regulatórias relativas à qualidade dos combustíveis provocaram a necessidade de modernização do parque de refino brasileiro, bem como de sua ampliação.

Com efeito, a Petrobras realizou várias obras nas refinarias em operação para aumento das capacidades de processamento de petróleo pesado nacional e de produção de derivados médios, bem como para a redução do teor de enxofre e a melhoria da qualidade de combustíveis.

Além disso, concluiu o primeiro trem de refino da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) enquanto no caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), a retomada das obras ainda depende da adesão de parceiros investidores.

No que se refere à qualidade dos combustíveis automotivos, importa observar que o mercado interno está nivelado aos melhores padrões internacionais de especificação. Além do teor de enxofre, há exigências quanto a especificações dos combustíveis relacionadas ao desempenho, tais como número de cetano, octanagem e densidade. Desde 2010, o óleo diesel rodoviário com 1800ppm de enxofre (S-

1800) foi gradativamente substituído pelo óleo diesel com 500ppm (S-500), até sua substituição total em 2014.

Entre 2009 e 2012, o óleo diesel com 50ppm de enxofre (S-50) foi gradativamente inserido no País, sendo, por sua vez, totalmente substituído pelo óleo diesel com 10 ppm de enxofre (S-10) a partir de janeiro de 2013. Quanto à gasolina, em janeiro de 2014, seu teor de enxofre, até então de 800ppm, foi reduzido para 50ppm.

Convém lembrar que, a partir de julho de 2017, passarão a vigorar os artigos 7º ao 12º da Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de 2013, tornando obrigatória a aditivação com detergente dispersante registrado junto à ANP em toda a gasolina C comercializada no País.

A aditivação mínima da gasolina C tem como finalidade mitigar as emissões veiculares globais, conferindo benefícios adicionais aos consumidores, ao meio ambiente e à saúde humana.

O crescimento da produção de petróleo e da demanda de derivados projetados para os próximos anos exigirão disponibilidade de infraestrutura de armazenamento, transporte e distribuição adequada aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade. No caso específico dos combustíveis com baixo teor de enxofre, há a necessidade de escoamentos sem contaminações, o que implica segregação no armazenamento e no transporte.

Entre os investimentos em curso no setor de transporte de petróleo e combustíveis, destaca-se o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), que abrange a aquisição de navios de estaleiros nacionais. Em 2016, foram entregues 4 navios: os gaseiros Barbosa Lima Sobrinho (08 de janeiro), Darcy Ribeiro (20 de junho) e Lúcio Costa (20 de setembro); bem como o petroleiro Suezmax Machado de Assis (21 de setembro). As metas quantitativas do objetivo 0054 são as que se seguem:

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
0478 – AMPLIAR A CAPACIDADE DA FROTA DE TRANSPORTE MARÍTIMO E HIDROVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GLP E BIOCOMBUSTÍVEIS EM 1,21 MILHÕES TONELADAS DE PORTE BRUTO (TPB).	TPB	1,21 MILHÃO	172,1 MIL				14,25 %	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. TRASPETRO
0479 – ACRESCENTAR 4,7 MILHÕES UNIDADES DE BOTIJÕES DE GLP DE 13KG (P13), DE FORMA A MELHORAR O ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR DOMÉSTICO.	BOTIJÕES	4,7 MILHÕES	2.958,8 MIL				62,95 %	ANP
045N – EXPANDIR A CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO EM 156 MIL BARRIS DE PETRÓLEO POR DIA DE MODO A PROCESSAR 2.500 MBPD.	BARRIS/DIA	156,0 MIL	37,6 MIL				24,10 %	PETROBRAS S.A.

Fonte: Siop, consulta em 17/02/2017.

Análise das Metas Quantitativas

Meta 0478 – Ampliar a capacidade da frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis em 1,21 milhão de toneladas de porte bruto (tpb).

Em 2016, foram entregues quatro navios construídos no âmbito do Promef, os quais geraram acréscimo de 172.121 tpb à capacidade de transporte marítimo nacional de petróleo e combustíveis: Barbosa Lima Sobrinho (5.095 tpb), Darcy Ribeiro (5.100 tpb), Lúcio Costa (5.097 tpb) e Machado de Assis (156.829 tpb). O incremento obtido nesse período representa cerca de 14% da quantidade estimada para o período de 2016 a 2019. Esse resultado é considerado satisfatório.

Meta 0479 – Acrescentar 4,7 milhões de unidades de botijões de GLP de 13kg (P13), de forma a melhorar o atendimento ao consumidor doméstico.

No ano de 2016, foram acrescentados 2.958.759 de vasilhames de botijões P13 (13 kg) ao universo de botijões disponíveis para comercialização, o que representa cerca de 63% da meta estimada para o período entre 2016 e 2019. Esse resultado é considerado satisfatório.

Meta 045N – Expandir a capacidade de processamento de petróleo em 156 mil barris de petróleo por dia de modo a processar 2.500 mbpd.

Em 2016, foram registrados na região Nordeste, acréscimo de 37,6 mil barris de petróleo por dia à capacidade instalada nacional de processamento de petróleo, alcançando-se, portanto, um total de 24,1% da meta proposta para o período de 2016 a 2019. Esse resultado é considerado satisfatório. Cabe informar que, no período monitorado, a ANP concedeu autorização para aumento da capacidade de processamento de petróleo da Refinaria Abreu e Lima para 100 mil barris de petróleo por dia.

Objetivo 0185 – Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis por meio da promoção de instrumentos de incentivos à produção, implantação de novos empreendimentos e ampliação dos existentes.

Quanto aos biocombustíveis, o Brasil mantém posição de destaque no cenário internacional como segundo maior produtor, superado apenas pelos Estados Unidos da América (EUA). No cenário doméstico, a participação dos biocombustíveis é fundamental para manter o alto índice de energias renováveis na matriz energética nacional.

Segundo o Balanço Energético Nacional de 2016, aproximadamente 41,2% de toda a energia ofertada internamente é originária de fontes renováveis, sendo 16,9% de biomassa da cana e 1% de biodiesel. No que se refere ao consumo de energia nos transportes, os biocombustíveis representam aproximadamente 20,7% do total de combustíveis utilizados no País, sendo 18,4% etanol (anidro e hidratado) e 2,3% biodiesel.

Atualmente, são adicionados 7% (B7) de biodiesel ao óleo diesel comercializado a qualquer consumidor em todo o território nacional. Com a promulgação da Lei nº 13.263, de 23 de março de 2016, a mistura subirá para 8% (B8) em até um ano, para 9% (B9) em até dois anos, e para 10% (B10) em até três anos.

A norma ainda autoriza o CNPE a elevar a mistura obrigatória para até 15%, caso testes validem a utilização dessa mistura em veículos e motores. O novo percentual incentiva a produção de biodiesel, reduz as importações de óleo diesel e favorece a agricultura familiar e o agronegócio brasileiro.

A Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, permitiu a elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%. Desde março de 2015, o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima) fixou em 27% a mistura na gasolina comum.

Em setembro de 2016, o Brasil ratificou o Acordo de Paris, que oficializou o compromisso voluntário na COP21 para redução de emissões de carbono. Parte fundamental da solução é a expansão da bioenergia, assumindo-se publicamente a meta de 18% para sua participação na matriz energética até 2030. Isso envolve a expansão do biodiesel e do etanol.

É com esse foco que o Ministério de Minas e Energia, em esforço conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, lançou em dezembro de 2016 o RenovaBio 2030. Essa iniciativa consiste em um conjunto de ações cujo objetivo é garantir a expansão da produção de biocombustíveis no País baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris.

O RenovaBio 2030 vem desenvolvendo, em conjunto com os atores econômicos da cadeia de produção de biocombustíveis, um plano estratégico para o setor de biocombustíveis, o que inclui etanol, biodiesel, biocombustíveis de segunda geração e novos produtos, como bioquerosene e biogás. Esse plano estratégico deverá resultar em um Projeto de Lei para os biocombustíveis, a ser submetido ao Congresso Nacional em 2017.

Além disso, o Governo, conjuntamente com produtores, distribuidores e revendedores, tem reforçado o diálogo transparente e o permanente acompanhamento do mercado de biocombustíveis, visando assegurar o abastecimento do mercado interno.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
00AY – ATENDER À ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO NACIONAL DE BIODIESEL INDICADA PELO PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DE ENERGIA VIGENTE.	MILHÕES DE M ³		3,80				MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA / SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS	
04RO – ATENDER À ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO NACIONAL DE ETANOL INDICADA PELO PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DE ENERGIA VIGENTE.	MILHÕES DE M ³		27,70				MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA / SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS	

Fonte: Siop, consulta em 17/02/2017.

Análise das Metas Quantitativas

Meta 00AY – Atender à estimativa de produção nacional de biodiesel indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente.

Dados preliminares, com base na produção e nas entregas dos leilões de biodiesel, mostram que a produção de biodiesel total em 2016 foi de 3,8 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no Plano Decenal de Expansão de Energia vigente - PDE 2024 foi de 3,7 bilhões de litros, para todo o ano de 2016, acima da meta, portanto. Mesmo com retração da demanda de diesel, cumpre observar que a maior produção de biodiesel foi induzida pelo aumento do percentual de adição obrigatória deste biocombustível ao óleo diesel.

Meta 04RO – Atender à estimativa de produção nacional de etanol indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia Vigente.

Até novembro de 2016, a produção total de etanol foi de 27,7 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no PDE 2024 foi de 31,6 bilhões de litros, para todo o ano de 2016. Em 2017, espera-se que a produção nacional de etanol atinja 30 bilhões de litros (safra 2016/2017, iniciada em abril de 2016 e prevista para encerrar em março de 2017).

Indicadores

Entre os indicadores relevantes para o monitoramento do segmento de combustíveis, tem-se a participação da agricultura familiar, que foi responsável em 2016 por 28,77% do total de matéria-prima para a produção de biodiesel, somando R\$ 4,2 bilhões. Este índice registrou 27,86% em 2015 considerando-se a retração econômica, a pequena elevação da participação relativa da agricultura familiar pode ser considerada satisfatória.

Já a participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos ficou em 20,8% em 2016. A taxa média anual de crescimento da produção de etanol para o período 2006-2015 foi de 5,3%, indicando possibilidade de maior participação deste combustível na matriz brasileira de combustíveis automotivos. A produção nacional de biodiesel atendeu à demanda nacional. A produção nacional de etanol superou a demanda, sendo que a taxa da produção nacional de etanol sobre a demanda nacional ficou em 107,08%, indicando a possibilidade de exportação desse combustível, que alcançaram 957 mil m³.

A taxa de importação de gasolina A sobre o consumo interno ficou em 7,02% em 2016, contra 6,54% em 2014, o que pode ser considerada uma situação estável. Também estável ficou a importação do óleo diesel, com taxa de 11,20% do mercado interno em 2015 e 12,81% em 2016. A taxa de importação de querosene de aviação - QAV sobre

o consumo interno em 2016 foi de 18,40%, estável em relação ao ano de 2015, quando ficou em 18,49%; tal redução acompanhou a redução das vendas internas desse combustível, que caiu 8,0% entre 2015 e 2016. Quanto ao gás liquefeito de petróleo (GLP), apesar de um pequeno aumento nas vendas internas, igual a 1,1%, houve aumento nas importações, que passaram a representar 17,09% do mercado interno em 2016, contra 13,20% no ano anterior.

4.3.2. Programa 2033 - Energia Elétrica

A política nacional para o setor de energia tem como principais objetivos:

- preservar o interesse nacional;
- promover o desenvolvimento sustentável;
- valorizar os recursos energéticos;
- proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- preservar o meio ambiente;
- promover a conservação de energia;
- garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional;
- incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural;
- identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País;
- promover a universalização do acesso à energia elétrica;
- utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;
- promover a livre concorrência; e
- atrair investimentos na produção e no transporte de energia e ampliar a competitividade do País no mercado internacional.

No contexto atual dessa política, alguns eventos vêm impactando, positiva e negativamente, o setor no Brasil, em especial: a crescente dificuldade na viabilização dos potenciais hidroelétricos na matriz energética nacional; as restrições hídricas em algumas regiões do País; o forte ganho de competitividade obtido pela energia eólica no Brasil; o prolongamento da crise econômica mundial de 2008 e a crescente preocupação com as mudanças climáticas.

Dados os objetivos da política, as condições de contorno e os cenários e perspectivas futuras, o alcance desses objetivos passa por desafios que carecem ser enfrentados no planejamento e na implementação do

Programa de Energia Elétrica. Esse Programa está direcionado para o planejamento, o monitoramento e a expansão do sistema - geração, transmissão e distribuição, e a confiabilidade e disponibilidade do suprimento, a pesquisa e desenvolvimento, a eficiência energética; a qualidade do serviço e a universalização do acesso. Em relação aos indicadores, a evolução do Programa de Energia Elétrica é acompanhada pelos mesmos, que mensuram, dentre outros aspectos, a capacidade instalada de geração de energia elétrica, a capacidade instalada de transformação, as taxas de expansão da capacidade instalada de geração de energia elétrica e as taxas de participação das fontes primárias na matriz elétrica.

Os resultados dos indicadores do Programa, referentes ao exercício de 2016, com dados consolidados até 31/10/2016*, estão apresentados no quadro a seguir. Destaca-se o aumento da capacidade instalada de geração de energia elétrica concomitante ao incremento da participação de fontes renováveis, como eólica, solar e biomassa. No ano de 2016,

entre os principais resultados relacionados à implementação do Programa, destacam-se:

- no que tange à geração, registra-se o incremento da capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica que passou de 91.650 MW (2015) para 96.925 MW (2016). Isso foi possível em função da entrada em operação de importantes empreendimentos hidroelétricos como as primeiras turbinas da usina de Belo Monte;
- a respeito da transmissão, ressalta-se a implantação de novas linhas de transmissão no SIN, com uma quantidade alcançada de 5.723 km; e
- no que concerne à participação das fontes na matriz de produção de energia elétrica do Brasil, vale observar o aumento da participação de fontes renováveis, o que contribui para manter a predominância de fontes ambientalmente sustentáveis.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			VALOR APURADO ATÉ 31/10/2016		VARIÇÃO % EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
		DATA	ÍNDICE	FUNTE DE INFORMAÇÃO	DATA	ÍNDICE	
CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	MW	31/12/2014	140.858,00	MME - BOLETIM DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	31/10/2016	148.555,00	5,46
TAXA DE EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NÃO RENOVÁVEIS	%	31/12/2014	2,8	MME - BOLETIM DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	31/10/2016	0,81	-71,07
TAXA DE EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - RENOVÁVEIS	%	31/12/2014	5,7	MME - BOLETIM DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	31/10/2016	8,2	43,86
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS NA MATRIZ ELÉTRICA - BIOMASSA	%	31/12/2014	9,4	MME - BOLETIM DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	31/10/2016	9,5	1,06
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS NA MATRIZ ELÉTRICA - CARVÃO MINERAL	%	31/12/2014	2,6	MME - BOLETIM DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	31/10/2016	2,4	-7,69
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS NA MATRIZ ELÉTRICA - EÓLICA	%	31/12/2014	5,4	MME - BOLETIM DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	31/10/2016	6,5	20,37
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS NA MATRIZ ELÉTRICA - GÁS	%	31/12/2014	8,8	MME - BOLETIM DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	31/10/2016	8,8	0
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS NA MATRIZ ELÉTRICA - HIDRÁULICA	%	31/12/2014	65,1	MME - BOLETIM DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	31/10/2016	64,5	-0,92
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS NA MATRIZ ELÉTRICA - PETRÓLEO	%	31/12/2014	7,2	MME - BOLETIM DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	31/10/2016	6,9	-4,16
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS NA MATRIZ ELÉTRICA - SOLAR	%	31/12/2014	0	MME - BOLETIM DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	31/10/2016	0,015	1,5
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS NA MATRIZ ELÉTRICA - NUCLEAR	%	31/12/2014	1,4	MME - BOLETIM DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO	31/10/2016	1,3	-7,14

O Programa temático Energia Elétrica contempla um conjunto de objetivos e iniciativas que percorre etapas e executa os processos necessários para gerar, transmitir e distribuir energia elétrica aos consumidores. Esse processo se inicia com os estudos das necessidades, passa pelo planejamento e pesquisa para definir onde construir (estudos de inventário e viabilidade), pelos leilões, obras de geração, transmissão e distribuição. Também são partes importantes deste processo a regulação e fiscalização do setor e seus agentes, a pesquisa tecnológica e também a realização de projetos voltados à eficiência energética e à universalização do serviço de energia elétrica.

Foram destacados os seguintes objetivos: 0019 que trata da expansão da oferta de produção de energia elétrica, e o 0036 que trata da expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN), em termos de linhas de transmissão (km) e de capacidade de transformação (MVA), considerando o alcance das metas no período do PPA 2016-2019.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS
2033 - ENERGIA ELÉTRICA

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LÍQUIDOS	
		2015	2016
0019	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS ¹	32.991.632,00	1.094.632.521,00
	RPNP ²	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		32.991.632,00	1.094.632.521,00
0036	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS ¹	876.987.117,00	1.197.718.084,00
	RPNP ²	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		876.987.117,00	1.197.718.084,00

Fonte: Siop e Receita Federal, em 13 de fevereiro de 2017.

¹Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

²Valores liquidados no ano relativo a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

CÓDIGO DO OBJETIVO	GASTO TRIBUTÁRIO	
	2015	2016*
0019	-	3.073.988.295,79

Fonte: Siop, consulta em 13/02/2017.

*Valores previstos

A discrepância entre os valores de 2015 e 2016 deve-se ao fato de que o objetivo 0019 tratava apenas de geração hidráulica até 2015, e a partir de 2016 este objetivo passou a tratar de geração hidráulica, térmica e energias alternativas.

Objetivo 0019 – Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.

No Brasil, o parque de geração de energia elétrica é predominantemente hidráulico, já há mais de 50 anos, dadas as suas características e potencialidades. As diretrizes de planejamento obtidas com base no conjunto de estudos quotidianamente realizados no País demonstram que os impactos ambientais para as gerações futuras devem ser confrontados com os custos futuros mais altos que essas gerações pagarão pela energia, com os impactos ambientais produzidos pela opção que for escolhida e, inclusive, com a eventual escassez futura da energia, considerando que toda e qualquer forma de produção de energia provoca algum impacto ambiental.

As usinas termelétricas estão entre as alternativas de diversificação da matriz elétrica. As principais vantagens das térmicas são: a flexibilidade para alocação junto ao mercado consumidor, o prazo

menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo e o menor risco para o setor privado. Do ponto de vista do Sistema Interligado Nacional (SIN), as termelétricas contribuem para o aumento da confiabilidade do sistema, compensando possíveis déficits hídricos. Deve-se destacar, entre as fontes minerais para a geração de energia elétrica, o gás natural e o urânio, por serem menos poluentes que as outras fontes tradicionais (carvão e derivados de petróleo).

As usinas termonucleares se apresentam como boa alternativa para a geração de energia elétrica no Brasil, uma vez que apresentam elevado fator de capacidade e avanços tecnológicos recentes em termos de segurança. Além disso, o Brasil já possui o domínio tecnológico do processo de enriquecimento e grandes reservas de urânio ainda inexploradas.

Também se pode citar a evolução nas pesquisas referentes à destinação dos resíduos radioativos e a redução do custo de capital. Há também necessidade de desenvolvimento das atuais reservas de urânio e de ganho de escala em seu processo de enriquecimento. Merece destaque o papel que a energia nuclear pode ter em um cenário de longo prazo, quando o potencial hidráulico estiver completamente aproveitado.

Nas regiões Sudeste e Nordeste está localizada a maior parte da capacidade instalada e o maior potencial de expansão das termelétricas a gás natural, em função da infraestrutura existente de distribuição de gás e das novas descobertas de reservas, além da proximidade com o mercado consumidor.

A geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, como a eólica e a biomassa, além de limpas e renováveis, é uma das alternativas de diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, merecendo destaque os potenciais das regiões dos litorais Sul e Nordeste e do Semi-Árido.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016 – 2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ 2016				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
0001 - ADICIONAR 14.655 MW DE CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DA FONTE HÍDRICA	MW	14.655,00	5.201,56				35,49%	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA / SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA
0005 - ADICIONAR 6.400 MW DE CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE FONTES TÉRMICAS	MW	6.400,00	732,50				11,45%	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA / SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA
0007 - ADICIONAR 810 MW DE CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE OUTRAS FONTES ALTERNATIVAS	MW	810,00	1.025,10				126,56%	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA / SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA
0008 - ADICIONAR 7.500 MW DE CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DA FONTE EÓLICA	MW	7.500,00	2.567,20				34,23%	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA / SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA

Fonte: Siop, consulta em 13/02/2017.

Análise das Metas Quantitativas

Meta 0001 – Adicionar 14.655 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica.

A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da grande disponibilidade hídrica e das características dos rios do País, que resultam em um grande potencial energético.

Em dezembro de 2015, a capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica era de 91.650 MW. Em 31 de dezembro de 2016 já temos contabilizado 96.925 MW instalados, representando 38,54% de um potencial total estimado em 251.490 MW.

O acréscimo ocorrido durante o ano de 2016 (5.201,56 MW) foi devido à entrada em operação de importantes empreendimentos hidroelétricos como as primeiras turbinas da usina de Belo Monte e a totalidade das máquinas do Sítio Pimental.

Também entraram em operação as últimas máquinas das usinas hidrelétricas (UHE) que foram concluídas neste ano, tais como a UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW), Teles Pires (1.820 MW), Jirau (3.750 MW) e Santo Antônio (3.568 MW). Somadas também 203 MW das Pequenas Centrais hidrelétricas inauguradas, disponibilizando assim uma expressiva quantidade de energia com modicidade tarifária aos consumidores instalados no País.

Meta 0005 – Adicionar 6.400 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas.

As usinas termelétricas estão entre as alternativas de diversificação da matriz elétrica. Em 2016, o índice de realização desse objetivo foi abaixo do esperado. A realização acumulada ficou em 732,59 MW, o que representa 11,45% da meta estabelecida no PPA 2016-2019.

Destaca-se que parte das usinas térmicas previstas inicialmente no PPA, e comercializadas nos leilões de energia, foi frustrada pela desistência de grupos empresariais que não conseguiram viabilizar seus empreendimentos no momento de buscar financiamentos.

A participação da fonte térmica na matriz de energia elétrica brasileira caiu de 29,5%, em dezembro de 2015, para 28,8%, dezembro de 2016, devido ao aumento da inserção de fontes alternativas, como a geração eólica, que continua com grande crescimento na matriz de energia elétrica brasileira. Porém, destaca-se que parte das usinas

térmicas previstas inicialmente no PPA, e comercializadas nos leilões de energia, foi frustrada pela desistência de grupos empresariais que não conseguiram viabilizar seus empreendimentos no momento de buscar financiamentos.

Meta 0007 – Adicionar 810 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de outras fontes alternativas.

No caso das térmicas alimentadas por biomassa se destacaram as usinas que utilizam o bagaço de cana como combustível, que contam atualmente com 11.925 MW instalados.

A biomassa é outra fonte renovável que tem sido muito desenvolvida no País, principalmente utilizando como combustível o bagaço de cana, nos Estados produtores de álcool e açúcar, como São Paulo/SP, Paraná/PR, Goiás/GO, Mato Grosso/MT e Mato Grosso do Sul/MS. Em 2015 eram 13.257 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica com biomassa como fonte, com participação de 9,4% na matriz de energia elétrica nacional.

No final de 2016 essa capacidade evoluiu para 14.187 MW com participação de 9,4% na matriz de energia elétrica nacional.

Adicionalmente ao expandido nas 3 regiões listadas pelo PPA houve também 340 MW instalados na região sul do País. Com uma quantidade alcançada de 1.025,10 MW, a expansão da matriz de energia elétrica a partir de fontes renováveis já superou a meta prevista no PPA 2016-2019, de 810,00 MW, o que demonstra a grande potencialidade dessa fonte.

A busca por uma maior segurança na oferta de energia elétrica implicou na exploração de fontes alternativas como a eólica e a fotovoltaica que durante este ano alcançaram porcentagem significativa da matriz energética do País. As usinas fotovoltaicas foram objeto de leilões específicos com intuito de favorecer o aumento da participação de mais uma fonte de energia renovável na matriz energética.

Meta 0008 – Adicionar 7.500 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica.

Atualmente a matriz elétrica brasileira está passando por um processo necessário de diversificação de fontes primárias, o que é refletido nas usinas que entraram em operação no ano de 2016.

A busca por uma maior segurança na oferta de energia elétrica implicou na exploração de fontes alternativas como a eólica e a fotovoltaica que durante este ano alcançaram participação significativa na matriz energética do País. No caso das eólicas já estão instalados 10,123 GW de geradores suficientes para gerar 10,123 GW.

A geração, a transmissão e a distribuição dessa energia elétrica devem zelar pela garantia da segurança do suprimento de energia, pela universalização do acesso, pela modicidade tarifária, pela baixa emissão dos gases de efeito estufa e pelo equilíbrio da matriz elétrica. A geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, como a eólica e a biomassa, além de limpas e renováveis, é uma das alternativas de diversificação da matriz elétrica.

O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e merecem destaque os potenciais das regiões dos litorais Sul e Nordeste e do semiárido.

Em dezembro de 2016, as centrais geradoras eólicas somaram uma capacidade instalada de 10.123 MW, o que representa um aproveitamento de 7,2% do potencial nacional.

Este fato, somado à atratividade e à competitividade dos preços da energia elétrica gerada a partir da fonte eólica entre as fontes alternativas apresentadas nos leilões anteriores, explicitam a grande oportunidade que a energia eólica representa para o Brasil.

No caso da fonte eólica, o desempenho foi bom, com realização bem superior à meta inicial. Em 2016 foi adicionada uma capacidade de geração de 2.567,20 MW nessa fonte, representando 34,23% da meta do PPA 2016-2019. Em dezembro de 2016, a fonte eólica representava 6,73 % da capacidade total instalada no Brasil. Em dezembro de 2015, essa participação era de 5,42%.

Objetivo 0036 – Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes.

O Sistema Interligado Nacional (SIN) tem como principais funções a transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga, a integração entre os diversos elementos do sistema elétrico e com os países vizinhos, a otimização no uso dos recursos energéticos, a estabilidade e a confiabilidade da rede e a interligação entre as bacias hidráulicas e regiões com características hidrológicas heterogêneas.

A integração de sistemas ainda isolados e dos grandes empreendimentos de geração de energia ao SIN se apresenta como questão estratégica e de soberania nacional, com destaque para os estados da região Norte e para os complexos geradores das bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós e para a UHE Belo Monte.

Em 2016 a conclusão de novos empreendimentos, com a entrada em operação de novas linhas de transmissão e aumento na capacidade instalada de transformação, superou as expectativas indicadas ao final de 2015. No total, entraram em operação 5.723,40 km de novas linhas de transmissão, contra uma estimativa inicial de 4.776 km, e 11.491 MVA de capacidade transformadora adicional, enquanto eram esperados 9.293 MVA.

No caso do reforço das instalações existentes também se percebe uma tendência favorável ao previsto inicialmente. Isso pode ser considerado um bom sinal na direção do alcance do Objetivo proposto ao final do período do PPA.

Com relação especificamente às novas instalações agregadas ao sistema elétrico, o montante realizado em 2016 foi bem próximo às previsões relativas a esse período.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016 – 2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ 2016				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
0023 - IMPLANTAR 23,0 MIL KM DE NOVAS LINHAS DE TRANSMISSÃO NO SISTEMA ELÉTRICO NACIONAL	Km	23.000,00	5.723,40				24,88 %	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA/ SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA
0026 - IMPLANTAR 27,5 MIL MVA DE NOVAS SUBESTAÇÕES NO SISTEMA ELÉTRICO NACIONAL	MVA	27.500,00	4.439,30				16,14 %	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA/ SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA
0029 - ADICIONAR 20,0 MIL MVA DE CAPACIDADE NAS SUBESTAÇÕES DE TRANSMISSÃO EXISTENTES	MVA	20.000,00	7.052,00				35,26 %	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA/ SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA
002D - REFORÇAR OU RECAPACITAR 1,16 MIL KM DE LINHAS DE TRANSMISSÃO EXISTENTES NO SISTEMA ELÉTRICO NACIONAL	Km	1.160,00	541,40				46,67 %	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA/ SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA

Fonte: Siop, consulta em 13/02/2017.

Análise das Metas Quantitativas

Meta 0023 – Implantar 23.000 km de novas linhas de transmissão no Sistema Elétrico Nacional.

Com relação à meta prevista no PPA para a implantação de novas linhas de transmissão no SIN, com uma quantidade alcançada de 5.723,4 km, foi realizado em 2016 um percentual de 24,88% do previsto para o período 2016-2019. Mantendo-se essa média, é esperado o alcance de 100% do previsto ao final do quarto período de avaliação, em 2019. Em 2017 a previsão é de um acréscimo de 3.500 km de novas linhas de transmissão, pela estimativa atual do Departamento de Monitoramento do Setor Elétrico – DMSE.

Mas em 2018 esse acréscimo deve ser superior a 7.500 km, com a entrada em operação do 1º bipolo do sistema de integração da UHE Belo Monte, mantendo-se a média para o período.

As principais realizações do ano foram a conclusão das obras da LT em 500 kV Paranaitá – Ribeirãozinho – Marimbondão II, que viabiliza

o escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Teles Pires para os grandes centros consumidores do sudeste do País. Merece destaque também a continuidade das obras da LT 800 kV em corrente contínua interligando as Subestações de Xingú, no Estado do Pará/PA, e Estreito, no Estado de Minas Gerais/MG, que contribuirá para o escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte atualmente prevista para conclusão em fevereiro de 2018.

Meta 0026 – Implantar 27.500 MVA de novas subestações no Sistema Elétrico Nacional.

Com relação à meta prevista no PPA para implantação de novas subestações de transformação, com uma quantidade alcançada de 4.439,30 MVA, foi realizado em 2016 um percentual de 16,14%, um pouco abaixo da média necessária a cada ano para se alcançar a meta estabelecida no PPA.

Entretanto, a previsão para os próximos anos é que esse acréscimo fique acima da média, alcançando a meta ao final do período. Em 2017 está prevista a entrada em operação de cerca de 8.500 MVA

nas novas subestações transformadoras da Rede Básica do SIN. Para 2018 a previsão de acréscimo de capacidade transformadora em novas subestações do SIN é acima de 10.000 MVA. As principais realizações do ano foram a conclusão das obras das Subestações Marechal Rondon 440/138 kV – 600 MVA, na divisa entre São Paulo/SP e Mato Grosso do Sul/MS, e Miramar 230/69 kV – 450 MVA, na capital do Estado do Pará/PA.

Meta 0029 – Adicionar 20.000 MVA de capacidade nas subestações de transmissão existentes.

Em relação ao aumento da capacidade transformadora instalada nas subestações existentes do SIN, com uma quantidade alcançada de 7.052 MVA, o realizado em 2016 chegou a 35,26% da meta estabelecida no PPA, demonstrando que essa meta deverá ser atingida no período do PPA 2016-2019. As principais subestações do SIN que tiveram acréscimo na capacidade instalada em 2016 foram a SE Samambaia 500/345 kV, no Distrito Federal/DF, com a instalação do 7º transformador de 1.050 MVA, e a SE João Câmara 500/138 kV, no Rio Grande do Norte/RN, com a implantação do 3º e 4º transformador, de 450 MVA cada e total de 900 MVA.

Meta 002D – Reforçar ou recapacitar 1.160 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Elétrico Nacional.

Com relação aos reforços no sistema de transmissão existente, com uma quantidade alcançada de 541,4 km, o montante realizado em 2016 alcançou 46,67% da meta estabelecida no PPA 2016-2019, e deverá alcançar 100% ao final desse período. Os principais reforços a serem destacados no ano que passou se referem ao sistema de Furnas, para elevar a confiabilidade de suprimento ao Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, com extensão total de 176 km, e no sistema de São Paulo/SP, num total de 160 km de extensão.

4.3.3. Programa 2053 - Petróleo e Gás

A indústria de Petróleo e Gás é complexa, diversificada e demandante de grandes investimentos, sendo determinada por estratégias de médio e longo prazo e possuindo forte influência do mercado internacional. Nesse mercado, variáveis que perpassam questões geopolíticas se entrelaçam com aspectos tecnológicos e econômicos, o que torna crítica a função de planejamento do setor.

O mercado internacional tem passado por grandes transformações, com fortes oscilações no preço do petróleo. Parte dessas transformações associa-se à revolução na produção de óleo e gás natural nos Estados Unidos a partir dos folhelhos (shale, em inglês), a qual contribuiu para um excedente produtivo e que pode contribuir também para o fim dos altos preços dessas commodities internacionalmente.

Adicionalmente, entende-se que o planeta caminha para uma economia de baixo carbono (Acordo de Paris – 21ª Conferência das Partes – COP21, da UNFCCC), onde os biocombustíveis deverão assumir um papel de maior relevância e onde o gás natural deverá desempenhar um papel de transição.

Além da extração do óleo de folhelho nos Estados Unidos, a descoberta de reservas de recursos não convencionais em outros países (como Argentina e Austrália) e a abertura do setor de exploração e produção de petróleo mexicano ampliarão as possibilidades de investimento, reduzindo a atratividade para exploração em áreas de mais difícil acesso.

São estes fatores que fazem com que as empresas petroleiras busquem a redução de custos e a eficiência nos seus processos, o que traz desafios adicionais ao País.

A política nacional para o setor de petróleo e gás (P&G), conformada pela legislação em vigor, está direcionada para a expansão da produção desses recursos de forma a alçar o Brasil ao rol dos países exportadores. Para se atingir tal meta é necessária a intensificação da atividade

exploratória para, em caso de sucesso, incrementar as reservas nacionais. Os investimentos realizados em pesquisa e exploração vêm permitindo ao País manter a relação Reserva/Produção em patamares superiores há vinte anos, ou seja, as reservas nacionais são suficientes para cerca de vinte anos de consumo aos níveis atuais, desconsiderando-se novas descobertas e mantendo-se o ritmo da produção atual.

Em paralelo, busca-se, numa perspectiva de médio prazo, ampliar a exportação de excedentes de petróleo de forma a contribuir positivamente para o resultado das contas externas do País. Para alcançar este objetivo faz-se necessário a adoção de estratégias, planejamento e decisões de investimento em exploração, pesquisas geológicas e realização de rodadas de licitações, cujos resultados são geralmente alcançados no longo prazo.

O Ministério de Minas e Energia é o principal órgão coordenador da política de P&G, com participação direta da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), como implementadora de grande parte da política, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável, entre outras atribuições, pela elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e do Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás, das empresas concessionárias, junto com a Petrobras, principal agente de execução dos programas de exploração e produção (E&P).

Além dos entes vinculados ao MME, participam da política o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), nas questões relativas a política industrial, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI), em relação a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), no que se refere à sustentabilidade ambiental.

Entre as metas do Programa, salienta-se a produção de petróleo e gás estabelecida pelo Plano Anual de Negócios da Petrobras – 2016, em que foram alcançados 2,1 milhões de barris de petróleo e gás natural por dia. Tal número foi revisto, em relação ao Plano de Negócios e Gestão 2015-2019, até então em vigor, que previa uma produção de 2,2 milhões de barris diários.

Quanto à oferta de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) autorizou a ANP a realizar estudos para a 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção e para a 14ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural. A decisão foi publicada em 13 de outubro, no Diário Oficial da União, por meio da Resolução CNPE nº 005/2016.

A resolução determina que os estudos de áreas unitizáveis na região do Pré-sal para compor a 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção deverão focar, inicialmente, nas áreas dos prospectos de Carcará (Bloco BM-S-8) e Gato do Mato (S-M-518), do Campo de Sapinhoá, na Bacia de Santos, e do Campo de Tartaruga Verde (Jazida de Tartaruga Mestiça, antigo Bloco C-M-401), na Bacia de Campos. Já os estudos de blocos para a 14ª Rodada se concentrarão nas bacias sedimentares marítimas de Sergipe-Alagoas, Espírito Santo, Santos e Pelotas, e nas bacias terrestres do Parnaíba, Paraná, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Espírito Santo.

Em relação aos indicadores, destaca-se o aumento da produção de petróleo na região do pré-sal, onde se verificou uma elevação de 493 mil barris diários, em 2015, para 767,3 mil barris diários, em 2016. Adicionalmente, ressalta-se a ampliação das reservas provadas de petróleo, passando de 16,2 bilhões, para 24,4 bilhões de barris, no total.

Por outro lado, houve diminuição da receita com exportação de petróleo, de US\$ 16,4 bilhões, em 2015, para US\$ 11,8 bilhões, em 2016. Além disso, registrou-se queda na participação governamental em royalties, tendo sido de R\$ 18,5 bilhões, no ano de 2015, e de R\$ 13,9 bilhões, no exercício de 2016. A volatilidade desses últimos resultados se deve à queda no valor do barril de petróleo.

Dos objetivos que compõem o programa Petróleo e Gás, foram selecionados os objetivos 0053 e 0063 para este documento:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS
2053 – PETRÓLEO E GÁS

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LÍQUIDOS	
		2015	2016
0053	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL¹ SOCIAL¹	1.890.712,05	4.243.485,14
	RPNP²	9.541.644,26	56.646.157,53
TOTAL DO OBJETIVO		11.432.356,31	60.889.642,67
0063	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL¹	-	27.102.082,65
	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS¹	1.289.900.861,00	1.135.054.950,00
	RPNP²	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		1.289.900.861,00	1.162.157.032,65

Fonte: Siop e Receita Federal, em 13 de fevereiro de 2017.

¹ Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativo a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

CÓDIGO DO OBJETIVO	GASTO TRIBUTÁRIO	
	2015	2016*
0063	-	329.124.525,39

Fonte: Siop, consulta 13/02/2017.

*Valores previstos.

Objetivo 0053 – Planejar a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.

O Governo Federal vem trabalhando para a atração de investimentos em nossos setores produtivos, como forma de reduzir o desemprego que assola expressiva parcela da população economicamente ativa, incluindo aí o setor petrolífero, dada sua importância no Produto Interno Bruto (PIB).

Corroborando, nesse sentido, a aprovação da Lei 13.365, de 29 de novembro de 2016, que faculta à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima no regime de partilha de produção. Há que se destacar ainda a retomada de realização das rodadas de licitações em 2017.

Como as condições internas e externas do País mudaram sensivelmente a partir do final de 2015, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) instituiu um Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de propor diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, formado por representantes do MME, da ANP, da EPE e pelos membros deste Conselho.

As citadas medidas, somadas a outras em andamento, buscam melhorar o ambiente de negócios no País para permitir maiores investimentos do setor privado nas atividades de exploração e produção de óleo e gás (O&G). Cabe ao GT constituído, então, propor ações para o médio e longo prazos com vistas a superar os desafios apresentados e estabelecer a nova política energética.

Ainda, neste contexto é que se insere a iniciativa do Governo de se elaborar estudos e definir ferramentas de suporte para o planejamento estratégico de rodadas. Esta ferramenta será de grande importância para um planejamento energético mais amplo, levando em consideração a manutenção da autossuficiência, a continuidade operacional das empresas operadoras e prestadoras de serviços e as metas de produção para exportação.

A elaboração de planos plurianuais para o setor de petróleo e gás natural demandará ainda o monitoramento e avaliação visando eventuais ajustes na sua implementação. Os resultados das ações governamentais para o setor de petróleo e gás natural são integrados na base de dados do projeto denominado Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás.

Análise das Metas Qualitativas

Meta 0041 – Revisar e atualizar bianualmente o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.

A EPE e o MME, em cumprimento à Portaria nº 350, de 10.10.2013, disponibilizaram em 2016 os resultados do estudo Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, Ciclo 2013-2015. Trata-se de uma base de dados georreferenciados que mapeia zonas de importância relativa ao desenvolvimento econômico do setor de petróleo e gás no País.

O estudo com vistas à atualização para o Ciclo 2016-2017 segue sendo desenvolvido pela EPE, sob a coordenação do MME e com o apoio da ANP.

Meta 048E – Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural.

O CNPE autorizou a ANP a realizar estudos para a 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção e para a 14ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural. A decisão consta da Resolução CNPE nº 5/2016.

A resolução determina que os estudos de áreas unitizáveis na região do Pré-sal para compor a 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção deverão focar, inicialmente, as áreas dos prospectos de Carcará (Bloco BM-S-8) e Gato do Mato (S-M-518), do Campo de Sapinhoá, na Bacia de Santos, e do Campo de Tartaruga Verde (Jazida de Tartaruga Mestiça, antigo Bloco C-M-401), na Bacia de Campos.

Já os estudos de blocos para a 14ª Rodada se concentrarão nas bacias sedimentares marítimas de Sergipe-Alagoas, Espírito Santo, Santos e Pelotas e nas bacias terrestres do Parnaíba, Paraná, Potiguar, Recôncavo, Sergipe/AL e Espírito Santo:

BACIA	SETORES PARA ESTUDO
SERGIPE-ALAGOAS MAR	SSEAL-AP1, SSEAL-AP2 E SSEAL-AUP2
SERGIPE-ALAGOAS TERRA	SSEAL-T1, SSEAL-T2, SSEAL-T4 E SSEAL-T5
ESPÍRITO SANTO MAR	SES-AP1 E SES-AP2
ESPÍRITO SANTO TERRA	SES-T4 E SES-T6
SANTOS	SS-AR3, SSAR4 E SS-AP4
PELOTAS	SP-AP4 E SP-AUP4
PARNAÍBA	SPN-N E SPN-SE
PARANÁ	SPAR-CN
POTIGUAR TERRA	SPOT-T1B, SPOT-T2, SPOT-T4 E SPOT-T5
RECÔNCAVO	SREC-T1, SREC-T2, SREC-T3 E SREC-T4

Meta 048F – Propor novas diretrizes estratégicas a serem alcançadas pela política de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Por meio da Resolução de nº 06, de 02/08/2016, do CNPE, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 13/10/2016, foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de propor ao Conselho diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural (O&G).

A política vigente para o setor petrolífero é ainda aquela disposta na Resolução CNPE nº 8, de 21/07/2003, que estabeleceu como política nacional “a expansão da produção de petróleo e gás natural de forma a atingir e manter a autossuficiência do País e a intensificação da atividade exploratória, objetivando incrementar os atuais volumes de reservas do País”.

Face às mudanças ocorridas ao longo desses quase 14 anos, como, por exemplo, a descoberta da província petrolífera do Pré-sal e da revolução causada pelo aproveitamento dos recursos de O&G não convencionais nos Estados Unidos da América (EUA), dentre outras, se faz necessária uma revisão dessa política.

Estabelecido o GT com o objetivo principal da atualização das diretrizes a fim de se ampliar a atração de investimentos no setor petrolífero nacional. Inicialmente, o MME identificou as seguintes áreas foco para as diretrizes da política E&P:

- Pré-sal;
- Fronteiras exploratórias;
- Gás Natural (onshore e offshore);
- Áreas Terrestres;
- Margem Equatorial; e
- Áreas Maduras.

Objetivo 0063 – Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à geração de empregos, à qualificação profissional, à competitividade, à pesquisa, desenvolvimento e inovação e ao conteúdo local.

A partir da edição do Decreto nº 8.637/2016, que instituiu o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor), que conta com a participação dos Ministérios ligados ao tema, as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da indústria, bem como em relação à Política de Conteúdo Local para esse setor, passaram a ser tratadas no âmbito deste Programa.

No momento, em face da necessidade de atração de investimentos para o setor, os Comitês que formam o mencionado Programa se debruçam em trabalhos com vistas à definição das exigências de Conteúdo Local para as próximas rodadas de licitações previstas para 2017, quais sejam, a 4ª Rodada de Licitações de Campos Marginais, a 2ª Rodada de Partilha de Produção, com áreas unitizáveis do Pré-sal, e a 14ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural.

Além disso, o Programa aprovou a realização de estudos sobre a indústria parapetrolífera brasileira, de modo a aprimorar as ações em curso, que se dividem em três linhas de pesquisa: a) Competitividade da

indústria de bens e serviços para a indústria de petróleo e gás brasileira; b) Dimensionamento da capacidade produtiva da indústria nacional de bens e serviços para a indústria de petróleo e gás brasileira; c) Cenários de atendimento da demanda e ritmo de oferta de blocos para exploração de petróleo e gás natural.

Análise das Metas Qualitativas

Meta 0493 – Implementar a política para aumento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Planejado o Programa para Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate), com a missão de buscar estabelecer diretrizes para a revitalização da atividade de Exploração e Produção (E&P) de petróleo e gás natural em áreas terrestres no Brasil, propiciando o desenvolvimento regional, com uma indústria terrestre de E&P forte, com produção crescente, pluralidade de operadores e diversidade de fornecedores de bens e serviços.

Meta 0494 – Elaborar diretrizes para aplicação dos recursos advindos da cláusula de P&D constante nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.

No contexto do desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, é desejável que os avanços sejam consolidados, aperfeiçoados e ocorram de forma equilibrada no território e que ofereçam oportunidades com repercussão regionalizada. Desta forma, é fundamental a elaboração de diretrizes para aplicação dos recursos advindos da cláusula de P&D, constante nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural, para que estas ocorram de acordo com as necessidades estratégicas a serem definidas no âmbito desta iniciativa.

4.3.4. Programa 2087 - Transporte Terrestre

O Programa Transporte Terrestre do PPA 2016-2019 foi estruturado com a finalidade de solucionar os principais desafios do setor. Para tanto, está baseado em quatro pilares principais: cobertura da malha, capacidade das rodovias e ferrovias, eficiência e segurança viária.

Para o desenvolvimento do Transporte Terrestre no País, algumas estratégias ganharam destaque no PPA 2016-2019, conforme a seguir:

- Fortalecimento das concessões rodoviárias e ferroviárias. As concessões têm forte impacto na melhoria do transporte do País, já que se concentram em eixos viários estruturantes e de grande demanda de cargas e passageiros. Contribuem para a expansão da capacidade da rede de transportes, sua adequação e melhoria da segurança e eficiência viárias;
- Continuidade das obras de construção e pavimentação de rodovias, construção de novas ferrovias e construção de conexões ferroviárias e acessos, que permitem ampliar a cobertura e a eficiência da rede de transporte terrestre;
- Intervenções para ampliação de capacidade viária, que se dá por meio da duplicação de rodovias, construção de terceiras faixas e adequação de acessos rodoviários aos portos. Decorrem da necessidade de atendimento do aumento da demanda e contribuem para uma melhor eficiência e segurança do transporte;
- Manutenção da malha rodoviária federal, como estratégia de preservação do patrimônio público, que impacta na eficiência e segurança dos transportes. O Programa de Transporte Terrestre do PPA 2016-2019 prevê a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal. Isso representa um importante marco para o setor;
- Intervenções com obras ferroviárias e rodoviárias, em perímetros urbanos. A estratégia foca na melhoria da eficiência dos modos de transporte terrestre, com aumento da velocidade média e da segurança viária; e
- Sinalização viária, fiscalização e controle da operação. Essas estratégias estão diretamente relacionadas ao aumento da segurança, contribuindo para a redução do número de acidentes nas rodovias.

Em relação aos indicadores, destacam-se os dados referentes ao transporte ferroviário, dos quais podemos citar a ampliação do total de carga transportada por quilômetro útil, de 298,6, em 2015, para 313,0 milhões de toneladas, em 2016, à despeito da manutenção da densidade da malha e da velocidade média de transporte, indicando aumento de capacidade do modal. Registra-se ainda a redução de ocorrências de acidentes ferroviários, passando de 866, em 2015, para 682, em 2016.

No ano de 2016, entre os principais resultados relacionados à implementação do Programa, destacam-se:

- A instalação de 28 pontos de fiscalização eletrônica do transporte rodoviários de cargas e passageiros. Estima-se que o sistema de fiscalização eletrônica, quando implantado plenamente, poderá elevar em até cinco vezes o valor da arrecadação com multas nos mercados de transporte de cargas e passageiros, que alcançou a cifra de R\$ 93 milhões de reais, em 2015; e
- A instalação de 3.160 equipamentos de controle de velocidade, ultrapassando a meta estipulada de 2500 equipamentos. Isso foi possível porque ao longo do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) houve a necessidade que fossem contemplados novos pontos, ultrapassando a meta inicial.

Cabe destacar que o Programa 2087 – Transporte Terrestre contempla intervenções e projetos de alta complexidade técnica e financeira. Sendo assim, as metas e objetivos tem sua execução evoluindo durante todo o PPA 2016-2019.

Também é importante destacar a situação financeira atípica dos estados e União, causando restrições orçamentárias importantes ao andamento das metas do PPA 2016-2019. Dentre os projetos já iniciados no ano de 2016, mas que ainda não foram finalizados, destacam-se:

- A adequação de 39,17 Km de rodovias federais, principalmente na Região Sul. Grande parte das obras estão na fase de elaboração e aprovação do projeto;
- A construção de duas pontes. Uma sobre o Rio Madeira em Abunã/RO, que auxiliará na integração definitiva do Acre e é importante corredor de escoamento da produção da Região Norte. Outra ponte sobre o Rio Guaíba, na BR-116/209 RS, que visa restabelecer um nível de serviço adequado na chegada e saída da capital gaúcha para os veículos inseridos nestas rotas, haja vista a situação precária encontrada atualmente. O percentual de execução física considerando as duas pontes é de 35%; e
- A manutenção permanente da malha rodoviária federal é de suma importância para assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais. Para tanto, foram contratados serviços de manutenção da malha rodoviária federal, pavimentada e não pavimentada. O total de 2016 de cobertura contratual em rodovias pavimentadas e sem pavimentação representa 90,2% da malha rodoviária total.

A manutenção da malha ferroviária nacional também está presente no PPA 2016-2019. Em 2016, os serviços de manutenção foram realizados em 100% da malha ferroviária, sob administração federal, com o objetivo de conservar a qualidade da infraestrutura e superestrutura do Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS 2087 – TRANSPORTES TERRESTRE

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015 ¹	2016 ²
0130	NO EXERCÍCIO ¹	37.011.296,05	58.471.832,95
	RPNP ²	3.097.511,29	18.196.679,5
TOTAL DO OBJETIVO		40.108.807,34	76.668.512,45
0137	NO EXERCÍCIO ¹	150.264.241,84	255.758.133,89
	RPNP ²	448.070.155,21	471.432.955,22
TOTAL DO OBJETIVO		598.334.397,05	727.191.089,11
0280	NO EXERCÍCIO ¹	131.769.418,83	2.279.015.536,66
	RPNP ²	179.969.748,68	2.292.422.194,12
TOTAL DO OBJETIVO		311.739.167,51	4.571.437.730,78
0141	NO EXERCÍCIO ¹	1.492.759.192,03	728.474.615,77
	RPNP ²	579.234.883,08	227.353.886,88
TOTAL DO OBJETIVO		2.071.994.075,11	955.828.502,65
1002	NO EXERCÍCIO ¹	3.274.240,04	13.008.426,13
	RPNP ²	2.530.487,14	2.096.749,41
TOTAL DO OBJETIVO		5.804.727,18	15.105.175,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Gerencial (Siop).
Data: Janeiro de 2017.

¹Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

²Valores liquidados no ano relativos aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

³Com a elaboração do PPA 2016-2019, foi criado novo programa intitulado Transporte Terrestre (2087), com a incorporação dos antigos programas ao Transporte Rodoviário e ao Transporte Ferroviário. Cabe esclarecer, portanto, que para se chegar aos valores dos RPNP referentes ao exercício de 2016, fez-se um levantamento dos saldos dos RPNP a pagar e pagos das Ações de Governo que foram incorporadas ao Programa 2087, quais sejam: 0220, 0235, 0237, 0663, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 2072 e 2075. Além disso, para o novo quadriênio, houve mudança de escopo do objetivo 0130, o que acarretou realocação de ações orçamentárias. Sendo assim, para a obtenção das informações referentes aos Valores Liquidados em 2015 e 2016, foi elaborada consulta direta ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Gerencial (Siop Gerencial), desvinculando as ações orçamentárias de seus objetivos propostos, para que fosse possível apurar os valores de RPNP a elas associadas. Deste modo, as informações referentes aos Valores Liquidados em 2015 e 2016 não foram retirados do relatório "PCPR – Execução Orçamentária" constante do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

CÓDIGO DO OBJETIVO	GASTO TRIBUTÁRIO	
	2015	2016*
0130	-	351.468.746,08

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).
Data: Janeiro de 2017.

*Valores previstos.

O Gasto Tributário consiste na isenção ou redução do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos na aquisição de debêntures emitidas por agentes privados, para financiar projetos de investimentos em infraestrutura. Em 2016, foi autorizada a emissão de R\$ 370 milhões em debêntures, para projetos rodoviários, sendo R\$ 270 milhões para a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo (ViaOeste S.A.) e R\$ 100 milhões para a Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoSul).

Dos objetivos que compõem o programa de Transporte Terrestre, foram selecionados os objetivos 0130, 0137, 0280, 0141 e 1002 para este documento.

Objetivo 0130 – Promover a fluidez, a qualidade e a segurança do transporte de pessoas e cargas, por meio da concessão de rodovias federais e da fiscalização eficiente dos serviços de transporte rodoviário regulados.

A promoção da fluidez, qualidade e segurança do transporte de pessoas e cargas é um objetivo importante para a requalificação do desempenho de rodovias federais em patamares mais elevados, criando um ambiente favorável para a redução dos custos de transporte, com consequências positivas para o aumento da produtividade da economia nacional e para a geração de emprego e renda no País.

A consecução do objetivo demanda a mobilização de muitos recursos, tanto financeiros quanto humanos, tecnológicos e operacionais. Significa realizar projetos e obras de duplicação, ampliar a qualidade da manutenção, da sinalização, da operação e dos demais serviços e instalações relacionadas a uma rodovia.

As principais estratégias adotadas para o alcance do objetivo foram: a concessão de rodovias federais e a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário regulados. Tanto as concessões como a fiscalização estão

alinhados ao princípio da economicidade (artigo 70 da Constituição Federal – CF/88) e trazem contribuições relevantes para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário no País.

No caso das concessões, evidencia-se a importância da estratégia para:

- desconcentrar a gestão da malha do Subsistema Rodoviário Federal dentro do Sistema Nacional de Viação (SNV);
- reduzir a pressão de custos sobre os recursos do Orçamento Geral da União (OGU);
- dar maior velocidade no processo de adequação/duplicação das rodovias federais, capaz de ser obtida pela associação aos recursos e meios, dispostos pela iniciativa privada;
- oferecer aos usuários de rodovias federais concedidas conforto e segurança ao trafegar, com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, sistema de informação ao usuário, serviços de apoio ao usuário e sistema de comunicação com telefones para emergências; e
- aperfeiçoar a estratégia de concessão que abre caminho para outras estratégias, como o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas, orientadas para o aprimoramento da logística de transportes nacional.

Já os aprimoramentos da fiscalização dos serviços de transporte rodoviário regulados contribuem para a evolução da estrutura de fiscalização e para a criação de um cenário positivo às Concessões e Parcerias Público-Privadas.

O significativo incremento verificado nos valores liquidados no exercício de 2016 foi devido à incorporação da ação 20UB – Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário (desempenho de R\$ 18.785.746,79 no exercício e R\$ 11.921.494,58 de RPNP) ao objetivo 0130, no PPA 2016-2019.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA PPA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
META 006X – CONCEDER 6.944,90 KM DE RODOVIAS.	KM	6.944,90	0				0	ANTT
META 03ZZ – IMPLANTAR E OPERAR DE FORMA INTEGRADA 55 PONTOS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS E PASSAGEIROS.	UND	55	28				50,91%	ANTT
META 049C – DUPLICAR 2.772,50 KM DE RODOVIAS FEDERAIS CONCEDIDAS.	KM	2.772,50	88,55				3,19%	ANTT

Análise das Metas Quantitativas

Meta 006X – Conceder 6.944,90 km de rodovias.

A meta 006X, estabelecida no PPA 2016-2019, trata da concessão de 6.944,90 km de rodovias. Inicialmente, foram elaborados estudos para a concessão dos novos trechos, por meio de Propostas de Manifestação de Interesse (PMI), que consiste na publicação de Editais de Chamamento Público pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), para o desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA's) referentes aos seus projetos.

Esses estudos, uma vez entregues pelas empresas autorizadas, são analisados para serem aprovados pelo Governo, antes de serem utilizados nas modelagens das novas concessões rodoviárias. Segue detalhamento na ordem cronológica em que foram iniciados os estudos: BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba/PA (976,0 km); BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis/MT– Jataí/GO – Goiânia/GO (703,7 km); BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437,0 km); BR-476/153/282/480/PR/SC, Lapa/PR – Irani/SC – Chapecó/SC (398,9 km); BR-101/BA, Gandú/BA – Entroncamento BR-324 (próximo à Feira de Santana) (199,4 km); BR-101/232/PE, novo arco metropolitano de Recife, BR-101: Divisa PB/PE – Divisa PE/AL e BR-232: Entroncamento BR-101 (Recife/PE) – Cruzeiro do Nordeste/PE (564,5 km); BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101: Entroncamento BR-465 (B)/RJ-071/097 (Santa Cruz) – Praia Grande, no município de Ubatuba/SP; BR-465, Entroncamento BR-101 –

Entroncamento BR-116; e BR-493: Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-040/116 (B) (356,9 km); BR-101/116/290/386/RS; BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-116: Entroncamento BR-290 (B) (para Arroio dos Ratos) – Entroncamento BR-470/RS-350 (para Camaquã); BR-290: Osório/RS – Entroncamento BR-116 (para Guaíba) e BR-386: Entroncamento BR-116 (B)/290 (Porto Alegre) – Entroncamento BR-377 (A) (para Carazinho) (581,3 km). Após mudança de escopo, com a retirada da BR-116/RS, a inclusão da BR-448/RS entre a BR-290/RS e a BR-386/RS e a inclusão de 9,1 km da BR-101/SC, esta extensão passou para 467,6 km; BR-101/SC, Ponte sobre o Rio da Madre – Divisa SC/RS (220,0 km). Após mudança de escopo, com a retirada de 9,1 km da BR-101/SC, esta extensão passou para 210,9 km; BR-280/SC, Porto de São Francisco do Sul – Divisa SC/PR (306,6 km); BR-470/282/SC, BR-470: Navegantes/SC – Divisa SC/RS e BR-282: Entroncamento BR-470 (Campos Novos) – Entroncamento BR-153 (Irani) (455,1 km); e BR-364/RO/MT, Entroncamento BR-174 (A) (Comodoro/MS) – Porto Velho (acesso Ulisses Guimarães) (806,3 km).

Dando continuidade à política de fortalecimento das concessões de transportes, em 2016 o Governo Federal lançou o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), com a edição da Lei no 13.334, de 13 de setembro de 2016. O Programa busca ampliar e consolidar a interação entre o Estado e a iniciativa privada, com qualificação de processos de articulação institucionais e de empreendimentos públicos federais, celebração de contratos de parceria para a sua execução e outras medidas de desestatização. O PPI é balizado por diretrizes gerais e estratégicas dispostas por resoluções do Conselho do Programa de

Parceria de Investimentos (CPPI). São objetivos do Programa: i) Ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, em harmonia com as metas de desenvolvimento social e econômico do País; ii) Garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, com tarifas adequadas; iii) Promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços; iv) Assegurar a estabilidade e a segurança jurídica, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos; e v) Fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação.

Como característica dos novos modelos de concessões do Brasil, destaca-se no modal rodoviário: as duplicações serão realizadas conforme a demanda (acaba a obrigatoriedade de duplicar a rodovia nos primeiros cinco anos); os trechos serão duplicados quando atingirem um fluxo de tráfego definido no Edital e a oferta de serviços (socorro médico, atendimento mecânico e demais serviços operacionais) será disponibilizada de acordo com as necessidades de cada trecho de rodovia.

Assim, por força da estratégia de concessão estabelecida no Programa de Parceria de Investimentos (PPI), os estudos dos empreendimentos referentes às BR-163/230/MT/PA, BR-364/060/MT/GO, BR-364/365/GO/MG e BR-476/153/282/480/PR/SC estão sendo submetidos a processo de reavaliação, em decorrência do aprimoramento do modelo.

Em 2016, foram entregues seis estudos referentes a BR-101/BA, BR-101/232/PE, BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101/116/290/386/RS, BR-101/SC e BR-470/282/SC. Há previsão de entrega dos estudos da BR-280/SC e BR-364/RO/MT em 2017.

Os estudos referentes a BR-262/381/MG/ES, BR-262/MS e BR-267/MS serão realizados diretamente pelo Governo Federal. Os empreendimentos do PPI serão tratados como prioridade nacional, tendo sido priorizados em 2016, no âmbito do modal rodoviário, aqueles qualificados de acordo com o Decreto 8.916, de 25 de novembro de 2016, a saber:

BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437,00 km) – relevante corredor para escoamento da produção agroindustrial do sudeste goiano/Triângulo Mineiro. A concessão visa interligar a região a trechos já concedidos das BR-050 e BR-153, possibilitando acesso ao mercado consumidor do Sudeste e ao Porto de Santos; e BR-101/290/386/448/SC/RS, BR-101/SC – Km 455,9 – Divisa SC/RS; BR-101/RS – Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-290/RS: Osório/RS – Km 98; BR-386/RS: Entroncamento BR-285/377(B) (p/ Passo Fundo) – Entroncamento BR-448; BR-448/RS: Entroncamento BR-386 – Entroncamento BR-116/290 (467,60 km) – engloba corredores na Região Metropolitana de Porto Alegre e entorno que já estão saturados e necessitam de urgentes intervenções. A concessão tem como objetivo possibilitar a ampliação da capacidade e melhorar o nível de serviço, proporcionando redução de acidentes e melhoria na trafegabilidade.

A expectativa é de que os leilões dos empreendimentos priorizados em 2016 tenham a publicação dos Editais no primeiro semestre de 2017 e a realização dos Leilões no segundo semestre do mesmo ano. Ainda em 2016, além dos estudos contabilizados na meta 006X, foram lançados Editais de Chamamento Público, por meio de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI), para quatro trechos rodoviários, com extensão total de 977,6 km, conforme detalhamento a seguir: BR-163/PA, Campo Verde/PA – Santarém/PA (331,0 km); BR-316/PA, Benfca/PA – Capanema/PA (132,7 km); BR-282/SC, Palhoça/SC – Entroncamento BR-470(A)/SC (310,3 km); e BR-282/163/SC, BR-282/SC: Entroncamento BR-480(B)/SC/SC-156 – Fronteira Brasil Argentina; BR-163/SC: São Miguel do Oeste – Divisa SC/PR (203,6 km).

Meta 03ZZ – Implantar e operar de forma integrada 55 pontos de fiscalização eletrônica do transporte rodoviário de cargas e passageiros.

O projeto de Fiscalização Eletrônica foi efetivamente implementado a partir do final de 2014 e conta, atualmente, com 28 pontos de fiscalização instalados e em operação, conforme tabela a seguir:

UF	QUANTIDADE DE PONTOS DE FISCALIZAÇÃO
DISTRITO FEDERAL	2
GOIÁS	6
MINAS GERAIS	6
MATO GROSSO	2
MATO GROSSO DO SUL	1
SANTA CATARINA	2
SÃO PAULO	6
RIO DE JANEIRO	3
TOTAL	28

Os pontos de fiscalização possuem equipamento com capacidade de captura de imagens e reconhecimento automático de caracteres de placas veiculares, sistemas de laços indutivos para classificação de veículos comerciais de transporte de cargas ou de passageiros e de veículos particulares.

O sistema também possui antenas de captação RFID (Radio Frequency Identification – Identificação por Rádio Frequência) para identificação redundante dos veículos comerciais, com obrigatoriedade de taguamento, previsto pela Resolução ANTT nº 4.799/15.

Outras aplicações para o projeto de Fiscalização Eletrônica incluem a identificação de corredores logísticos, que subsidiam a formulação de indicadores econômicos e o monitoramento de cargas com destino aos portos, o que possibilita o acompanhamento do escoamento da safra por meio da verificação de agendamentos prévios dos veículos, visando facilitar a trafegabilidade nos corredores de exportação.

Também está previsto o monitoramento do transporte e movimentação de cargas gerais em todo território nacional, preferencialmente em rodovias federais concedidas. Estima-se que o sistema de fiscalização eletrônica, quando implantado plenamente, poderá elevar em até cinco vezes o valor da arrecadação com multas nos mercados de transporte de cargas e passageiros, que alcançou a cifra de R\$ 93 milhões de reais, em 2015.

O sistema funciona eletronicamente 24 horas por dia e está sendo utilizado pelas secretarias estaduais de fazenda para combate à sonegação fiscal do ICMS, por meio do Operador Nacional dos Estados (ONE). Com relação aos benefícios gerados pelo projeto ao transporte rodoviário, destaca-se a otimização da cadeia logística e o aumento da eficiência das frequências das viagens em escala, decorrente da ininterrupção para procedimentos de fiscalização diversos.

Além disso, os dados estatísticos gerados possibilitarão a criação de banco de dados logísticos para definição de estratégias de fiscalização, além de ampliar o avanço de políticas sociais e econômicas para o País.

Meta 049C – Duplicar 2.772,50 km de rodovias federais concedidas.

A meta estabelecida no PPA 2016-2019 abarca as obras de duplicação da Terceira Etapa das concessões rodoviárias. Dentre as obras que estão sendo realizadas para melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto dos usuários nas rodovias concedidas em sua Terceira Etapa, destacam-se: BR-040/DF/GO/MG, duplicação (557,2 km) – executados 7,07 km em 2016, com execução física acumulada de 11,16%; BR-060/153/262/DF/GO/MG, duplicação (647,80 km) – executados 30,44 km em 2016, com execução física acumulada de 10,18%; BR-050/GO/MG, duplicação (218,5 km) – executados 23,44 km em 2016, com execução física acumulada de 17,94%; BR-163/MS, duplicação (806,3 km) – executados 8,46 km em 2016, com execução física acumulada de 11,77%; e BR-163/MT, duplicação (453,6 km) – executados 19,14 km em 2016, com execução física acumulada de 25,73%.

Portanto, em 2016, foram duplicados 34,67 km de rodovias federais concedidas na região Centro-Oeste e 53,88 km na região Sudeste, perfazendo um total de 88,55 km de duplicação. O avanço em direção ao cumprimento da meta de duplicação traz benefícios importantes: a ampliação da capacidade de transporte, com redução de seus custos operacionais e a melhoria da integração da malha viária em pontos estratégicos para o aumento da competitividade nacional, com geração de empregos e a arrecadação de tributos.

Objetivo 0137 – Promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal incluindo pontes, viadutos e túneis.

O Sistema Nacional de Viação do Brasil é constituído pela infraestrutura física e operacional dos vários modos de transporte de pessoas e mercadorias, sob a jurisdição dos diferentes entes da Federação. É composto pelo Sistema Federal de Viação e pelos Sistemas de Viação dos Estados, do Distrito Federal/DF e dos Municípios.

A Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, prevê que a infraestrutura rodoviária se constitua

em elemento fundamental de interligação de polos produtores e consumidores, para o fortalecimento da presença do Estado e consolidação do crescimento econômico, social e político do País.

A construção e pavimentação da malha rodoviária federal busca promover a integração regional, interestadual ou internacional; ligar capitais de Estados entre si ou ao Distrito Federal/DF; atender a fluxos de transporte de grande relevância econômica; e promover ligações indispensáveis à segurança nacional.

A escolha dos empreendimentos a serem executados levou em conta principalmente: os aspectos logísticos, a integração com o planejamento territorial, o respeito ao meio ambiente e a abordagem de projetos de cunho sociopolítico voltados à redução de desigualdades regionais, à indução ao desenvolvimento, à integração continental e à segurança nacional.

O objetivo contempla assim metas de construção e pavimentação de rodovias e construção de pontes nacionais e internacionais.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA PPA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
META 0079 – CONSTRUIR OU PAVIMENTAR 1.133,00 KM DE RODOVIAS.	KM	1.133,00	91,7				8,09%	DNIT
META 007C – CONSTRUIR 2,00 PONTES INTERNACIONAIS	UND	2,00	0				0	DNIT
META 007G – CONSTRUIR 2 PONTES.	UND	2	0				0	DNIT

Análise das Metas Quantitativas

Meta 0079 – Construir ou pavimentar 1.133,00 km de rodovias.

No Brasil, o modal rodoviário é o mais utilizado para o transporte de cargas e passageiros. A malha rodoviária federal pavimentada abrange uma extensão total de aproximadamente 52,9 mil km e a não pavimentada contempla aproximadamente 10,6 mil km.

Os investimentos em obras de construção e pavimentação de rodovias visam ampliar a capacidade de tráfego e garantir condições permanentes de circulação, segurança e conforto no trânsito de veículos e usuários, com consequente redução dos custos operacionais.

Diante deste contexto, durante o exercício de 2016 foram executados 91,7 km de obras de construção/ pavimentação rodoviária, conforme a seguir:

Região Norte: BR-163/PA, construção, trecho Divisa MT/PA – Santarém (947,0 km) – executados 18,0 km de pavimentação em 2016; BR-230/PA, construção, trecho Divisa TO/PA – Rurópolis (855,0 km), incluindo o acesso a Miritituba (32,2 km) – executados 10,0 km de pavimentação em 2016; e BR-242/TO, construção, trecho Tabatinga – Peixe (Entroncamento TO-280 (A)) – executados 35,0 km de construção em 2016;

Região Nordeste: BR-235/BA, construção e pavimentação, trecho Divisa SE/BA – Divisa BA/PI (664,0 km) – executados 1,5 km em 2016; BR-235/PI, construção, trecho Gilbués – Divisa PI/MA (Santa Filomena) (130,2 km) – executados 14,2 km, com conclusão do empreendimento em 2016; e BR-020/CE, construção, trecho Entroncamento-CE-040 – Ponte Sabiaguaba – (13,18 km) – executados 3,0 km de construção em 2016;

Região Sul: BR-487/PR, construção, trecho Porto Camargo – Campo Mourão (101,7 km) – executados 1,0 km de construção em 2016; e

Região Centro-Oeste: BR-158/MT, construção, trecho Ribeirão Cascalheira – Divisa MT/PA (481,3 km) – executados 9,0 km de pavimentação em 2016.

Meta 007C – Construir 2 pontes internacionais.

Construção da Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná em Foz do Iguaçu, na BR-277/PR: em 2016 os projetos se encontravam em fase de elaboração. Localizado na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, esse empreendimento é de interesse do Brasil e do Paraguai, já que contribui na integração dos países, a partir do incremento do atual fluxo de passageiros e cargas transportados. Construção de nova Ponte e acessos sobre o Rio Jaguarão – Fronteira Brasil/Uruguai, na BR-116/RS: em decorrência da não obtenção de êxito em processo licitatório anterior, o projeto encontra-se atualmente em fase de revisão orçamentária. O empreendimento aliviará o tráfego sobre a já existente ponte Barão de Mauá e ampliará a capacidade dos atuais fluxos comerciais entre o Brasil e Uruguai.

Meta 007G – Construir 2 pontes.

Construção da Ponte sobre o Rio Madeira em Abunã/RO: a BR-364/RO é rodovia de fundamental importância para o escoamento da produção da região Norte e a construção da ponte sobre o rio Madeira representa a conclusão da integração rodoviária do Acre com o restante do País. A solução técnica adotada para o vão central da ponte ensejou pequenas correções que foram propostas para facilitar os fluxos de transporte na hidrovía. A situação das principais fases da obra de construção da ponte em dezembro de 2016 contemplava a execução de 99,7% da infraestrutura; 60,7% da mesoestrutura; e 55,4% da superestrutura.

Construção da Segunda Ponte sobre o rio Guaíba na BR-116/290/RS: a construção da Segunda Ponte sobre o rio Guaíba é de importância estratégica para o equacionamento dos atuais fluxos de transporte na região. Devido a sua localização, envolve aspectos relacionados a processos de desapropriação e reassentamento de famílias.

O empreendimento encontra-se em implantação, com avanços medidos correspondentes a 86,0% de infraestrutura, 58,0% da mesoestrutura e 14,0% da superestrutura.

Objetivo 0280 – Melhorar a trafegabilidade e a segurança da malha rodoviária federal não concedida, por meio da sua manutenção permanente, e da melhoria da sinalização e do controle dos limites de peso e de velocidade.

As condições de trafegabilidade e segurança das rodovias federais dependem de diversos fatores.

Dentre eles, destacam-se a manutenção permanente da via e o controle de peso, que contribuem para conservar o estado do pavimento em

condições adequadas de trafegabilidade; a sinalização das vias e controle de velocidade, que contribuem para a segurança dos usuários e auxiliam no respeito às normas de trânsito dentro dos limites legais. No PPA 2016-2019, houve incorporação das ações de manutenção rodoviária (desempenho de R\$ 2.014.543.217,14 no exercício e R\$ 2.119.343.951,42 de RPNP) no objetivo 0280, o que justifica o aumento significativo dos montantes liquidados em 2016.

Outro fator que contribuiu para o aumento dos valores liquidados em 2016 foi o desempenho dos gastos com controle de velocidade no exercício (R\$ 194.062.696,02 em 2016 frente à R\$ 88.257.229,96 em 2015).

A mesma análise cabe para a ação referente ao controle de peso, que teve um incremento significativo no exercício (R\$ 69.914.976,87 em 2016 frente à R\$ 22.523.565,87 em 2015).

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA PPA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
META 00IQ – IMPLANTAR E OPERAR 23 EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO DE PESO.	UN	23	0				0	DNIT
META 00IR – IMPLANTAR E OPERAR 2.500 EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE VELOCIDADE.	UN	2.500	3.160				126,4%	DNIT
META 03ZK – IMPLANTAR SINALIZAÇÃO EM 100% DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL PAVIMENTADA (BR LEGAL).	%	100	62% ¹				62%	DNIT
META 040E – REALIZAR A MANUTENÇÃO PERMANENTE DE 100% DA MALHA RODOVIÁRIA, SOB A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL.	%	100,00	90,2				90,2%	DNIT

¹Percentual calculado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), de acordo com os critérios contratuais de desempenho do Programa BR-Legal.

Análise das Metas Quantitativas

Meta 00IQ – Implantar e operar 23 equipamentos de medição de peso.

O fluxo de veículos de transporte com excesso de peso é fator importante no desgaste prematuro dos pavimentos. O excesso de peso também se relaciona com a redução do nível de segurança na condução dos veículos e com o aumento dos custos de manutenção.

Com o objetivo de realizar fiscalização, o Governo Federal implantou Postos de Pesagem de Veículos (PPV). Essa iniciativa teve como abordagem inicial a implantação e operação de 73 PPV's até julho de 2014. Uma nova proposta baseada em novo modelo de fiscalização, por meio de Postos Integrados Automatizados de Fiscalização (PIAF), foi criada para facilitar a coleta de dados automatizada de veículos pesados, visando redução do tempo de parada. As principais vantagens do novo modelo decorrem da possibilidade de o posto de fiscalização poder operar de forma centralizada em Centros de Controle Operacionais remotos (CCO).

A estratégia de implantação dos locais em que serão instalados os PIAF's busca maximizar seus efeitos, a partir da escolha de pontos prioritários mais próximos das regiões geradoras de carga, minimizando impactos na infraestrutura, resultando em maior economia. Até o momento, nenhum PIAF's foi implementado, todos estão em projeto básico ou projeto executivo.

Nessa mesma linha estratégica, até que se inicie a implantação dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização, alguns PPV's foram priorizados para serem reativados em 2016: os postos fixos nos municípios de Formosa/GO, Cáceres/MT e Feira de Santana/BA, que iniciaram a fiscalização do excesso de peso por verificação de Nota Fiscal; e o posto fixo instalado no município de Araranguá/SC, que executa a fiscalização de excesso de peso através da utilização de equipamento eletrônico de pesagem e também iniciará a fiscalização por verificação de Nota Fiscal. Para 2017, há previsão de que sejam reativados mais dez Postos de Pesagem de Veículos.

Complementarmente, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a instalação de duas balanças móveis/portáteis, no Estado do Espírito Santo/ES, para fiscalização do excesso de peso nas rodovias BR-262/ES, BR-259/ES e BR-381/ES. Há ainda outra balança móvel/portátil disponibilizada para realização de fiscalização de peso em veículos longos

de carga – que possuem Autorização Especial de Trânsito (AET) – para ser utilizada sob demanda, em todo o território nacional.

Ainda em 2016, foram desenvolvidos projetos para 35 Postos Integrados Automatizados de Fiscalização e realizados estudos para outros 27 integrantes da 2ª ETAPA do PIAF, com previsão de licitação para 2017. A tabela abaixo descreve a situação dos projetos dos PIAF, em 2016, por região.

REGIÃO	PROJETO BÁSICO		PROJETO EXECUTIVO	
	ACEITO	EM ELABORAÇÃO	ACEITO	EM ELABORAÇÃO
CENTRO-OESTE	2	4		2
NORDESTE	8	5		8
NORTE		5		
SUDESTE	2	2		2
SUL		7		

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Meta 00IR – Implantar e operar 2.500 equipamentos de controle de velocidade.

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) é um programa de execução plurianual e que possui como objetivos: i) a promoção do aumento da segurança viária nos pontos críticos identificados das rodovias federais, com o deslocamento de veículo e pedestres de maneira racional, com segurança, fluidez e comodidade; e ii) a consequente redução do número e da severidade dos acidentes de trânsito.

Para tanto, o PNCV contempla a implantação de equipamentos eletrônicos com a finalidade de controlar e reduzir a velocidade, detectar o avanço do sinal vermelho e sobre a faixa de travessia de pedestres.

A partir de novas necessidades detectadas, a meta de instalação e operação desses equipamentos tem sido periodicamente revisada. No ano de 2016, 178 foram desativados e outros 112 foram instalados conforme tabela a seguir, perfazendo um total de 3.160 equipamentos implantados e em operação.

REGIÃO	EQUIPAMENTOS INSTALADOS EM 2016
CENTRO-OESTE	46
NORDESTE	05
NORTE	33
SUDESTE	25
SUL	03
TOTAL	112

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Os contratos do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) possuem validade até o primeiro semestre de 2017. Ao se encerrarem, o novo PNCV será contratado, com previsão de operação de 5 anos e o escopo será ampliado de 3.160 para 3.873 equipamentos.

Meta 03ZK – Implantar sinalização em 100% da malha rodoviária federal pavimentada (BR-Legal).

O impacto dos acidentes de trânsito se traduz em altos custos sociais e econômicos para a sociedade brasileira. Um relatório de pesquisas realizado em 2015 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) avaliou que o custo médio de um acidente envolvendo vítima fatal é de R\$ 664.821,46, com vítima não fatal é de R\$ 96.747,79 e sem vítimas é de R\$ 23.498,77.

Portanto, o que se gasta em investimentos realizados na área de sinalização e segurança viária torna-se uma economia ao País, pelo impacto esperado na redução dos acidentes.

Com objetivo de reduzir o número e a severidade desses acidentes, o Governo Federal está implantando o Programa BR-Legal. Atualmente o programa está estruturado para comportar 54,0 mil km de rodovias federais. Por meio de contratos por desempenho de cinco anos, o programa busca implantar e manter a sinalização horizontal, vertical e suspensa; dispositivos auxiliares de segurança viária; e serviços relacionados à área de engenharia de trânsito.

A modalidade de licitação adotada é o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), na forma de contratação integrada. Em 2016, dentro do escopo do Programa BR-Legal, foram assinados quatro contratos que correspondem a um acréscimo de aproximadamente 2,64 mil km de rodovias sinalizadas, totalizando 107 contratos, que comportam até aproximadamente 54,0 mil km de rodovias a serem sinalizadas.

Em termos quantitativos, durante o ano de 2016, o programa avançou com a aprovação dos projetos básicos de sinalização para 6,5 mil km; projetos executivos para 12,0 mil km; execução de aproximadamente 14,7 mil km de sinalização horizontal; 7,0 mil km de sinalização vertical e 5,0 mil km de dispositivos de segurança. No que diz respeito ao alcance da meta, atingiu-se 62% do esperado.

Meta 040E – Realizar a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal.

O Governo Federal, no exercício de 2016, deu continuidade à política de manutenção das rodovias federais, com adoção de contratos de um a cinco anos de duração, buscando assegurar boas condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários. Dados de manutenção consolidados em dezembro de 2016, indicaram que a extensão total da malha rodoviária federal pavimentada era de aproximadamente 52,9 mil km. Desses, 48,8 mil km, que correspondem a 92,3% da malha, estavam cobertos com contratos de manutenção rodoviária.

Do mesmo modo, quanto à malha rodoviária não pavimentada, 8,5 mil km, que representam 79,9% do total de aproximadamente 10,6 mil km,

estava coberta com contratos de manutenção, por meio de conservação tradicional. Portanto, o total da cobertura contratual, em 2016, sobre rodovias pavimentadas e não pavimentadas, alcançou 90,2% da malha rodoviária total.

Observa-se que o valor 90,2% verificado em dezembro de 2016, não deve ser interpretado como valor máximo percentual atingido no ano. Como decorrência de prazos contratuais distintos, apenas 4,6% da malha deixou de ser contemplada contratualmente nos doze meses de 2016. (Fonte: Atlas Dnit, ano 2016). A manutenção das rodovias pavimentadas, seus serviços e prazos de execução são definidos por mais de uma modalidade de contratos, assim caracterizados:

Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Crema): o programa está vinculado a cláusulas de desempenho que preveem a realização de obras de recuperação do pavimento e execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira, por prazos contratuais que variam de dois a cinco anos. Objetiva-se que as empresas realizem intervenções mais duradouras, de modo a reduzir os seus custos operacionais pelo aumento da qualidade dos serviços prestados. Em 2016, foram cobertos por este programa 18,13 mil km de rodovias pavimentadas.

Restauração de Pista em contratos de Duplicação: modalidade de manutenção adotada para ser aplicada nas obras de duplicação de rodovias, quando, a pista antiga, utilizada também como rota de serviço, é recuperada ao final do empreendimento. Em 2016, foram restaurados 39,30 km de rodovias em contratos de duplicação.

Restauração Tradicional: modalidade em que são realizadas obras de restauração do pavimento, com intervenções mais substanciais na pista existente. Em 2016, foram restaurados 1.331,40 km de pavimento em rodovias federais.

Conservação Tradicional: modalidade em que são realizadas obras de conservação do pavimento, com intervenções mais simples na pista existente. Em 2016 foram conservadas 29.315,91 km de rodovias pavimentadas cobertos por meio da contratação de serviços de conservação preventiva e rotineira.

Objetivo 0141 – Promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos.

O objetivo de expansão da malha ferroviária federal visa aumentar a importância do modal ferroviário para a movimentação de grandes volumes de cargas a longas distâncias, agregando conexões importantes sobre vias fluviais e rodoviárias, que possibilitem o aumento da capilaridade dos modos de transportes.

As localizações atuais de importantes regiões produtoras nacionais agrícolas e de extração mineral impõem que grandes distâncias sejam percorridas até que os produtos alcancem seus portos marítimos de destino. A expansão da malha ferroviária federal se justifica pela necessidade de redução dos custos de transporte. O objetivo tem também a finalidade de conectar melhor as ferrovias nacionais e facilitar a integração modal dos transportes.

Procura-se privilegiar traçados ferroviários que dialoguem com os parques industrial e agrícola nacionais nos quais o Brasil seja competitivo, quais sejam, os setores que demandam um volume expressivo de produtos para beneficiamento, seguimentos em que a ferrovia traz eficiência pela redução dos custos de transporte associados.

Assim, por sua própria natureza, os investimentos relacionados a projetos ferroviários são complexos e demandam expressivos recursos, tanto financeiros (privados ou públicos), quanto tecnológicos. Abre-se a possibilidade de mesclar a utilização de recursos públicos nacionais e também internacionais, em associação ao capital privado em Concessões, Parcerias Público-Privadas ou outros arranjos que possam viabilizar a construção de novas ferrovias.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA PPA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016- 2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
META 007J – EXPANDIR EM 1.101,20 KM A MALHA FERROVIÁRIA NO PAÍS, COM RECURSOS DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO.	KM	1.101,20	68,0 ¹				6,18%	VALEC
META 040H – CONCEDER PARA EXPANDIR EM 2.510,00 KM A MALHA FERROVIÁRIA FEDERAL, COM RECURSOS DA INICIATIVA PRIVADA.	KM	2.510,00	0				0	ANTT

¹Meta realizada é igual a grade ferroviária implantada.

Análise das Metas Quantitativas

Meta 007J – Expandir em 1.101,20 km a malha ferroviária no País, com recursos do Orçamento Geral da União.

Essa meta contempla segmentos na Ferrovia Norte-Sul – Extensão Sul (FNS) (EF-151), trecho Ouro Verde/GO – Estrela d’Oeste/SP, com extensão de 682,00 km e segmentos na Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho Ilhéus/BA – Barreiras/BA (FIOL) (EF-334). Em 2016 foram implantados 68,00 km de grade ferroviária na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul. Ainda foram executados 3,8% de infraestrutura, 2,7% de superestrutura e 8,6% de obras de arte especiais em 2016.

O avanço físico acumulado de todo o trecho Ouro Verde/GO – Estrela d’Oeste/SP ao final de 2016 é de 94,9% de infraestrutura, 88,4% de superestrutura e 88,9% de obras de arte especiais. Com relação à Ferrovia de Integração Oeste-Leste, prossegue a implantação do trecho Ilhéus/BA – Caetitê/BA (FIOL I) com as seguintes execuções: 0,6% de infraestrutura e 10,1% de obras de arte especiais em 2016.

O avanço físico acumulado de todo o trecho ao final de 2016 é de 70,2% de infraestrutura, 68,4% de superestrutura e 80,1% de obras de arte especiais. Vale destacar a conclusão do túnel Mandacarú (Jequié/BA). No que se refere ao trecho Caetitê/BA – Barreiras/BA (FIOL II) foram executados 8,2% de infraestrutura, 1,7% de superestrutura e 12,1% de obras de arte especiais em 2016. O avanço físico acumulado de todo o trecho ao final de 2016 é de 19,0% de infraestrutura, 11,0% de superestrutura e 15,3% de obras de arte especiais.

Meta 040H – Conceder para expandir em 2.510,00 km a malha ferroviária federal, com recursos da iniciativa privada.

A meta, estabelecida no PPA 2016-2019, trata da concessão de 2.510,00 km de ferrovias e foi consolidada a partir da soma de extensões obtidas por traçados definidos nos estudos existentes a época, a saber: Ferrovia Norte-Sul – Trecho Açailândia/MA – Barcarena/PA, com extensão de 575,00 km; Ferrovia Lucas do Rio Verde/MT – Miritituba/PA – com extensão de 1.140,00 km; Ferrovia Três Lagoas/MS – Estrela D’Oeste/SP – com extensão de 223,00 km; e Ferrovia Rio de Janeiro/RJ – Vitória/ES, com extensão de 572,00 km.

Os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA’s) dos trechos Açailândia/MA – Barcarena/PA, Estrela d’Oeste/SP – Três Lagoas/MS e Sinop/MT – Miritituba/PA (segmento do trecho Lucas do Rio Verde/MT – Miritituba/PA) foram realizados por meio de Propostas de Manifestação de Interesse (PMI).

Quanto ao trecho Rio de Janeiro – Vitória, seus estudos estão sendo desenvolvidos pelos dois Estados. Dando continuidade à política de fortalecimento das concessões de transportes, em 2016 o Governo Federal lançou o Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Como característica dos novos modelos de concessões do Brasil, destaca-se no modal ferroviário que as novas outorgas serão realizadas sob o modelo que melhor se adequar a cada caso, buscando-se a interoperabilidade do Sistema Ferroviário Federal, por meio do compartilhamento da infraestrutura ferroviária (Tráfego Mútuo e Direito de Passagem).

Os empreendimentos do PPI são tratados como prioridade nacional, a partir da publicação do Decreto 8.916, de 25 de novembro de 2016. Nesta meta foi priorizado, no âmbito do programa, o trecho Sinop/MT – Miritituba/PA, conhecido como Ferrogrão (EF-170), com extensão de 965,00 km. A Ferrogrão foi estudada por meio de PMI e sua concessão

avançou na busca de alternativas de minimização dos impactos esperados pela implantação de seu futuro traçado. A questão foi bem equacionada em 2016 com a desafetação de área do Parque Jamanxim/PA.

A concessão dessa ferrovia contribuirá para a redução de custos do escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, conectando-se ao Porto de Miritituba, as margens do rio Tapajós, na cidade de Itaituba, no Pará. A expectativa é de que o leilão da EF-170 ocorra no segundo semestre de 2017. Com relação ao Trecho Açailândia/MA – Barcarena/PA, a Comissão de Seleção decidiu que o estudo apresentado não se encontrava em condições de prosseguir para audiência pública, tendo em vista questões suscitadas e não resolvidas quanto à concepção e soluções de engenharia propostas.

Sendo assim, avaliou-se que o trecho ainda não apresenta as condições suficientes para torná-lo atrativo, como opção prioritária de investimento por parte da iniciativa privada.

Para o Trecho Três Lagoas/MS – Estrela D’Oeste/SP, os estudos foram avaliados pela Comissão de Seleção e inicialmente o trecho foi considerado para ser vinculado à futura concessão – Tramo Central e Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul. A modelagem de concessão foi revista no âmbito do PPI, restando a Ferrovia EF-151 definida como o trecho entre Porto Nacional e Estrela D’Oeste.

No que se refere à Ferrovia Rio de Janeiro/RJ – Vitória/ES, trata-se de projeto em desenvolvimento pelos Estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo, para implantação de nova ligação ferroviária interligando Nova Iguaçu/RJ e Cariacica/ES. O projeto prevê a interconexão ferroviária entre diversos portos do litoral norte do estado do Rio de Janeiro e do litoral sul do estado do Espírito Santo, destacando-se dois grandes projetos-âncora portuários: o terminal do Açú (São João da Barra/RJ) e o complexo industrial portuário Porto Central (Presidente Kennedy/ES). Até o final de 2016, o projeto ainda requeria maior desenvolvimento da modelagem da concessão e, por esta razão, ainda não estava contemplado no PPI.

Objetivo 1002 – Ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais existentes.

O objetivo de ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais busca atender uma demanda ainda reprimida por transporte ferroviário, necessária e capaz de dar respostas a vários setores, entre eles o industrial e o do agronegócio.

Dentre os trechos ferroviários que serão concedidos, destaca-se o trecho da Ferrovia Norte-Sul, de Porto Nacional/TO a Ouro Verde/GO (incluindo o ramal de acesso ao pátio de Anápolis/GO) e o trecho de Ouro Verde/GO a Estrela D’Oeste/SP. O modelo de concessão das ferrovias se dará de acordo com as características de cada empreendimento. Em todos os casos, haverá garantia de direito de passagem e tráfego mútuo.

A preservação da qualidade da via férrea construída e ainda não concedida assegura o funcionamento eficiente e eficaz da via permanente, que tem sido alcançado por meio dos serviços de manutenção ferroviária.

Com a execução deste objetivo espera-se uma ampliação de capacidade de tráfego, melhoria da segurança e sinalização da via, integração de novos pátios, construção de novos ramais, modernização da frota ferroviária, aperfeiçoamentos dos processos de manutenção e das atuais concessões ferroviárias federais. O expressivo acréscimo verificado nos valores liquidados em 2016 justifica-se pela inclusão da ação 20LJ – Manutenção e Operação da Malha Ferroviária Federal ao objetivo 1002 (desempenho de R\$ 7.511.254,35 no exercício e de R\$ 1.854.112,55 de RPNP), no PPA 2016-2019.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA PPA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
META 040D – CONCEDER 1.537,00 KM DE FERROVIAS EXISTENTES.	KM	1.537,00	0				100%	VALEC
							0	ANTT

Análise das Metas Quantitativas

Meta 017M – Realizar a manutenção permanente de 100% da malha ferroviária sob administração federal.

A malha ferroviária em operação, sob administração federal, compreende atualmente o trecho Palmas/TO – Anápolis/GO (Tramo Central), integrante da Ferrovia Norte-Sul, com extensão total de 855,0 km. Em 2016, os serviços de manutenção foram realizados em 100% da malha ferroviária, sob administração federal, com o objetivo de conservar a qualidade da infraestrutura e superestrutura do Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul.

Foram realizadas as seguintes atividades: conservação de passagens de nível, substituição de placas de sinalização, limpeza e lubrificação dos aparelhos de mudança de vias (AMV's), vistorias nas superestruturas ferroviárias, substituição de dormentes, instalação de barreiras defletoras flutuantes, manutenção de bacias de acumulação e infiltração, capina manual, roçada, limpeza de sarjetas e valetas, limpeza mecanizada de vegetação e aceiros. Além dessas atividades, é mantida equipe de prevenção capaz de atendimentos e monitoramentos ambientais.

Meta 040D – Conceder 1.537,00 km de ferrovias existentes.

A meta de concessão de 1.537,00 km de ferrovias existentes foi definida para ser alcançada por meio da concessão de dois trechos da Ferrovia Norte-Sul (FNS) (EF-151): o primeiro, de Porto Nacional/TO a Ouro Verde/GO (incluindo o ramal de acesso ao pátio de Anápolis/GO) com 855,00 km de extensão, e o segundo, de Ouro Verde/GO a Estrela D'Oeste/SP com 682,00 km de extensão.

Com o avanço dos investimentos realizados em 2016 nas obras do tramo sul da EF-151 (trecho Ouro Verde/GO – Estrela D'Oeste/SP), o conselho do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) passou a considerar a opção de que os dois trechos pudessem ser tratados como um único trecho a ser concedido, entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP.

A estratégia procurou dar maior atratividade ao novo trecho ampliado. Busca-se consolidar o interesse da participação do capital privado no projeto de concessão da infraestrutura ferroviária. Como consequência, estudos complementares foram demandados e um novo cronograma definido, com previsão de concessão para o segundo semestre de 2017.

4.3.5. Programa 2025 - Comunicações Para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

A área das comunicações desempenha papel estratégico para a sociedade contemporânea na medida em que as grandes transformações e impulsos do crescimento econômico estão relacionados à capacidade de provisão de seus serviços. Esta dimensão estratégica foi plenamente contemplada na elaboração do PPA 2016 - 2019, onde as ações voltadas para a implementação da infraestrutura de comunicações foram consideradas como base para o processo de ampliação da inclusão digital.

A premissa de construção do Programa foi baseada na expansão da infraestrutura de comunicação e na ampliação da capacidade de acesso de parcelas mais amplas da população, como condição fundamental para

a concretização de direitos fundamentais relacionados à comunicação, à educação e à cultura, e ao exercício pleno da cidadania.

A construção metodológica do programa considera que as transformações observadas no setor de telecomunicações, caracterizadas pelos processos de convergência digital, impõem novos comportamentos para o setor. No novo modelo, o consumidor final não demanda apenas os tradicionais serviços de voz e transmissão de dados, mas também, serviços e aplicações que ofereçam novas configurações, tais como: comércio eletrônico, interação em redes sociais, compartilhamento de música e vídeo, etc.

A ideia central do Programa repousa na afirmação de que, no século XXI, o conhecimento não pode ser separado da tecnologia. Os rápidos avanços no desenvolvimento de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tornam o mundo cada vez mais complexo e interconectado. Assim, no Brasil, o desenvolvimento de tais tecnologias a longo prazo depende da ampliação da infraestrutura de comunicações para prover qualidade à prestação dos serviços vinculados aos sistemas de educação, saúde e cultura.

Além disso, o Programa também contempla em suas ações o aumento da competitividade, de tal modo que o País seja atuante na produção de conteúdos digitais criativos e na provisão de serviços de TIC.

Quanto ao processo de transição para a TV Digital no Brasil, o programa contempla a sua implantação e a disponibilização de conversores digitais para as famílias beneficiárias do programa bolsa-família, como forma de garantir o acesso ao sinal de TV.

Finalmente, mas não menos importante, foi contemplado o esforço pela democratização do acesso aos meios de comunicação mediante a ampliação dos serviços de radiodifusão.

O Programa está estruturado, a partir dessas questões, em seis objetivos basilares, que visam atender aos principais desafios do setor. São eles: a expansão do acesso à internet em banda larga no País e a melhoria na sua velocidade; a substituição da TV aberta analógica pela digital, incluindo a possibilidade de interatividade permitida pela nova tecnologia; a ampliação dos serviços de radiodifusão pública e de atendimento e entrega postal; o incentivo à produção nacional e à distribuição de conteúdos digitais criativos; o fomento à cadeia produtiva nacional de telecomunicações e a ampliação da produção e do acesso a conteúdo multimídia, com a oferta colaborativa dos mesmos pela Rede Nacional de Comunicação Pública; e a promoção da inovação e competitividade nas telecomunicações brasileiras.

Em 2015, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE 2015), o Brasil possuía 68,04 milhões de domicílios permanentes, dos quais 66,0 milhões possuíam aparelho de televisão (97,14%). Esse percentual tem sido constante ao longo do tempo e demonstra a importância da televisão na vida cotidiana das pessoas como meio de informação e entretenimento.

Em relação ao tipo de equipamento utilizado para acesso à Internet, o Suplemento TIC da Pnad, a partir de 2013, passou a investigar qual o meio e quais equipamentos são utilizados para realizar o acesso. A partir de 2014, a Pnad demonstrou que mais da metade dos domicílios brasileiros passaram a ter acesso à internet, sendo que a proporção

dos que o fazem por meio de microcomputador caiu em 2014 e 2015. Observa-se, no período de apuração do Suplemento TIC, que a utilização do microcomputador como meio de acesso vem caindo, sendo que, em 2013, estava em 88,42% e, em 2015, já reduziu para 70,07%. Por outro lado, o uso do telefone móvel celular aumenta continuamente sua participação (conforme apurado pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br), sendo que, em junho de 2016, o percentual da população com cobertura de telefonia móvel foi de 84%. Em junho de 2014, esse percentual era de 82%.

Em termos de parcelas da população, a Pnad 2015 revelou que o total de usuários dos serviços de internet, acima de 10 anos de idade, representa 57,5% do total da população brasileira. O número de usuários de internet com acesso em banda larga móvel e fixa aumentou de 85,6 milhões em 2013 para 126,3 milhões em 2015. Aqueles que acessam a internet por meio de telefonia celular ou tablet representam 88,6%, e os que o fazem exclusivamente pelo microcomputador representam 10,9%.

O Suplemento TIC, da Pnad, distingue três modalidades de acesso

à programação televisiva, quais sejam: i) televisão digital aberta, entendida como a recepção gratuita de sinal aberto de televisão, com tecnologia digital e transmitido por antenas terrestres; ii) televisão por assinatura, entendida como a recepção paga de sinal fechado (com acesso restrito por código) de televisão; e iii) televisão por antena parabólica, entendida como a recepção gratuita de sinal de televisão transmitido via satélite. Em 2015, a recepção do sinal de televisão digital aberta alcançava 45,11% dos domicílios que possuíam aparelho de TV, enquanto 32% destes possuíam televisão por assinatura. O crescimento da recepção do sinal digital foi relevante no período 2013 a 2014. Em 2013, apenas 31,17% recebiam o sinal digital. Já em 2014, o percentual subiu para 39,79%. Em 2013, o percentual de domicílios sem recepção de sinal digital de televisão aberta, antena parabólica ou acesso a serviço de TV por assinatura era de 28,5%, enquanto em 2015, reduziu para 19,7%.

O atendimento às escolas públicas com internet em banda larga era de 46,82% em 2015. Em termos das escolas públicas rurais, também houve melhoria, saindo de 8,1% em 2014 para 13,33% em 2015.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DO OBJETIVO
2025 – COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
1020	ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL ¹		27.039.122,82
	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS ¹		313.859.490,00
	RPNP ²	-	-
TOTAL DO OBJETIVO			340.898.612,82

Fonte: Siop, em 30 de janeiro de 2017.

¹ Valores liquidados no ano relativo ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativo a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

CÓDIGO DO OBJETIVO	GASTO TRIBUTÁRIO	
	2015	2016*
1020	-	42.992.646,67

Fonte: Siop, em 30 de janeiro de 2017.

(*) Valores previstos.

Não há execução orçamentária associada ao objetivo 1021, que é implementado mediante recursos das operadoras dirigidos à Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de canais de TV e RTV – EAD, conforme disposto no Edital nº 002/2014-SOR/SPR/CD-Anatel.

Objetivo 1020 – Expandir o acesso à internet em banda larga para todos, promovendo o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

O cenário de acesso e uso das TIC no Brasil é caracterizado pela complexidade e pelo contraste: apesar da manutenção do crescimento na proporção de domicílios conectados à internet e de usuários da rede: 47,97% (2013); 54,91% (2014); e 57,76% (2015); segundo a PNAD 2015 – que ultrapassaram a metade da população –, continuam pouco alteradas as desigualdades regionais e sociais, verificadas ao longo dos anos, que afetam parcelas específicas da população.

De acordo com a pesquisa TIC Empresas, conduzida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) no Brasil, apenas 56% das empresas estão presentes na internet por meio de um website próprio e 39% por meio de um perfil em rede social, bem como apenas 50% oferecem serviços de compra ao consumidor e 16% vendem on-line.

Do mesmo modo em relação à oferta de serviços de governo eletrônico para as empresas e para a população que, apesar de ter sido ampliada nos últimos anos, ainda precisa avançar.

Tais ferramentas e serviços de governo eletrônico têm como propósito principal tornar mais rápidas e eficientes as interações com os órgãos

governamentais. Percebe-se, portanto, que, para a formulação de diretrizes que tenham como propósito ampliar o acesso da população brasileira à Internet – aumentando significativamente o número de usuários, domicílios e empresas conectados –, é fundamental dar foco às desigualdades geográficas e sociais do cenário de acesso e uso, assim como ampliar a disponibilidade e a qualidade dos serviços de acesso à internet em banda larga.

Tratar essas diversas variáveis constitui o desafio central para os próximos anos.

Considerando-se que a prestação dos serviços de telecomunicações de acesso à internet em banda larga requer infraestruturas de transporte e de acesso que deem suporte à transmissão de dados em alta capacidade, entende-se que o objetivo deve ser alcançado por meio do estímulo para construção, ampliação e disponibilização de tais infraestruturas.

Em termos de abrangência e tecnologia, o objetivo visa ampliar e atualizar a infraestrutura de transporte que suporta o acesso à banda larga em todos os Municípios brasileiros.

Nesse contexto, e por servir de suporte tecnológico às principais atividades econômicas e sociais atuais, resta imprescindível que as telecomunicações, em especial o provimento de acesso à internet banda larga, estejam à disposição de todos.

O Governo Federal tem trabalhado numa vertente mais ampla da disponibilização das redes de acesso à banda larga, do atingimento de um patamar de excelência na qualidade dos serviços prestados e do estabelecimento de preços compatíveis com as diversas realidades econômico-financeiras, por meio da execução do Programa Banda Larga para Todos (PBLT), que atua perante a dinâmica tecnológica do setor de comunicações e o crescimento das necessidades de consumo e compartilhamento de informações da sociedade.

Outra iniciativa encaminhada é o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que está sendo construído e será lançado em março de 2017.

Por meio dele, a Telebras disponibilizará serviços de comunicações de dados em banda Ka em todo o território nacional.

Esta cobertura do satélite da Telebras permitirá fornecer o serviço de acesso à internet em banda larga especialmente nas localidades onde os meios por fibras ópticas ou rádio possuem dificuldade de alcance.

Também contribuirá para este objetivo a construção das redes de comunicações de dados e aplicações aderentes aos requisitos da rede privada de governo (Decreto nº 8.135/2013), com a implantação de redes metropolitanas para atendimento aos órgãos e empresas da administração pública federal.

Por fim, o projeto de construção do cabo submarino da Telebras, entre o Brasil e a Europa, permitirá o estabelecimento de um novo canal de comunicação para o transporte de dados internacional, com grande potencial de redução de custos no tráfego da internet, que, atualmente, apresenta forte centralização nos Estados Unidos da América (EUA).

Ainda, a implantação do cabo possibilitará o estabelecimento de comunicações mais seguras e eficientes entre as redes acadêmicas voltadas para o ensino e a pesquisa nos continentes latino-americano e europeu.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019 2016	META REALIZADA ATÉ			% REALIZADO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2017	2018	2019		
048G – AUMENTAR A VELOCIDADE MÉDIA DA BANDA LARGA FIXA	MBPS		13,80				ANATEL
048H – AUMENTAR A PROPORÇÃO DE ACESSOS DA BANDA LARGA MÓVEL (3G/4G) PARA 90% DOS ACESSOS MÓVEIS PESSOAIS	%	90,00	75,27			83,63 %	ANATEL
048I – AMPLIAR A PARCELA DA POPULAÇÃO COBERTA COM REDE DE TRANSPORTE (BACKHAUL) ÓPTICA	%		86,00				ANATEL
048J – ALCANÇAR 1 MILHÃO DE PARTICIPANTES PELOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL	MILHÃO	1,00	1,45			145,00 %	SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES
048K – IMPLANTAR 262 CIDADES DIGITAIS	UNIDADES	262,00	4,00			1,53 %	SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES
048L – ATENDER 11,0 MIL ÁREAS DE VULNERABILIDADE DIGITAL COM ACESSO À INTERNET PELO PROGRAMA GESAC	UNIDADES	11.000,00	6.291,00			57,19 %	SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES
04EC – DISPONIBILIZAR O SERVIÇO DE BANDA LARGA MÓVEL EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO PAÍS	%	100,00	93,20			93,20 %	ANATEL

Análise das Metas Quantitativas

Meta 048G - Aumentar a velocidade média da banda larga fixa.

Houve um avanço de 27,8% em relação à última verificação, de abril de 2015, que foi de quase 11 Mbps. A Anatel deve continuar a privilegiar a expansão das redes de transporte em fibra ótica para mais Municípios, bem como das redes de acesso com a mesma tecnologia. Em 2016, inúmeros Municípios novos foram atendidos com backhaul de fibra ótica, o que contribui para o aumento da velocidade média dos acessos.

A Anatel vem trabalhando em propostas para ampliar a oferta de banda larga em todo o País por meio do incentivo à implantação de backhaul em fibra nos Municípios que ainda não dispõem de tal infraestrutura e aproximação da Agência com os pequenos provedores de SCM.

Cita-se, por exemplo, a criação do Comitê das Prestadoras de Pequeno Porte (CPP), cujo um dos objetivos é a remoção de barreiras à prestação do serviço.

Meta 048H - Aumentar a proporção de acessos da banda larga móvel (3G/4G) para 90% dos acessos móveis pessoais.

Em todo o Brasil, em dezembro de 2016, a proporção de acessos de banda larga móvel com as tecnologias 3G e 4G atingiu a marca de 75,27%, o que corresponde a um aumento de pouco mais de 10 pontos percentuais em relação ao levantamento de 2015, cuja marca foi de 64,5%. A continuar neste ritmo, a meta nacional será atingida em 2019.

A Agência deve continuar a acompanhar o cumprimento dos compromissos de abrangência estabelecidos nos Editais de Licitação de radiofrequências, nos quais está previsto o atendimento de todos os

Municípios com banda larga móvel até 2019.

Faltam menos de 10% dos Municípios. Ademais, políticas de incentivo à cobertura de vilas e aglomerados rurais também serão priorizadas nos próximos anos, inclusive em projetos adicionais na celebração dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com as empresas.

Meta 048I - Ampliar a parcela da população coberta com rede de transporte (backhaul) óptica.

Atualmente, quase 60% dos Municípios dispõem de backhaul com fibra, onde residem 86% da população. Em 2015, esse número era de 48% dos Municípios, atendendo 81% da população. A Anatel deve procurar viabilizar alternativas para a expansão da infraestrutura de backhaul com fibra para os Municípios que ainda não dispõem da tecnologia.

A Anatel já está utilizando instrumentos como TAC, como foi o caso da prestadora Oi, que se comprometeu a instalar backhaul de fibra em 125 Municípios de um total de 345 abrangidos pelo projeto dos compromissos adicionais, com previsão de beneficiar 2,6 milhões de pessoas.

Meta 048J - Alcançar 1 milhão de participantes pelos Programas de Inclusão Digital.

Meta atingida. Utilizando ferramentas de tecnologia da informação e comunicação para promover inclusão digital em todos os Estados brasileiros, com prioridade para comunidades carentes ou áreas de vulnerabilidade, através de serviços e metodologia de trabalho que permitam mudar a realidade local dos cidadãos, no ano de 2016, a meta parcial de alcançar um contingente de 300,0 mil participantes foi largamente superada.

Só em um dos programas desenvolvidos, o Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), disponibiliza-

se conexão para aproximadamente 695,7 mil alunos em 2,5 mil escolas localizadas em áreas remotas. Juntem-se a isso programas como Juventude Rural, Computadores para Inclusão (CRC) e Redes de Cidadania, que levaram capacitação a mais 4.154 participantes no mesmo exercício. O programa Cidades Digitais disponibiliza ainda 173 pontos de acesso público nos 75 Municípios instalados, beneficiando um número estimado em 350,0 mil cidadãos. Há que se considerar ainda cerca de 4,0 mil Telecentros que beneficiam cerca de 400,0 mil usuários.

Meta 048K – Implantar 262 cidades digitais.

Na intenção de aprofundar a inclusão digital, e como eixo integrante do PBLT, a implantação de Cidades Digitais, compreendidas como redes metropolitanas de alta velocidade que interligam órgãos públicos e pontos de acesso público, que se articula com a implantação de aplicativos de governo eletrônico e formação de servidores públicos, tem o potencial de alavancar a melhoria de gestão pública local, onde se realizam efetivamente as políticas públicas, sejam de responsabilidade municipal, estadual ou federal.

Este projeto, que em 2014 lançou Edital para selecionar 262 Municípios em uma segunda etapa, começou a ser implementado, em 2015, nos Municípios selecionados por meio da elaboração de projetos executivos, e previsão de obras a partir de 2016. No entanto, somente foi possível realizar a aprovação de 103 projetos executivos e a conclusão de implantação em quatro Municípios.

Meta 048L – Atender 11 mil áreas de vulnerabilidade digital com acesso à internet pelo Programa Gesac.

No programa Gesac (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão), ao final de 2015, o consórcio responsável pela implantação já havia implantado cerca de 4 mil pontos do Ministério das Comunicações e 6 mil pontos do Ministério da Saúde. No entanto, em 2016, o Ministério da Saúde cancelou seu contrato, restando apenas a implantação dos pontos contratados pelo MCTIC. Atualmente, dos 6,9 mil pontos contratados pelo MCTIC, 6,3 mil estão instalados. Espera-se, em 2017, realizar uma nova licitação com a contratação de mais 11 mil pontos de acesso, que serão ativados até 2018.

Meta 04EC – Disponibilizar o serviço de banda larga móvel em todos os Municípios do País.

As tratativas têm por alvo expandir o acesso à Internet para toda a população, o que vem sendo atingido ano a ano e pode ser comprovado com os dados apresentados que demonstram o avanço do número de Municípios novos que receberam a rede da 3ª Geração de celular em 2016, bem como o aumento dos Municípios atendidos com a rede de transporte em fibra ótica, que permite a prestação do serviço de conexão de dados em alta velocidade. Tais avanços são demonstrados por meio do acréscimo da velocidade média do Brasil e o aumento do número de acessos móveis conectados à rede 3G.

Objetivo 1021 – Viabilizar a implantação da TV Digital com inclusão social

A digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão consiste em alterar o padrão analógico de transmissão e recepção para o padrão digital, oferecendo melhor qualidade de som e imagem, maior capacidade de transporte de informações (multiprogramação e dados), recepção móvel e suporte à interatividade.

Nesse sentido, a implantação da televisão digital, além de ser uma evolução tecnológica, pois trata de uma nova plataforma de comunicação baseada em tecnologia digital que permite uma melhora de qualidade de áudio e vídeo, proporciona também a inclusão social e digital com novas possibilidades de serviços e aplicações com ênfase na diversidade cultural.

Corroborando o descrito acima, o Decreto nº 4.901/2003 instituiu o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, com a finalidade, dentre outras coisas, de planejar o processo de transição da Televisão analógica para digital.

Em 2006, o Brasil adotou o padrão ISDB-T (Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial), Serviço Integrado de Transmissão

Digital Terrestre, para a televisão digital, por intermédio do Decreto nº 5.820/2006, e publicou a Portaria nº 652/2006, do Ministério das Comunicações, estabelecendo os critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD).

O canal de Interatividade do SBTVD é um sistema que permite que um usuário, de forma individual, interfira no conteúdo recebido de emissoras de TV digital, de modo que o que é exibido no televisor se altere de acordo com comandos enviados pelo controle remoto, seja com envio de informações à emissora pelo usuário ou não. Desse modo, os beneficiários do Programa Bolsa Família poderão ter acesso a serviços públicos, por meio de aplicações “Ginga”, distribuídos pelo sinal de TV.

Cabe ressaltar os seguintes marcos a respeito do cronograma de desligamento do sinal analógico: no ano de 2016, estava previsto o desligamento paulatino das maiores capitais brasileiras e das respectivas localidades afetadas, envolvendo 95 Municípios, com aproximadamente 21% da população, 28% do Índice de Potencial de Consumo (IPC) nacional e 12% das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. O plano envolve o desligamento de 248 estações, sendo 66 geradoras, 118 retransmissoras primárias e 64 retransmissoras secundárias.

Em 2017, está planejada a continuidade do desligamento das capitais brasileiras e suas afetadas, bem como algumas regiões importantes do interior, envolvendo 332 Municípios, com aproximadamente 19% da população, 23% do Índice de Potencial de Consumo (IPC) nacional e 13% das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. O planejamento envolve o desligamento de 1.129 estações, sendo 113 geradoras, 611 retransmissoras primárias e 405 retransmissoras secundárias. Por fim, no ano de 2018, está planejada a conclusão do desligamento do sinal analógico de televisão no restante das localidades.

No ano de 2016 foi publicada a Portaria MC nº 378/2016 que, para evitar normas esparsas, uniu as Portarias MC nºs 477/2014, 481/2014, 2.765/2015, 3.205/2014 e 1.502/2015, estabelecendo as premissas e condições necessárias para o desligamento, bem como o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVD-T, entre outras providências. Com o desligamento da cidade piloto de Rio Verde/GO, em 2016, foram publicadas duas normas importantes que são a Portaria nº 263/2016, que estabeleceu a distribuição de set-top-box para os inscritos no CadÚnico em Rio Verde/GO, e a Portaria nº 1.329/2016 que homologou os desligamentos dos canais analógicos na cidade.

Desligada a cidade piloto, outro grande desafio estava por vir: o desligamento do sinal analógico de televisão na primeira grande cidade do País, a Capital Brasília e cidades afetadas, que estava previsto para ocorrer em 26 de outubro de 2016. Para esse desafio foi publicada a Portaria nº 1.453/2016, que determinou a distribuição de set-top-box aos inscritos no CadÚnico no DF e cidades afetadas pelo desligamento do sinal analógico.

Tal providência se fez necessária para minimizar os riscos e o impacto sobre a experiência televisiva da população e para o atingimento do percentual disposto no Art. 4º da Portaria nº 378/2016, que estabelece como condição para o desligamento da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, que pelo menos 93% dos domicílios do município que acessem o serviço livre, aberto e gratuito por transmissão terrestre estejam aptos à recepção da televisão digital.

Em 28 de abril de 2016 foi publicada a Portaria MC nº 1.714/2016, que estabeleceu a relação dos Municípios afetados pelo cronograma do desligamento da transmissão analógica em 2017.

O Decreto nº 8.753/2016 alterou o Decreto nº 5.820/2006 no que concerne ao prazo de encerramento da transmissão analógica, fixado para 31 de dezembro de 2018 em localidades específicas, deixando a cargo do atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) a definição do cronograma, considerando, principalmente, a obrigação de liberação da faixa de 700 MHz, a capacidade de investimento dos radiodifusores em infraestrutura, bem como da população quanto à aquisição de receptores digitais.

Outras mudanças advindas deste Decreto foram a possibilidade de as entidades efetuarem o desligamento voluntário do sinal analógico e o encerramento da transmissão analógica até 31 de dezembro de 2018 nas localidades em que seja necessário viabilizar a implantação das redes de telefonia móvel de quarta geração na faixa de 700 MHz.

A relação dos Municípios afetados pelo cronograma do desligamento da transmissão analógica em 2018 foi publicada pela Portaria MC nº 3.493/2016. Já a Portaria MC nº 4.294/2016, de outubro, autorizou as entidades outorgadas para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, com utilização de tecnologia digital, a veicular material publicitário distinto do veiculado em tecnologia analógica. Após os ótimos resultados obtidos em Brasília e entorno em que a aferição ficou em 92%, usando o critério do Gired (Grupo de Implementação da TV Digital) com Deflator de 90%,

utilizando a proposta dos radiodifusores, o MCTIC publicou a Portaria nº 5.269/2016. Esta Portaria homologou o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, em Brasília, Distrito Federal, e nos seguintes Municípios de Goiás: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. As iniciativas de promoção da TV Digital pretendem fomentar a capacitação de profissionais técnicos para implantação da TV Digital, distribuir kit de conversor digital e antena para os beneficiários do Programa Bolsa Família, promover incentivos à rede varejista de equipamentos de TV Digital, realizar campanha de divulgação do processo de desligamento analógico e implantação da TV Digital, além de atendimento ao público, digitalizar as estações analógicas de TV e RTV existentes e fomentar a digitalização dos pequenos rádio difusores.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% REALIZADO ACUMULADO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
0481 - IMPLANTAR A TV DIGITAL EM 3.244 MUNICÍPIOS, EM SUBSTITUIÇÃO AO PADRÃO ANALÓGICO	UNIDADES	3.244,00	1.890,00				58,26 %	SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO; EAD
0482 - DISTRIBUIR CONVERSORES DIGITAIS PARA OS 100% DOS DOMICÍLIOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	%	100,00	1,14				1,14 %	SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO; EAD
0483 - DISPONIBILIZAR GRATUITAMENTE 24 APLICATIVOS INTERATIVOS DE TV DIGITAL, À POPULAÇÃO	UNIDADES	24,00	4,00				16,67 %	SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

Fonte: Siop, 17 de fevereiro de 2017.

Análise das Metas Quantitativas

Meta: 0481 - Implantar a TV Digital em 3.244 Municípios, em substituição ao padrão analógico.

Em 2016 a meta prevista era de implantar a televisão digital em 65 Municípios, onde já havia televisão analógica. Já em 2017, a meta era ter um valor acumulado de 244 Municípios. Para 2018, a meta era 3.244. No entanto, a meta para 2016 foi superada, pois, em novembro, dos 3.623 Municípios onde existe televisão analógica, 1.890 já estavam com a televisão digital implantada.

Ainda assim, é importante frisar que, em função das mudanças quanto ao cronograma de desligamento do sinal analógico no Brasil, é mister uma revisão desta meta, visto que, quando ela foi elaborada, a conclusão do desligamento do sinal analógico em todo o País estava prevista para a data limite de 31 de dezembro de 2018. Porém, conforme legislação vigente, o sinal analógico terá o seu completo encerramento no Brasil em 2023.

Meta: 0482 - Distribuir conversores digitais para os 100% dos domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família.

A Meta 482 consiste em entregar cerca de 14 milhões de Kits (contendo um conversor e uma antena) aos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), em conformidade com o cronograma de desligamento do sinal analógico de televisão. Conforme foi alterado esse cronograma de desligamento, o percentual de cumprimento da meta ficou prejudicado, sendo atingido apenas o percentual de 1,14% dos beneficiários do PBF.

No entanto, nas localidades onde foi desligado o sinal digital, o percentual de entrega dos kits tem se aproximado dos cem por cento. Assim sendo, em Rio Verde/GO, foi prevista a entrega de 8.302 Kits aos beneficiários do Programa Bolsa Família, sendo que foram entregues 7.092 (85,4%).

Já no agrupamento de Brasília/DF, que conta com 10 cidades, incluindo o Distrito Federal, foi prevista a entrega de 167.535 Kits aos beneficiados por este Programa e foram entregues 153.075 (91,4%).

Meta: 0483 - Disponibilizar gratuitamente 24 aplicativos interativos de TV Digital, à população.

Dos 24 aplicativos, 4 foram entregues. Tem sido realizado um trabalho de reavaliação da continuidade deste projeto, consistindo da verificação da real utilização da tecnologia pela população, além dos ganhos trazidos no fomento desta tecnologia pelo Governo. Pretende-se retirar essa meta na próxima revisão do PPA.

4.3.6. Programa 2068 - Saneamento Básico

A ampliação do atendimento dos serviços de saneamento básico permanece, ainda hoje, como um dos grandes desafios no que se refere a políticas públicas.

O saneamento possui estreita vinculação com as mais variadas questões sociais, com a reversão de quadros epidemiológicos e com a melhoria ambiental, impactando diretamente na saúde pública. Assim, os serviços de saneamento devem ser desenvolvidos de maneira articulada com as políticas de desenvolvimento urbano, rural e regional, de habitação, de combate à pobreza, de proteção ambiental, de recursos hídricos, de promoção da saúde, de educação ambiental e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

Baseada nessa visão interdisciplinar, transversal e integrada, em 2007 foi sancionada a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que “estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico” e define o saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Ademais, a moradia provida de serviços de saneamento básico é um dos direitos sociais previstos no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, bem como na Lei nº. 10.257/01⁷, o Estatuto da Cidade, que estabelece diretrizes gerais da política urbana (Art. 2º, I). Consoante aos princípios e às diretrizes nacionais do saneamento básico e à Política Federal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), a União tem atuado em articulação com os Estados, os Municípios e a iniciativa privada a fim de viabilizar a universalização dos serviços de saneamento. Nessa atuação, as medidas desenvolvidas podem ser classificadas em duas categorias:

- Medidas estruturais, as quais correspondem aos tradicionais investimentos em infraestrutura, com intervenções físicas relevantes nos territórios, para conformação das infraestruturas físicas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas; e
- Medidas estruturantes, que se referem ao suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços, compreendendo as medidas de aperfeiçoamento de gestão e de planejamento dos serviços de saneamento.

Foi a partir desse aparato legal que foi elaborado o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) que propõe metas, a necessidade de investimentos para alcançá-las, macrodiretrizes e estratégias e programas de investimentos federais no setor. A partir do Plansab é que se chegou a este Programa Saneamento Básico com o objetivo de almejar a universalização com equidade e integralidade, em áreas urbanas e rurais, com atenção especial à gestão dos serviços.

7 Lei 10.257/01 - art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. [...]

Apesar dos grandes desafios dessa política pública, percebe-se que nos últimos anos a cobertura dos serviços de saneamento avançou significativamente. Nesse sentido, cita-se o abastecimento de água, o qual no período de 2002 a 2013 apresentou um incremento 18,7 milhões de domicílios que passaram a dispor de acesso à rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna, representando uma ampliação de cobertura de 94% para 98% dos domicílios urbanos. Com relação ao esgotamento sanitário, percebe-se que nesse mesmo período 16,6 milhões de domicílios passaram a dispor de esgotamento sanitário e, conseqüentemente, de melhores condições ambientais e de saúde, denotando uma ampliação de cobertura de 77% para 84% dos domicílios urbanos.

O PPA 2016-2019 manteve reunidas as diversas ações do Governo Federal em saneamento básico no programa temático 2068, divididas em três grandes grupos: medidas estruturantes voltadas à melhoria da gestão em saneamento básico, desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), vinculada ao Ministério da Saúde (MS), e pelo Ministério das Cidades (Objetivo 0353); ações voltadas à ampliação da cobertura de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e população rural dispersa, desenvolvidas pelo MS (Objetivo 0355); e, finalmente, ações voltadas à expansão da cobertura e melhoria da qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, onde atuam o MS, o Ministério das Cidades e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), vinculada ao Ministério da Integração Nacional (MI) - Objetivo 0610.

Evolução dos Indicadores

O PPA 2016-2019 estabeleceu sete indicadores para o acompanhamento do Programa 2068, sendo que cinco deles utilizam como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e dois são indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Os resultados dos indicadores do Programa, referentes ao exercício de 2015, estão apresentados no quadro a seguir.

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			VALOR APURADO ATÉ 31/12/2015		VARIÇÃO % EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
		DATA	ÍNDICE	FONTE DE INFORMAÇÃO	DATA	ÍNDICE	
CONSUMO MÉDIO PER CAPITA DE ÁGUA POR DIA	L/HAB/DIA	31/12/2013	166,3	SNIS	31/12/2015	154,0200	7,38
PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS RURAIS ABASTECIDOS POR REDE DE DISTRIBUIÇÃO E POR POÇO OU NASCENTE COM CANALIZAÇÃO INTERNA	%	31/12/2013	73,5	PNAD/IBGE	26/09/2015	77,6800	5,69
PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS RURAIS SERVIDOS POR REDE COLETORA DE ESGOTOS OU FOSSA SÉPTICA	%	31/12/2013	29,7	PNAD/IBGE	26/09/2015	38,7200	30,37
PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS URBANOS ABASTECIDOS POR REDE DE DISTRIBUIÇÃO E POR POÇO OU NASCENTE COM CANALIZAÇÃO INTERNA	%	31/12/2013	98,1	PNAD/IBGE	26/09/2015	98,6400	0,55
PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS URBANOS E RURAIS COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS MENSIS QUE POSSUAM BANHEIRO OU SANITÁRIO NO DOMICÍLIO OU NA PROPRIEDADE	%	31/12/2013	95,84	PNAD/IBGE	26/09/2015	96,8300	1,03
PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS URBANOS SERVIDOS POR REDE COLETORA DE ESGOTOS OU FOSSA SÉPTICA	%	31/12/2013	83,9	PNAD/IBGE	26/09/2015	87,6400	4,46
PERCENTUAL DE TRATAMENTO DE ESGOTO COLETADO	%	31/12/2013	68,5	SNIS	31/12/2015	74,0200	4,46

Um ponto inicial a destacar, em relação a ambas as fontes (SNIS e Pnad/IBGE), é que eles buscam apresentar um diagnóstico da cobertura e da qualidade dos serviços de água e esgoto no País.

Isto significa dizer que, além de espelhar os resultados dos investimentos do Governo Federal, a expansão dessa cobertura também reflete os esforços de todos os atores do setor envolvidos: Estados, Municípios e iniciativa privada.

Adicionalmente, deve-se registrar que os valores utilizados para a elaboração do PPA vigente foram os do ano de 2013, e que os dados mais recentes disponíveis para análise referem-se ao ano de 2015.

Assim, os valores aferidos apresentam um retrato de expansão contínua dos serviços, materializando os esforços de todos os envolvidos no setor. Em relação aos últimos valores aferidos, devem ser destacados os indicadores relativos a esgotamento sanitário – modalidade que apresenta historicamente o maior déficit de atendimento e que representa mais da metade dos investimentos do Governo Federal em saneamento.

O indicador que trata de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica, passou de 29,70% em 2013, para 38,72% em 2015 – um aumento de cerca de 30%. Em relação ao tratamento dos esgotos, o indicador do SNIS relativo a 2015 informa que, dos esgotos

coletados no Brasil, 74,02% são tratados, o que representa um aumento de 5,52 pontos percentuais em relação a 2013.

Objetivo 0610 – Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.

O objetivo 0610 visa expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos urbanos, além de intervenções de drenagem urbana para prevenção e controle de doenças e agravos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Os investimentos realizados estão relacionados às ações para expansão da produção, adução e distribuição de água; à coleta, interceptação, transporte e tratamento dos esgotos; aos aterros sanitários e usinas de triagem e compostagem.

Baseado na visão transversal, interdisciplinar e integrada que tem pautado os investimentos na área, também contempla iniciativas de saneamento integrado. Essas iniciativas incluem mais de um componente de saneamento, inclusive com equipamentos comunitários e iluminação elétrica, de forma a contemplar as necessidades integrais do território urbano, com vistas à universalização dos serviços de saneamento e necessárias à salubridade, habitabilidade e mitigação de riscos para população localizada em áreas urbanas regulares, ajudando a promover, inclusive, o ordenamento territorial das cidades, por intermédio da ocupação e uso regular do solo urbano.

A integração desses investimentos muito se deve ao fato de que mais de um terço dos domicílios brasileiros apresentam, simultaneamente, condições insatisfatórias de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, conforme dados da Pnad/IBGE.

Assim, para o cumprimento do objetivo, o Governo Federal prioriza, sempre que possível, os municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente.

No caso de municípios com população total abaixo de 50 mil habitantes ou em áreas rurais, a gestão dos investimentos em saneamento está sob a responsabilidade da Funasa/MS.

O Ministério das Cidades é responsável pelos investimentos nas áreas urbanas de municípios com população total acima de 50 mil habitantes ou aqueles integrantes de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs).

Cabe destacar, também, os investimentos realizados pela Codevasf em ações de esgotamento sanitário, abastecimento de água e manejo de resíduos sólidos em Municípios das bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba.

O objetivo 0610 compreende a execução de treze ações orçamentárias, sendo cinco a cargo do Ministério da Saúde, quatro do Ministério das Cidades, além de outras quatro a cargo do Ministério da Integração Nacional.

Destas, nove representam quase a totalidade da execução orçamentária de 2016 (99,14%): cinco delas referem-se a sistemas de esgotamento

sanitário e melhorias sanitárias domiciliares (56,09%); outras três tratam de sistemas de abastecimento de água (32,99%); e uma compreende ações de saneamento integrado (10,06%). O quadro a seguir apresenta os dados relativos à evolução da execução orçamentária do objetivo 0610 do Programa 2068, para os exercícios de 2015 e 2016:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DO OBJETIVO
2068 – SANEAMENTO BÁSICO

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
0610	NO EXERCÍCIO ¹	283.136.909,21	586.269.583,48
	RPNP ²	779.279.876,45	1.034.991.859,57
TOTAL DO OBJETIVO		1.062.416.785,66	1.621.261.443,05

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop (Base: 24/01/2017).

¹Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

²Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Comparados os valores liquidados entre os exercícios de 2015 e 2016, é possível verificar uma ampliação de aproximadamente 52%. Observando somente a execução orçamentária do exercício, percebe-se uma ampliação de mais de 100% de valores liquidados.

Parte desta ampliação pode ser explicada, a princípio, pelo início e/ou retomada da execução de diversos empreendimentos selecionados entre 2012 e 2013, propiciado pela expectativa de melhora do cenário macroeconômico, no final de 2016, principalmente quando comparado com o cenário de 2015.

Além disso, uma série de ações de melhoria de gestão dos empreendimentos no âmbito do objetivo 0610 foram adotadas/intensificadas no decorrer de 2016 visando a adequação das necessidades às restrições orçamentária e financeira, de modo a priorizar a utilização dos recursos disponíveis para obras já em andamento. Dentre essas medidas, destacam-se:

- Suspensão da realização de novas seleções;
- Adiamento da contratação de novos empreendimentos; e
- Adiamento da autorização para início de execução das obras de empreendimentos da 4ª Seleção do PAC Saneamento, cujo resultado foi divulgado em outubro de 2013.

Outro ponto que contribuiu para a ampliação dos valores liquidados no biênio foi a regularização, ocorrida em 2016, do fluxo de pagamentos.

Finalmente, é importante destacar que a maior parte das obras apoiadas no âmbito do objetivo 0610, dada a complexidade e o grande porte, é de natureza plurianual, exigindo prolongado processo de maturação, que inclui a adoção de significativo número de medidas preparatórias e se desenvolve por meio de procedimento de desembolso paulatino, em conformidade com a evolução física do empreendimento.

Assim, a realização das obras ultrapassa, em sua maioria, o exercício financeiro de contratação, grande parte dos valores liquidados refere-se a orçamentos de exercícios anteriores.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
04Q9 – AMPLIAR DE 27,5 PARA 30,1 MILHÕES O NÚMERO DE DOMICÍLIOS URBANOS COM RENDA DE ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS MENSIS QUE POSSUEM BANHEIRO OU SANITÁRIO NO DOMICÍLIO OU NA PROPRIEDADE.	MILHÕES	30,10	30,096				99,99%	FUNASA/MS
040L – AMPLIAR DE 54,8 PARA 57,8 MILHÕES O NÚMERO DE DOMICÍLIOS URBANOS ABASTECIDOS POR REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA OU POÇO OU NASCENTE COM CANALIZAÇÃO INTERNA.	MILHÕES	57,80	57,40				99,31%	SNSA/ MCIDADES, FUNASA/MS E CODEVASF/MI
040M – AMPLIAR DE 46,8 PARA 49,6 MILHÕES O NÚMERO DE DOMICÍLIOS URBANOS SERVIDOS POR REDE COLETORA OU FOSSA SÉPTICA PARA OS EXCRETAS OU ESGOTOS SANITÁRIOS.	MILHÕES	49,60	51,10				103,02%	SNSA/ MCIDADES, FUNASA/MS E CODEVASF/MI
040N – AMPLIAR DE 4,5 PARA 4,8 BILHÕES DE M3 O VOLUME ANUAL DE ESGOTO TRATADO.	BILHÕES DE M ³ /ANO	4,80	4,90				102,08%	SNSA/ MCIDADES, FUNASA/ MS E CODEVASF/MI

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop (Base: 30/01/2017).

Análise das Metas Quantitativas

O objetivo 0610 possui quatro metas vinculadas, todas quantitativas. Destas, uma tem sua apuração sob responsabilidade da Funasa, enquanto que as demais estão sob responsabilidade do Ministério das Cidades.

O bom nível de realização destas metas sinaliza que os investimentos realizados nos últimos anos pelo Governo Federal e pelos outros atores do setor (Estados, Municípios e iniciativa privada) têm surtido efeito, reduzindo o grande déficit histórico destes serviços no País.

Assim sendo, percebe-se que o alcance ou até mesmo a superação dessas metas é reflexo principalmente dos empreendimentos iniciados nos últimos anos, os quais foram concluídos ou entraram em operação recentemente. No entanto, considerando as necessidades prementes de investimento no setor, torna-se imprescindível a revisão dessas metas consoante àquelas expressas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e o atual cenário de restrição fiscal.

Meta 04Q9 – Ampliar de 27,5 para 30,1 milhões o número de domicílios urbanos com renda de até três salários mínimos mensais que possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade.

Esta meta, cuja apuração é de responsabilidade da Funasa/MS, busca atender domicílios urbanos, com renda de até três salários mínimos, com

unidades hidrossanitárias, ou seja, implantar banheiro ou sanitários no domicílio ou na propriedade, em municípios de até 50 mil habitantes.

Em 2015 a meta apresentou avanços, alcançando 30,096 milhões de domicílios, apesar de as novas propostas, selecionadas em 2016 ainda estarem em fase de celebração. A apuração da meta leva em consideração banheiros efetivamente concluídos e entregues. Desta feita, são consideradas as obras executadas no âmbito de convênios anteriores.

Metas 040L, 040M e 040N – Ampliar de 54,8 para 57,8 milhões o número de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna, 040M – Ampliar de 46,8 para 49,6 milhões o número de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários, e 040N – Ampliar de 4,5 para 4,8 bilhões de m3 o volume anual de esgoto tratado.

Estas metas, relativas à expansão das redes de cobertura dos serviços urbanos de água e esgoto tiveram bom índice de realização.

A meta 040L, que trata de abastecimento de água, teve bom desempenho e atingiu 99,31% do previsto para o quadriênio. Já as metas 040M e 040N, que tratam da expansão do atendimento com esgotamento sanitário e do volume de tratamento dos esgotos coletados, respectivamente, já superaram os valores previstos para 2019.

4.4. ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL

4.4.1. Programa 2077 - Agropecuária Sustentável

A agricultura brasileira tem crescido de forma sustentável, ancorada no empreendedorismo do produtor rural e em políticas públicas adequadas de apoio ao setor. Para manter e fortalecer sua posição, a agropecuária brasileira deve continuar perseguindo padrões para uma agropecuária sustentável, visando sistemas de produção tecnologicamente adaptados às novas condições climáticas, ampliando e incorporando práticas sustentáveis.

Deve promover uma agropecuária intensiva, tecnológica e inovadora, levando em consideração os desafios socioambientais e climáticos que se apresentam, buscando sempre a sustentabilidade ambiental e a preservação dos recursos naturais.

O Brasil possui 851 milhões de hectares. A área ocupada por estabelecimentos agropecuários no Brasil soma cerca de 330 milhões de hectares (38,9% do total nacional). Estima-se que as áreas de preservação permanente e reserva legal, somadas, ocupem aproximadamente 90 milhões de hectares e que 170 milhões de hectares sejam ocupados com pastagens. As áreas de lavouras somam apenas 70 milhões de hectares ou 8% do território brasileiro, sendo a maior parte ocupada por lavouras de grãos, com destaque principal para a soja e o milho que ocupam 59 milhões de hectares.

Portanto, toda a produção de cana-de-açúcar, café, frutas, hortaliças e a silvicultura ocupa apenas cerca de 11 milhões de hectares. Isso evidencia o fato de o setor agrícola ser reconhecido como o mais produtivo e eficiente da economia brasileira.

O crescente desenvolvimento tecnológico e o conhecimento acumulado da agropecuária tropical, nas últimas décadas, tem permitido o aumento da produção de alimentos e da produtividade agropecuária com sustentabilidade ambiental, além do aprimoramento da qualidade e inocuidade dos alimentos e insumos agropecuários,

O bom desempenho da agropecuária nacional possibilitou ao Brasil garantir o abastecimento interno de alimentos a preços acessíveis e gerar excedentes exportáveis que asseguram o superávit da balança comercial brasileira.

O Programa Agropecuária Sustentável do PPA 2016/2019 visa promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio, de forma a possibilitar o desenvolvimento e a competitividade da agropecuária brasileira, por meio da implementação de instrumentos de crédito, seguro e assistência técnica destinados a apoiar a produção, a comercialização, a armazenagem e o abastecimento de produtos agrícolas, além de ações de apoio à inovação e organização das cadeias agroindustriais e produtivas, e de abertura de novos mercados, gerando emprego e renda no campo.

Os instrumentos de ação do governo, que visam minimizar os riscos de fenômenos climáticos e seus efeitos, são a geração e difusão de informações agroclimáticas, as orientações do zoneamento agrícola de risco climático (Zarc) e a concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural.

Esses instrumentos estão organizados no objetivo 0601 – Aperfeiçoar mecanismos de gestão de riscos climáticos e de proteção de renda para a atividade agropecuária, com ênfase no seguro rural.

Um importante instrumento de política agrícola é o crédito rural, tratado de forma específica no objetivo 0618 – Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento, visando ao aumento da produção e da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário, que se destina a promover o desenvolvimento do setor, por meio do fomento à produção e da melhoria da infraestrutura produtiva, com ênfase na proteção aos pequenos produtores rurais e modernização da agricultura, garantindo parcelas maiores de recursos financeiros à agricultura.

Os principais resultados relacionados à implementação do Programa Agropecuária Sustentável são destacados a seguir.

- A capacidade nacional de coleta de dados Meteorológicos foi ampliada em 6,5%, com a instalação de 32 novas estações meteorológicas automáticas, que realizam coletas 24 horas. Com isto, a rede de observação automática passou de 490 para 522 unidades automáticas. No âmbito da Recuperação de Dados Históricos, houve em 2016 um crescimento substancial na oferta de dados meteorológicos históricos (41 milhões de dados);
- Crescimento de 5% na aplicação do crédito rural, em relação ao ano anterior. Na safra 2016/2017 foram disponibilizados R\$ 183,855 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial;
- Foram aplicados R\$ 398,6 milhões em subvenção, proporcionando a cobertura securitária de 5,6 milhões de hectares ou 7,8% da área plantada com lavouras, com destaque para soja, milho, trigo, maçã e uva;
- A atuação em negociações sanitárias e fitossanitárias levou à reabertura do mercado para 22 produtos (17 países), com destaque para carne bovina in natura (EUA), carne de aves termicamente processadas (Coreia do Sul), carne de aves e suína (Vietnã) e carne bovina termicamente processada (Japão);
- Aplicação de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira destinadas ao setor no valor de até R\$ 4,63 bilhões, para financiamento de custeio, estocagem, contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados; apoio à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para a execução de 92 projetos de pesquisa e capacitação de técnicos, por meio de concessão de bolsas do Consórcio Pesquisa Café; apoio à Conab, para a realização dos levantamentos da safra de café; e
- Foram implementados 187 projetos de fomento com foco na implementação de Boas Práticas Agropecuárias, com 26.071 produtores beneficiados diretamente e outros 14.932 produtores e técnicos beneficiados indiretamente. Além disso, está em andamento a capacitação de 16.636 profissionais (técnicos e produtores rurais).

Ressalta-se que estamos no primeiro ano de implementação do PPA (2016-2019). Em 2016, foram iniciados a organização e estruturação dos arranjos de gestão para implementação dos objetivos do Programa Agropecuária Sustentável. Assim, considera-se que o alcance do conjunto de metas e seus respectivos impactos ocorrerão nos próximos anos.

Dos indicadores formulados para acompanhamento do Programa Agropecuária Sustentável no âmbito do PPA 2016-2019, analisaremos os indicadores do Programa que apresentem maior pertinência aos objetivos selecionados para elaboração deste relatório.

Valor Bruto da Produção dos Principais Produtos Agropecuários

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) em 2016 é de R\$ 527,9 bilhões, o que representa um recuo de 1,8% em relação a 2015. As lavouras tiveram uma redução no valor de (-) 1,0%, motivada principalmente pelas perdas devidas a eventos climáticos, como chuva, seca e altas temperaturas. A pecuária teve uma redução de valor de (-) 3,2%, em que pesaram mais as carnes bovina, suína e o leite, bastante afetadas pelos preços mais baixos em 2016.

Percentual de Área Coberta pelo Seguro Rural Subvencionado

Em 2016, a cobertura pelo seguro rural subvencionado foi de aproximadamente 5,6 milhões de hectares ou 7,8% da área de lavouras, valor bem acima ao apurado em 2015, que foi de 2,9 milhões de hectares ou 3,7% da área plantada. Porém, ainda não foi possível alcançar os níveis do ano de 2014, quando a cobertura securitária atingiu 10 milhões de hectares ou 14% da área plantada.

Produção de Grãos

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, a produção de grãos foi de 184,4 milhões de toneladas, o que representa uma queda de 11,9% em relação a 2015, quando a produção foi de 209,4 milhões de toneladas. O traço mais marcante do ano de 2016, foram as secas que afetaram várias atividades no País, especialmente no Cerrado e na região Nordeste.

Área Plantada com Grãos

Na safra 2015/2016 a área plantada com grãos foi de 59,16 milhões de hectares, em 2015 foi de 57,91. Na safra 2016/2017 a área plantada de grãos deverá situar-se entre 58,5 e 59,7 milhões de hectares, representando um crescimento de até 2,3% em relação à safra anterior.

Balança Comercial do Agronegócio

No tocante ao comércio exterior, as exportações do agronegócio contabilizaram US\$ 84,93 bilhões em 2016, o que representa um recuo de 3,73% em relação a 2015, já as importações de produtos agropecuários somaram 13,63 bilhões. Em 2016 a balança comercial do agronegócio apresentou um saldo positivo de US\$ 62,11 bilhões, garantindo o saldo positivo da balança comercial brasileira, que ficou em R\$ 47,7 milhões no período.

Destacam-se as exportações de soja, carnes, complexo sucroalcooleiro, produtos florestais e o café. A Ásia continua sendo o principal destino das exportações do agronegócio brasileiro, seguida da União Europeia. A redução das exportações em 2016 pode ser explicada tanto pela redução do volume exportado devido à quebra de safra de grãos, como pela queda dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional.

Participação anual das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial de produtos agropecuários

Em cinco anos (até 2022), o Brasil pretende elevar de 6,9% (2016) para 10% a participação no comércio agrícola mundial, por meio da ampliação da base exportadora e da diversificação de mercados. Para isso, em 2016, o governo brasileiro promoveu 22 missões de alto nível à Europa, ao Oriente Médio e ao Sudeste Asiático. Também foi concluído o acordo para abertura do mercado dos Estados Unidos à carne bovina in natura brasileira após 17 anos de negociações. Com a Índia, foi negociada a instalação de uma fábrica de agroquímicos no Brasil e um acordo para pesquisa com leguminosas com a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Outras importantes negociações foram conduzidas durante visitas à Itália, Rússia, Inglaterra, Suíça, Armênia, Israel e Japão.

Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização

Com o objetivo de equilibrar a oferta e demanda no mercado interno, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) executa a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), comprando o produto quando o seu valor está abaixo do mínimo e abrindo oferta pública quando o preço está acima do preço de liberação dos estoques públicos.

Para conter a alta do preço do milho em grãos e seu impacto nos preços das carnes de frango e de suínos, foram ofertadas 653,8 mil toneladas do produto. A Conab também realizou operações de apoio à comercialização de 444,7 mil toneladas de trigo em grãos da região Sul, o que representa uma taxa de apoio de 6,57% da safra de trigo de 2016.

Os preços de mercado para quase todos os demais produtos estiveram em patamares acima dos preços mínimos em 2016. Para fins deste relatório, serão apresentadas informações referentes aos objetivos 0601 e 0618, tais como a descrição e principais resultados alcançados em 2016. O quadro seguinte apresenta os dados relativos à execução orçamentária dos objetivos 0601 e 0618 do Programa 2077, para os exercícios de 2015 e 2016.

Não existem dados referentes ao exercício de 2015 devido às alterações e/ou criação de programas e objetivos, inclusive de seus respectivos códigos, em consequência da elaboração do novo PPA (2016-2019), o que impossibilitou a realização de análise comparativa da execução

orçamentária entre os dois exercícios (2015/2016). Os dados referentes ao objetivo 0601, constantes da tabela abaixo, dizem respeito aos valores liquidados das Ações Orçamentárias 099F (Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural) e 20ZU (Redução de Riscos na Atividade Agropecuária). Esta última, a rubrica orçamentária 20ZU (Redução de Riscos na Atividade Agropecuária) contempla descentralização de crédito orçamentário junto à Conab e Embrapa.

Conforme dados internos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), houve uma descentralização de R\$ 1.527.926,01 em 2016, dos quais R\$ 39.640,24 foram devolvidos para o Ministério por não utilização.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS 2077 – AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
0601	NO EXERCÍCIO ¹		399.324.913,00
	RPNP ²		
TOTAL DO OBJETIVO			399.324.913,00
0618	NO EXERCÍCIO ¹		4.397.828.242,16
	RPNP ²		
TOTAL DO OBJETIVO			4.397.828.242,16

Fonte: Informação extraída do Siop/MP (Relatório PCPR – Execução Orçamentária), em 26/01/17.

¹ Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Objetivo 0601 – Aperfeiçoar mecanismos de gestão de riscos climáticos e de proteção de renda para a atividade agropecuária, com ênfase no seguro rural.

Para minimizar os riscos e seus efeitos na atividade agropecuária faz-se necessária a consolidação de políticas específicas tais como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

O enquadramento no Proagro ou o acesso ao seguro rural subvencionado estão condicionados à observância dos indicativos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc). O Zarc permite a adequação do calendário de plantio a uma situação de menor exposição ao risco climático na atividade agrícola e indica opções de cultivares mais seguras para as condições da região.

Pelo Programa de Subvenção ao prêmio do seguro Rural (PSR) o Governo Federal subvenciona parcela do prêmio do seguro rural visando reduzir o valor dos prêmios líquidos das apólices de seguro rural pagos pelo produtor, contribuindo para a ampliação da área coberta e para a consolidação do seguro rural privado no País.

O Seguro rural e o Proagro induzem ao uso de tecnologias adequadas, promovendo a modernização da condução dos empreendimentos rurais. Ademais, em caso de perdas, também contribuem para evitar o endividamento dos produtores rurais e a necessidade de aportes de recursos para a renegociação de dívidas junto aos agentes financeiros. No quadro a seguir é apresentado o valor previsto como Gasto Tributário associado ao objetivo 0601 e referente a isenção de quaisquer impostos ou tributos federais às operações de seguro rural.

CÓDIGO DO OBJETIVO	GASTO TRIBUTÁRIO	
	2015	2016*
0601	-	206.272.707,24

*Valores Previstos. Informação extraída do Siop/MP (Relatório PCPR – Execução Orçamentária), em 26/01/17.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
046O – AMPLIAR O NÚMERO DE PRODUTORES RURAIS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR).	PRODUTORES	-	48.000					SPA/MAPA
046P – ELEVAR A ÁREA COBERTA PELO SEGURO RURAL SUBVENCIONADO.	MILHÕES HECTARES	-	5,60					SPA/MAPA
046Q – REVISAR AS METODOLOGIAS PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO, DE 12 CULTURAS	METODOLOGIAS REVISADAS	12,00	2,00				16,7%	SPA/MAPA

Análise das Metas Quantitativas

Meta 046O – Ampliar o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) subvenciona parte do prêmio do seguro rural contratado pelos produtores junto às seguradoras autorizadas a operarem com o Programa. No exercício de 2016 foram aplicados R\$ 398,6 milhões em subvenções, beneficiando aproximadamente 48 mil produtores rurais.

Os números de 2016 são 80% superiores aos alcançados em 2015, quando, devido à necessidade de quitação de dívidas referentes a períodos anteriores acumuladas junto às seguradoras, foram concedidos somente R\$ 277 milhões em subvenção e foram beneficiados 28 mil produtores.

Porém, ainda não foi possível recuperar os níveis de 2014, quando os recursos aplicados na subvenção montaram a R\$ 689 milhões. De acordo com o Plano Trienal do Seguro Rural para o período 2016/2018, a estimativa de aporte de recursos para a PSR foi reduzida pela metade, de R\$ 800 milhões em 2015 para R\$ 400 milhões em 2016.

Por isso, os limites individuais de acesso à subvenção foram reduzidos de R\$ 192 mil anuais por beneficiário no período 2013/2015 para R\$ 144 mil anuais no triênio 2016/2018 e foram definidos menores percentuais de subvenção em comparação aos níveis anteriormente praticados.

Meta 046P – Elevar a área coberta pelo seguro rural subvencionado.

Em 2016, a cobertura pelo seguro rural subvencionado foi de aproximadamente 5,6 milhões de hectares ou 7,8% da área de lavouras, valor bem acima ao apurado em 2015, que foi de 2,9 milhões de hectares ou 3,7% da área plantada. Porém, ainda não foi possível alcançar a cobertura de 10 milhões de hectares, ou 14% da área plantada, atingida em 2014.

Em 2016, visando dar maior transparência aos números do PSR, foi lançado o Atlas do Seguro Rural, onde o usuário poderá acessar os dados históricos do PSR desde o ano de 2006, sobre o número de apólices, área segurada, importância segurada, prêmio de seguro, subvenção paga, produtividades segurada e estimada e taxas de prêmio, com possibilidade de personalização dos parâmetros de pesquisa por ano civil, estado, município, atividade (agrícola, florestas, pecuário), e seguradora.

Também foram disponibilizadas, as condições gerais de todos os produtos de seguro subvencionáveis por seguradora, classificados em: custeio, produtividade, receita agrícola, florestas e pecuário. Em 2016 foi criada a Câmara Temática do Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio, composta por representantes do Mapa, de outros ministérios, entidades de classe, bancos públicos e o setor privado.

Em relação ao seguro rural, o objetivo da Câmara é estabelecer as bases operacionais para a expansão do seguro rural no Brasil e reduzir os riscos associados à atividade rural.

As propostas para o seguro rural incluem recuperar e assegurar o orçamento do PSR, eliminar a inconstância operacional e política do PSR, investir na permanente ampliação e modernização do

Zoneamento Agropecuário de Risco Climático (Zarc), nas ferramentas associadas e nos sistemas de informação para ampliar a base de dados individualizadas e reduzir os custos do seguro para o produtor rural; viabilizar a implantação do Fundo de Catástrofe e promover iniciativas de divulgação para colocar o tema na agenda de empresas e entidades.

Também foi criado o grupo de trabalho para aperfeiçoar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e propor um novo modelo para o seguro rural no País.

Meta 046Q – Revisar as metodologias para o Zoneamento Agrícola de Risco Climático de 12 culturas.

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático é um instrumento para auxiliar a gestão de riscos relacionados aos fenômenos climáticos adversos na agricultura, permitindo ao produtor identificar o melhor período de semeadura das lavouras, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares. No ano de 2016 foi realizada, em cooperação com a Embrapa, a revisão metodológica do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) para as culturas de milho 2ª safra e de trigo.

O novo formato do Zarc prevê a demonstração de níveis de risco climático diferenciados, propiciando aos produtores rurais, agentes financeiros e seguradoras maior confiabilidade em suas decisões.

Até então as portarias do Zarc eram apresentadas para um único nível risco de perda de safra, e um município era considerado apto para a cultura desde que apresentasse até 20% de probabilidade de perda de safra, considerando as condições agroclimáticas definidas na metodologia e aplicadas no modelo matemático utilizado.

As novas faixas de riscos são apresentadas em função das datas de semeadura para uma probabilidade de 20%, 30% e 40% de perda de safra.

Além disso, foram publicadas 240 portarias de zoneamento incluindo novos estados e culturas, segundo a metodologia anterior. Foram publicadas portarias para a cultura da oliva nos Estados de São Paulo/SP e Rio Grande do Sul/RS, de soja e milho para o Estado de Roraima/RR e soja no Estado de Sergipe/SE, antes não zoneadas para estes Estados.

Adicionalmente, foram realizados estudos para o Estado de Roraima/RR, abrangendo as culturas de soja, milho, sorgo, mandioca, algodão, arroz e feijão caupi. As culturas de algodão, sorgo e mandioca em Roraima e o milho 2ª safra no Rio de Janeiro/RJ e em Rondônia/RO e o trigo sequeiro em Goiás/GO, Minas Gerais/MG, Mato Grosso do Sul/MS, Mato Grosso/MT, no Paraná/PR, Rio Grande do Sul/RS, em Santa Catarina/SC e São Paulo/SP.

O trigo irrigado foi zoneado na Bahia/BA, Distrito Federal/DF, Goiás/GO, Minas Gerais/MG, Mato Grosso do Sul/MS, Mato Grosso/MT e São Paulo/SP.

Objetivo 0618 – Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento, visando ao aumento da produção e da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

O crédito rural foi institucionalizado no Brasil pela Lei nº 4.829/1965. O crédito rural é disciplinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio de Resoluções publicadas pelo Banco Central do Brasil e compiladas no chamado Manual de Crédito Rural. O crédito rural tem como objetivo estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários.

O desempenho do setor agropecuário depende de uma oferta estável de recursos financeiros. São objetivos do crédito rural, proporcionar o

custeio oportuno e adequado da produção, inclusive a comercialização, o armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, bem como o estímulo aos investimentos pelos produtores rurais e suas cooperativas.

Dessa forma, incentivando a modernização da agropecuária brasileira pela introdução de métodos racionais de produção, com vistas ao aumento da produtividade e ao fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente os pequenos e médios.

O objetivo 0618 tem sido alcançado por meio de medidas de política agrícola adotadas nas últimas safras, consolidando os avanços de uma safra para outra, e se destaca pela ampliação das disponibilidades de recursos para o financiamento da agropecuária.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
046N – AUMENTAR O VOLUME DE CRÉDITO RURAL APLICADO NA AGRICULTURA EMPRESARIAL	R\$ bilhões	-	139,25				-	SPA/Mapa

Meta 046N - Aumentar o volume de crédito rural aplicado na agricultura empresarial.

Em 2016 houve crescimento de 5% na aplicação do crédito rural, em relação a 2015. Em 2015, o acesso ao crédito de custeio e investimento foi prejudicado devido ao endividamento e situação de inadimplência do setor, decorrente da quebra de 10,3% na safra 2015/2016 relacionada a eventos climáticos de estiagem ou excesso de chuvas causadas pela influência do fenômeno El Niño.

Guardando sintonia com o esforço de ajuste da economia para restabelecer o equilíbrio fiscal, sem comprometer o objetivo de assegurar níveis adequados de apoio ao produtor rural, foram disponibilizados R\$ 183,8 bilhões na safra 2016/2017 (julho de 2016 a junho de 2017), valor ligeiramente inferior ao da safra 2015/2016 para o financiamento da agricultura empresarial, que inclui os grandes e médios produtores.

Do total, R\$ 151 bilhões foram destinados às operações de custeio e comercialização, sendo R\$ 115,6 bilhões a taxas de juros controladas (subsidiadas) e o restante a juros livres de mercado, e R\$ 34 bilhões foram destinados às operações de investimento.

Para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foram disponibilizados R\$ 30 bilhões para custeio e investimento na safra 2016/2017, valor este 3,8% superior à safra 2015/2016.

Quanto à origem dos recursos do crédito rural no ano agrícola 2015/2016, destacam-se a participação da poupança rural (35,4%), recursos obrigatórios oriundos dos depósitos à vista (32,5%), BNDES (9,3%), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) (8,2%), Fundos Constitucionais (3,7%) e recursos livres das instituições financeiras (3,7%).

Os recursos a juros controlados destinados para custeio somaram ao todo R\$ 110,1 bilhões na safra 2016/2017, sendo 5,5 bilhões (10%) pelo Pronaf, R\$ 7,2 bilhões (13%) pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), R\$ 11 bilhões (20%) pelas cooperativas e R\$ 31,4 bilhões (57%) para os demais produtores.

Para investimentos, foram direcionados R\$ 13,3 bilhões de recursos controlados, sendo R\$ 2,5 bilhões pelo Pronaf, R\$ 2,2 bilhões pelo Pronamp, R\$ 0,4 bilhões para as cooperativas e R\$ 8,6 bilhões para os demais produtores.

As taxas de juros pagas pelos produtores rurais após a equalização são de 2,5% para operação de até R\$ 20 mil, 5,5% no Pronaf, 8,5% no Pronamp, e 9,5% para os demais produtores. Os principais produtos financiados são os grãos, como soja e milho, que absorveram 84,6% dos recursos no ano agrícola 2015/2016, além de frutas, olerícolas e outras

culturas. Cabe destacar que, a fim de reabilitar os produtores rurais, a Lei 13.340/2016 autorizou a renegociação das dívidas de crédito rural de agricultores das regiões da Sudene e da Sudam, mais afetadas pela estiagem, contraídas até 2011 junto ao Banco do Nordeste (BNB), ao Banco da Amazônia (Basa) ou ao Banco do Brasil (BB).

As dívidas poderão ser quitadas ou renegociadas até o final de 2017 e a renegociação poderá ser feita com rebates que variam de 10% a 95% conforme o montante contratado e a data da contratação. Pela Resolução CMN 4.500/2016 foi adotado o limite único de custeio com recursos controlados por beneficiário por ano agrícola, no valor de R\$ 3,0 milhões.

Até 60% desse valor será destinado a contratações a serem efetuadas entre 1º/7 a 31/12, período esse de concentração dos gastos com o custeio da safra, e 40% entre 1º/1 a 30/6.

A medida permite reduzir os custos de transação pela possibilidade de realização de um único contrato de financiamento de custeio válido para todo o ano agrícola ao invés de um contrato para cada safra, reduzindo os custos operacionais dos agentes financeiros, bem como os custos cartoriais de registro incorridos pelos produtores.

Ainda, tem-se como destaque as seguintes resoluções: a Resolução CMN 4.529/2016 regulamentou a renovação automática do crédito rural no caso de atividades exploradas sucessivamente, cujos períodos de safra não são claramente definidos, a exemplo de hortigranjeiros, suinocultura e avicultura.

O vencimento do crédito de custeio fica limitado a 1 (um) ano, com a dispensa de amortizações periódicas na vigência do empréstimo, desde que sejam renovadas, ao término de cada ciclo de produção, as aquisições dos insumos para a etapa subsequente, de acordo com o orçamento do empreendimento; por meio da Resolução CMN 4.497/2016, a partir de 01/06/2016, foram destinados para o crédito rural 35% do saldo médio das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) emitidas, independentemente do lastro utilizado.

Pela regra anterior, eram destinados 50% do saldo médio das LCA, mas somente dos títulos lastreados em empréstimos rurais concedidos com recursos de depósitos à vista ou da poupança rural; e a Resolução CMN 4.546/2016 alterou o direcionamento de recursos da LCA, passando a contemplar, a partir de 2017, o financiamento do investimento rural sob as mesmas condições já existentes para as operações de custeio.

São aplicáveis até 14% das captações de LCA em custeio e investimento a taxa efetiva de juros de até 12,75% a.a. e os 21% remanescentes são aplicados a taxas livremente pactuadas, seja em crédito rural ou na comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários.

4.4.2. Programa 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo, com participação estimada em mais de 13,2% do total de espécies do planeta. Dispondo de seis biomas continentais e de vários ecossistemas marinhos, o País detém o maior número de espécies conhecidas, com grande variabilidade genética. Também é referência mundial em percentual de áreas protegidas, tendo em vista que 18% do seu território é coberto por unidades de conservação e 13% por terras indígenas, aproximadamente.

Entre as iniciativas do Brasil voltadas para a proteção, conservação e utilização sustentável da biodiversidade, destacam-se: a Convenção sobre Diversidade Biológica, ratificada pelo Congresso Nacional em 1994; a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; o Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, que estabelece os princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Biodiversidade (PNB) e; a Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas; o novo Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2002, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; e a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que regulamenta o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

O Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade também é outra importante iniciativa dessa temática, uma vez que tem como propósito enfrentar os seguintes desafios: reduzir a ameaça de extinção de espécies; ampliar o uso do patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado, com a repartição justa e equitativa dos benefícios; elevar a renda e promover a inclusão produtiva das famílias que contribuem para a conservação da biodiversidade; regularizar, no âmbito do contexto ambiental, os imóveis rurais, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e ampliar a produção florestal e o número de unidades de conservação federais.

No ano de 2016, os principais resultados relacionados à implementação do Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade são destacados a seguir:

Registro no Cadastro Ambiental Rural de 100% da área dos imóveis rurais, totalizando 422.472.081 hectares cadastrados (Objetivo 1064 – Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal);

Elaboração do Plano de Manejo para 18 Unidades de Conservação, em atendimento à meta de 60 novos planos previstos até 2019, totalizando 173 Unidades de Conservação com planos finalizados (Objetivo 1070 – Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais);

Criação de 11 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação (UC), o que corresponde a 84,7% do universo total de 326 Unidades de Conservação Federais (Objetivo 1070 – Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais);

Ampliação do número de visitantes nas unidades de conservação federais de 6,7 milhões para 8,2 milhões (Objetivo 1070 – Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais);

Integração de 26 Unidades da Federação ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), sendo que 21 destas estão utilizando pacote tecnológico do Sicar (Objetivo 1064 – Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal);

Elaboração de planos de ação para recuperação de 42% das espécies da fauna brasileira que estão ameaçadas de extinção (Objetivo 1078 – Reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso

sustentável). Em 2016, foram iniciados a organização e estruturação dos arranjos de gestão para implementação dos objetivos do Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Assim, considera-se que o alcance do conjunto de metas e seus respectivos impactos ocorrerão nos próximos anos.

O Programa conta com alguns indicadores para seu acompanhamento.

Percentual da área de propriedades rurais cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Conforme o último levantamento realizado, considerando dados registrados até 31 de dezembro de 2016, obteve-se registro de 392 milhões de imóveis rurais, cujas declarações totalizaram 399 milhões de hectares e 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação, ou seja, acima de 100% da área passível de cadastro, estimada em 423.352.144 hectares.

Destaca-se que a área estimada como passível de cadastro no CAR utiliza como referência a área de estabelecimentos agropecuários (IBGE/2006). Além das diferenças que podem derivar da falta de atualização desta fonte oficial, verifica-se que o conceito de imóvel rural adotado pelo CAR difere do conceito de estabelecimento agropecuário, o que também contribui para divergências entre os valores de referência e os valores das inscrições no CAR.

A base serve, portanto, apenas como referência. Alguns estados já apresentaram estimativas de área passível de cadastro mais atualizadas do que aquelas constantes no censo de estabelecimentos de 2006, sem que haja, no entanto, uma padronização das metodologias adotadas. Atualmente, vem sendo discutida uma metodologia padrão para definição desta referência junto aos Estados e DF

Percentual de área regularizada das Unidades de Conservação Federais

O valor aferido em dezembro de 2016 foi de 22,52%. Em relação ao ano passado, houve um acréscimo de 1,9 milhões de hectares.

Percentual de Unidades de Conservação federais com Conselhos Gestores formados

Em 2015, após a definição da linha de base para a meta, foram criados sete conselhos gestores. Em 2016, foram instituídos mais quatro novos conselhos. Dessa forma, ao final de 2016, 276 unidades de conservação apresentaram conselhos gestores, o que representa 84,7% do universo total.

Percentual de Unidades de Conservação federais com Plano de Manejo

O valor aferido foi de 53,07%, considerando que 17 planos publicados em 2015 e 18 em 2016, mais 4 planos revisados e 14 planos de RPPN avaliados e finalizados.

Percentual de Unidades de Conservação federais demarcadas

Esse percentual deverá ser mantido em relação ao valor de 2015, ou seja, 24,31%, uma vez que as oito demarcações iniciadas em 2016 somente serão concluídas em 2017.

Percentual de espécies da flora ameaçadas de extinção representadas em Unidades de Conservação federais

70 % da flora está representada nas Unidades de Conservação.

Os objetivos do Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade buscam a manutenção da diversidade biológica, de forma a estruturar uma abordagem equilibrada entre conservação e utilização sustentável dos recursos naturais. Para fins deste relatório, serão apresentadas informações referentes aos objetivos 1064 e 1070, tais como a descrição e os principais resultados alcançados em 2016.

O quadro seguinte apresenta os dados relativos à execução orçamentária dos objetivos 1064 e 1070 do Programa 2078, para os exercícios de 2015 e 2016.

Não existem dados referentes ao exercício de 2015 devido às alterações e/ou criação de programas e objetivos, inclusive de seus respectivos códigos, em consequência da elaboração do novo PPA (2016-2019), o que impossibilitou a realização de análise comparativa da execução orçamentária entre os dois exercícios (2015/2016).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS
2078 – CONSERVAÇÃO E USOS SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
1064	NO EXERCÍCIO ¹	-	3.278.423,83
	RPNP ²	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		-	3.278.423,83
1070	NO EXERCÍCIO ¹	-	132.105.213,27
	RPNP ²	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		-	132.105.213,27

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva, Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária.

Data: 17/01/2017

¹ Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Objetivo 1064 – Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal.

A promoção da regularização ambiental dos imóveis rurais prevista pelo Código Florestal envolve instrumentos como o Cadastro Ambiental (CAR), os Programas de Regularização Ambiental (PRA), o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, e o sistema nacional de controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais.

O registro no CAR é o primeiro passo para que os proprietários de imóveis rurais promovam sua regularização ambiental e para que acessem os demais instrumentos do Código Florestal, motivando o foco dado ao CAR neste primeiro momento.

O Cadastro Ambiental Rural é um registro público eletrônico, realizado pelos Estados e Municípios, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes

à situação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), das áreas de Reserva Legal (RL), dos remanescentes de vegetação nativa e das áreas de interesse social e de utilidade pública. O Cadastro fortalece a gestão ambiental e o planejamento municipal, além de contribuir com o combate ao desmatamento e garantir segurança jurídica ao produtor.

A inscrição no CAR, obrigatória desde 06 de maio de 2014, além de possibilitar o planejamento ambiental e econômico do uso e ocupação do imóvel rural, é pré-requisito para acesso à emissão das Cotas de Reserva Ambiental (CRAs), à concessão de crédito agrícola e aos benefícios previstos nos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e no de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, definidos pela Lei nº 12.651/12, que instituiu o Cadastro.

Para facilitar a gestão do CAR, foi criado o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental (Sicar), por meio do Decreto nº. 7.830, de 17 de outubro de 2012. O Sicar tem como finalidade receber, gerenciar e integrar os dados do CAR de todos os entes federativos, bem como monitorar a manutenção, a recomposição, a regeneração, a compensação e a supressão da vegetação nativa e da cobertura vegetal.

No que diz respeito ao incentivo à recuperação de áreas degradadas e à promoção da recuperação ambiental e uso sustentável das áreas de Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e áreas de uso restrito, o Governo Federal, por meio de acordos de cooperação técnica com os estados, apoiará os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) estaduais.

O CAR traz como benefícios a possibilidade de regularização das APPs e/ou RL, com vegetação natural suprimida ou alterada até 22/07/2008; a suspensão de sanções em função de infrações administrativas por supressão irregular de vegetação em áreas de APPs, RL e de uso restrito, cometidas até 22/07/2008; a contratação do seguro agrícola em condições melhores que as praticadas no mercado; a dedução das APPs, de RL e de uso restrito, no cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), gerando créditos tributários; as linhas de financiamento para atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e recuperação de áreas degradadas; a desburocratização da aprovação da localização da Reserva Legal; a segurança jurídica aos produtores e possuidores rurais; o apoio ao licenciamento ambiental da atividade agrícola; e a melhoria da gestão ambiental dos imóveis rurais.

A seguir, apresenta-se análise dos resultados alcançados nos objetivos do Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DA META QUANTITATIVA

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
046Y – INCENTIVAR A RECUPERAÇÃO DE 20% DAS ÁREAS DEGRADADAS DOS IMÓVEIS RURAIS QUE ADERIRAM AO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL – PRA	%	20,00	0				0,00%	SFB/MMA

Análise da Meta Quantitativa

Meta 046Y - Incentivar a recuperação de 20% das áreas degradadas dos imóveis rurais que aderiram ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O desempenho encontra-se em andamento conforme planejado, tendo sido disponibilizado aos estados e ao Distrito Federal o módulo de análise do CAR, aplicação que será utilizada para verificação das informações e documentos prestados no momento do cadastro, primeira etapa da verificação da regularidade ambiental dos imóveis.

Realizadas as análises, são identificados os remanescentes de vegetação nativa que deverão ser recompostos em áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito. Prevista para 2017, a entrega do módulo de PRA do Sicar permitirá que os passivos ambientais identificados na análise sejam objeto de compromisso de regularização e que os projetos de recomposição ou compensação possam ser elaborados e monitorados, consumando-se o ciclo de

regularização previsto no Código Florestal. Dessa forma, há previsão para que o alcance da meta chegue a 100% em 2019.

Análise da Meta Qualitativa

Meta 046X - Promover a gestão do Sicar - Sistema de Cadastro Ambiental Rural no monitoramento da regularização ambiental dos imóveis rurais do Brasil.

Conforme último levantamento realizado, considerando dados registrados até 31 de dezembro de 2016, obteve-se registro de 392 milhões de imóveis rurais, cujas declarações totalizaram 399 milhões de hectares e 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação, ou seja, acima de 100% da área passível de cadastro, estimada em 423.352.144 hectares.

Essa área é calculada tomando-se por base o Censo Agropecuário de 2006, as informações declaradas por parte das unidades da Federação,

em ajuste às bases de referência em seus respectivos territórios, e a inclusão de áreas de povos e comunidades tradicionais cadastradas em unidades de conservação da natureza de uso sustentável. No que diz respeito às unidades da Federação integradas ao Sicar, em 2016, os estados de Mato Grosso do Sul e Pará concluíram seu processo de integração ao Sistema. Resta finalizar a integração dos dados do CAR no Espírito Santo, iniciativa que se encontra em andamento. Ressalta-se, portanto, que 26 unidades encontram-se integradas ao Sicar, de um total de 27, sendo que 21 utilizam o pacote tecnológico do Sistema.

No âmbito da capacitação de usuários para utilização do Sicar, em 2016, realizaram-se 12 eventos com 10.292 participantes, sendo quatro sobre o Módulo de Cadastro (10.078 capacitados), seis sobre o Módulo de Análise (139 capacitados) e dois sobre a implantação do Sicar e integração de sistemas estaduais com o mesmo (75 participantes).

Verifica-se, portanto, o atendimento da meta “Promover a gestão do Sicar – Sistema de Cadastro Ambiental Rural no monitoramento da regularização ambiental dos imóveis rurais do Brasil”, constatando-se adesão dos proprietários e possuidores rurais ao CAR, bem como dos órgãos estaduais gestores do Cadastro ao pacote tecnológico do Sicar.

O desenvolvimento dos submódulos do sistema também contemplou, de forma adequada, seu objetivo de disponibilizar informações de natureza pública sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais em território nacional na internet.

Objetivo 1070 – Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais.

Para garantir a preservação da diversidade biológica, promover o desenvolvimento sustentável e proteger as comunidades tradicionais, o Governo Federal, por meio da Lei nº 9.985/2000, criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o que representou grande avanço na gestão das Unidades de Conservação (UCs) no País.

O Governo Federal protege as áreas naturais por meio de unidades de conservação, estratégia extremamente eficaz para a manutenção dos recursos naturais em longo prazo. Em 2015, existiam 1.940 UCs com cadastro finalizado no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), totalizando uma área de aproximadamente 1,51 milhões de km², abrangendo 17,2% do território continental e 1,5% do território marinho (considerando a zona econômica exclusiva e o mar territorial).

Em 2016, foram cadastradas 1.984 UCs. Em 2016, houve um acréscimo de 89 unidades ao CNUC, totalizando 2.029 UCs com cadastro ativo no sistema.

No entanto, somente a criação das UCs não garante o cumprimento da estratégia de manutenção dos recursos naturais. Por essa razão, o PPA 2016-2019 estabelece objetivo específico para tratar do fortalecimento do SNUC, com monitoramento efetivo das unidades de conservação e ações de elaboração de planos de manejo, instituição de conselhos gestores, regularização fundiária e fiscalização.

A agenda de ampliação e consolidação das unidades de conservação conta com apoio de recursos extra orçamentários, para implementação de projetos. Dentre esses, destacam-se o projeto Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que atualmente apoia 105 unidades de conservação na região amazônica; o Projeto Terra do Meio (que trabalha com a mesma estrutura do Arpa, porém com foco em 11 unidades no Pará); e o Projeto Corredores Ecológicos, com atuação no Amazonas, na Bahia e no Espírito Santo, fortalecendo a gestão ambiental no entorno dessas áreas.

A agenda trabalha, ainda, com a captação de recursos adicionais para fomentar as atividades de conservação, notadamente em duas propostas do Global Environment Facility (GEF), terrestre e marinho.

Outras ações também têm impacto sobre o SNUC, como o desenvolvimento de uma nova plataforma para o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e o monitoramento da meta nacional nº 11 da Resolução nº 6, do Conselho Nacional de Biodiversidade (Conabio), de 03 de setembro de 2013, por meio das quais serão avaliadas outras áreas em regime de gestão para a conservação da biodiversidade que possam contribuir para o atingimento dos objetivos do SNUC.

A visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UCs, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego e desenvolvimento, e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo.

Para o atingimento desse objetivo, foram sugeridas seis metas, que deverão ser cumpridas com o envolvimento do Governo Federal (MMA e ICMBio), órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e proprietários de terras dentro e no entorno das UCs, além do engajamento da sociedade civil na proteção do meio ambiente.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
047V – AUMENTAR DE 40% PARA 60% A ÁREA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AVALIADAS E CUMPRINDO COM SEUS OBJETIVOS DE CRIAÇÃO CONFORME METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DE EFETIVIDADE DE GESTÃO.	%	60,00	48,18				80,30	SBF/MMA
047W – AMPLIAR DE 155 PARA 215 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DOTADAS COM PLANOS DE MANEJO.	UCs	215,00	173,00				80,47	ICMBIO/MMA
047X – AUMENTAR DE 265 PARA 283 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS COM CONSELHOS GESTORES CRIADOS.	UCs	283,00	276,00				97,53	ICMBIO/MMA
047Y – AUMENTAR DE 6,7 MILHÕES PARA 8,2 MILHÕES O NÚMERO DE VISITANTES ANUAIS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS.	Milhões de visitantes/ano	8,20	8,30				101,22	ICMBIO/MMA
047Z – REDUZIR EM 30% A ÁREA ATINGIDA POR INCÊNDIOS FLORESTAIS ATÉ 2019, NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, COM BASE NA MÉDIA DE ÁREAS ATINGIDAS POR INCÊNDIO CONSIDERANDO OS ANOS DE ESTIAGEM, 2010, 2012 E 2014.	%	30,00	13,10				43,67	ICMBIO/MMA
04GR – AMPLIAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE 12,9 MILHÕES DE HECTARES PARA 17,9 MILHÕES DE HECTARES NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS.	Milhões de hectares	17,9	14,8				82,68	ICMBIO/MMA

Análise das Metas Quantitativas

Meta 047V – Aumentar de 40% para 60% a área das unidades de conservação avaliadas e cumprindo com seus objetivos de criação conforme metodologia de monitoramento de efetividade de gestão.

Em 2016, a área das unidades de conservação que aumentaram sua pontuação, no que tange à proteção, planejamento, pesquisa, gestão participativa e uso público, foi de 48,18%. Esse valor era o esperado para o primeiro ano de acompanhamento da meta, de acordo com as ferramentas utilizadas (Tracking Tool e FAUC – Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação). A previsão é de que em 2017 as áreas avaliadas apresentem melhoria na sua efetividade de gestão, aproximando o resultado alcançado da meta de 60% prevista para o período, até 2019, em função do desenvolvimento dos projetos Gef-Terrestre, Gef-Mar, Lifeweb e Arpa.

Meta 047W – Ampliar de 155 para 215 unidades de conservação federais dotadas com planos de manejo.

Dos 60 planos previstos para essa meta até 2019, foram realizados 18 até o fim de 2016, totalizando 173 unidades de conservação com planos de manejo finalizados, mais quatro revisados e 14 planos de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs), avaliados e finalizados. Considera-se que a meta está sendo atendida, e essa tendência deverá ser mantida até o final de 2019.

Meta 047X – Aumentar de 265 para 283 unidades de conservação federais com conselhos gestores criados.

Em 2015, após a definição da linha de base para a meta, foram criados sete conselhos gestores. Em 2016, foram instituídos mais quatro novos conselhos. Dessa forma, ao final de 2016, 276 unidades de conservação apresentaram conselhos gestores, o que representa 84,7% do universo total de 326 unidades de conservação federais geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, bem como 97,53% da meta estabelecida para 2019 realizada.

Meta 047Y – Aumentar de 6,7 milhões para 8,2 milhões o número de visitantes anuais nas unidades de conservação federais.

A meta estabelecida para 2019 foi atingida no ano de 2015. O aperfeiçoamento dos métodos de monitoramento da meta melhorou seu aferimento, sendo constatada defasagem importante no estabelecimento da linha de base, ou seja, os 6,7 milhões de visitantes contabilizados no ano de 2014, os quais serviram como linha de base para a meta, estavam subestimados. As metas serão revisadas a partir de nova linha de base, a saber: 8,3 milhões de visitantes.

Meta 047Z – Reduzir em 30% a área atingida por incêndios florestais até 2019, nas unidades de conservação federais, com base na média de áreas atingidas por incêndio considerando os anos de estiagem, 2010, 2012 e 2014.

O ano de 2016 ainda sofreu influências climáticas do fenômeno El Niño, ocorrido em 2015, fenômeno este que causou menor precipitação no bioma Cerrado, onde estão localizadas as unidades de conservação que mais têm problemas com incêndios florestais, aumentando muito o risco de ocorrência desses incêndios. Mesmo assim, houve redução de 13% da área queimada, se comparado com a linha de base.

Meta 04GR – Ampliar a regularização fundiária de 12,9 milhões de hectares para 17,9 milhões de hectares nas unidades de conservação federais.

No exercício 2016, houve uma redução significativa na execução das desapropriações de imóveis, uma vez que os recursos de compensação ambiental não puderam ser executados.

Ainda assim, foram recebidos em doação por compensação de reserva legal 2.630,14 hectares, além de repassados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), 1,9 milhões de hectares de áreas públicas federais situadas em unidades de conservação, o que contribuiu para aumentar a área de regularização fundiária das unidades para 14,8 milhões de hectares.

4.4.3. Programa 2083 - Qualidade Ambiental

No conjunto das atividades voltadas para a promoção da qualidade ambiental, destacam-se o licenciamento ambiental, o saneamento de resíduos sólidos e a fiscalização das substâncias químicas poluidoras e degradadoras do meio ambiente.

O licenciamento ambiental é o principal processo de garantia de que obras de infraestrutura e outros tipos de empreendimentos sejam realizados em consonância com padrões ambientalmente sustentáveis. Constitui desafio para o licenciamento ambiental o fortalecimento das diretrizes de sustentabilidade no planejamento e na execução de projetos voltados ao desenvolvimento do País.

No que diz respeito a resíduos sólidos destaca-se que, atualmente, estes não são mais vistos como uma responsabilidade exclusiva do poder público local, mas como um bem de valor econômico que gera oportunidades, trabalho e inclusão social. Nesse sentido, a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, em conjunto com o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, conferem um novo ordenamento que requer uma participação mais atuante do poder público, do setor produtivo, das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores e também da sociedade.

Enquanto componente do saneamento básico, a gestão e manejo de resíduos sólidos deve estar articulada com os demais componentes (abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana), visando à integralidade da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme institui o Plano Nacional de Saneamento Básico.

No que tange à produção e emissão de substâncias químicas, ressalta-se que a gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos, ao longo de todo o seu ciclo de vida, é um tema de preocupação global permanente, cuja implementação contribui, explicitamente, para o alcance dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) referentes à “saúde”, “água e saneamento” e a “padrões de consumo e produção sustentáveis”.

Ademais, há necessidade de se destacar a importância da implementação de uma gestão dos riscos relacionados a emergências ambientais decorrentes de acidentes com substâncias químicas, óleos e outros produtos perigosos.

Ressalta-se a começar a aferição em 2017 de indicadores relacionado ao percentual eliminado das Bifenilas Policloradas (PCB) inventariadas” e “Quantidade de agrotóxicos obsoletos eliminados. Por enquanto estão sendo finalizados os inventários pilotos de PCBs em três companhias elétricas [CHESF (região Nordeste), Copel (Estado do Paraná/PR) e Amazonas Energia (Estado do Amazonas/AM)], para confecção de plano de gestão.

Por fim, como forma de enriquecer a política de qualidade ambiental, o Programa Qualidade Ambiental também prioriza a educação ambiental, cada vez mais aprimorada e difundida por meio de plataformas de educação a distância para formação e capacitação de educadores ambientais, gestores e demais públicos envolvidos.

No ano de 2016, os principais resultados relacionados à implementação do Programa Qualidade Ambiental são destacados a seguir:

- Realização de 785 ações de fiscalização, atingindo cerca de 49% da meta estabelecida para o PPA;
- Instauração de 15.739 processos administrativos de apuração de infração ambiental, atingindo 31% da meta estabelecida;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades do Sistema de Gerenciamento das Informações do Licenciamento Ambiental Federal (Siga) e início do mapeamento dos módulos Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e Compensação Ambiental (CA) do Siga;

- Em relação ao controle e à fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos, foram elaborados quatro perfis ambientais de substâncias químicas e agentes biológicos perigosos;
- O percentual de municípios com Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos se manteve no mesmo patamar, sem demonstrar evolução do ano de 2015 para 2016;
- A taxa de recuperação de materiais recicláveis subiu de 1,8% (2015) para 2,0% (2016); e
- Realização de coletas e análises dos teores de bifenilas policloradas em 962 equipamentos de três companhias elétricas: Chesf (região Nordeste), Copel (Estado do Paraná/PR) e Amazonas Energia (Estado do Amazonas/AM) para fins de inventário piloto e posterior desenvolvimento de plano de gestão.

Ressalta-se que estamos no primeiro ano de implementação do PPA (2016-2019). Em 2016, foram iniciados a organização e estruturação dos arranjos de gestão para implementação dos objetivos do Programa Qualidade Ambiental. Assim, considera-se que o alcance do conjunto de metas e seus respectivos impactos ocorrerão nos próximos anos.

Dos indicadores formulados para acompanhamento do Programa Qualidade Ambiental no âmbito do PPA 2016-2019, analisaremos os indicadores que apresentam maior pertinência aos Objetivos selecionados para elaboração deste relatório.

Houve melhoria dos indicadores relacionados à fiscalização ambiental: “Número de autos de infração lavrados pelo Ibama”, “Número de embargos realizados pelo Ibama decorrentes de infração ambiental” e “Número de embargos realizados pelo Ibama decorrentes de infração ambiental”.

O indicador “Licenças de Operação Emitidas pelo Ibama” se manteve estável. Em relação à emissão de licenças prévias e de instalação emitidas, houve uma redução. Esta pode ser explicada por fatores diversos, como a baixa atividade econômica no período, questões operacionais e complexidade do processo de licenciamento. Segue análise dos indicadores do Programa:

- Número de autos de infração lavrados pelo Ibama: O auto de infração é o documento destinado a fazer o enquadramento da infração ambiental, sua descrição objetiva, a indicação de sanções e a qualificação do autuado. O auto de infração inicia o processo para responsabilização administrativa por infração ambiental. Conforme dados coletados no Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização (Sicafi) foram lavrados 15.739 autos de infração no período de 01/01/2016 a 05/12/2016. Em 2014 haviam sido lavrados 12.500;
- Número de embargos realizados pelo Ibama decorrentes de infração ambiental: O termo de embargo é o documento destinado a formalizar o embargo de obra ou atividade para paralisar a infração ambiental, prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo. Conforme dados coletados no Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização (Sicafi) foram lavrados 4.227 termos de embargo no período de 01/01/2016 a 05/12/2016. Em 2014 haviam sido realizados 4.000;
- Número de termos de apreensão, emitidos pelo Ibama, de bens envolvidos em infração ambiental: O termo de apreensão é o documento destinado a formalizar a apreensão de animais, bens, produtos, subprodutos, veículos e petrechos utilizados no cometimento da infração ambiental, visando prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo. Conforme dados coletados no Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização (Sicafi) foram lavrados 4.071 termos de apreensão no período de 01/01/2016 a 05/12/2016. Em 2014 haviam sido emitidos 3.000;
- Licenças Prévias Emitidas pelo Ibama: Em 2016 foram emitidas 22 licenças, e em 2015 haviam sido emitidas 35, quando em 2014 foram 30 licenças;
- Licenças de Instalação Emitidas pelo Ibama: Em 2016 foram emitidas 43 licenças. No exercício de 2015 haviam sido emitidas 73, quando em 2014 foram 66; e
- Licenças de Operação Emitidas pelo Ibama: O valor de referência para o indicador, relativo a 2015, é de 59 licenças emitidas, quando em 2014 foram 100. No exercício de 2016, esse valor foi de 58 licenças.

O Programa Qualidade Ambiental possui quatro objetivos em seu escopo sob a responsabilidade do MMA. Para fins deste relatório, serão apresentadas informações referentes apenas ao objetivo 1105, tais como a descrição e os principais resultados alcançados em 2016.

Objetivo 1105 – Realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos.

Para realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos, o Governo Federal vem desenvolvendo sistemas de informação e ações de melhoria voltadas para a articulação com os órgãos federais, estaduais e com a sociedade.

Por meio dos sistemas de informação, são publicados os resultados das avaliações de periculosidade e a avaliação de risco e de informações sobre o consumo regional dos produtos perigosos, avaliados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Considerando que o processo de fiscalização utiliza todos os procedimentos, medidas e meios necessários para apurar as infrações ambientais de forma sistêmica, a implementação de um sistema eletrônico de apuração de infração ambiental consolidará uma prática de gestão mais eficiente e ágil, que possibilitará a intervenção nos danos ambientais, além de aumentar a percepção pública de controle.

É oportuno destacar que o Cadastro Técnico Federal (CTF) possibilita a unificação dos sistemas de controle e, conseqüentemente, o gerenciamento e a gestão das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Especificamente no que diz respeito ao licenciamento ambiental, a estratégia de modernização está relacionada à melhoria das condições estruturais, especialmente aquelas referentes ao desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (Siga), que deverá substituir o Sistema de Licenciamento (Sislic), permitindo a automação do processo de licenciamento ambiental federal (Laf).

O Siga conterà os requerimentos, solicitações de licenças e autorizações do empreendedor, a análise dos impactos ambientais e o acompanhamento do andamento do processo pelos interessados e pela sociedade.

Além da informatização, o Governo também investe em normatização referente ao setor de licenciamento ambiental. Nesse sentido, o Ibama propõe a revisão da Instrução Normativa nº184/2008, que define as regras gerais de licenciamento ambiental federal, assim como a análise das regras de coleta e captura de fauna.

Ademais, deverá intensificar e modernizar os mecanismos de comunicação social para permitir uma gestão mais transparente e participativa, conforme preceitua o Decreto nº 8243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação social.

Além disso, empreendeu-se discussões em torno de proposta do debate sobre a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, entre o Ministério do Meio Ambiente, Ibama, a Casa Civil da Presidência da República, as quais contaram com a participação de vários outros ministérios.

No contexto da qualidade ambiental, em 2016, foi dado início ao projeto que objetiva construir, consolidar e testar um método de enquadramento de atividades no Cadastro Técnico Federal/Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP).

Adicionalmente, o Ibama implantou em 2012 um programa para gestão de riscos, iniciando sua primeira fase com os empreendimentos ferroviários. Por meio desse programa, direciona suas vistorias para trechos em que há mais risco de ocorrência de acidentes, com base em uma metodologia pré-estabelecida. Para o PPA 2016-2019, tal programa será ampliado para portos e terminais.

O quadro seguinte apresenta os dados relativos à execução orçamentária do objetivo 1105 do Programa 2083, para os exercícios de 2015 e 2016. Não existem dados referentes ao exercício de 2015 devido às alterações e/ou criação de programas e objetivos, inclusive de seus respectivos códigos, em consequência da elaboração do novo PPA (2016-2019), o que impossibilitou a realização de análise comparativa da execução orçamentária entre os dois exercícios (2015/2016).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DO OBJETIVO 2083 – QUALIDADE AMBIENTAL

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
1105	NO EXERCÍCIO ¹	-	75.430.101,10
	RPNP ²	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		-	75.430.101,10

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva, Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária.
Data: 17/01/2017.

¹Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

²Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
04E2 – PUBLICAR E DIVULGAR 50 PERFIS AMBIENTAIS DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E AGENTES BIOLÓGICOS PERIGOSOS	PERFIS	50	4				8	MMA/ IBAMA
04E9 - REALIZAR 1.600 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	AÇÕES	1.600	785				49	MMA/ IBAMA
04EA - INSTAURAR 50,0 MIL PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL	PROCESSOS	50.000	15.739				31,48	MMA/ IBAMA
04EB - JULGAR 60,0 MIL PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL	PROCESSOS	60.000	24.849				41	MMA/ IBAMA

Análise das Metas Quantitativas

Meta 04E2 – Publicar e divulgar 50 perfis ambientais de substâncias químicas e agentes biológicos perigosos.

Foram elaborados, em 2016, quatro perfis ambientais de ingredientes ativos de agrotóxicos e afins, definidos na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, dos quais, três são referentes a ingredientes ativos biológicos e um de natureza química. Esse resultado corresponde a 8% da meta total para o PPA 2016-2019.

Cada perfil retrata as propriedades físico-químicas e ecotoxicológicas da substância ou do organismo avaliado pelo Ibama, servindo como fonte de informação para estudantes, pesquisadores e órgãos públicos incumbidos do controle e fiscalização desses produtos, bem como para outros interessados.

Meta 04E9 – Realizar 1.600 ações de fiscalização ambiental em todo o território nacional.

O número de ações de fiscalização ambiental executadas durante o ano de 2016 (785) evidencia a abrangência da capacidade operativa do Ibama, que compreende diversos temas ambientais. Além disso, o desenvolvimento de novas estratégias de fiscalização e o uso de ferramentas tecnológicas permitiram um maior rendimento da força de trabalho disponível, otimizando os recursos financeiros e humanos existentes.

Meta 04EA – Instaurar 50,0 mil processos administrativos de apuração de infração ambiental.

O número de processos administrativos de apuração de infração ambiental realizados em 2016 (15.739) é um reflexo da otimização dos recursos financeiros e humanos efetuada no ano, a qual utilizou informações disponíveis em bancos de dados e outras ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento de novas estratégias de fiscalização.

As autuações ambientais representam não apenas a punição por infrações cometidas, mas também uma ferramenta dissuasiva para o cometimento de novas infrações ambientais.

Meta 04EB – Julgar 60,0 mil processos administrativos de apuração de infração ambiental.

Essa meta representa 55% dos processos de autuações do Ibama instaurados a partir da edição do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que regulamenta a apuração das infrações contra o meio ambiente e a aplicação de sanção. Em relação ao alcance da meta, foram julgados 24.849 mil processos, o que representa 21% dos processos de autuação do Ibama.

A efetividade da proteção ambiental depende não apenas do julgamento dos processos, mas das ações subsequentes de reparação do dano. Nesse contexto, é importante destacar que, embora o percentual proposto pudesse ser maior, o que se objetiva é a garantia de um julgamento justo e coerente na esfera administrativa, delimitando com acurácia a extensão do dano ambiental que precisa ser reparado.

Análise da Meta Qualitativa

Meta 04E3 – Implementar o Sistema de Gerenciamento das Informações do Licenciamento Ambiental Federal (Siga).

O desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (Siga) visa aperfeiçoar a gestão do Licenciamento Ambiental Federal (LAF), bem como dos processos de avaliação de impacto ambiental (AIA) e os de compensação ambiental (CA), associados aos empreendimentos licenciados. O Siga é composto por quatro áreas: do empreendedor; de Trabalho Interna; dos Órgãos Envolvidos; e Pública (no Portal do Ibama). Em 2016, foi iniciado o mapeamento dos processos AIA e CA e concluído o desenvolvimento das principais funcionalidades da área interna e da área do empreendedor do Sistema. As soluções já desenvolvidas encontram-se em teste e a implantação está prevista para 2017.

4.4.4. Programa 2084 - Recursos Hídricos

Embora o território brasileiro detenha a maior reserva hídrica do planeta, o Brasil não está em situação favorável no que tange ao uso dessa reserva, dada a assimetria territorial na oferta de água entre as regiões brasileiras, o aumento do consumo desse bem natural em áreas metropolitanas com alta densidade populacional, especialmente a região Sudeste, a elevada demanda para irrigação na região Sul, bem como a ocorrência de eventos hidrológicos críticos de cheias e estiagens recorrentes, especificamente no Nordeste, desde 2012, e no Sudeste, desde 2013.

Quando considerados os problemas de abastecimento público de água, causados pela redução nos índices pluviométricos nos últimos anos, principalmente no semiárido e nas regiões metropolitanas mais populosas e com maior demanda hídrica, caso dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, torna-se imprescindível uma gestão de recursos hídricos que seja capaz de superar essa situação, de forma a garantir o bem-estar da população e atender às necessidades do desenvolvimento socioeconômico.

A constatação de que a oferta de água para os anos futuros não é passível de previsões exatas, dado que a compreensão sobre os fenômenos climáticos que levaram à escassez de chuva é limitada, traz complexidade ao planejamento de recursos hídricos e deve ser considerada na construção de cenários que fundamentem as decisões relacionadas às ações de gestão e à infraestrutura.

É nesse contexto que se ressalta a importância do Programa Recursos Hídricos, empenhado em organizar a ação de governo para assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, conforme os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

O objetivo 1025 do Programa é dedicado à implementação dos seguintes instrumentos da PNRH: planos de recursos hídricos; enquadramento de corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes; outorga de direito de uso; cobrança pelo uso da água e sistema nacional de informações.

Tais instrumentos são complementares e devem ser implementados de forma integrada, com prioridade para as regiões consideradas críticas em relação à disponibilidade quantitativa ou qualitativa.

Dentre os instrumentos da PNRH, destacam-se os planos de recursos hídricos, que são elaborados por bacia hidrográfica, por estado e para o País, e visam orientar a implementação da Política e o gerenciamento de recursos hídricos.

Esses instrumentos encontram-se amplamente difundidos e consolidados, pois o País já conta com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, além de 58% do seu território com planos estaduais de recursos hídricos, restando apenas sete Estados sem os respectivos planos (Amazonas/AM, Amapá/AP, Espírito Santo/ES, Maranhão/MA, Pará/PA, Rondônia/RO e Santa Catarina/SC) e mais de 50% do território coberto com planos de bacias hidrográficas interestaduais.

A meta de "Ampliar de 58% para 100% a cobertura do território nacional com planos estaduais de recursos hídricos" busca contribuir com instrumentos de planejamento que orientem os estados na tomada de decisão em relação ao gerenciamento dos recursos hídricos.

O desafio atual está na efetividade do instrumento, uma vez que as ações previstas nos Planos têm baixos índices de implementação. A esse respeito, destaca-se a meta prevista de "Implementar as ações de gestão previstas em planos de recursos hídricos de 2 bacias interestaduais".

O PNRH é um instrumento que busca aprimorar a articulação entre as políticas setoriais, assim como entre os níveis federativos e das bacias hidrográficas. A definição dos indicadores adequados para o monitoramento, avaliação e comunicação dos resultados do PNRH impõe-se como desafio para os próximos quatro anos.

Destacam-se, ainda, os instrumentos voltados à regulação do acesso à água, que são as regras de acesso de maneira geral (outorgas, regras de operação, acordos de alocação) e a fiscalização dos usos. Sua função é garantir o acesso à água de maneira sustentável e evitar a ocorrência

de conflitos entre interesses diversos. Nesse sentido, o desafio que se coloca e que se encontra refletido nas metas desse objetivo é tornar esses instrumentos mais efetivos e moldados para situações críticas em termos de disponibilidade hídrica.

O objetivo 1026 visa fortalecer a estrutura funcional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), que compreende os seguintes entes: Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU/MMA), Agência Nacional de Águas (ANA), conselhos de recursos hídricos dos estados e do Distrito Federal, comitês de bacias hidrográficas e órgãos públicos federais, municipais e do Distrito Federal, cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos.

Já o objetivo 1027 busca promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, merecendo destaque, nesse sentido, o Programa Produtor de Água, que se baseia no pagamento por serviços ambientais para a redução de processos erosivos e para o aumento da disponibilidade de água; e o Projeto de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), que utiliza uma estratégia inovadora de estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, a prestadores de serviços públicos de saneamento que investirem na implantação e operação de estações de tratamento de esgotos.

Destaca-se que outros objetivos do Programa abarcam a ampliação e difusão do conhecimento sobre águas subterrâneas, planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica. No que tange à infraestrutura hídrica, o Programa objetiva ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de diversas obras estruturantes de impacto regional, que visam sanar o déficit de água de determinadas localidades por um longo período. Os investimentos em infraestrutura hídrica visam atender à demanda por água decorrente do desenvolvimento do País e do seu crescimento populacional (necessidade estrutural), assim como elevar a margem de segurança em situações de estiagens atipicamente prolongadas (necessidade conjuntural).

Para o enfrentamento das necessidades estrutural e conjuntural de água, o Programa Recursos Hídricos buscará o aumento da disponibilidade hídrica, por meio de ações como o Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), que beneficiará uma população estimada de 12 milhões de habitantes em 390 Municípios, nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Pisf coordena a extensão de 477 km, organizados em dois eixos de transferência de água – Norte e Leste, e abrange a construção de quatro túneis, 14 aquedutos, nove estações de bombeamento e 27 reservatórios. A água será transposta da bacia do Rio São Francisco para outras nos Estados beneficiados.

Dado o caráter interestadual do PISF, envolvendo várias bacias hidrográficas, torna-se requisito para sua operação plena a instituição de um modelo de gestão que busque conciliar os interesses de todos os envolvidos. A gestão do empreendimento deverá promover a sustentabilidade da operação, garantir a disponibilidade de forma integrada, descentralizada e sustentável dos recursos hídricos, viabilizar a melhoria das condições de abastecimento na área de influência do Pisf e induzir o uso eficiente da água disponibilizada pelo Projeto aos setores usuários, visando o desenvolvimento sustentável da região beneficiada.

O Programa Recursos Hídricos pretende criar condições para que esses investimentos ocorram de forma planejada, contando com um objetivo específico para isso. Nesse sentido, destaca-se a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, por meio do qual serão definidos critérios para seleção de intervenções estratégicas em regiões com maior vulnerabilidade, para garantir a oferta de água, bem como reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e inundações). A ampliação do conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações também constitui objetivo contemplado pelo Programa, o qual busca uma visão integrada desse tema, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas. É essencial que se tenha uma melhor compreensão dessas interações, dado que mais da metade dos municípios brasileiros (53%) depende de mananciais subterrâneos para o abastecimento de suas sedes urbanas.

Por fim, ressalta-se que, para o País atender às necessidades de seu desenvolvimento socioeconômico, é necessário fortalecer as instituições responsáveis pelo gerenciamento de recursos hídricos, aprimorar os instrumentos de gestão, promover a recuperação e conservação de sistemas hídricos, bem como a construção planejada e integrada de infraestruturas hídricas de grande magnitude. Com a conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica, o País disporá de

um importante instrumento para nortear tais investimentos. No ano de 2016, os principais resultados relacionados à implementação do Programa Recursos Hídricos são destacados a seguir:

- Modernização de 160 estações hidrometeorológicas, o que representa 28% da meta prevista para 2019 de ampliação da Rede Hidrometeorológica automatizada com transmissão de dados em tempo real;
- Conclusão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paranapanema (região Hidrográfica do Paraná) e desenvolvimento dos Planos de Recursos Hídricos da bacia do Rio Grande (região hidrográfica do Paraná) e da região hidrográfica do Paraguai;
- 14 unidades da Federação obtiveram avanços nas respectivas metas referentes à capacitação setorial, cadastro de usuários, outorga, monitoramento hidrometeorológico e de qualidade da água e 25 receberam recursos financeiros no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão), o que representa 70% da meta prevista até 2019;
- Removidas cerca de 12.500 toneladas de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes);
- Em relação à ampliação da capacidade de reservação de água bruta em 1.939,7 milhões de m³, deu-se andamento às obras de barragens, dentre as quais destacam-se as Barragens Germinal (CE), Mato Verde (MG), Arroio Taquarembó (RS) e Pedregulho (PI);
- Em relação à meta de ampliar a capacidade de adução de água bruta em 97,3 m³/s, o Governo Federal apoiou a execução de diversas obras de adução. Nesse sentido, em 2016, deu-se prosseguimento às obras Canal do Sertão Alagoano (AL), Cinturão das Águas do Ceará (CAC), Sistema Adutor do Agreste (PE), Canal da Vertente Litorânea (PB), Adutora do Pajeú (PE), Ampliação do Sistema Adutor do Oeste (PE) e Sistema Adutor de Guanambi – 2ª etapa (BA); e
- Evolução na implementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) da ordem de 94,44% de execução física, sendo que o Eixo Norte conta com 93,42% e o Eixo Leste com 96,44% de execução, correspondente à evolução dos projetos executivos, das obras civis, das instalações eletromecânicas e das ações ambientais.

Ressalta-se que estamos no primeiro ano de implementação do PPA (2016-2019). Em 2016, foram iniciados a organização e estruturação dos arranjos de gestão para implementação dos objetivos do Programa Recursos Hídricos. Assim, considera-se que o alcance do conjunto de metas e seus respectivos impactos ocorrerão nos próximos anos. O Programa Recursos Hídricos possui 11 indicadores. Os indicadores diretamente relacionados ao objetivo 1025, objeto deste relatório, são os seguintes:

- Percentual do território com comitês de bacias hidrográficas interestaduais instalados. O valor apurado para o ano de 2016, 15,74%, não apresenta variação com relação ao o valor de referência, que diz respeito ao ano de 2014.
- Existem atualmente nove comitês de bacias hidrográficas interestaduais instalados: Piancó-Piranhas-Açu; São Francisco; Verde Grande; Paranaíba; Rio Grande; Rio Doce; Paraíba do Sul; Piracicaba-Capivari-Jundiá; Paranapanema; e
- Percentual do território com planos de bacias hidrográficas interestaduais elaborados. O valor apurado para o ano de 2016, 56,25%, apresenta um avanço com relação ao valor de referência, que diz respeito ao ano de 2014, 55%. Entre os planos concluídos estão: o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, o Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, a revisão do plano das bacias PCJ e o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande, o PRH-Paranaíba e o Plano Integrado e Recursos Hídricos da Bacia do Paranapanema. Atualmente, a ANA está envolvida, direta ou indiretamente, na elaboração de seis Planos de Recursos Hídricos em algumas das principais bacias hidrográficas do País e em algumas revisões, como no caso dos planos das bacias dos rios São Francisco e Paraíba do Sul.

Destaca-se que o Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, aprovado em 2006 pelo CNRH, com horizonte temporal até 2020, é uma importante conquista para a gestão das águas no País. A elaboração e revisões do PNRH contribuem para esclarecer lacunas e engajar atores em um debate nacional em torno da gestão das águas.

A segunda revisão do PNRH, que envolveu ampla consulta pública e debates com atores do sistema de gerenciamento de recursos hídricos e da sociedade, definiu as Prioridades, Ações e Metas do PNRH até 2020, aprovadas pela Resolução CNRH nº 181/2016, que orientarão a atuação do MMA, ANA, CNRH e Fundo Nacional Setorial de Recursos Hídricos (CT-HIDRO), além de outros parceiros e interlocutores no nível federal e dos Estados, contribuindo para que as decisões sejam compatíveis entre si e que se reforcem.

Estão em andamento a definição e pactuação dos indicadores adequados e da estratégia para o monitoramento, avaliação e comunicação dos resultados do PNRH.

O Programa Recursos Hídricos possui sete objetivos em seu escopo. Para fins deste relatório, serão apresentadas informações referentes apenas ao objetivo 1025, tais como a descrição e os principais resultados alcançados em 2016.

Objetivo 1025 – Promover a disponibilidade de água para usos múltiplos, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos.

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei Federal nº 9.433, de 07 de janeiro de 1997, propôs um novo modelo para a gestão das águas no Brasil, baseado nos seguintes fundamentos: reconhecimento da água como um bem público; gestão descentralizada e integrada, adotando a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão; promoção dos usos múltiplos da água; e participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos por meio dos espaços colegiados.

Para a consecução desses fundamentos, a PNRH previu os seguintes instrumentos: planos de recursos hídricos, enquadramento de corpos d'água, outorga de direito de uso, cobrança pelo uso da água e o sistema de informações sobre os recursos hídricos. Tais instrumentos são complementares e devem ser implementados de forma integrada, buscando dotar o País de mecanismos de gestão para proporcionar os usos múltiplos da água, pressuposto importante para assegurar as bases de um desenvolvimento sustentável.

Os planos de recursos hídricos, desenvolvidos no âmbito de bacia hidrográfica, visam orientar a implementação da Política e devem ser o resultado de uma visão compartilhada entre os diversos atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) sobre o recorte territorial a que se referem.

Os planos de bacia elaborados até 2016 abrangiam 56,25% do território nacional e ainda em 2016 foi concluído o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paranapanema.

Outros planos se encontram em suas fases finais de elaboração e deverão aumentar essa cobertura, juntamente com outros que serão elaborados nos próximos quatro anos. Em relação aos planos estaduais de recursos hídricos, sua cobertura atual corresponde a 58% do território. As ações previstas para os próximos quatro anos pretendem dotar todo o País de tais instrumentos de planejamento.

Para dar suporte aos instrumentos de gestão e regulação e à tomada de decisões em recursos hídricos, o País dispõe de mecanismos de monitoramento hidrológico, que proporcionam o conhecimento sobre o comportamento hidrometeorológico, hidrogeológico e da qualidade das águas.

Nesse contexto, destaca-se a Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), coordenada pela Agência Nacional de Águas (ANA). A RHN é composta por estações pluviométricas (chuva), evaporimétricas (evaporação), fluviométricas (nível e vazão de água), sedimentométricas (sedimentos) e de qualidade da água, e conta com cerca de 22,0 mil estações, sendo que a ANA coordena diretamente cerca de 4.500 estações.

Um desafio ainda presente é o conhecimento adequado sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil, de forma a orientar a elaboração de políticas públicas para a recuperação da qualidade ambiental em corpos d'água interiores, como rios e reservatórios, contribuindo assim com a gestão sustentável dos recursos hídricos.

A Agência Nacional de Águas opera uma rede básica de qualidade de água que conta com 1.340 pontos em todo o País, onde são feitas análises de quatro parâmetros básicos (pH, oxigênio dissolvido, condutividade e temperatura) durante as campanhas de medição de vazão, o que não é suficiente para que se avalie adequadamente a evolução da qualidade das águas brasileiras.

É necessário ampliar o número de pontos e parâmetros monitorados, aumentar a confiabilidade das informações e torná-las disponíveis à sociedade.

O Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água (PNQA) foi concebido para orientar as políticas públicas para a recuperação da qualidade ambiental em corpos d'água, como rios e reservatórios. A criação de uma rede nacional de monitoramento da qualidade de água está em andamento para ser operada pelos estados sob a coordenação da ANA, no âmbito do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (Qualiágua).

O programa oferece treinamento, melhoria da qualidade de laboratórios, avaliação e divulgação periódica dos resultados obtidos, com acompanhamento e padronização dos parâmetros e procedimentos. A execução dos programas e projetos necessários vem sendo possibilitada com recursos do orçamento geral da União e pela

parcela da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para exploração de potencial hidráulico, paga pelos titulares das concessões, que se destina à União para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O quadro seguinte apresenta os dados relativos à execução orçamentária do objetivo 1025 do Programa 2084, para os exercícios de 2015 e 2016. Não existem dados referentes ao exercício de 2015 devido às alterações e/ou criação de programas e objetivos, inclusive de seus respectivos códigos, em consequência da elaboração do novo PPA (2016-2019), o que impossibilitou a realização de análise comparativa da execução orçamentária entre os dois exercícios (2015/2016).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DO OBJETIVO 2084 – RECURSOS HÍDRICOS

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
1025	NO EXERCÍCIO ¹	-	126.860.095,17
	RPNP ²	-	-
TOTAL DO OBJETIVO		-	126.860.095,17

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva, Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária.

Data: 17/01/2017.

¹ Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
041L – IMPLEMENTAR REGRAS DE USO DA ÁGUA EM 5 BACIAS OU SISTEMAS HÍDRICOS INTERESTADUAIS COM CRITICIDADE QUALIQUANTITATIVA.	REGRAS DE USO	5,00	6,00				120,00%	MMA/ANA
041M – IMPLEMENTAR AS AÇÕES DE GESTÃO PREVISTAS EM PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE 2 BACIAS INTERESTADUAIS	BACIAS INTERESTADUAIS	2,00	1,00				50,00%	MMA/ANA
041N – DISPONIBILIZAR DADOS PADRONIZADOS DE QUALIDADE DE ÁGUA NO PORTAL DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS – SNIRH, NO ÂMBITO DO PROGRAMA QUALIÁGUA, DE 16 UNIDADES DA FEDERAÇÃO	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	16,00	15,00				93,75%	MMA/ANA
041O – AMPLIAR DE 21% PARA 30% A REDE HIDROMETEOROLÓGICA AUTOMATIZADA COM TRANSMISSÃO DE DADOS EM TEMPO REAL	%	30,00	28,00				93,33%	MMA/ANA
041P – AMPLIAR DE 58% PARA 100% A COBERTURA DO TERRITÓRIO NACIONAL COM PLANOS ESTADUAIS DE RECURSOS HÍDRICOS (PERHS).	% ÁREA TERRITÓRIO	100,00	58%				58,00%	MMA
041Q – ELABORAR 3 PLANOS DE BACIAS INTERESTADUAIS, E RESPECTIVOS ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO	PLANOS DE BACIAS INTERESTADUAIS	3,00	1,00				33,33%	MMA/ANA

Meta 041L – Implementar regras de uso da água em cinco bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa.

Dentre as ações necessárias à gestão de regras de uso da água em cinco bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa, está a implantação de comissões locais de água e de programas para operação, manutenção e monitoramento da infraestrutura hídrica.

Nesse sentido, apresentam-se informações do andamento da alocação negociada de água em seis bacias hidrográficas:

1. Bacia Hidrográfica do Rio Negro (RS): discussão e definição de regras de uso por meio da Resolução nº 1.310/2015;
2. Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus (MG/ES): discussão e definição de regras de restrição de uso, por meio de Ofício Circular nº 23/2016/SRE-ANA (Doc. nº 30334/2015);
3. Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos (GO/MG/DF): discussão de prioridades de uso junto ao comitê de bacia; preparação de termo de referência visando à contratação de empresa para apoio técnico ao monitoramento de usos, monitoramento hidrológico e acompanhamento da situação de barragens; e articulação dos órgãos gestores estaduais com vistas à coordenação das ações e definição de regras conjuntas;
4. Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (AL/SE/PE/BA/MG/GO/DF): instituição de grupo de trabalho e discussões sobre regras gerais de operação dos reservatórios da bacia;
5. Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (BA/MG): definição de regras de alocação de água e intensificação do monitoramento de usos durante a estiagem; e
6. Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu (PB/RN): definição de regras especiais para a atual situação extrema de escassez hídrica; discussão e aprovação no comitê de bacia de regras gerais no âmbito do plano de bacia; e implantação de escritório técnico na bacia, por meio de Contrato específico nº 63/2016/ANA, para apoio à implementação das regras.

Meta 041M – Implementar as ações de gestão previstas em planos de recursos hídricos de duas bacias interestaduais.

Foram implementadas algumas ações de gestão previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, tais como:

- a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de apoio em campo às ações de gestão e regulação de usos da água na bacia do Piancó-Piranhas-Açu;
- a implementação da alocação negociada de água em vários reservatórios estratégicos, cujas informações estão disponíveis em http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/alocacao_agua_hoje.aspx; e
- a conclusão das atividades do termo de cooperação – TC 003/ANA/2013, firmado entre a ANA e a Universidade Federal do Ceará, cujo objetivo é a elaboração de estudo para avaliar a adaptação do planejamento e da operação dos recursos hídricos à variabilidade climática na bacia estendida do Rio São Francisco, incluindo a bacia do Piancó-Piranhas-Açu.

Meta 041N – Disponibilizar dados padronizados de qualidade de água no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), no âmbito do Programa Qualiágua, de 16 unidades da Federação.

O Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (Qualiágua) estabelece metas mínimas a serem cumpridas por três grupos de unidades da Federação, sendo que as mais estruturadas terão metas mais exigentes.

O primeiro grupo é formado pelas unidades que já operam redes de qualidade de água e que podem expandi-las imediatamente: CE, DF,

MG e SP. O segundo grupo tem 11 Estados (BA, ES, GO, MT, MS, PB, PR, PE, RJ, RN e RS) e engloba aqueles que já operam redes, mas que precisam aumentar a capacidade de operação dos pontos da RNQA, especialmente no que se refere à capacitação dos seus técnicos e laboratórios. O terceiro grupo é formado pelos Estados em que o monitoramento é inexistente ou não está consolidado: AC, AL, AP, AM, MA, PA, PI, RO, RR, SC, SE e TO. Para participar do Programa, a unidade da Federação deve enviar Ofício à ANA solicitando adesão e indicando a instituição executora que realizará o monitoramento.

Essa instituição deve fazer parte da administração pública estadual e deter competências legais relacionadas à gestão de recursos hídricos e/ou meio ambiente. Em 2016, foram celebrados contratos com 15 Estados: Minas Gerais/MG, São Paulo/SP, Mato Grosso do Sul/MS, Sergipe/SE, Rio Grande do Sul/RS, Ceará/CE, Mato Grosso/MT, Tocantins/TO, Bahia/BA, Paraná/PR, Acre/AC, Rio Grande do Norte/RN, Rondônia/RO, Pará/PA e Roraima/RR.

A divulgação dos dados de qualidade da água desses 15 estados está disponível no portal do SNIRH. Para maiores informações acessar <http://portalpnqa.ana.gov.br/Qualiagua.aspx> e <http://www.snirh.gov.br/>.

Meta 041O – Ampliar de 21% para 30% a rede hidrometeorológica automatizada com transmissão de dados em tempo real.

O monitoramento hidrometeorológico no Brasil é realizado por meio da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), sob a responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA). A RHN possui cerca de 22,0 mil estações hidrometeorológicas, das quais, 4.500 são operadas diretamente pela Agência.

Estão sendo ampliadas as estações de hidrometria dotadas de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização das informações. Em 2016, foram modernizadas 160 estações hidrometeorológicas.

De, 2012 até o momento, 1.256 estações foram modernizadas, o que corresponde a 28% da rede operada pela ANA. Os dados sobre a capacidade, o potencial, a disponibilidade e a qualidade da água das bacias hidrográficas, além do regime das chuvas em todo o território nacional, são disponibilizados no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Meta 041P – Ampliar de 58% para 100% a cobertura do território nacional com Planos Estaduais de Recursos Hídricos.

No último trimestre de 2016, os estados do Maranhão e de Rondônia iniciaram a elaboração dos seus planos de recursos hídricos, com perspectiva de conclusão até 2017, o que deverá aumentar de 58% para 64% a cobertura do território com planos estaduais de recursos hídricos (PERHs).

O Estado do Amazonas também deu início ao processo licitatório para elaboração do seu PERH, com previsão de conclusão em 2018. Ainda em 2016, foram celebrados convênios entre o MMA e os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte para a revisão dos seus planos estaduais de recursos hídricos.

Os recursos repassados são objeto de termo de execução descentralizada entre o MMA e a ANA. Até 2019, serão concluídos os PERHs dos Estados do Amapá/AP, Pará/PA, Espírito Santo/ES e de Santa Catarina/SC, sendo que estes dois últimos estão elaborando seus PERHs por conta própria, sem o apoio financeiro do MMA.

Meta 041Q – Elaborar três planos de bacias interestaduais e respectivos estudos de enquadramento.

Em 2016, foi concluído o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paranapanema (região hidrográfica do Paraná). Também em 2016 estavam em elaboração os planos de recursos hídricos da bacia do rio Grande (região hidrográfica do Paraná) e o da região hidrográfica do Paraguai. A previsão de conclusão desses planos é 2017 e 2018.

4.4.5. Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

A agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) tem papel central na promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países, sobretudo no cenário mundial contemporâneo, marcado pela crescente exigência de ganhos de produtividade e competitividade.

Em todo o mundo, inovações científicas e tecnológicas são desenvolvidas em busca de soluções para grandes desafios sociais, ambientais e econômicos. Temas como segurança alimentar, energética e hídrica são prioridades para todas as nações, além daqueles voltados para o enfrentamento da mudança do clima, do uso mais sustentável dos recursos naturais e dos incentivos para aumento da competitividade econômica.

No mesmo sentido, são as inovações que permitem saltos em ganhos de produtividade, de forma a aprimorar a competitividade das empresas nacionais e acelerar a retomada do crescimento econômico, e o Governo brasileiro, conhecedor desta constatação, não se tem furtado a estabelecer as melhores condições para o desenvolvimento da CT&I no País.

Nesse sentido, o investimento contínuo em CT&I, aliado à formação, à capacitação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos constituem demandas prioritárias às quais o Estado deve buscar atender. Ações de política pública nessa área são necessárias a qualquer País que deseja enfrentar as exigências do processo produtivo crescentemente globalizado, intensivo em conhecimento, altamente dinâmico e competitivo.

O Brasil, que busca ser reconhecido como País destaque no ambiente internacional, tem, ao longo dos últimos anos, envidados esforços para tal, traduzidos no Plano de Ação para a Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 (PACTI 2007-2010), na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI 2012-2015) e mais recentemente na nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2019), ora em discussão/revisão.

Em um esforço constante, o Governo Federal vem buscando soluções para a manutenção dos investimentos em CT&I, principalmente de programas importantes relacionados à formação de recursos humanos, ao fomento a redes de pesquisa como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, às melhorias e à ampliação da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, ao fortalecimento do ambiente para o desenvolvimento da inovação e sua transferência e absorção pela sociedade, à difusão da ciência e tecnologia (C&T), entre muitos outros.

Desta forma, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) tem buscado fazer frente aos desafios do setor, atuando em eixos que considera estruturantes para suas políticas: i) a formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação; ii) o suporte à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica e; iii) o fomento à inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro.

Percebe-se, portanto, a relevância de um Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação, contribuindo para o avanço e o aperfeiçoamento do quadro atual brasileiro relacionado a CT&I e uma maior e melhor inserção internacional do País e aos seus propósitos de trazer benefícios diretos para a sociedade. Esses são os principais desafios da proposta de uma política nacional de CT&I, que deve estar sintonizada com o desenvolvimento inclusivo da sociedade e com as oportunidades que se abrem no cenário internacional.

No ano de 2016, entre os principais resultados relacionados à implementação do Programa, destacam-se:

- Início das atividades de 102 novos Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (INCT), envolvendo investimento total de R\$ 628 milhões a serem aplicados em seis anos;
- Realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), que tem como objetivo estimular o estudo da Matemática e revelar talentos na área. No ano de 2016 foram inscritos 17.839.424 alunos, matriculados em 47.474 escolas públicas em 5.544 Municípios, representando o alcance de 99,59% dos Municípios brasileiros;

- A Finep intensificou suas ações de divulgação e de prospecção de novos clientes e aumentou a capilaridade de sua atuação por meio da descentralização do apoio financeiro (Tecnova e Inovacred). Parte dos recursos foi aplicada para a continuidade de programas como o Sibratec, voltado para ampliação da capacidade de inovação e competitividade das empresas brasileiras, que se encontra operando com seis Redes Estaduais de Extensão Tecnológica, 22 Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos e duas Redes Temáticas de Centros de Inovação;
- A inovação nas empresas também foi apoiada por meio do Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação do Setor de Mineração e Transformação Mineral (Inova Mineral) e do Plano de Apoio ao Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química (Padiq), ambas iniciativas conjuntas da Finep e do BNDES para apoiar a planos de negócio de empresas voltados à inovação, em parceria com instituições de pesquisa ou universidades.
- O Inova Mineral, lançado em maio de 2016, conta com R\$ 1,18 bilhão, sendo até R\$ 220 milhões não reembolsáveis. Já o Padiq teve resultado final divulgado em agosto de 2016: foram aprovados 27 planos de negócios – sendo 12 de micro, pequenas e médias empresas –, que receberam um total de R\$ 2,4 bilhões; e
- Em 2016 também houve avanços no arcabouço regulatório das políticas de inovação, especialmente por meio da promulgação do novo marco legal da CT&I (Lei nº 13.243/16), que introduziu aprimoramentos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/04) e criou outros mecanismos de estímulo à inovação, e da Lei Complementar nº 155/16 que, entre outros avanços, incentiva o aporte de capital em micro e pequenas empresas inovadoras por meio de investidores-anjo.

Ressalta-se que estamos no primeiro ano de implementação do PPA (2016-2019). Em 2016, foram iniciados a organização e a estruturação dos arranjos de gestão para implementação dos Objetivos do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação. Assim, considera-se que o alcance do conjunto de metas e seus respectivos impactos ocorrerão nos próximos anos.

O Programa apresenta sete indicadores que, ao serem apurados e analisados, podem assistir aos gestores públicos com informações relevantes, alguns deles inclusive dispondo de série histórica.

Destacam-se primeiramente, indicadores relacionados ao Dispendio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao PIB, Dispendio nacional em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao PIB, e Participação do setor empresarial nos dispendios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), indicadores importantes, pois permitem uma comparação em relação a outros países, principalmente aos mais desenvolvidos e competitivos. Outros indicadores, tratados a seguir, mostram resultados mais concretos em termos de resultados alcançados com tais investimentos.

O percentual de empresas industriais com mais de 500 pessoas que inovaram teve índice apurado, referente a março de 2016, de 37,6% (fonte: Sondagem de Inovação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI). Esse número fica abaixo do nível de referência (47,8% em dezembro de 2014), contudo se consideramos as possibilidades de recuperação da economia nacional, é possível que o número melhore substancialmente e se aproxime do índice de referência no futuro.

O número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no País em 2016 foi de 8.014. O índice é superior ao de referência (7.297 em 2014), o que pode ser considerado positivo, e possivelmente é um reflexo dos esforços ocorridos em anos anteriores.

O indicador de participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus, com número disponível para 2015, de 2,63% (Fonte: <http://www.scimagojr.com/worldreport.php> acessado em 15/12/2016 às 10:15 h), apresenta um alcance superior ao índice de referência (2,5%, em 2014). A série histórica pode ser encontrada no endereço: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/full/2051/_b_i_Producao_cientifica_b_i_.html

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS
2021 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CÓDIGO DO OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS	
		2015	2016
0400	NO EXERCÍCIO (1)	472.020.039,31	569.129.596,59
	RPNP (2)	423.656.827,01	392.560.691,34
TOTAL DO OBJETIVO		895.676.866,32	961.690.287,93
1056	NO EXERCÍCIO ¹		323.427.552,19
	RPNP ²		
TOTAL DO OBJETIVO			323.427.552,19

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop (Base: 24/01/2017).

¹Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

²Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

CÓDIGO DO OBJETIVO	GASTO TRIBUTÁRIO	
	2015	2016*
0400	-	605.138.502,55
1056		3.410.522.380,65

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop (Base: 24/01/2017).

(*) Valores previstos.

Objetivo 0400 – Fomentar, incluindo ações internacionais, o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País.

Fazer avançar a Ciência, a Tecnologia e a Inovação no País, contribuir para a expansão das fronteiras do conhecimento e para a ampliação da participação do Brasil no contexto da CT&I global, gerando apropriação de benefícios pela sociedade, são constantes desafios para a ação governamental. A superação desses desafios demanda um leque variado e complexo de iniciativas e um fluxo contínuo de investimento, no sentido de evitar descontinuidades e desperdícios.

Como estratégia para tal, além do financiamento a projetos espontâneos, é fundamental o apoio, a partir da agregação e atuação em redes, a grupos de alta competência já consolidados e o investimento na formação de novos grupos focados em temas inovadores, dos melhores grupos que trabalham em áreas de fronteira da ciência de aplicações tecnológicas e em áreas definidas nos planos de governo como estratégias para o desenvolvimento sustentável. Este apoio se refere a recursos para o desenvolvimento das pesquisas, bolsas de estímulo à capacitação e formação de recursos humanos e investimentos em

infraestrutura de laboratórios, centros de pesquisa e equipamentos, de modo a facilitar a execução das atividades de inovação e difusão do conhecimento em todos os segmentos econômicos e a criação de novas linhas de pesquisa.

É necessário também fortalecer as atividades de cooperação internacional bilateral, regional, plurilateral e multilateral que envolvam o sistema de CT&I, por meio de parcerias estratégicas voltadas para a inserção soberana da CT&I do Brasil no cenário internacional.

A execução orçamentária deste objetivo envolve principalmente as duas principais Agências de Fomento à pesquisa do Governo Federal, CNPq e Finep.

Destaca-se, em 2016, a aprovação de recursos para 102 Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (INCT), envolvendo o investimento total de R\$ 628 milhões a serem aplicados em seis anos, sendo que R\$ 328 milhões correspondem a recursos federais, especialmente envolvendo recursos do CNPq e do FNDCT. Em 2016, estes 102 INCT receberam o aporte de R\$ 50 milhões, sendo R\$ 30 milhões do CNPq e R\$ 20 milhões do FNDCT.

Este esforço de apoio aos INCT visa proporcionar aos grupos de pesquisa de determinadas áreas a realização de pesquisas de fronteira e de alto impacto, com possíveis aplicações e que colaborem para estimular a inovação e o empreendedorismo. Foi garantida no ano de 2016 a continuidade do pagamento dos projetos apoiados ainda em 2014 dentro da Chamada Universal, sendo que os valores de R\$ 25 milhões foram utilizados para quitar os compromissos com 3.240 projetos selecionados.

Com esta quitação, em 2016, o total de projetos apoiados com a Chamada Universal atingiu o número de 5.553 projetos, totalizando R\$ 69 milhões. Cabe lembrar que diferentemente do aporte feito aos INCT, mais direcionado a áreas estratégicas ou prioritárias, os projetos apoiados pela Chamada Universal são distribuídos por todas as áreas do conhecimento e atendem tanto a grupos mais consolidados como a novos grupos ou novos pesquisadores por todas as regiões do País.

Outras ações de fomento foram realizadas para atender a programas específicos, tais como o Programa Brasileiro de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (Peld). Os resultados desses projetos trazem novos conhecimentos sobre os ecossistemas brasileiros, representam impacto do ponto de vista acadêmico, com o aumento do número de artigos científicos publicados, e mostram ao mundo a preocupação do Brasil com o conhecimento sobre seus ecossistemas.

A Finep, em contribuição ao objetivo, proporcionou investimentos para a melhoria da infraestrutura de pesquisa laboratorial do País. Este ponto refletiu inclusive sobre a diretriz de apoiar 30% dos projetos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Visando também fortalecer a inserção internacional e a cooperação do País com outros centros mundiais de pesquisa, cooperações internacionais foram firmadas com a Noruega, Finlândia e Espanha. Estas cooperações permitiram a contratação e financiamento de projetos de pesquisa conjuntos. No âmbito da América do Sul, destaca-se a Chamada de Cooperação entre o CNPq/Brasil e o CONICYT/CHILE, enfocando um a investigação do envelhecimento populacional.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% REALIZADO ACUMULADO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
00W0 - APOIAR ANUALMENTE 7 MIL PROJETOS DE PESQUISA PELAS AGÊNCIAS FEDERAIS DE FOMENTO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.	PROJETOS/ANO	7.000,00	4.116,00				58,80%	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ/MCTIC E FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP/MCTIC
0400 - APOIAR 300 PROJETOS DE EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE PESQUISA NAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS (ICT).	PROJETOS	300,00	36,00				12,00%	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP/MCTIC

Análise das Metas Quantitativas

Meta 00W0 – Apoiar anualmente 7 mil projetos de pesquisa pelas agências federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação.

As agências de fomento apoiaram um total de 4.116 projetos em 2016. A Finep apoiou 724 projetos de pesquisa, infraestrutura e inovação, registrando valor de R\$ 1,17 bilhão. Estes números representam o somatório dos projetos e valores de empenhos liquidados, RAPs liquidados e Notas de Crédito do exercício. Os principais projetos foram apoiados com recursos da Ação Transversal e do CT-Infra. Em relação aos convênios e contratos firmados foram apurados 79 instrumentos contratados no valor de R\$ 221,0 milhões.

Por parte do CNPq foram contratados 102 Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, com um investimento total de R\$ 50 milhões (envolvendo recursos do CNPq no valor de R\$ 30 milhões e o restante dos fundos setoriais). Além disso, o CNPq quitou pagamentos atrasados referentes à Chamada Universal 2014. Foram pagos R\$ 25 milhões a cerca de 3.240 projetos, complementando um total de 5.533 projetos contratados na chamada como um todo.

O objetivo da Chamada Universal é democratizar o fomento à pesquisa científica e tecnológica no País, contemplando todas as áreas do conhecimento.

Tanto o CNPq quanto o FNDCT sofreram uma diminuição expressiva nos orçamentos de 2015 e 2016, em relação a 2014, dificultando o alcance das metas programadas.

Diante desta constatação, o MCTIC vem envidando esforços em estratégias que possam ajudar no restabelecimento dos níveis de investimentos das agências, além de buscar expandir essa capacidade, a fim de atender uma demanda ainda fortemente reprimida. Essa providência é de extrema importância no sentido de não haver prejuízo ao desenvolvimento da CT&I a médio e longo prazo e retrocesso nos resultados alcançados ao longo dos anos. Estão sendo discutidas estratégias para o desenho de novas Chamadas Públicas a partir do 2º semestre de 2017

Meta 0400 – Apoiar 300 projetos de expansão, modernização e manutenção da infraestrutura de pesquisa nas instituições científicas e tecnológicas (ICT).

Em 2016 foram contratados 36 projetos de expansão, modernização e manutenção da infraestrutura de pesquisa em ICTs brasileiras, envolvendo o comprometimento de recursos da ordem de R\$ 120 milhões. Os projetos são especialmente relacionados ao objeto da Carta-Convite MCTI/FINEP 01/2014 (29) para apoio à complementação de obras de infraestrutura com recursos do CT-INFRA.

Além desses foram os projetos da Carta-Convite MCTI/FINEP/FNDCT 01/2016 – Institutos de Pesquisa do MCTI (quatro projetos) e do Apoio Institucional 03/2016 (três projetos), que, apesar de serem cobertas com recursos da Ação Transversal do FNDCT, são tipicamente de apoio a infraestrutura. A Carta-Convite MCTI/FINEP 01/2014 possibilitará a conclusão de obras apoiadas nas Chamadas CT-INFRA que se encontram inacabadas. O FNDCT sofreu uma diminuição expressiva nos orçamentos de 2015 e 2016. O CT-INFRA continua sendo um dos Fundos Setoriais mais importantes. No entanto, o orçamento disponível

permite apenas o cumprimento de convênios já contratados com restrição para o lançamento de novas ações.

O MCTIC está desenvolvendo estratégias para a solução do problema e um novo desenho de chamada pública para o segundo semestre de 2017, de maneira que o apoio a projetos novos possa ser retomado e a meta alcançada. Assim, o ano de 2017 é decisivo sobre o aspecto da conveniência da manutenção da meta.

Objetivo 1056 – Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.

A inovação é um processo de mudança que contribui para a dinâmica de crescimento das economias e desenvolvimento das sociedades. Pode-se dizer que é um processo social e, como tal, é bastante abrangente e multifacetado, incluindo inovações em produtos, processos de fabricação, identificação de novos mercados e, ainda, mudanças institucionais e organizacionais.

Para estimular a inovação tecnológica e para prover suporte à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica, o Governo Federal conta com instrumentos de incentivo para inovação nas empresas, tais como incentivos fiscais, subvenção econômica e financiamento. No caso específico da concessão de incentivos fiscais, a Lei do Bem (Lei nº 11.196 de 2005) possui papel de destaque no fortalecimento da pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica no Brasil. O processo de formação de parcerias estratégicas entre os entes que atuam no sistema e processo de P&D e Inovação, como por exemplo, as cooperações entre universidades, institutos de pesquisa e empresas, além do constante aperfeiçoamento do marco legal relacionado à temática, tem papel fundamental para o desenvolvimento do País e sua integração ao sistema econômico internacional.

Portanto, os incentivos proporcionados pela Lei de Inovação (Lei nº 10.973 de 2004) e outras congêneres e mais recentemente pelo novo Marco Legal de CT&I são utilizadas fortemente pelo MCTIC em suas iniciativas, políticas e programas, como é o caso da implantação de Núcleos de Inovação Tecnológica nas Instituições Científicas e Tecnológicas e a consolidação destas unidades para gerir a política de inovação.

Todos os programas e instrumentos utilizados e aplicados pelo MCTIC buscam estimular o desenvolvimento tecnológico e inovação, promovendo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) nas universidades, institutos de pesquisa e na indústria, bem como a capacitação de recursos humanos. Ademais tenta propiciar melhor ambiente para a promoção da inovação, compreendendo, entre outros, a criação de ambientes para incubadoras de empresas, parques tecnológicos, a mobilização por meio de Redes de P&D, e o estímulo à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia.

O Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI), o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO) e a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e a Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel (RBTB) são exemplos de iniciativas que buscam colaborar para o desenvolvimento econômico e social brasileiro, pela incorporação do conhecimento científico e tecnológico nas cadeias produtivas, em várias áreas do conhecimento tais como energia, mineração e transformação mineral, metalurgia, bioenergia e biocombustíveis, papel e celulose,

mecânica e transportes, automotivo, petróleo e gás, entre outros, ou às vezes perpassando por muitas delas, como é o caso da nanotecnologia.

O desenvolvimento do objetivo se dá principalmente por meio das seguintes ações orçamentárias: Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (Lei nº 10.332, de 2001); Investimento em Empresas Inovadoras; Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez; Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004); Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo); e Fomento à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto).

A execução pode ser considerada muito boa, visto que somente cerca de R\$ 6 milhões do valor total empenhado deixaram de ser liquidados, proporcionando o bom andamento do objetivo que pode ser confirmado quando se analisa o alcance das metas para o primeiro ano, a maior parte delas considerada com bom andamento.

Nas ações sob responsabilidade da Finep, esta atuou no estímulo à inovação nas empresas por meio de financiamento não-reembolsável, investimento direto e por intermédio de fundos, e financiamento reembolsável com equalização das taxas de juros.

A agência tem empreendido esforços para ampliar o volume de recursos ofertados, aumentar a eficiência operacional interna, melhorar as condições de financiamento e incentivar o uso articulado dos diferentes instrumentos de apoio à PD&I.

A Finep intensificou suas ações de divulgação e de prospecção de novos clientes e aumentou a capilaridade de sua atuação por meio da descentralização do apoio financeiro (Tecnova e Inovacred).

Parte dos recursos foi aplicada na continuidade de Programas como o Sibratec, voltado para ampliação da capacidade de inovação e competitividade das empresas brasileiras, que se encontra operando com seis Redes Estaduais de Extensão Tecnológica, 22 Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos e duas Redes Temáticas de Centros de Inovação.

Em 2016, as redes de extensão realizaram cerca de 300 atendimentos tecnológicos a micro, pequenas e médias empresas; as redes de inovação contrataram 15 projetos cooperativos e as redes de serviços tecnológicos realizaram, no primeiro semestre, mais de 1,1 milhão de ensaios e calibrações. Também se destacaram a atuação da rede SibratecShop de laboratórios abertos – constituída por 11 unidades que oferecem infraestrutura tecnológica e serviços para o desenvolvimento de produtos para empreendedores, startups, micro e pequenas empresas – e o Serviço Brasileiro de Resposta Técnica (SBRT), que disponibiliza informação tecnológica gratuita para a melhoria de qualidade de produtos e processos. Em 2016, o SBRT foi acessado por 30,7 mil pessoas e gerou 1.134 demandas, 330 respostas técnicas e 735 respostas referenciais. O Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI) também teve continuidade.

Os recursos serviram também para apoio a projetos na área de Nanotecnologia, dentro da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), que engloba um conjunto de ações com o objetivo de criar, integrar e fortalecer as atividades governamentais e os agentes atuantes nas áreas de Nanociência e Nanotecnologia.

A ação mais importante é o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO), formado por laboratórios multiusuários direcionados à PD&I em nanociências e nanotecnologias, com acesso aberto para usuários dos setores acadêmico e empresarial. O sistema é composto por oito laboratórios estratégicos e 18 laboratórios associados. Em 2016, a IBN priorizou o avanço nas pesquisas regulatórias em nanotecnologia e o fomento ao SisNANO.

Na área de energia, petróleo e gás os destaques foram as cooperações internacionais com a França, Alemanha, Reino Unido, Noruega e União Europeia nos temas: energia solar heliotérmica; redes elétricas inteligentes; armazenamento de energia e regulação; tecnologias submarinas para exploração e produção de petróleo e gás em águas profundas. Essas ações alavancaram diversos projetos de PD&I, estudos e missões envolvendo universidades, centros de pesquisa e empresas entre os países envolvidos.

Em continuidade ao iniciado em 2015, o MCTIC vem contribuindo na elaboração da Estratégia Nacional de Manufatura Avançada, que visa preparar o Brasil para as demandas e transformações advindas da chamada Quarta Revolução Industrial. Em 2016, foram realizados nove eventos com a participação de 500 especialistas para debater o tema e coletar insumos para a elaboração dessa estratégia.

Podemos também citar a plataforma iTec, um ambiente aberto de negócios tecnológicos que promove o encontro de empresas que buscam ajuda em seus projetos e organizações que têm as soluções para esses desafios, que em 2016 obteve 276 mil visualizações, 2.212 usuários cadastrados, 110 desafios e 737 soluções postadas.

A realização do maior evento de divulgação científica e tecnológica em biodiesel do País: o 6º Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel, com mais de 700 congressistas e apresentação de 716 trabalhos técnico-científicos, mostrando a consolidação da pesquisa em biodiesel no Brasil no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

Houve a continuidade dos projetos de apoio à PD&I em biodiesel que visam resolver os principais gargalos tecnológicos do setor, como a diversificação de fontes de matérias-primas e novas tecnologias de produção para matérias-primas de baixa qualidade. Em relação a outros combustíveis derivados de biomassa, destacam-se dois projetos em fase inicial: um para a promoção de soluções baseadas em biogás refinado (biometano) para mobilidade e o outro para desenvolver tecnologias apropriadas e construção de ambiente institucional e normativo favorável ao uso de carvão vegetal sustentável nas indústrias de ferro gusa, aço e ferroligas.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% REALIZADO ACUMULADO	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
044R – ESTIMULAR 1.250 EMPRESAS A CADA ANO A REALIZAREM ATIVIDADES DE PESQUISA TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÃO VIA INCENTIVOS FISCAIS	EMPRESAS APOIADAS/ANO	1.250,00	1.110,00				88,80 %	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC) E FINEP
044S – FOMENTAR 1,5 MILHÃO DE ATENDIMENTOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E À INOVAÇÃO EM EMPRESAS.	MILHÕES DE ATENDIMENTOS REALIZADOS	1,50	1,10				73,33 %	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC)
044T – AUMENTAR DE 950 PARA 1.250 O NÚMERO DE EMPRESAS INSTALADAS EM PARQUES TECNOLÓGICOS.	EMPRESAS	1.250,00	1.288,00				103,04 %	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC) E FINEP
044U – APOIAR 300 PROJETOS QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO NAS CADEIAS PRODUTIVAS.	PROJETOS APOIADOS	300,00	50,00				16,67 %	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC)
044V – LANÇAR 12 EDITAIS DO PROGRAMA INOVA EMPRESA II, COM ARTICULAÇÃO ENTRE MINISTÉRIOS E AGÊNCIAS, E FOCO NAS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DEFINIDAS PELO GOVERNO FEDERAL.	EDITAIS LANÇADOS	12,00	2,00				16,67 %	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP)
044Y – APOIAR, VIA RECURSOS DE CRÉDITO OU DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA, 1.000 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA.	EMPRESAS APOIADAS	1.000,00	132,00				13,20 %	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP)
04SI – AUMENTAR DE 2.650 PARA 3.100 AS EMPRESAS ATENDIDAS EM INCUBADORAS DE EMPRESAS.	EMPRESAS/ ANO	3.100,00	2.688,00				86,71 %	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC) E FINEP

Análise das Metas Quantitativas

Meta 044R – Estimular 1.250 empresas a cada ano a realizarem atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação via incentivos fiscais.

Entre 2006 e 2014, o número de empresas que solicitaram os incentivos previstos na Lei do Bem (Lei nº 11.196/05) aumentou de 130 para 1.206, a renúncia fiscal passou de R\$ 229 milhões para R\$ 1,7 bilhão e o investimento das empresas cresceu de R\$ 2,2 para R\$ 8,2 bilhões.

Considerando o somatório dos investimentos e das renúncias praticadas, verifica-se que as empresas investiram R\$ 60,2 bilhões em PD&I e obtiveram benefícios fiscais de R\$ 11,6 bilhões. No ano-base 2016, de acordo com as informações prestadas pelas empresas e em análise na Setec, estima-se que foram beneficiadas 1.110 empresas, envolvendo investimentos de R\$ 8,9 bilhões e uma renúncia fiscal de 1,7 bilhão.

Meta 044S – Fomentar 1,5 milhão de atendimentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em empresas.

Em 2016 foram realizados 1,1 milhão de atendimentos, número obtido com base na somatória de: serviços tecnológicos realizados pelas Redes Sibratec de Serviços Tecnológicos (1.081.709 ensaios e 21.164 calibrações); empresas atendidas pelas Redes Sibratec de Centros de Inovação (apenas as duas Redes Sibratec-SisNano realizaram projetos cooperativos com empresas em 2016, com 15 projetos contratados); e empresas atendidas pelas Redes Sibratec de Extensão Tecnológica (300 empresas).

Os atendimentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação foram ofertados às empresas por meio do Programa iTec, dos 24 Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação e das Redes do Sibratec, atualmente formado por seis Redes Estaduais de Extensão Tecnológica, 22 Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos e duas Redes Temáticas de Centros de Inovação. Essas Redes são formadas por laboratórios de ensaios e calibração, com o objetivo de auxiliar as empresas na superação de exigências técnicas para o acesso aos mercados interno e externo. Em 2016 iniciou-se o processo para viabilizar apoio institucional do MCTIC a essas Redes. As demais iniciativas associadas a essa meta contribuíram para apoiar as empresas

em demandas fundamentais para impulsionar a inovação, como a solução de gargalos tecnológicos, a realização de projetos cooperativos de desenvolvimento tecnológico entre instituições científicas e tecnológicas e empresas, a gestão da inovação e a promoção da inovação aberta com transferência de tecnologia.

Meta 044T – Aumentar de 950 para 1.250 o número de empresas instaladas em parques tecnológicos.

As avaliações recentes do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI) mostram que o apoio concedido pelo MCTIC tem sido fundamental para a consolidação desses ambientes de inovação no País.

Um estudo sobre os impactos do PNI, publicado em 2015, comparou os Parques Tecnológicos que receberam recursos do programa com outros que não foram apoiados.

Os resultados da pesquisa mostraram que os parques que receberam recursos do PNI abrigavam empresas com maior faturamento médio, geravam mais empresas e empregos, possuíam maior sustentabilidade financeira, registraram maior número de patentes, tiveram maior valorização imobiliária, desenvolveram novos setores econômicos e eram mais maduros em termos de gestão para resultados.

Os indicadores sobre parques tecnológicos consolidados pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB) revelam que, entre 2013 e 2016, o número de empresas instaladas nesses empreendimentos cresceu 37%, alcançando 1.288 empresas.

No mesmo período, o número de empregos gerados nos parques tecnológicos analisados aumentou 20,5%, passando de 32,2 mil para 38,8 mil empregos. As avaliações demonstram, portanto, que o Governo Federal deve dar continuidade e ampliar essa importante política de estímulo à consolidação de ecossistemas de inovação no País.

Meta 044U – Apoiar 300 projetos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas cadeias produtivas.

Em 2016 foram apoiados 50 projetos nas cadeias produtivas de energia, biocombustíveis, petróleo & gás, recursos minerais e nanotecnologia. Esses projetos foram estratégicos para solucionar gargalos tecnológicos, bem como dar continuidade a ações de PD&I estratégicas para o País. Já existe forte indicativo de proposta para a revisão da meta, tendo em conta que a mesma dificilmente será alcançada se não houver a recomposição dos recursos do FNDCT. No momento, o Ministério vem envidando esforços para reverter ou atenuar estes efeitos.

Meta 044V – Lançar 12 editais do Programa Inova Empresa II, com articulação entre ministérios e agências, e foco nas prioridades estratégicas definidas pelo Governo Federal.

Os programas com participação da Finep dentro do Plano Inova Empresa são operados por meio de editais e englobam diferentes modalidades de apoio, com integração de instrumentos, tais como: crédito, subvenção econômica e recursos não reembolsáveis para projetos em parceria entre ICT's e empresas e investimento em empresas de forma direta ou por meio de fundos.

A partir de 2015, após a Finep ter realizado uma análise e avaliação dos Editais lançados da primeira fase do Programa, foi planejada uma segunda fase de lançamento de Editais Inova com o objetivo de apoiar novos setores ou temas prioritários para o País.

O desempenho da Finep em 2016 para esta meta é expresso pelo lançamento de dois Editais: um para o Programa PADIQ – Plano de Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química; e um para o Programa Inova Mineral – Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação do Setor de Mineração e Transformação Mineral.

Meta 044Y – Apoiar via recursos de crédito ou de participação acionária, 1,0 mil micro e pequenas empresas de base tecnológica.

O apoio às micro e pequenas empresas via recursos de crédito é prioritariamente realizado por meio de Programas Descentralizados (Programa Inovacred) e por ações de investimento, como participação acionária. Excepcionalmente, em função do componente tecnológico e criticidade do projeto, esse pode ser apoiado por meio dos instrumentos de crédito operados diretamente pela Finep. O impacto relacionado à expectativa da Finep em lançar o Programa Inova Startup, no qual se

previa uma forte demanda de micro e pequenas empresas por recursos Finep, e não efetivada, foi determinante para a execução mediana da meta, de apoio à apenas 132 micro e pequenas empresas.

Meta 04SI – Aumentar de 2.650 para 3.100 as empresas atendidas em incubadoras de empresas.

As avaliações recentes do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI) mostram que o apoio concedido pelo MCTIC tem sido fundamental para a criação e consolidação desses ambientes de inovação no Brasil. Uma avaliação dos impactos do PNI, publicada em 2015, mostrou que as incubadoras de empresas que receberam recursos do programa se destacam das demais por possuírem maior número de empresas incubadas e graduadas. Além disso, as empresas apoiadas por essas incubadoras possuem maior faturamento médio anual e empregam mais do que as empresas incubadas e graduadas por outras incubadoras.

De acordo com dados da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), existem atualmente 369 incubadoras em todo o Brasil, que reúnem 2.310 empresas incubadas, 378 empresas associadas e 2.815 empresas graduadas. Somando o número de empresas incubadas com o de empresas associadas, obtém-se a um total de 2.688 empresas atendidas em incubadoras em 2016.

Estudo realizado em 2016 pela Anprotec, denominado “Estudo de Impacto Econômico Segmento de Incubadoras de Empresas no Brasil”, que avaliou o impacto econômico das empresas incubadas e graduadas pelas incubadoras brasileiras, estimou o faturamento anual dessas empresas em aproximadamente R\$ 15,3 bilhões.

O referido estudo também identificou a geração de 53,3 mil empregos diretos, sendo 15,5 mil nas empresas incubadas e 37,8 mil nas empresas graduadas. Além dos impactos diretos, foram identificados os impactos indiretos das atividades das empresas apoiadas pelas incubadoras na economia brasileira.

De acordo com as estimativas realizadas, as atividades das empresas incubadas geram um efeito indireto da ordem de R\$ 2,3 bilhões na produção nacional e contribuem para a geração de 35,7 mil empregos indiretos. Por outro lado, as estimativas apontam que as atividades das empresas graduadas geram um impacto indireto de R\$ 21,8 bilhões na produção nacional e contribuem para a geração de aproximadamente 338 mil empregos indiretos.

4.5. ÁREA TEMÁTICA: TEMAS ESPECIAIS

4.5.1. Programa 2058 - Defesa Nacional

A política de defesa de um País determina a capacidade estatal de oferecer proteção ao seu povo e de garantir a não ingerência externa em seu território. A Política Nacional de Defesa (PND) conceitua a defesa nacional como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Embora seja um País pacífico por tradição e por convicção, o Brasil pode, eventualmente, ser envolvido em conflitos gerados externamente, seja por ameaça ao patrimônio nacional ou aos seus interesses vitais.

Para prevenir e dissuadir conflitos e por ter regiões geográficas muito díspares quanto ao potencial e grau de desenvolvimento sócio econômico, clima, vegetação, topografia, necessita dispor de Forças Armadas adequadas ao seu perfil, com atributos de alta mobilidade e alcance, capazes de se fazerem presentes, com rapidez e eficiência, em qualquer parte do território nacional.

No Brasil, a coordenação da Política de Defesa é exercida pela atuação integrada do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, responsáveis, respectivamente, pela defesa das águas jurisdicionais brasileiras, do território nacional e do espaço aéreo sobrejacente. No Plano Plurianual 2016-2019, o Programa

Defesa Nacional está alinhado à diretriz estratégica “Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e da promoção da defesa da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações”.

Corroborando com essa orientação estratégica do Governo Federal, um dos principais objetivos do Programa é justamente o de monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.

Em sintonia com esse objetivo, foi estabelecido também o de “Aparelhamento das Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional”, com a finalidade de promover a elevação da capacidade operativa dessas instituições.

Forças Armadas bem aparelhadas devem contar com meios e equipamentos e sistemas modernos, tais como: computadores, radares, viaturas blindadas, artilharia, aeronaves e embarcações, com a finalidade de alcançar mobilidade, monitoramento e poder de combate, necessária face às hipóteses de emprego previstas na Política Militar de Defesa.

Nesse sentido, promover o desenvolvimento da base industrial de defesa é mais um objetivo do Programa, para o quadriênio 2016-2019. Para se obter a autossuficiência, o Brasil deve priorizar a fabricação de produtos nacionais, visando à redução da dependência tecnológica e a superação das restrições de acesso às tecnologias sensíveis. Tal medida depende do fomento à indústria nacional de defesa, a qual contribuirá, também, para o desenvolvimento econômico do País. Os demais objetivos finalísticos

do Programa abrangem o planejamento, o preparo e a condução de operações militares; a formação e capacitação dos efetivos das Forças Armadas; a elevação da capacidade operativa por meio do adestramento e prontidão logística; a adequação de estruturas e instalações militares; o desenvolvimento de capacidades estratégicas nas áreas cibernética, nuclear e espacial e na evolução dos sistemas de comunicações, comando, controle, inteligência e segurança da informação e; a promoção da multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.

Por fim, o Programa também contempla o objetivo de cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

São exemplos da contribuição das Forças Armadas à sociedade: as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Calha Norte (vertente civil), Projeto

Rondon, Soldado-Cidadão e Forças no Esporte, além das ações cívico-sociais e assistência hospitalar às comunidades ribeirinhas na Amazônia.

Indicadores

A evolução do Programa de Defesa Nacional é acompanhada por meio dos seguintes indicadores: i) disponibilidade da frota da Força Aérea Brasileira; ii) índice de Operacionalidade da Força Terrestre, iii) meios operativos da Marinha, na condição de "pronto para operar"; iv) monitoramento do espaço aéreo; e v) participação da Base Industrial de Defesa no PIB. Esses indicadores mensuram, dentre outros aspectos, a capacidade operacional singular das Forças Armadas quanto aos meios operativos, preparo dos efetivos, adestramento e prontidão logística, além da capacidade do Brasil em produzir e comercializar bens relacionados à indústria nacional de defesa. Os resultados dos indicadores do Programa Defesa Nacional, referentes ao exercício de 2016, estão apresentados no quadro a seguir:

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			VALOR APURADO 2016		VARIÇÃO % EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE REFERÊNCIA
		DATA	ÍNDICE	FONTE DE INFORMAÇÃO	DATA	ÍNDICE	
DISPONIBILIDADE DA FROTA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	PERCENTUAL	31/12/2014	40,11	COMANDO AERONÁUTICA DA	31/12/2016	41,10	2,47
ÍNDICE DE OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE	PERCENTUAL	31/12/2014	45,00	EXÉRCITO BRASILEIRO - COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES (COTER)	31/12/2016	50,00	11,11
MEIOS OPERATIVOS DA MARINHA, NA CONDIÇÃO DE PRONTO PARA OPERAR	PERCENTUAL	31/12/2014	48,00	MARINHA DO BRASIL	31/12/2016	44,00	-8,33
MONITORAMENTO DO ESPAÇO AÉREO	PERCENTUAL	31/12/2014	93,13	COMANDO AERONÁUTICA DA	14/12/2016	93,13	0,00
PARTICIPAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA NO PIB	PERCENTUAL	31/12/2014	0,15	MINISTÉRIO DEFESA /SEPROD DA	31/12/2016	0,125	-16,40

Fonte: Ministério da Defesa.

Análise do Atingimento dos Indicadores

Disponibilidade da frota da FAB

Comparando o valor apurado em 2016 de 41,10% com o de referência 40,11%, observa-se uma pequena variação positiva, ou seja, uma discreta melhora na disponibilidade das aeronaves. É importante ressaltar que, considerando o cenário fiscal mais restritivo, foram adquiridos apenas equipamentos de menor custo e de caráter emergencial, em detrimento de itens de valor mais elevado no médio prazo. Em uma visão prospectiva, a melhora do indicador só será alcançada por meio da concretização de três medidas: aquisição de novas aeronaves, modernização das aeronaves já existentes na frota e elevação da capacidade de manutenção dos meios existentes, com a reposição adequada dos estoques de peças.

Índice de Operacionalidade da Força Terrestre

O valor de referência para o IFT relativo a 2014 é 45%. No exercício de 2016, esse percentual atingiu 50%, apresentando uma pequena evolução, em razão da melhora na disponibilidade de materiais e equipamentos contabilizados no cálculo do índice.

Meios operativos da Marinha

O indicador avalia a incorporação de novos meios operativos, além do esforço empreendido pela instituição para prontificar, tempestivamente, os meios que se encontram em manutenção ou que necessitam de reparos não programados. Em 2016, o índice teve variação negativa de -8,33%, em relação ao índice de referência. Dentre as ocorrências que justificam o resultado, destacam-se a baixa do Navio Desembarque Doca Ceará, Navio Transporte Marajó, Corveta Inhaúma e Navio-Varredor Anhatomirim, e a incorporação da Embarcação de Desembarque de Carga Geral (EDCG) "Marambaia" e do Navio Doca Multipróposito Bahia.

Monitoramento do espaço aéreo

A atual vigilância do espaço aéreo brasileiro é estruturada por meio de 84 sistemas de radiodeterminação distribuídos por todo o território nacional. Essa infraestrutura sustenta serviços prestados às aeronaves operando em todo o espaço aéreo brasileiro, em elevado nível de segurança e de qualidade, reconhecido internacionalmente.

A atual rede de radares instalada proporciona o alcance do índice de 93,13% a 20.000 pés de altitude, apurado em 14 de dezembro de 2016, permanecendo-se inalterado em relação ao índice de referência.

Participação da Base Industrial de Defesa no Produto Interno Bruto

Tomando-se por base o PIB real, houve uma retração do índice, em 2016, da ordem de 3,16%, tendo em vista que o crescimento da Base Industrial de Defesa depende das aquisições de produtos dessa categoria, pelas Forças Armadas, o que ocorreu em volume inferior ao desejado no exercício em referência.

Descrição do objetivo

Objetivo 1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.

Dadas as dimensões continentais do território nacional, é um grande desafio para o Governo brasileiro realizar o monitoramento e o controle do espaço terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras, missão esta confiada às unidades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. No desempenho dessas tarefas, as Forças singulares ganham efetividade quando atuam de forma integrada, utilizam tecnologias aplicadas à defesa nacional e atuam com a mobilidade necessária sendo a estratégica para se chegar rapidamente ao local de operações e a tática para se mover dentro desse espaço.

A proteção da Amazônia se constitui tema de maior interesse para a defesa nacional. Essa atividade requer avanço no desenvolvimento regional sustentável, que passa pelo trinômio monitoramento, mobilidade e presença. Um dos requisitos fundamentais para o monitoramento e controle da região amazônica é o conhecimento cartográfico, cuja ampliação constitui-se em uma das metas do Programa Defesa Nacional, no PPA 2016-2019. A capacidade de vigilância do espaço terrestre brasileiro depende, dentre outros fatores, de meios apropriados, de capacidade operacional e tecnológica. Nesse aspecto o Exército Brasileiro tem estabelecido ferramentas como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

O Sisfron é um sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. Além disso, esse sistema tem por finalidades assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como atuar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais.

Para que a defesa da nação seja efetiva, há necessidade de vigilância e controle permanentes do espaço aéreo. Dessa forma, além de contar com aviões em número suficiente para a realização da atividade de monitoramento, o País deverá também ampliar, progressivamente, a cobertura da área monitorada, na altitude de 3.300 metros, no período de 2016-2019. Também deverão ser modernizados os sistemas de voo, aproximação e pouso nas vertentes civil e militar, assim como implantados novos radares no território nacional.

Os componentes essenciais para o exercício da soberania do espaço aéreo nacional são o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra) e o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). Enquanto o Sisdabra é responsável pelas ações de defesa propriamente ditas, compete ao Sisceab o controle do espaço aéreo e o exercício das atividades de

Proteção ao Voo. No que se refere à Defesa Naval, o País deve ter como foco o monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras, com vistas ao controle de área marítima do território e à negação do uso do mar, nas hipóteses legalmente previstas.

As capacidades para controlar áreas marítimas, negar o uso do mar e projetar o Poder Naval devem ter por finalidade incrementar a segurança e a habilitação para defender as plataformas petrolíferas nas águas jurisdicionais brasileiras, as instalações navais e portuárias, os arquipélagos e as ilhas oceânicas e responder prontamente a qualquer ameaça às vias marítimas e às águas interiores.

Para garantir que as riquezas existentes nos mares do Brasil sejam devidamente protegidas, foi concebido o Sistema de Monitoramento da Amazônia Azul (SisGAAz), com o objetivo de monitorar e controlar a imensa área conhecida como Amazônia Azul. Trata-se de um espaço de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, que se estende até 350 milhas náuticas (648 km) da sua costa, e 200 milhas náuticas em torno de suas ilhas oceânicas, o que representa cerca de metade da área territorial do País.

Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras, mais que um objetivo do Programa Defesa Nacional, é missão das Forças Armadas. Dessa forma, o País tem ampliado a capacidade de atuação dessas instituições, por meio de investimentos em projetos estratégicos, voltados para o aparelhamento, inovação tecnológica, e preparo no campo da logística e da mobilização militares.

Evolução da execução orçamentária

A tabela a seguir demonstra os valores liquidados do Objetivo 1123, instituído no momento da elaboração da elaboração do PPA 2016-2019, portanto, com vigência a partir do exercício de 2016.

OBJETIVO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES LIQUIDADOS (R\$ 1,00)	
		2015 (*)	2016
1123 - MONITORAR, CONTROLAR E DEFENDER O ESPAÇO TERRESTRE, AÉREO E AS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (1)	-	1.170.473.273,36
	RPNP (2)	-	0
TOTAL DO OBJETIVO		-	1.170.473.273,36

Fonte: Siop, em 09 de janeiro de 2017.

Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

(*) Objetivo iniciado em 2016.

Considerando-se somente o valor liquidado no exercício, a execução orçamentária das ações que compõem o objetivo foi de R\$ 1.170.473.273,36. Entretanto, incluindo-se o valor liquidado em virtude de Restos a Pagar não Processados (R\$ 610.706.974,68), o montante total liquidado em 2016 alcança R\$ 1.781.180.248,04 conforme detalhado na tabela a seguir:

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO OBJETIVO		DESPESAS LIQUIDADAS NO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP) LIQUIDADOS EM 2016	LIQUIDADADO TOTAL EM 2016 (EXERCÍCIO E RPNP)
13DB	AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA	38.495.931,30	142.479,93	38.638.411,23
13F9	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM	146.231,64	0,00	146.231,64
14T2	IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA DEFESA ANTIAÉREA NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	0,00	603.034,11	603.034,11
14T5	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS - SISFRON	68.891.100,55	113.238.029,17	182.129.129,72
151D	OBTENÇÃO DE SISTEMA DE DEFESA ANTIAÉREA	0,00	3.305.328,46	3.305.328,46
157M	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL (SISGAAZ)	208.139,98	1.288.527,66	1.496.667,64
20X4	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM	22.419.633,90	20.193.574,21	42.613.208,11
20XV	OPERAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - SISCEAB	1.012.964.878,11	460.142.211,89	1.473.107.090,00
20XX	PRESTAÇÃO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	13.646.026,75	7.479.750,99	21.125.777,74
2913	INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	2.586.434,92	2.264.634,84	4.851.069,76
2919	REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS	11.114.896,21	2.049.403,42	13.164.299,63
TOTAL		1.170.473.273,36	610.706.974,68	1.781.180.248,04

Fonte: Siop, em 09 de janeiro de 2017.

Com relação à Ação 13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea - no que concerne ao Projeto do Míssil Telecomandado (RBS 70), foram adquiridos postos de tiro míssil; conjuntos de baterias para posto de tiro e do aparelho de pontaria noturna; simuladores do posto de tiro; equipamento de teste e manutenção e redes de camuflagem, que serão distribuídos aos grupos de artilharia antiaérea, componentes do Sistema de Defesa Antiaérea.

Releva também mencionar a realização de obras de adaptação nas instalações da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

As Ações: 14T2 - Implantação e Adequação da Defesa Antiaérea na Força Aérea Brasileira e 151D - Obtenção de Sistema de Defesa Antiaérea só tiveram execução de Restos a Pagar não Processados em 2016.

No que tange à Ação 14T2, os valores de Restos a Pagar não Processados liquidados em 2016 originaram-se das aquisições de materiais utilizados na infraestrutura de segurança das instalações das organizações de Defesa Antiaérea da Força Aérea Brasileira, na implantação das estruturas voltadas ao comando e controle da Brigada e seus Grupos de Defesa Antiaérea e nos eventos de capacitação e aprestamento dos recursos humanos envolvidos nessa atividade.

No que se refere à Ação 151D, foram liquidadas, em 2016, as despesas contratadas em 2015, relativas à parte do pagamento da etapa 4, referente à contratação de serviços de pesquisa e desenvolvimento do Projeto de Radar de Média Altura Saber M 200.

Embora o valor liquidado de Restos a Pagar não Processados da Ação 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - Sisfron (R\$ 113.238.029,17), tenha sido 98,3% superior ao valor liquidado do próprio exercício (R\$ 68.891.100,55), vale ressaltar que esse percentual vem diminuindo gradativamente ao longo dos anos, em razão da melhoria dos processos de gerenciamento do Projeto. No que se refere à Ação

157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ) - ao todo foram liquidados, em 2016, R\$ 1.496.667,64. O maior volume, cerca de 86,1% (R\$ 1.288.527,66) foi relativo a Restos a Pagar não Processados de serviços de assessoramento, apoio técnico-administrativo e gerencial do Projeto.

Na Ação 20X4 - Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia, R\$ 22.419.633,90 referem-se a liquidações de 2016. Tais despesas decorreram, principalmente, de pagamento de serviços de imagens e dados recebidos por satélite, telecomunicações e cessão de segmento espacial para transmissão de dados, licenças e suporte de software de utilização, criação e compartilhamento de mapas, cenas, aplicativos, camadas, análises e dados de satélite. Também foram relevantes as despesas de manutenção preventiva e corretiva dos Centros Regionais e do Centro de Coordenação Geral.

O valor de Restos a Pagar não Processados (total de R\$ 20.193.574,21) tem origem nos contratos efetuados no exercício de 2015. Nesse sentido, as principais liquidações efetuadas em 2016 são relacionadas à aquisição do módulo de processamento de imagem de radar e ao serviço de análise para o Projeto Amazônia SAR; aquisição de Switch de núcleo de rede; despesas com aquisição de espectrômetro; fornecimento de licenças de software com instalação, integração e ativação; contrato anual para o sistema de recepção de dados de satélite, dentre outras.

Das ações que compõem o objetivo, a mais significativa, em termos de materialidade, é a 20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - Sisceab, cuja liquidação em 2016 totalizou R\$ 1.473.107.090,01, cerca de 83% do valor total liquidado do objetivo, em 2016; sendo R\$ 1.012.964.878,11 do próprio ano e R\$ 460.142.211,89 relativos a Restos a Pagar não Processados.

A operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab) envolve, principalmente, o funcionamento dos sistemas de vigilância, de telecomunicações, de busca e salvamento, de informações aeronáuticas, de apoio à navegação e de controle do espaço aéreo, dentre outros. Em 2016, os recursos dessa atividade e respectivos projetos foram destinados, basicamente, para a manutenção do Sistema, com troca de equipamentos antigos por outros adequados às novas tecnologias embarcadas nas aeronaves, provendo maior segurança e rapidez no trâmite dos dados no serviço de canalização de dados e voz, por meio satelital e terrestre; manutenções preventivas, corretivas e de suporte nos sistemas de tecnologia da informação; modernização do Sistema de dados e voz (STVD) e dos radares utilizados no controle do espaço aéreo brasileiro.

Não obstante o percentual de cobertura do Território Nacional não ter sido alterado em 2016, permanecendo em 93,13%, na altitude de 20.000 pés, algumas implantações em sobrecobertura (áreas que já possuem outro tipo de cobertura radar), como substituições, implantações e/ou modernizações de radares, foram realizadas nesse período, da seguinte forma:

- i) implantação de radares do tipo “controle terminal”, para melhora da qualidade na segurança dos pousos e decolagens das aeronaves nos aeroportos de Vitória/ES, Lagoa Santa/MG e Porto Velho/RO;
- ii) substituição de radares antigos, que apresentavam não só custo operacional muito elevado como dificuldade na obtenção de peças de reposição e manutenção de alto custo, nas localidades de Barra do Garças-MT, Morro da Igreja - SC e Pico do Couto-RJ; e
- iii) modernização do radar em Eirunepé/AM, com aplicação dual para auxílio à navegação aérea civil e de uso militar na segurança do espaço aéreo, na área sob sua jurisdição.

Todo o investimento na manutenção do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, nesse período considerado, garantiu a segurança e fluidez no tráfego aéreo durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, a exemplo do que já ocorrera na Copa do Mundo FIFA 2014, quando foram envolvidos menos aeroportos.

A Ação 20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária – teve uma liquidação total de R\$ 21.125.777,74, sendo R\$ 13.646.026,75 do exercício de 2016 e R\$ 7.479.750,99 de Restos a Pagar não Processados. Os recursos destinados a essa ação foram empregados nas atividades de fiscalização do tráfego aquaviário e de perícias técnicas em navios nacionais e estrangeiros que operam em águas jurisdicionais brasileira.

Quanto à execução da Ação 2913 - Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, dos R\$ 4.851.069,76, liquidados em 2016, R\$ 2.264.634,84 são oriundos de Restos a Pagar não Processados e R\$ 2.586.434,92 referem-se a despesas do exercício de 2016.

As despesas dessa ação referem-se à prestação de serviços e fornecimentos de materiais necessários à manutenção das unidades do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos e aos processos de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos, sendo que em 2016 foram liquidadas à conta de Restos a Pagar não Processados aquelas cujos processos de contratação foram iniciados em 2015 e concluídos no exercício seguinte.

No que tange à Ação orçamentária 2919 - Registro e Fiscalização de Produtos Controlados, ocorreram aquisições de grande vulto em novembro de 2016, graças à provisão de crédito realizada no 3º quadrimestre, contudo, não houve tempo hábil para a liquidação ainda naquele ano, por isso, o montante liquidado do exercício foi de R\$ 11.114.896,24.

Nível de realização das metas quantitativas

A tabela a seguir demonstra o desempenho das metas do Objetivo 1123, no exercício de 2016:

DESCRIÇÃO DA META 2016-2019	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2016-2019	META REALIZADA ATÉ				% DA META TOTAL 2016-2019 REALIZADA ACUMULADO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO
			2016	2017	2018	2019		
04GB - CONCLUIR A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON) NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.	UNIDADE	1	0,08	-	-	-	8%	COMANDO DO EXÉRCITO
04GC - IMPLANTAR 11% DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON) NOS ESTADOS DO ACRE, MATO GROSSO, RONDÔNIA, PARANÁ E SANTA CATARINA.	PERCENTUAL	11%	0,30%	-	-	-	2,73%	COMANDO DO EXÉRCITO
04GD - IMPLANTAR 30 MÓDULOS DE DEFESA ANTIAÉREA DE ESTRUTURAS CIVIS CRÍTICAS - PROJETO DE DEFESA ANTIAÉREA DA FORÇA TERRESTRE.	UNIDADE	30	5	-	-	-	16,67%	COMANDO DO EXÉRCITO
04GE - REALIZAR, ANUALMENTE, 100 OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.	UNIDADE/ ANO	100	124	-	-	-	124%	COMANDO DA MARINHA
04GF - ELEVAR A COBERTURA DE VIGILÂNCIA AÉREA NO TERRITÓRIO NACIONAL DE 47% PARA 75%, COM AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO NA ALTITUDE DE 3.300M	PERCENTUAL	75%	53,48%	-	-	-	71,31%	COMANDO DA AERONÁUTICA

Fonte: Siop, em 09 de janeiro de 2017.

04GB - Concluir a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) no Estado do Mato Grosso do Sul

A consecução da meta até o final do plano dependerá da realização de investimentos no Projeto e da superação dos desafios tecnológicos para implantação e integração do Projeto Piloto do Sisfron, bem como da solução de questões patrimoniais referentes à implantação da infovia do Sistema. Na vertente de sensoriamento e apoio à decisão foram adquiridos sensores óticos e optrônicos; radares de vigilância terrestre; sensores de sinais eletromagnéticos; centros de comando e controle fixos e móveis; aplicativos (software) de apoio à decisão; infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações (fixas e móveis - infovia) e suporte logístico integrado.

Na vertente de obras de engenharia, tiveram prosseguimento 20 obras, iniciadas nos anos de 2012 a 2015; além disso, foram entregues diversas edificações, como por exemplo o pavilhão de garagem e oficina do 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica (Campo Grande/MS). Na vertente de apoio à atuação, foram adquiridas viaturas operacionais, ambulâncias, equipamentos de engenharia, estações de tratamento de água para pelotões especiais de fronteira, conjuntos para posto de bloqueio e controle de estradas, equipamentos de saúde, embarcações empurradoras e balsas fluviais.

04GC - Implantar 11% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) nos Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Paraná e Santa Catarina

A meta refere-se à 2ª fase do Projeto, sendo o prosseguimento da implantação do Sisfron que será iniciada a partir de 2018, após a execução e avaliação do Projeto Piloto situado no Mato Grosso do Sul/MS. Por esse motivo, o percentual de execução acumulado ao final de 2016 ficou em apenas 2,73%.

No ano de 2016 as principais realizações relativas a essa meta foram a obtenção de meios de sensoriamento eletromagnético, a realização de obras de engenharia e a aquisição de viaturas operacionais e de meios logísticos de transporte fluvial.

Vale ressaltar que, em virtude de aporte de recursos oriundos de emendas parlamentares com destinação específica de local de utilização, foi possível atender necessidades operacionais que não poderiam ser postergadas, além de obter meios preparatórios para as fases seguintes, particularmente em relação às obras de engenharia.

04GD - Implantar 30 módulos de defesa antiaérea de estruturas civis críticas - Projeto de Defesa Antiaérea da Força Terrestre

O Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea teve progresso no ano de 2016. Nesse exercício foram implantados cinco módulos de defesa antiaérea. Além disso, houve avanços no Projeto tais como a aquisições de materiais, execução de obras e desenvolvimentos tecnológicos, que permitirão elevar o nível de módulos disponíveis nos próximos anos.

Merecem destaque as obras de adaptação nas instalações da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para receber os novos sistemas de materiais de defesa antiaérea.

Em relação ao Projeto do Míssil Telecomandado (RBS 70), foram adquiridos importantes itens, como postos de tiro míssil; conjuntos de baterias para posto de tiro; aparelhos de pontaria noturna e redes de camuflagem. Estes equipamentos serão distribuídos aos Grupos de Artilharia Antiaérea, componentes do Sistema de Defesa Antiaérea, além de outros. Tal distribuição, com início previsto para 2017, possibilitará o aumento do percentual atingido na meta estabelecida para o PPA 2016-2019.

04GE - Realizar, anualmente, 100 operações de fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras

No exercício de 2016 foram realizadas 124 operações de fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras, superando a quantidade planejada para o exercício. Tal superação foi possibilitada pelo incremento na utilização de dados do sistema de informações sobre o tráfego marítimo e de inteligência pelos comandos dos grupamentos de navios de patrulha, além da qualificação de profissionais atuantes nas fiscalizações.

04GF - Elevar a cobertura de vigilância aérea no território nacional de 47% para 75%, com ampliação do monitoramento na altitude de 3.300m

Em 2016, a despeito de cenário fiscal restritivo, foram priorizadas ações relativas à aquisição e à manutenção de equipamentos e sistemas especializados de navegação, telecomunicações, meteorologia, comunicações, busca e salvamento, entre outros. Também foi iniciado o processo de implantação das estações ADS-B, planejado para ocorrer em 2017, o que contribuirá para o alcance da meta em 2019.

Análise da Meta Qualitativa

04GG - Ampliar o conhecimento Cartográfico na Amazônia

Em 2016, em virtude de um arranjo de gestão entre o Centro-Gestor e Operacional de Brasília/DF e o do Estado do Amapá/AP foi possível a realização do imageamento de uma área de 152 mil km². Para 2017, estão previstos mais 163 mil km², o que contribuirá para a ampliação do conhecimento cartográfico da região.